



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Instituto de Relações Internacionais**  
**Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais**

**LARA MARTIM RODRIGUES SELIS**

***DESLIMITES DA RAZÃO:***

**Um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz**

Brasília  
2011

**LARA MARTIM RODRIGUES SELIS**

***DESLIMITES DA RAZÃO:***

**Um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, área de concentração Política Internacional e Comparada.

Orientador: Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha.

Brasília  
2011

**LARA MARTIM RODRIGUES SELIS**

***DESLIMITES DA RAZÃO:***

**Um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, área de concentração Política Internacional e Comparada

Orientador: Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha**  
Orientador  
Instituto de Relações Internacionais – UNB

---

**Professor Doutor Estevão Chaves de Rezende Martins**  
Universidade de Brasília - UNB

---

**Professor Doutor Samuel Alves Soares**  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Brasília, 04 de julho de 2011.

*Aos meus pais, por me ensinarem a caminhar pela gravidade mais leve que a terra, mas  
menos livre que perder-se.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Antônio Jorge, que guiou nossas conversas de forma sempre serena e gentil, auxiliando na edificação dessa pesquisa; pela confiança depositada em meu trabalho e ideias, obrigada.

Aos funcionários do IREL, que contribuíram para tornar essa etapa mais agradável. Em especial, agradeço à Odalva e ao Gustavo pela disponibilidade sempre cordial.

Aos professores do IREL, que sustentaram os aprendizados dessa caminhada. Com carinho especial, agradeço ao professor Estevão, pela generosidade de ensinamentos, de conversas, e de risadas. Agradeço também ao professor Jatobá, pelo conhecimento compartilhado, e pela prontidão afável nessa comunhão.

À CAPES, pelo suporte ao desenvolvimento dessa pesquisa; e à UNB, pela excelência de ensino.

À UNESP – Franca, que enriqueceu meu olhar sobre aquilo a que me comprometo, e em que acredito: a Educação. Faço menção especial ao professor Samuel, pelo incentivo e apoio ao meu interesse por Teoria; à professora Bete, pelo exemplo de humanidade; e aos membros do GARI, pelo compartilhamento crítico, e pelos estudos em roda.

Aos meus pais, por manterem nossas mãos dadas, mesmo quando os pés caminhavam separados. Obrigada pelo apoio incondicional que tranquilizou toda escolha e toda incerteza; e pela oportunidade de realizar esse mestrado. Agradeço também aos meus irmãos, que, mesmo longe, compuseram serenamente meus pensamentos, representando o amor permanente e independente de palavras.

Ao meu querido poeta, que se fez melodia, se fez força e se fez fé, quando as linhas teimavam em ser vazio, as idéias, confusão, e o sonho, dúvida. Agradeço pelas correções, pela cumplicidade, e, principalmente, pelo sentimento “deslугarejado”, que continua a calçar as lonjuras de minhas lutas.

Às minhas cúmplices-irmãs, Ana Carolina e Tchella, que souberam colorir as dúvidas, e aumentar as alegrias. Agradeço imensamente por terem doado seus olhos, ouvidos e coração à minha trajetória e a este trabalho. O “mar só se inverteu” quando vocês me ajudaram a supor o céu.

Às cúmplices distantes em chão, mas sempre próximas em pensamento: Maíra, Natália, Luiza, Juliana, Carolina e Patrícia. A amizade e amor sinceros sempre criaram asas até o cerrado, trazendo ares de paz.

Aos colegas de Brasília e da pós-graduação. Em especial, agradeço aos queridos amigos: Janira, Matías, Xaman, Wellington, Andrea, Gioava, Rodrigo (e família), pois todos, com sua luz particular, acrescentaram brisa suave aos dias áridos desse planalto.

Aos demais amigos não dispostos em nomes, mas presentes nas entrelinhas desse trabalho, as quais, ao revés das linhas textuais, são preenchidas por conversas, discussões, e ideais indizíveis em palavras, mas sutilmente audíveis ao coração. Que a concretude das letras, não limite a possibilidade das entrelinhas.

“Precisamos de você”

*Aprende - lê nos olhos,  
lê nos olhos - aprende  
a ler jornais, aprende:  
a verdade pensa  
com tua cabeça.*

*Faça perguntas sem medo  
não te convenças sozinho  
mas veja com teus olhos.  
Se não descobriu por si  
na verdade não descobriu.*

*Confere tudo ponto  
por ponto - afinal  
você faz parte de tudo,  
também vai no barco,  
'aí pagar o pato, vai  
pegar no leme um dia'.*

*Aponte o dedo, pergunta  
que é isso? Como foi  
parar aí? Por que?  
Você faz parte de tudo.*

*Aprende, não perde nada  
das discussões, do silêncio.  
Esteja sempre aprendendo  
por nós e por você.*

*Você não será ouvinte  
diante da discussão,  
não será cogumelo  
de sombras e bastidores,  
não será cenário  
para nossa ação.*

Bertolt Brecht

## RESUMO

A presente dissertação dedica-se ao estudo do corpo teórico neorrealista formulado por Kenneth Waltz. Como objetivo geral, define-se o intuito de apresentar e interpretar aquela teoria, discutindo seus direcionamentos centrais nos planos teórico-metodológico, e sociológico, relacionados com uma perspectiva crítica. Entende-se, pois, que revisitar os conceitos do neorrealismo de Kenneth Waltz integra várias exigências metódicas: a histórica, orientada pela necessidade de repensar as perspectivas originais que envolveram sua produção; a ontológica, pela qual se contesta as definições do ser e dos seus sentidos; e, finalmente, a epistêmica, cujo desenvolvimento busca rever os fundamentos da ciência neorrealista, interpretando seus desdobramentos e aplicação. Tais caminhos são apreciados por meio do suporte teórico oferecido pelos argumentos da Teoria Crítica, vinculados ao olhar sociológico sobre as origens do conhecimento, e, sobretudo, à problematização da epistemologia cartesiana. Por meio dessas lentes, o estudo preocupa-se especialmente com os conceitos relacionados ao sujeito político internacional e suas práticas, que abrem espaço para uma reflexão acerca da imaginação política disposta no neorrealismo. Nesse sentido, desenvolve-se o argumento central de que a produção científica de Waltz contribui para construção de uma ideia “empobrecida” de política, visto que se apoia em elaborações tecnicistas despojadas das considerações normativas e intersubjetivas na apreensão intelectual do cenário internacional. Tais formulações tornam-se problemáticas, na medida em que prescrevem subjetividades conservadoras, associadas às condutas políticas desprovidas do elemento transformador.

Palavras-chave: Teoria Neorrealista; Kenneth Waltz; Teoria Crítica; Epistemologia; Sociologia do conhecimento.

## ABSTRACT

This masters research focuses on the study of the neorealist theory formulated by Kenneth Waltz. The central purpose is related to the presentation and critical interpretation of neorealism in its theoretical, methodological and sociological levels. Accordingly, the intent to revisit the neorealist concepts involve some methodical paths: first, the historical one, oriented by the need of rethink the origins of neorealist ideas; second, the ontological path, grounded in the reflection about the basic categories of being and their relations; and, finally, the epistemological study which investigates the nature and limitations of neorealist knowledge. To reach this goals, at least in the minimal sense, this dissertation uses the theoretical arguments developed by the Critical Theory, associates with the sociology of knowledge, and, especially, with the critiques about the cartesian epistemology. In this sense, the study focuses on the concepts related to international political actors and its practices, in order to, in a broadened scope, analyse the neorealist political imagination. So, this master thesis is based on the central argument that the scientific production of Waltz contributes to the construction of an 'impoverished' idea of politics, since it relies on a technical meaning about knowledge, problematized by the tendency in produce a conservative subject, that is incapable of contest the given order.

Keywords: Neorealist Theory; Kenneth Waltz; Critical Theory; Epistemology; Sociology of Knowledge.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b> Principais títulos de artigos e de livros de Kenneth Waltz, classificados conforme ano de publicação e categorias .....	<b>94</b>
---	-----------

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 1</b> Porcentagem relativa das produções conforme categoria/ano.....	<b>96</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 SOB A ÉGIDE DA RAZÃO:A TEORIA NEORREALISTA DE KENNETH WALTZ...</b> .....	<b>20</b>
<b>1.1 Introdução</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2 Núcleo epistemológico: uma reflexão filosófica sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz</b> .....	<b>26</b>
<i>1.2.1 É possível conhecer a PI? Sobre o racionalismo epistemológico</i> .....	<b>29</b>
<i>1.2.2 Como conhecer o Internacional? Sobre o método estruturalista</i> .....	<b>35</b>
<b>1.3 Núcleo ontológico: o modelo posicional</b> .....	<b>39</b>
<i>1.3.1 Estrutura Política Internacional: definições teóricas</i> .....	<b>41</b>
<i>1.3.2 Unidades Interativas: uma perspectiva estadocêntrica</i> .....	<b>48</b>
<u>1.3.2.1 O modelo do ator racional</u> .....	<b>51</b>
<b>1.4 Conclusão: um epígono da ciência moderna</b> .....	<b>55</b>
<b>2 SIGNOS EM DESMONTE: SOBRE OS FUNDAMENTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS DO REALISMO ESTRUTURAL</b> .....	<b>59</b>
<b>2.1 Introdução</b> .....	<b>59</b>
<b>2.2 Kenneth N. Waltz: um recorte bi(bli)ográfico</b> .....	<b>66</b>
<b>2.3 Estado e sociedade: as condições do conhecimento</b> .....	<b>70</b>
<i>2.3.1 “The enlightenment applied”: aspectos culturais da sociedade norte-americana</i> .....	<b>71</b>
<i>2.3.2 Entre a agenda política e intelectual: uma perspectiva histórica</i> .....	<b>75</b>
<u>2.3.2.1 Consolidação do Estado norte-americano no início do século XX: modernização das estruturas sociais e científicas</u> .....	<b>76</b>
<u>2.3.2.2 O fortalecimento do Estado nacional e sua inserção nos estudos sociais (1930-1950)</u> .....	<b>79</b>
<u>2.3.2.3 Quando Descartes encontra Mcnamara (1960-1970): the epistemic drift e a racionalização do discurso político americano</u> .....	<b>85</b>

2.3.2.4 <u>Cristalizando o passado: a controversa ascensão neorrealista em meio ao desfecho bipolar</u> .....	91
<b>2.4 Academia e ensino das RI nos EUA: um breve exame</b> .....	99
2.4.1 <i>A constituição das RI como disciplina: oportunidades institucionais</i> .....	100
2.4.2 <i>O estudo das RI nos EUA: tradições teóricas</i> .....	104
<b>2.5 Conclusão: O neorrealismo como narrativa política</b> .....	108
<b>3 ENTRE AS MARGENS DA PALAVRA: SOBRE O SUJEITO POLÍTICO INTERNACIONAL</b> .....	112
<b>3.1 Introdução</b> .....	112
<b>3.2 A dialética da anarquia: sobre a ficção do Estado livre</b> .....	117
<b>3.3 A individualização da racionalidade política e a banalização da ética</b> .....	130
<b>3.4 Asas da palavra: além das margens e do silêncio</b> .....	143
<b>3.5 Conclusão: um balanço teórico sobre o neorrealismo</b> .....	158
<b>CONCLUSÃO FINAL</b> .....	163
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	173

## INTRODUÇÃO

O processo de construção histórica das sociedades é perpassado por correntes de pensamentos dirigidas aos sujeitos, envolvendo-os com um entendimento mútuo das estruturas de relacionamentos sob as quais vivem, possibilitando, pois, a prática coletiva – mantenedora, ou transformadora da ordem. Interpretar o mundo dessa maneira, expressa a tentativa de alcançar o sentido dos eventos geralmente associado à compreensão das estruturas sociais e ideacionais que possibilitam a atuação dos atores conforme uma interpretação particular a determinado tempo e espaço.

Tal empreendimento interpretativo inscreve-se em um conhecimento autorreflexivo, o qual reconhece que a transformação de uma teoria em senso comum não se realiza apenas pela trajetória teórica. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos, “a teoria é a consciência cartográfica do caminho que vai sendo percorrido pelas lutas políticas, sociais e culturais que ela influencia tanto quanto é influenciada por elas” (2002, p.37). Nesse sentido, conforme argumenta Robert Cox (1981), toda teoria deriva da prática e da experiência intersubjetiva, esta que, vinculada à um tempo e à um lugar, torna aquele aporte intelectual um componente da história. Como parte do empreendimento humano, a produção de conhecimento incorpora as cores do coletivo que a forma, de modo que as relações de poder que desenham a cultura, a economia, e a política de uma sociedade encontram eco nas linhas, ou entrelinhas, dos textos teóricos.

Importada do campo da hermenêutica, a expressão “horizonte de expectativa”<sup>1</sup> inaugurada por Hans Robert Jauss<sup>2</sup> (1921-1997) serve aos propósitos dessa explicação, visto

---

<sup>1</sup> Tal expressão também foi utilizada pelo historiador Reinhart Koselleck. Este, por meio das concepções de “espaço da experiência” e “horizonte de expectativas”, procurou integrar as três instâncias temporais: passado, presente e futuro. Nessa perspectiva singular sobre o Tempo, o autor nos chama atenção para a ideia de que o presente pode ressignificar tanto o passado (“campo da experiência”) como o futuro (“horizonte de expectativas”), atuando, por conseguinte, também na relação entre futuro e passado. Assim, para operar com tais temporalidades, Koselleck lança as noções de “experiência” e de “expectativa”, enquanto duas categorias históricas que articulam a tensão entre passado e futuro. Desse modo, “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p.309). Já as expectativas constituem as formas de sensibilidades com relação ao futuro, bem como as análises racionais a seu respeito. A metáfora do horizonte representa justamente o limite visual para além do qual não sabemos o que há, ou seja, expressa a percepção do futuro sobre o qual conseguimos apenas formular “expectativas”, mas não conseguimos de fato fazer previsões efetivas. E assim, a experiência e as expectativas expressariam um Passado Presente, um Futuro Presente, respectivamente, visto que se realizam no *hoje*. Ademais, ao passo que não são simétricas, tais acepções também não compõem uma dicotomia, estando, ao contrário, na posição de repercutirem-se, reciprocamente.

<sup>2</sup> Hans Robert Jauss é um dos expoentes da “estética da recepção”. Tendo dirigido seus esforços intelectuais para transpor a separação entre história e literatura, Jauss dialogou com duas correntes literárias consideradas

que representa um ponto de vista subjetivo que acompanha o processo de apreensão do mundo e que, por isso, fundamenta toda situação interpretativa, sendo um dos *loci* que vincula as teorias à prática. Por essa perspectiva, o ato interpretativo dos agentes sociais se desenvolve em um plano de ideias, crenças e princípios já assimilados, que limitam essa atividade, sendo esse substrato o referido horizonte. Este que, então, atua como uma memória intelectual das aquisições realizadas anteriormente. Entrementes, seria nessa memória que as teorias se sedimentam e, em certa medida, se eternizam, no sentido de manterem-se, em maior ou menor grau, nas leituras futuras dos atores.

Dessa forma, a dinâmica do mundo social está vinculada àqueles aparatos intelectuais que, de certo modo, nos explicam as oportunidades e os limites da imaginação política, econômica, ou cultural que dada coletividade dispõe para ler os acontecimentos e, conseqüentemente, para atuar sobre eles. Em outras palavras, os estudos metateóricos nos auxiliam na compreensão do campo de possibilidades reflexivas que agem sobre a capacidade intersubjetiva de transformação prática das sociedades. Assim, a aplicação dessa perspectiva ao campo das Relações Internacionais<sup>3</sup> (RI) favorece a compreensão do vínculo entre os eventos daquele âmbito e a produção teórica correlata.

Ademais, e geralmente, a relevância dos aparatos teóricos reforça-se na medida em que aquilo que é entendido como realidade por uma teoria (sua ontologia) passa a ganhar mais destaque do que a qualidade analítica desses discursos. No campo de estudo das RI, tal situação é identificada com uma transmutação entre epistemologia e ontologia. Isto é, ao invés de restringir-se a determinar como as RI podem ser estudadas, as metodologias, como o positivismo, acabaram determinando o objeto de pesquisa da área, estruturando, assim, aquilo que passou a ser entendido como a realidade na política internacional (PI). Eis o porquê do olhar desconfiado sobre as conseqüências da adoção monolítica de um método científico; afinal, nesse contexto, por exemplo, a epistemologia positivista tem oferecido conseqüências ontológicas, já que afeta não só os estudos, mas também as práticas das relações internacionais (SMITH, 1996).

---

antagônicas, o formalismo e o marxismo. Após captar as deficiências teóricas de ambas, o autor propôs sua tese que inverteu o foco tradicional da análise literária (autor e obra) para atender-se ao leitor e à sua recepção. Nesse ponto, insere-se o conceito de *horizonte de expectativa*, que o autor busca em Gadamer, traduzindo um conjunto de pressupostos condicionados cultural, histórica e psicologicamente, os quais atuam sobre o significado verbal de uma obra ou sobre as estratégias interpretativas de seus leitores. Cf. JAUSS, Hans R. **A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

<sup>3</sup> As Relações Internacionais (RI), quando exposta em letra maiúscula refere-se à disciplina acadêmica, enquanto que, quando minúscula, traduz o fenômeno das relações entre Estados.

Ora, para o desenvolvimento dessa perspectiva reflexiva, tornou-se imprescindível o redirecionamento das investigações teóricas da disciplina, a qual passa a preocupar-se com a realização de uma metaciência. O denominado “terceiro debate”<sup>4</sup> ascendente nas décadas de 1980 e 1990 evidenciou o interesse de estudiosos críticos das RI nos temas, conceitos, e métodos de autores que já influenciavam as discussões sobre a crise das ciências humanas. Pensadores como Marx, Foucault, Derrida, Habermas, entre outros, serviram de suporte intelectual para uma nova geração de teóricos (COX, 1981; ASHLEY, 1981, 1986, 1990; WALKER, 1993, 1987, LINKLATER, 1998, 2002) adeptos da ideia de ligação entre prática social e produção de conhecimento. Do ponto de vista das “margens”, outros autores (DUSSEL, 1977; MIGNOLO, 2002; SANTOS, 2002; TICKNER, 1992) também se dedicaram à análise da dimensão epistêmica da exclusão; ou seja, repensaram a expansão ocidental (traduzida pela hegemonia do Norte global) como um processo que, além dos aspectos políticos e econômicos, apresenta, sobretudo, um efeito educacional e intelectual. Por essa perspectiva, a produção de conhecimento inscreve-se em uma separação espacial, pela qual se estabelece a superioridade do pensamento emanado dos países centrais, tido como universal, em oposição à desvalorização das idiossincrasias das demais regiões do globo, de modo que nós, estudantes latino-americanos, experimentaríamos uma espécie de distinção geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2002).

Entretanto, a abertura contemporânea da área à essas reflexões críticas sobre o papel dos modelos científicos tradicionais apresenta-se gradual. Assim, a formação acadêmica das RI permanece bastante arraigada a um imaginário marcado pela hegemonia intelectual da agenda – ontológica e epistemológica – do atlântico norte. Nesse sentido, o currículo disciplinar do campo das RI no Brasil mostra-se ainda amplamente fundado nas ideias produzidas no exterior. Sobre essa questão, ao analisar recentemente o desenvolvimento dos cursos brasileiros de graduação em RI, a pesquisadora Taís Julião apontou um diálogo do campo nacional com “tradições teóricas oriundas basicamente de Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos, além das perspectivas estruturalistas ou dependentistas, atribuídas genericamente ao ambiente latino-americano” (JULIÃO, 2009, p.131-132). Todavia, como a mesma autora ressalta, “no que diz respeito à participação da tradição norte-

---

<sup>4</sup> Nas palavras de Yosef Lapid, “The demise of the empiricist-positivist promise for a cumulative behavioral science recently has forced scholars from nearly all the social disciplines to reexamine the ontological, epistemological, and axiological foundations of their scientific endeavors. The ‘third debate’ in the field of international relations parallels this intellectual ferment and constitutes a still maturing disciplinary effort to reconsider theoretical options in a ‘post-positivist’ era” (LAPID, 1989, p. 235). Vale ressaltar que, na definição de outros autores (SODUPE, 2003; WÆVER, 1996) essa mesma fase da disciplina é denominada de “quarto debate”.

americana, é fato que este país possui a mais robusta contribuição na área em termos comparativos mundiais”<sup>5</sup> (JULIÃO, 2009, p. 133).

Dentre as importações teóricas daquele país, destacamos o movimento neorrealista que, por unir a ontologia realista à epistemologia moderna, espelha uma forma de pensar prevalente<sup>6</sup> nos EUA, e, por conseguinte, no mundo. Argumenta-se que essa corrente fomenta, ou mesmo justifica normativamente determinadas práticas e identidades sociais, visto que oriunda de um solo particular. Assim, sugerimos que, embora seu início date do final dos anos 1970, a linhagem desse pensamento possui forte tradição no campo, constituindo a memória literária das sociedades, que condiciona, por conseguinte, o potencial reflexivo dos agentes.

Isso é, reconhece-se que a função pedagógica dos quadros acadêmicos, e dos atores políticos, centrados nessas linhas tradicionais, mantém a influência neorrealista sobre a construção de nossos horizontes de possibilidades, impondo limites ou oportunidades ao campo da ação, uma vez que agem sobre nossa capacidade intersubjetiva de formular hipóteses sobre alterações nas relações humanas em um processo histórico duradouro. Dessa aceção decorre o que cremos ser, ao menos parcialmente, a relevância do empreendimento metarreflexivo acerca desse aporte teórico vinculado às RI. Olhar esse que, quando investido do propósito crítico, torna-se igualmente indissociável do fenômeno histórico da ciência moderna.

Dessa forma, devido à posição predominante e o legado superlativo que recebeu da modernidade, o corpo teórico neorrealista formulado por Kenneth Waltz – enquanto representante do movimento de revisão do realismo clássico – constitui nosso objeto de análise. Como define Ashley (1986), o neorrealismo pode ser entendido como um movimento ou um projeto coletivo definido por um conjunto de teorias com fundamentos comuns, sendo eles o estadocentrismo, o utilitarismo, o positivismo e o estruturalismo. A aceitação dessas premissas age não só sobre a natureza das questões levantadas, como no próprio

---

<sup>5</sup> Em sua pesquisa, orientada para a investigação sociológica sobre a produção de conhecimento e a área de RI no Brasil, Taís Sandrim Julião expõe, como um dos motivos da força intelectual dos EUA na área, “o desenvolvimento que as Ciências Sociais passaram entre as décadas de 1970 e 1980 com o Behaviorismo e o Funcionalismo” (2009, p.133). Assim, embora seja difícil dimensionar a influências teóricas e metodológicas daquele país sobre o Brasil, “a título de síntese e ensaio de sistematização podem-se destacar as seguintes influências dos Estados Unidos nas RI brasileiras: as abordagens realistas e neorrealistas; o liberalismo político e econômico aplicado as RI; as teorias da democracia e da paz democrática; as discussões sobre segurança regional e internacional; os revisionismos teóricos contemporâneos relacionados ao pós-modernismo; as teorias dos regimes; institucionalismo, multilateralismo e organizações internacionais; política internacional; entre outros.” (JULIÃO, 2009, p.133).

<sup>6</sup> Para conferir dados sobre a prevalência dessa corrente nos EUA, ver o segundo capítulo.

desenvolvimento do discurso teórico. Dessa forma, as sistematizações desse grupo tendem a produzir certa convergência de variáveis. Sendo assim, e seguindo a demanda de um recorte, a proposta aqui apresentada trabalha especificamente com a vertente do realismo estrutural de Kenneth Waltz, dado seu conteúdo comprometido com as quatro premissas assinaladas.

Como objetivo geral, esse trabalho define o intuito de apresentar e interpretar a teoria neorrealista de Waltz, discutindo seus direcionamentos centrais nos planos teórico-metodológico e sociológico relacionados com uma perspectiva crítica. Por meio dessas lentes, focamos, sobretudo, nos conceitos relacionados ao sujeito político internacional e suas práticas, dada a importância que tais formulações representam para a imaginação política exposta na teoria. Nesse sentido, a presente dissertação propõe a hipótese central de que a produção científica de Waltz contribui para construção de uma ideia empobrecida de política, visto que se apoia em elaborações tecnicistas. Em termos conceituais, supõe-se que o baixo grau de consideração normativa e intersubjetiva da teoria neorrealista despojou os atores internacionais de qualquer axioma ético, confinando suas condutas na prática da autoconservação e da adaptação. Portanto, a escolha dos fins, em termos conceituais, tende a regredir-se ao automatismo, problemático pela prescrição de subjetividades conformistas, desdobradas em ações desprovidas do elemento transformador.

Sobre esse recorte, partimos da noção de que os estudos da agenda pós-positivista<sup>7</sup> sobre a vertente neorrealista têm geralmente operado no âmbito da crítica pautada nos dualismos determinação/contingência ou estrutura/agente. Sendo assim, como propõe Santos (2002), a renovação da teoria crítica nesse domínio passaria pela inserção das análises voltadas para questão dual da ação conformista/ação rebelde<sup>8</sup>. Em outras palavras, presume-se a relevância das pesquisas orientadas para o esclarecimento das formas de condicionamento, sejam elas práticas (o trabalho, a educação, a socialização) ou ideacionais (teorias), que promovem subjetividades rebeldes ou, ao contrário, subjetividades conformistas (SANTOS, 2002, p.33). Por isso, focados no plano das definições conceituais, contestamos as formulações de Waltz sob o intuito de captar seus desdobramentos sobre a aceção de

---

<sup>7</sup> Essa referência engloba escolas de pensamento como o Construtivismo, a Teoria Crítica, pós-modernismo/pós-estruturalismo, teorias feministas e pós-colonialistas. Conjuntamente formariam, assim, um dos polos do 'terceiro debate', evidenciando autores como Robert Cox, Andrew Linklater, Richard K. Ashley, R.B.J. Walker, James Der Derian, Christine Sylvester, dentre outros.

<sup>8</sup> Para Santos, "as ações e as subjetividades são tanto produtos como produtores dos processos sociais. As determinações consolidam-se na medida em que dominam subjetividades orientadas para identificar limites e se conformarem com eles, quer porque os acham naturais, quer porque os acham inultrapassáveis. Pelo contrário, as determinações desestabilizam-se na medida em que predominam subjetividades orientadas para identificar possibilidades e as ampliarem para além do que é possível sem esforço" (SANTOS, 2002, p. 33).

subjetividade e de racionalidade dos atores políticos internacionais, avaliando o tipo de ação social prescrita pela teoria política neorrealista.

Ademais, a contestação conceitual realizada no plano epistemológico associa-se a uma segunda proposta que lhe precede e fundamenta. Essa constitui uma investigação de natureza sociológica e visa o rompimento com os relativos abstratos, naturalizados e universalizados, por meio do esclarecimento de suas práticas fundantes. Presume-se que a concepção estática da política formulada pelo neorrealismo, e aludida na hipótese supracitada, resulta de escolhas metodológicas e recortes ontológicos que, antes de expressarem uma aceção universal de ciência, compõem uma variável social e histórica relacionada aos valores compartilhados pela sociedade em que Waltz se desenvolveu, os EUA. Esse argumento vincula-se aos estudos direcionados a uma reflexão sociológica acerca dos limites e funções das teorias que fundamentam a imaginação política da área, argumentando pela importância dessa caminhada, especialmente pelos pesquisadores situados abaixo do equador. Tais questões inserem-se no debate acerca das implicações da adoção irrefletida dos conceitos de origem anglo-americana por parte de atores inseridos em experiências diferentes, como os do Brasil, ampliando o movimento iniciado na década 1990, o qual se configura um compromisso ainda bastante eurocêntrico, e com desafios para a consolidação.

Nesse ponto, declaramos os horizontes que fundamentam as lentes interpretativas dessa pesquisa, as quais revisam os conceitos neorrealistas sob a perspectiva de uma nação ainda com vozes abafadas, em termos de produção intelectual no campo das RI. Sendo assim, dentre os suportes teórico-metodológicos que informam o quadro geral dessa dissertação, destacamos a formulação pós-positivista que presume a necessidade da prática reflexiva, dado o potencial da crítica frente a uma realidade entendida como construto social, e não mais reificada e imutável. Tal aceção guiou essa pesquisa pelo interesse emancipatório<sup>9</sup> da ciência, para o qual o conhecimento se orienta pela investigação das origens, no caso ideacionais, da ordem social e sobre como, e quando, elas poderiam absorver um processo de transformação.

---

<sup>9</sup> Nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2002), a teoria crítica deve renovar-se “a partir de uma tradição epistemológica marginalizada e desacreditada da modernidade, o conhecimento-emancipação. Nesta forma de conhecimento a ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objecto e consequentemente o não reconhecimento do outro como sujeito. Nesta forma de conhecimento conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objecto à condição de sujeito. Esse conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade. Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas e sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade” (SANTOS, 2002, p. 29-30).

Como apontou a antropóloga Maria Paula Meneses: “uma das batalhas políticas mais importantes do século XXI é travada, sem dúvida, em torno do conhecimento” (MENESES, 2008, p.7), de modo que, nessa luta, torna-se imprescindível o questionamento da “possibilidade de diálogos entre várias realidades históricas, entre experiências presentes e as suas memórias, as quais apontam continuidades e descontinuidades de poder” (MENESES, 2008, p.7). Sendo assim, entendemos que revisitar os conceitos do neorrealismo de Kenneth Waltz integra algumas direções metódicas: a histórica, orientada pela necessidade de repensar as perspectivas originais que envolveram sua produção; a ontológica, pela qual se contesta as definições do ser e dos seus sentidos; e, finalmente, a epistêmica, cujo desenvolvimento busca rever, mesmo que de forma incipiente, os fundamentos da ciência neorrealista, interpretando seus desdobramentos, e contestando sua validação e extensão a outros contextos. Como suporte teórico para esses estudos, ressaltamos o argumento formulado pela Teoria Crítica, nas figuras de Horkheimer e Habermas – vinculados aos desenvolvimentos críticos sobre a epistemologia cartesiana<sup>10</sup> de forma geral – e o debate incitado pelo campo da sociologia do conhecimento acerca dos fundamentos sociais da teoria.

Durante o desenvolvimento da dissertação, pretende-se seguir tais direções, as quais dialogam entre si, compreendendo uma rede interconectada de apreciações. Nesse sentido, no plano das estratégias heurísticas, apresentamos uma análise realizada em três níveis: interpretativo; sociológico, e crítico, cada qual relacionado a um capítulo da dissertação. Assim, a sistematização desse trabalho será realizada por meio de três momentos principais que, embora particulares, interconectam-se e sustentam-se reciprocamente. Explicitamos, dessa forma, o uso de uma metodologia abrangente e passível de conexões interdisciplinares.

No primeiro capítulo, operamos no nível metateórico, pelo qual apresentamos e interpretamos a formulação teórica de Kenneth Waltz, em específico aquela relacionada à obra *Theory of International Politics* (TIP)<sup>11</sup> publicada em 1979, mas ainda desdobrada em textos contemporâneos do autor. Tal apresentação centra-se nos conceitos e nos modelos

---

<sup>10</sup> Tal empreendimento enfatiza as obras de Horkheimer, como Teoria tradicional e Teoria crítica (1989), Eclipse da Razão (2000) e Dialética do Esclarecimento(1985) – esta última em parceria com T. Adorno. Da mesma forma, a produção habermasiana acresce a esta proposta a variável normativa, enquanto peça importante na política internacional. Sobre esse autor, destacam-se as obras: O discurso filosófico da modernidade (2000), Teoría de la acción comunicativa – Racionalidad de la acción y racionalización social (1988), entre outras. Sobre o campo específico das RI, utilizaremos os estudiosos Robert Cox (1981, 2007) e Richard Ashley (1986, 1981) que articulam aqueles intelectuais ao campo específico dos estudos sobre a PI. A esses autores, somam-se nomes como Nicholas Onuf (1989), Alexander Wendt (1999), dentre outros, que cumprem importante papel na medida em que oferecem sustentação teórica para problematizar a natureza do conceito de Estado e de suas ações.

<sup>11</sup> Por questões práticas, ao longo da dissertação utilizaremos a sigla TIP quando tratarmos da obra *Theory of International Politics*, de Kenneth N.Waltz.

científicos que informam o neorrealismo, a fim de compreender como Waltz organiza a complexa realidade a que se refere, e qual tipo de imagem teórica decorre desse empreendimento. Nessa seção, a compreensão da teoria de Waltz é realizada por meio de dois planos centrais e fundados nos debates do campo da filosofia das ciências: o núcleo epistemológico e heurístico, e o núcleo ontológico, ambos perpassados pela análise axiológica, explícita e compilada na conclusão específica do capítulo.

No segundo capítulo apresentamos uma investigação sociológica, cujo intuito versa sobre a contextualização das ideias neorrealistas apresentadas na primeira seção. Presume-se que, uma vez descontextualizado todo conhecimento torna-se potencialmente absoluto. Daí, a necessidade de analisarmos as fontes e os significados do neorrealismo, com relação às experiências, instituições, tradições e práticas que envolveram seu processo produtivo, as quais geralmente surgem do contato individual com a dimensão coletiva, expresso nesse estudo pela relação de Waltz com a formação social norte-americana. Para o desenvolvimento dessa perspectiva sociológica<sup>12</sup>, fez-se uso dos argumentos lançados pela sociologia do conhecimento, erguendo-se o texto sob três pilares, ou níveis explanatórios, quais seriam as dimensões: individual (análise biográfica de Waltz); política e social (estrutura política e social dos EUA); e institucional (quadros acadêmicos norte-americanos).

Por fim, no terceiro capítulo analisamos especificamente os desdobramentos conceituais das influências científicas e sociais atuantes no neorrealismo, focando-nos nos desenvolvimentos teóricos da perspectiva estruturalista que atuam sobre as concepções de racionalidade das unidades, e sobre a noção de política subsequente. O estudo desenvolvido nessa seção associa-se a uma análise que lança luz sobre as estruturas de dominação, ainda produzidas e reproduzidas, em parte, pelo interesse técnico e universalista investido na epistemologia racionalista. Nesse sentido, o estudo centra-se nos possíveis silêncios produzidos pelo cânone da racionalidade moderna que envolve os conceitos realistas, dando ênfase para o conceito do sujeito político internacional.

---

<sup>12</sup> Presume-se que a exposição do sistema conceitual de Waltz segundo a perspectiva sociológica permita a inteligibilidade da qualidade intersubjetiva do procedimento de seleção – inclusão e exclusão – dos temas que compõem a agenda internacional neorrealista, que, então, promove o esclarecimento de possíveis consequências ontológicas, e também políticas, de tal seleção para os agentes ligados aos assuntos privilegiados ou marginalizados. Sobre esse assunto, inserem-se as análises dedicadas a compreender “[...] *Whose interests get represented in international theory? Whose interests and identities are ignored and silenced and seen as irrelevant?*” (SMITH, 1995, p.33). Revela-se, pois, a função dos estudos dispostos a problematizar as implicações pedagógicas da engenharia social (vinculada à abordagem científica de Waltz) sobre a esfera da política internacional, uma vez que presume-se o papel social da produção de conhecimento, cujo processo de organização intelectual da realidade age ontologicamente sobre a mesma.

Ademais, o interesse cognitivo crítico é, também, um interesse histórico, no sentido de que não se engaja apenas com as questões do passado, mas também com o movimento contínuo das mudanças históricas (COX, 1981). Logo, por meio da identificação das vozes suprimidas, segue-se uma breve exposição das propostas teóricas que auxiliam a reinvenção da potencialidade de emancipação social, e, por isso, a retomada da própria liberdade prática como qualidade dos sujeitos teorizados nesse campo. Passemos, então, à primeira seção, que oferece a base compreensiva para desenvolvimento desses estudos.

# 1 SOB A ÉGIDE DA RAZÃO: A TEORIA NEORREALISTA DE KENNETH WALTZ

*Guia-me a só a razão.  
 Não me deram mais guia.  
 Alumia-me em vão?  
 Só ela me alumia.  
 (...)  
 Como olhar, a razão  
 Deus me deu, para ver  
 Para além da visão –  
 Olhar de conhecer<sup>13</sup>*

## 1.1 Introdução

Em seu primeiro livro, *Man, the State, and War* publicado em 1959, o cientista político Kenneth N. Waltz lança as primeiras ideias do que viria a se tornar sua versão estrutural da reflexão realista sobre a política internacional. Tal consolidação advém vinte anos depois, em 1979, com a obra *Theory of International Politics* (TIP) que ganha posição de destaque dentre as publicações do campo, sendo aquela em que o autor expõe sistematicamente suas perspectivas científicas, ontológicas e propriamente teóricas, dando origem a sua vertente neorrealista – também denominada de realismo estrutural.

O presente capítulo foca-se fundamentalmente nesse segundo livro, por meio do qual Waltz se propõe à três objetivos centrais, quais sejam: examinar as teorias sobre a política mundial ou os discursos que reclamem certa relevância na área; construir uma teoria da política internacional que solucione os defeitos das construções passadas; e, por fim, analisar algumas das aplicações dessa nova teoria. Nas páginas seguintes, dedicamos atenção especial ao esclarecimento daquele segundo propósito, sobretudo pela centralidade de seu conteúdo para a compreensão total da obra, importante por oferecer as bases para que possamos, posteriormente, elaborar uma reflexão crítica sobre tais aportes.

Para realizar esse estudo, empreendemos dois momentos essenciais fundados, respectivamente, na discussão epistemológica e ontológica da produção intelectual de Waltz. Nesse exercício, aspiramos a prudência exigida pelos debates em torno de questões de segunda ordem, dado os riscos imbuídos na atividade taxonômica. Nesse sentido, destacamos a diversidade de posições acerca das premissas filosóficas que subscrevem a atividade

<sup>13</sup> Cf. PESSOA, Fernando. Guia-me a só a razão. In: \_\_\_\_\_. **Poesias**. 15<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Ática, 1995, p. 138.

científica de Waltz, dentre as quais, encontramos classificações que declaram a vinculação do neorealismo ao positivismo (ASHLEY, 1986; COX, 1981; KEOHANE, 1986; GRIFFITHS, 1992); outros que o aproximam do realismo filosófico (WENDT, 1999), ou ainda ao anti-inducionismo de Karl Popper (MOURITZEN, 1997).

Tendo em vista tal consciência, declaramos o intuito do tópico que segue em compreender e interpretar as lentes científicas por meio das quais foi elaborado o realismo estrutural, sem, contudo, intuir encontrar uma corrente que as sintetizem. Como aponta o próprio Waltz, sua escolha do método configura mera escolha tática a uma lógica metodológica anterior, a qual, no nosso entender, é credora de um conjunto de reflexões precedentes sobre a filosofia da ciência. São, pois, nesses fundamentos epistemológicos e metodológicos conduzidos ao seu objeto, a política internacional, que a análise a seguir lança seu olhar.

No entanto, antes de iniciarmos essa discussão específica à produção de Waltz, cabe contextualizarmos sua posição histórica como expressão de um legado intelectual precedente. Afinal, o conhecimento humano compõe um ambiente de intensa permuta social; nele, pesam valores, contextos políticos, culturais, todos advindos das experiências reais e dos mecanismos de convencimento e compartilhamento societário de seus atores. A elevação de determinada simbologia surge, então, da articulação histórica entre os influxos sócio-políticos concretos, a intersubjetividade de seus receptores e as categorias analíticas historicamente construídas. Deste último item, retiramos a importante noção de sequência cognitiva, ou melhor, a consciência da origem social das teorias, as quais partem de algum legado teórico anterior, seja por uma postura que o contraponha, seja por uma que o confirme.

Revela-se, dessa maneira, um olhar ampliado na atividade de pesquisa, importante por demonstrar que um objeto de leitura não se restringe às linhas de sua obra chave. Nesse sentido, iniciarmos nossa reflexão pelo precedente teórico à formulação de Kenneth Waltz torna-se um empreendimento interessante, uma vez que expande o entendimento histórico fundacional daquela produção intelectual – tributária dos desenvolvimentos do realismo político na área dos estudos sobre política internacional. Para compreendermos essa corrente, retroagimos brevemente a meados dos anos de 1940.

Desde sua ascensão, o pensamento realista tentou delimitar quais seriam as fronteiras para um estudo ‘genuíno’ da disciplina de Relações Internacionais. Imbuídos de tal propósito acadêmico, os teóricos do realismo político dedicaram-se à construção de uma imagem do Internacional, caracterizadamente autônoma e distinta dos demais objetos de

pesquisa das ciências sociais. Nas palavras de John Vasquez, aquela corrente delimitou um paradigma, por meio do qual “tells the scholar what is known about the world, what is unknown about it, how we should view the world if we want to know the unknown and finally what is worth knowing” (VASQUEZ, 1998, p.23).

Ademais, as práticas bélico-estratégicas da Segunda Guerra Mundial enfatizaram o papel do poder na política mundial, elevando a perspectiva realista à posição de nova ortodoxia anglo-americana nos estudos – e nas ações – de política externa. A partir de então a disciplina assume uma linguagem bastante convergente com aquela utilizada pelos pensadores realistas<sup>14</sup>, de forma a estreitar os vínculos – ou mesmo impulsionar a confusão – entre esses postulados e as Relações Internacionais. E assim, abreviadamente, o realismo passa a estar intrinsecamente relacionado à concepção da disciplina científica e à constituição de sua comunidade acadêmica, em especial nos Estados Unidos da América e suas regiões de influência intelectual (GUZZINI, 1998).

Por isso, adentrar o campo de reflexão sobre os debates contemporâneos da disciplina pressupõe a predisposição do pesquisador ao entendimento daquele discurso, o realismo político: afinal, o que o define? Frente a esse questionamento, tão comumente – e quase displicentemente – realizado e solucionado pelos estudantes das RI, é posto o desafio da lupa: o olhar cuidadoso e atento do investigador. Isso é, ao invés de catalogar-se o realismo por meio de tipologias estáticas, cabe o reconhecimento de sua diversidade interna; ou ainda, antes de delinear conceitos e postulados centrais, é necessária a percepção de um debate endógeno ao realismo, e de sua referência enquanto tradição histórica. Entendê-lo como tal significa inserir a característica plural em uma unidade já sedimentada. Assim, concebê-lo como um conjunto de teorias que foram influenciadas por pesquisas e autores precedentes, e as quais, igualmente, dinamizam um processo contínuo de revisão e debate, do qual se originam perspectivas variadas, visto que formuladas por um número expressivo de pesquisadores<sup>15</sup>.

Investidos dessa consciência dos “silêncios” contidos nos processos de categorização, podemos identificar e trabalhar com os postulados convergentes ao grupo realista, entendendo sua estrita função analítica e didática. Nesse sentido, são atribuídas ao realismo algumas

---

<sup>14</sup> “That is, the language of power and interests rather than of ideals or norms. In public discourse in the United States today, foreign policy prescriptions are rarely justified directly by reference to universal moral principles or utopian aspirations. When commentators wish to justify policy prescriptions on ethical grounds, they smuggle their ethics into the ambiguous and elastic concept of the national interest” (KEOHANE, 1986, p. 9).

<sup>15</sup> Dentre os quais, exemplificam: John Mearsheimer, Stephen Walt, Christopher Layne, Fareed Zakaria e Randall Schweller.

assunções básicas como: os Estados (ou cidades-estado) são entes soberanos; tais atores visam ao poder, tanto como um fim em si ou como meio para outras finalidades; e, por fim, seus comportamentos são compreendidos dentro de padrões de racionalidade (KEOHANE, 1986)

A origem primária dessas concepções encontra-se na *realpolitik* divulgada por Maquiavel<sup>16</sup> e seguida por pensadores como Meinecke e Morgenthau (WALTZ, 1979, p.117). A *realpolitik*, nesse sentido, indica um tipo de método pelo qual a política externa dos Estados é conduzida e logicamente estabelecida. No campo específico das RI<sup>17</sup>, a obra *Politics Among Nations* elaborada por Hans Morgenthau inaugurou a tradução desse método para um conjunto de princípios sistematizados<sup>18</sup>.

Tal empreendimento intelectual constituiu o que aquele autor denominou de filosofia do realismo político, com base na qual se comprometeu a construir uma teoria da política internacional. De forma geral, os postulados filosóficos do realismo se opõem às bases intelectuais do liberalismo racional<sup>19</sup> e estabelecem uma relação mimética entre o comportamento dos Estados e dos indivíduos. Ou seja, a lógica da teoria parte do paralelismo entre as relações políticas e o relacionamento entre os indivíduos, ambos fundamentados na natureza humana.

A essa última, a natureza humana, é atribuída função de explicação metafísica, a partir da qual decorrem as extensas reflexões acerca das motivações estatais e suas ações correlatas. Segundo Morgenthau, tal fundamento apresenta-se necessariamente egoísta e direcionado à busca por dominação e à luta pelo poder. A concepção de política assume um tom cético por ser caracteristicamente a arena onde a natureza humana se fragmenta no que Morgenthau postulou como a predominância do *animus dominandi* sobre os meios da razão ou da moral:

<sup>16</sup> Alguns estudiosos adotam uma origem remota para a *realpolitik*, identificando nas análises históricas de Tucídides (460 a.C – 400 a.C) o prenúncio da consciência que define essa concepção política.

<sup>17</sup> Além de Hans Morgenthau, outros autores destacaram-se nesse contexto de ascensão do pensamento realista, como John Herz, George F. Kennan e Walter Lippmann.

<sup>18</sup> Os seis princípios do realismo político, segundo Morgenthau, seriam: 1) a política é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana; 2) o conceito de interesse na política internacional é definido em termos de poder; 3) tal conceito de interesse constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não se outorga a esse conceito significado fixo e permanente; 4) há uma tensão inevitável entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito; 5) as aspirações morais de uma determinada nação não se identificam com as leis morais que governam o universo; 6) O realismo político sustenta a autonomia da esfera política. (MORGENTHAU, 2002).

<sup>19</sup> Nesse uso, ‘liberalismo racional’ faz menção à escola de pensamento que, na história dos EUA, desenvolveu-se com base nas ideias de Woodrow Wilson, embora suas bases intelectuais bebam nos pensadores iluministas, com destaque para Immanuel Kant (1724-1804) e Hugo Grotius (1583-1654), aos quais Morgenthau faz, então, oposição. Tal corrente prevaleceu no cenário internacional no período conhecido como entre-guerras (1918-1939), particularizando-se pelo forte tom normativo, preocupado em promover soluções que findassem os conflitos bélicos, sendo, por isso, geralmente denominada de Idealismo. Para uma distinção clara e sintética entre as duas correntes, idealismo e realismo, ver: NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

To the degree in which the essence and the aim of politics is power over man, politics is evil; for it is to this degree that it degrades man to a means for other men. It follows that the prototype of this corruption is to be found on the political scene. For here the *animus dominandi* is not merely blended with dominant aims of a different kind but is the very essence of the intention, the very life-blood of the action, the constitutive principle of politics as a distinct sphere of human activity. Politics is a struggle for power over men, and whatever its ultimate aim may be, power is its immediate goal and the modes of acquiring, maintaining, and demonstrating it determine the techniques of political action (MORGENTHAU, 1946, p. 195)

A perspectiva teórica de Morgenthau é sublinhada por uma epistemologia comprometida com o que ele chama de “a store of objective, general truths” (GRIFFITHS, 1995, p.42) sobre o homem e a política. Tal objetividade e universalidade das leis da política só são possíveis por meio da consideração trans-histórica e atemporal da natureza humana que pôde, então, ser eximida das verificações de cunho empírico, ou mesmo das discussões acerca de seus fundamentos culturais e políticos. Para aquele realista, as perspectivas envolvidas na caracterização da essência humana e sua relação com um ordenamento social advêm das reflexões do pensamento político clássico como as elaboradas por Jeremiah, Platão, Bodin ou Hobbes.

Tal comprometimento metafísico na formulação conceitual da política justifica-se em Morgenthau pela busca intelectual de minimizar as distorções e contingências que impedem o entendimento, ou mesmo a aplicação, das ditas “verdades”<sup>20</sup>. Na concepção daquele autor, a atividade teórica deve partir de uma reflexão filosófica do homem e sua sociedade, e da identificação, subsequente, de padrões históricos de comportamento e classificação das condições gerais em que ocorrem. Ou seja, para Morgenthau, teoria empírica, especulação metafísica e estudos históricos são interdependentes (GRIFFITHS, 1995).

Do ponto de vista das concepções, a estrutura internacional é compreendida pelo realismo clássico como uma arena que provê os contextos espaciais e temporais necessários para a realização dos padrões de comportamento resultantes das tensões interestatais. Nota-se que, nesse cenário, o poder é tomado como condição objetiva, resultante da natureza – também positiva – dos Estados. Dessa forma, à estrutura internacional caberia o papel de sublinhar aquelas condições já estabelecidas, mas não o de criá-las.

---

<sup>20</sup> Para a crítica contemporânea, ou pós-positivista, tal atitude seria problemática, uma vez que ofusca o caráter voluntário e interessado das escolhas políticas a partir do uso de categorias metafísicas – como Deus, Razão, História, Leis naturais, dentre outras. Sobre esse assunto, ver: VASQUEZ, John. The post-positivist Debate: Reconstructing Scientific Enquiry and International Relations Theory After Enlightenment’s Fall. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve **International Relations Theory Today**. Pennsylvania: Penn State Press, 1995. p. 217-240.

Quase três décadas depois, surge a teoria neorrealista num processo duplo de revigoração e revisão das concepções epistemológicas e propriamente teóricas expostas acima. Como integrante dessa linha teórica derivada dos clássicos, aquela corrente mantém os princípios centrais da *realpolitik*<sup>21</sup>, embora os meios e fins sejam vistos diferentemente como causas e efeitos (WALTZ, 1988, p.616). Ademais, o neorrealismo diverge do pensamento clássico quanto ao entendimento da ciência, às estratégias metódicas e, conseqüentemente, à natureza de certos conceitos. As teorias consideradas neorrealistas surgem em um contexto de adequação teórica a uma concepção específica de rigor científico e objetividade metódica que demarcavam o debate acadêmico dos anos 1960 e 1970.

Em síntese, as teorias revisoras originam-se como tentativas de retomar a vertente realista clássica por meio de uma resposta científica mais rigorosa, a qual evitasse as categorias sistêmicas vagas e mutáveis da corrente precedente. Para os autores neorrealistas, um dos erros da corrente clássica teria sido a ausência de uma distinção eficaz entre aspectos objetivos e subjetivos da política internacional. Os realistas teriam negado a autonomia ao sistema, ou melhor, não lhe teriam conferido a objetividade necessária para que se constituísse como fato social passível de ser analisado sistematicamente. Tal deslize metodológico seria resultado da atitude realista de atribuir um papel ativo à subjetividade dos atores, ou mesmo às considerações metafísicas no processo de compreensão da arena internacional.

Portanto, entende-se que, de forma geral, as soluções metódicas propostas pelo neorrealismo se traduzem pelo uso corrente do positivismo e dos critérios de cientificidade por ele estabelecidos. Tais elementos presumem uma carga normativa progressista dentre seus autores, que sugerem a ascensão intelectual da disciplina pelo emprego de técnicas objetivas, já que supostamente minimizadoras do tom filosófico e moral dos textos clássicos e precursora de uma perspectiva pragmática:

Man, the State, and War explains how balances result not from the malevolence of men or of states but from the condition in which all states exist. The tendency of states to balance is rooted in the anarchy of states [...]. Conflict is a by-product of competition and of efforts to cooperate. In a self-help system, with conflict to be expected, states have to be concerned with the means required to sustain and protect themselves. The closer the competition, the more strongly states seek relative gains rather than absolute ones (WALTZ, [1959] 2001, x prefácio).

---

<sup>21</sup> Na percepção de Waltz (1979) a herança clássica pautar-se-ia, essencialmente, em três postulados, a saber: a política é instrumento necessário e demandado pela competição não regulada entre os Estados; o cálculo resultante das condições anárquicas pode desvendar as melhores políticas para o interesse estatal; e o sucesso dessas políticas apresenta-se em termos de preservação e fortalecimento do Estado.

Passemos então aos caminhos percorridos por Waltz a fim de alcançar essa proposta científica que o destaca, e o particulariza, como principal releitura da vertente clássica, embora agora o façamos conscientes de seu vínculo básico com essa tradição intelectual realista.

## **1.2 Núcleo epistemológico: uma reflexão filosófica sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz**

Embora variado do ponto de vista interno, o neorrealismo pode ser entendido como um movimento ou um projeto coletivo<sup>22</sup>, dado que seus autores compartilham um mesmo contexto de criação, bem como princípios e práticas, orientados ao intuito de racionalizar a PI. Tal processo caracteriza-se pelo emprego de uma percepção específica sobre a ciência, compondo uma discussão filosófica particular, impulsionada a partir do século XVII no marco do pensamento moderno.

É sabido que, durante seu desenvolvimento histórico, os homens produziram diferentes discursos a fim de analisar e compreender a vida em sociedade. Os conceitos ou signos linguísticos criados para representar os fenômenos experimentados socialmente diferenciavam-se pelos critérios de validação ao ato de apreender a realidade. Assim, as produções cognitivas alternaram-se entre textos literários, religiosos, artísticos e científicos, cada qual inserido numa forma particular de captar, e representar, o mundo social e natural (ROCHA, 2002).

Sob tal pluralidade, os filósofos da ciência demandaram reflexões sobre a natureza e as possibilidades do conhecimento, as quais tradicionalmente se dividiram entre a sustentação empirista, esclarecida por nomes como David Hume e John Locke; a racionalista, impulsionada por Platão, mas desenvolvida por Descartes, Leibniz e Spinoza; e, por fim, a reflexão pragmatista defendida pelos filósofos americanos Willian James, Charles Pierce e John Dewey. Ademais, outras vertentes fortaleceram-se em épocas contemporâneas, em

---

<sup>22</sup> Segundo Ashley (1986), o neorrealismo representa um movimento intelectual das RI e da Política Comparada, de origem fundamentalmente norte-americana, e centrado teoricamente na “virada estruturalista”. Dentre seus nomes, além de Kenneth Waltz, destacam-se, Robert Keohane, Stephen Krasner, Robert Gilpin, Robert Tucker, George Modelski, e Charles Kindleberger.

especial a partir da segunda metade do século XX, a exemplo do construtivismo, do pós-estruturalismo/pós-modernismo, dentre outras.

Essas correntes expressam tipologias referentes às teses epistemológicas e ao núcleo heurístico que propõem. Ou seja, elas distinguem-se quanto ao modo com que percebem as condições e possibilidades de conhecimento, como também com relação aos recursos e ferramentas que disponibilizam para resolver as questões às quais se dedicam. Logo, a cada época, conforme se desenvolvem os debates, assistimos à ascensão, revisão ou declínio de programas de pesquisa.

Nesse sentido, ao longo do século XVII, as reflexões intelectuais iniciaram um processo de hipostasiamento dos trabalhos científicos definidos pelo compromisso com uma estrutura textual lógica e com o teste empírico capaz de comprovar a relação paralela entre o discurso e observações coletivamente realizadas. Essa definição, embora amplamente divulgada, fortaleceu-se a partir de um tipo específico de teoria sobre as fundações do conhecimento, qual seja, o positivismo.

Conforme aponta Steve Smith (1996), há quatro décadas o positivismo guia a maioria dos estudos em Relações Internacionais. Nessa perspectiva, os últimos anos marcaram o uso compartilhado daquela metodologia entre as correntes tradicionais do campo, com exceção das produções da Escola Inglesa que não se adequaram a tal padrão metódico, aproximando-se, pelo contrário, das preocupações normativas, historicistas e pluralistas na atividade científica.

A discussão provida pelo positivismo possui uma longa história nas ciências sociais. Originado no século XIX com Auguste Comte, aquela corrente traduziu um olhar unificador das ciências, as quais eventualmente poderiam compartilhar uma mesma metodologia. Tal transversalidade dar-se-ia pela expansão do método das ciências naturais (a observação) para as demais áreas de conhecimento. Assim, da matemática à sociologia, encontraríamos uma sequência de estudos, todos capazes de identificar leis e regularidades nos fenômenos aos quais se dedicavam. Pois, na visão de Comte, as reflexões cognitivas tendem a uma ascensão progressiva, partindo de uma base teológica para o conhecimento metafísico, até alcançar, por fim, o conhecimento positivista.

Ademais, após o século XIX, outras correntes cresceram em solo comum. O positivismo lógico – ou empirismo lógico – elaborado nos anos 1920, no chamado Círculo de Viena, exemplifica a primeira variante da linha cronológica sucessora do pensamento comteano. Enquanto derivação deste último, tal vertente radicaliza as reflexões precedentes,

estabelecendo uma visão monolítica sobre o status de conhecimento. Dessa forma, apenas ao conhecimento científico foi delegada significação cognitiva, devido a seu compromisso com a prova empírica, qual seria a condição de acesso à verdade.

Comparados aos enunciados de Comte e Saint-Simon, os teóricos do círculo de Viena criaram ideias distintas quanto à obtenção do conhecimento, não obstante, ambos se inspirassem na mesma noção de que, nesse processo, a certeza e a verdade eram alcançáveis. Assim, as teorias que sustentavam proposições metafísicas foram associadas à condição de pseudociência, uma vez que a única fonte confiável de informações sobre os fenômenos sociais ou naturais eram os dados obtidos pela observação empírica, devidamente enquadrada nos discursos científicos.

Desse último princípio, captamos a influência que a tradição filosófica empirista, formulada por Francis Bacon, John Locke, David Hume, John Herschel e Stuart Mill, exerceu sobre os positivistas lógicos. Esses que, comprometidos com uma ciência representacional, logo descritiva do mundo sensorial, contrapuseram-se aos axiomas *a priori* – ou ‘auto-evidentes’, como proposta pelo modelo dedutivo da geometria euclidiana –, sendo, pois, contrários às proposições metafísicas<sup>23</sup>, e às noções teóricas vinculadas a entidades não observáveis. Por conseguinte, os propósitos explanatórios da atividade científica foram renegados pelos empiristas lógicos, visto que tal objetivo implica a delineação das causas e efeitos, que, segundo Hume, constituem uma inferência teórica e não uma informação empiricamente observada (GORDON, 1991).

É, pois, em contraposição a esse formato radicalizado do empirismo lógico que emergem as reflexões teóricas que sustentam, mesmo que implicitamente, as premissas filosóficas de grande parte dos estudos tradicionais sobre a política internacional, como os de Waltz. Tais linhas particularizam-se pela crença no componente explanatório da teoria e na validade desse componente teórico, embora não neguem completamente o compromisso metódico naturalista – voltado às regularidades sociais. Essa postura aproxima-se da revisão realizada por teóricos como Ernest Nagel, Carl Hempel e Karl Popper, que flexionam o tom extremado dos positivistas lógicos, tornando-se, nas palavras de Smith (1996), as influências de maior escopo na literatura das RI desde os anos de 1950.

Ao sistematizarem *the covering law model*, Carl Hempel e Paul Oppenheim (1948), e Karl Popper (1980) retomaram a explicação como propósito das investigações científicas,

---

<sup>23</sup> Contudo, cabe notar que, em sua origem, a abordagem positivista possui uma raiz metafísica, uma vez que ela presume existir um mundo em harmonia, visto que criado por Deus.

incluindo o desvelamento das relações de causalidade no rol das funções do pesquisador. Tal atitude compatibilizou-se com o empirismo, por meio de um olhar epistêmico ampliado, segundo o qual a ciência passa a ser uma atividade produtora de hipóteses teóricas que, embora não sejam entidades observáveis, possibilitam inferências logicamente deduzidas, estas sim, relacionadas aos fenômenos empíricos.

Essa reflexão filosófica, pautada num modelo dedutivo-nomológico, já havia sido lançada há quase um século, por Stuart Mill em *System of Logic* (1843), que também influencia as produções teóricas de RI. O ponto de partida de Waltz, e que o diferencia das correntes clássicas predecessoras, associa-se a essa confiança na existência de uma realidade externa ao observador, passível de ser conhecida pelo uso disciplinado da razão e pela aplicação do método hipotético-dedutivo, do qual podem ser apreendidas regularidades e inferidas hipóteses teóricas. Embora não factuais, tais noções teóricas seriam validadas pela utilidade que representam para o propósito central da ciência, qual seja, a explanação causal dos fenômenos. Ou seja, as escolhas metódicas que auxiliaram Waltz na construção da teoria neorrealista só foram possíveis devido a uma premissa anterior, qual seja: a confiança na construção do conhecimento objetivo sobre a PI.

### ***1.2.1 É possível conhecer a Política Internacional? Sobre o racionalismo epistemológico***

O questionamento acerca das possibilidades de se construir uma ciência é, sem dúvida, uma problemática bastante remota, embora permaneça instigante e incite debate, ainda hoje, entre os que se dedicam a atividade de conhecer e compreender o ambiente circundante. Logo, dentre as respostas a tal dúvida, muitos foram os que se posicionaram negativamente, e consideraram impossível alcançar a objetividade demandada pela apreensão científica do mundo<sup>24</sup>. Os motivos que designaram foram igualmente variados, e valeriam outro tópico de

---

<sup>24</sup> O ceticismo epistemológico refere-se à desconfiança com relação à capacidade humana de conhecer, a qual pode assumir graus distintos, dando origem a um leque de versões. Porém, de forma geral, a fundação da linha filosófica cética é delegada à Pirro de Elis (360-275 a.C.), que expressava a impossibilidade de sustentarmos posições e argumentações absolutas, uma vez que sempre existirão visões contrárias. Logo, para aquele pensador, o caminho mais prudente seria a suspensão do juízo (já que ele não provê certezas), preservando, pois, uma atitude desconfiada frente a todo tipo de dogmatismo. Tal corrente desenvolveu-se nas teses do falibilismo epistemológico, adentrando, também, no campo ético, em que encontramos expoentes do ceticismo, como o filósofo Montaigne.

discussão. Porém, nosso interesse nesse item dedica-se ao lado oposto do debate, aos otimistas.

Waltz, assim como grande parte dos teóricos das RI, reconheceu a possibilidade de se construir uma ciência sobre a política internacional. Para esse empreendimento, os autores do campo dispõem da reflexão de muitos teóricos que, como eles e antes deles, creram na construção de conhecimento científico e racional sobre o mundo, muito embora se dedicassem a áreas de estudo distintas. Na longa lista de autores, encontramos filósofos antigos como Aristóteles e Platão (século IV a. C.), Descartes e Leibniz (século XVII) e Kant e Newton (século XVIII).

O programa de pesquisa do racionalismo (como se denominou um dos quadros de resposta àquele questionamento acerca da capacidade humana de produzir conhecimento, e no qual Waltz enraíza sua análise) surge emparelhado ao período moderno<sup>25</sup>, e ao processo de racionalização do discurso científico impulsionado por Galileu, na astronomia e na mecânica, e por Descartes, na lógica e epistemologia. A ciência clássica, ou mecânica, provida por esse período, parte, pois, de uma concepção metafísica do conhecimento, segundo a qual a realidade constituiria um sistema de causalidades passíveis de serem apreendidas racionalmente, ou seja, um ambiente dotado de mecanismos relacionais de causa e efeito, entre um agente e um paciente, passíveis de serem conhecidos, e transformados, pelo Homem<sup>26</sup>.

A matriz filosófica do racionalismo clássico amparou-se numa concepção do conhecimento com valor de verdade associado a um método direcionado à resolução de problemas e ao esclarecimento de decisões. Tal concepção, segundo Chiappin (2009), é comum tanto ao racionalismo clássico quanto ao empirismo, vinculado ao legado de John Locke e David Hume. Para aquele autor, essas correntes se distinguem apenas pelos diferentes papéis que cada uma atribui à razão e à experiência, quando na fundamentação teórica do conhecimento. Dessa forma, em suma, o ambiente intelectual contextualizado por Descartes, Spinoza, Leibniz e Wolff compromete-se com a organização do conhecimento segundo o

<sup>25</sup> Tal período não possui cronologia unânime, embora as datas de seu início voltem-se, geralmente, às primeiras décadas do século XVII. Conquanto sejam ambíguas as datas, os argumentos acerca da modernidade tendem a apoiar-se em posições convergentes sobre seu vínculo com a racionalidade instrumental. Isso porque é comum atribuir aos filósofos do século XVII o processo inaugural de inserção corrente de métodos racionais no trato dos problemas da vida humana (TOULMIN, 1992).

<sup>26</sup> Nessa concepção, enquadram-se as leis sistematizadas por Morgenthau (rever nota 18), que delimita tais princípios como a tradução racional das causalidades naturais que regem o mundo político, atribuindo-lhes, pois, uma condição objetiva. De forma geral, essas mesmas leis fundam os pressupostos ontológicos de Waltz, cuja teoria versa sobre uma “ordem internacional” compreendida segundo os padrões teleológicos de causa e efeito, identificados pelos autores do realismo clássico e resumidos no modelo da *realpolitik*.

modelo geométrico, implicando um declínio gradativo do pensamento de viés metafísico e a ascensão, paralela, do moderno pensamento científico, associado à busca por oferecer uma explicação causal dos fenômenos, fossem eles naturais ou sociais.

Portanto, em termos epistemológicos, tal vertente particulariza-se pela visão de que a experiência por si só não constitui um fundamento adequado para o conhecimento. Para eles, a natureza possui leis e forças causais as quais, mesmo se inobserváveis diretamente, são responsáveis pelos efeitos que captamos pelas sensações. Por isso, a função dos sentidos no empirismo é contraposta no racionalismo pelo papel da razão, que, enquanto propriedade natural da mente humana, deduz os mecanismos causais em curso. A observação, ou percepção, perde seu potencial, tornando-se ferramenta parcial no processo cognitivo. Do ponto de vista racionalista, tais empreendimentos dos sentidos demandam a interpretação racional, uma vez que o conhecimento só é obtido por meio da significação oferecida pela razão ao que se é observado ou experimentado.

De forma paralela, Waltz (1979) considera a observação pura um empreendimento prescindido de vínculo direto com o conhecimento das causas. Assim, retomando os apontamentos de C. S. Pierce, Waltz explicita o caráter apenas descritivo da experiência direta, então desprovida de um conteúdo explanatório – o qual seria oferecido pelas teorias. O caminho indutivo levaria o investigador somente aos “pedaços” do problema de pesquisa, ou melhor, às leis empíricas que, não raro, compõem uma realidade bastante complexa, dada a infinidade de “pedaços” possíveis.

Waltz crê que as leis empíricas apontam uma descrição axiologicamente neutra que estabelece uma relação lógica entre variáveis dependentes e independentes. Tal relação é fruto de observações repetitivas, as quais possibilitam identificar padrões de ação, cuja continuidade anterior cria expectativas de reincidências futuras: Se a, então b com probabilidade x (WALTZ, 1979, p.1). Todavia, tais leis perdem em fôlego explicativo se não forem associadas a uma teoria com categorias analíticas. A estas caberia função qualitativamente diversa, visto que demonstrariam os porquês das conexões e repetições identificadas na observação.

Ora, nessa perspectiva, a construção teórica organiza os fenômenos de modo a explicitar suas relações reciprocamente dependentes, tornando evidente um padrão que não seria apreciado pelo olhar direto. De acordo com essa atribuição, o papel metafísico ou de interpretação filosófica da teoria é preterido pela ideia central de explanação. Conforme aponta Waltz, as leis possibilitam a prescrição, mas somente as explicações teóricas

esclarecem os condicionamentos que mantêm a associação regular entre os fenômenos da realidade. A urgência explicativa advém, pois, do intuito de estabelecer certo controle sobre as fenomenologias futuras, amparado por valores seculares voltados para a subjugação das forças da natureza à explicação racional.

Desse modo, Waltz aproxima-se das revisões positivistas, como as de Hempel e Popper, que reconhecem o papel da teoria na pesquisa científica, por meio do modelo dedutivo-nomológico, em que uma lei geral, embora hipotética, seria legitimada por serem verificadas, indiretamente, pela experiência. Todavia, tal modelo esbarra no “problema da indução”, pelo qual a crítica empirista aponta sua invalidade, dado o componente teórico das premissas.

Frente a esse problema, Popper, ao contrário dos positivistas lógicos, expõe e reconhece a qualidade imperfeita do conhecimento, criticando o *modus ponens* da lógica e propondo sua substituição pelo *modus tollens* em que se infere uma avaliação da premissa, pela falsidade da conclusão (GORDON, 1991). Pelo critério da falseabilidade, uma teoria não pode ser considerada verdadeira pela evidencia empírica, mas pode ser refutada por ela. Todavia, a esse respeito, Waltz assume postura contrária, criticando a condenação total de uma teoria pela falseabilidade de uma de suas consequências empíricas.

A discussão de Waltz sobre o problema da indução aproxima-se, em parte, da tese de “Duhem-Quine”, na qual os autores não invalidam o papel da observação e falsificação na avaliação teórica; porém, contrapõem-se à infalibilidade desse instrumento. Para Pierre Duhem e Willard Quine, qualquer observação de um fato científico possui um número amplo de explicações possíveis; logo, o falseamento empírico de um deles não deveria forçar à revisão total da teoria. Ademais, seguindo a proposição do matemático Henri Poincaré, Waltz flexiona a concepção de conhecimento como certo e verdadeiro, admitindo a natureza probabilística da ciência, contradizendo a essência positivista sobre o rigor científico. Assim, tanto para o racionalismo neoclássico, como para Waltz, o conhecimento científico reveste-se de um aspecto prático e instrumental, cujo propósito orienta-se para a construção de uma representação, ou coordenação matemática das leis empíricas, de modo que sua utilidade para compreensão do objeto será mais relevante do que os critérios de verossimilhança com o mesmo.

A título de exemplo, revemos a resposta de Waltz (1997) às críticas de John Vasquez (1997); nela, o autor reconhece a natureza instável do mundo social, e a dificuldade de, por meio de uma verificação empírica, concluir sobre a natureza verdadeira, ou não, de uma

teoria. Assim, ele conclui, com auxílio da arguição do físico Weinberg, em prol de critérios de avaliação mais instrumentais: “the most important thing for the progress of physics is not the decision that the theory is true, but the decision that it is worth taking seriously” (WEINBERG, 1992, p.103. *apud* WALTZ, 1997, p.916).

Essa visão substitui a aspiração utópica por verdades, pela busca pragmática de adequação explanatória aos problemas identificados, sem, contanto, adotar uma postura aleatória – “we are not called upon to believe that the scientific theory is empirically true; only that it is empirically adequate” (GORDON, 1991, p.628). Como a teoria microeconômica, Waltz afirma que o critério de simplicidade e utilidade legitima a natureza “irreal” de seus modelos – como estrutura internacional, unidades racionais –, uma vez que são funcionais à compreensão da realidade. A inteligibilidade adviria, então, de um processo cognitivo, pautado na construção teórica lógica e, também, na observação.

Nesse ponto, surge a pergunta: afinal, de posse dessas concepções, como Waltz constrói sua teoria? No plano das estratégias heurísticas, o realismo estrutural parte da construção de conceitos simplificadores da realidade e da aplicação da lógica dedutiva tradicional. Nessa concepção, a teoria é compreendida como uma construção cognitiva cujo papel seria tornar a realidade inteligível à mente humana. Em outras palavras, as teorias científicas se dedicam antes à organização e classificação das regularidades empíricas, do que a sua descrição.

Tal processo de simplificação esta pautado em quatro etapas: isolamento, abstração, agregação e idealização. O objetivo do procedimento é encontrar o princípio propulsor, ou os fatores essenciais do fenômeno estudado, de modo a reduzir a infinidade de dados que compõem a realidade social. Entretanto, a força explanatória de um modelo deve ser obtida sem o distanciamento extremado da realidade que pretende representar. Como explica Waltz: “a theory, while *related to the world* about which explanations are wanted, always remains *distinct from that world*. Theories are not descriptions of the real world; they are instruments that we design in order to apprehend some part of it” (WALTZ, 1975, p.8, *grifo nosso*).

O isolamento de um domínio da realidade para seu tratamento intelectual é considerado por Waltz como pré-condição para construção teórica. Ao observar o desenvolvimento da teoria econômica, o autor ressalta a importante atuação dos fisiocratas – e de seu seguidor, Adam Smith – ao conceberem a economia como um campo de estudo autônomo, abstraído das demais forças consideradas perturbadoras ou secundárias ao sistema

selecionado. Em outras palavras: “in order to have a theory, you'll have to have a subject matter, because you can't have a theory about everything” (WALTZ, informação oral<sup>27</sup>).

Entretanto, se a realidade é um conjunto complexo de variáveis, o movimento de organização e seleção de materiais importantes para sua compreensão torna-se desafio central. Como apontado, Waltz expressa postura contrária ao uso da indução nessa tarefa, uma vez que essa reduziria a causalidade à mera correlação extraindo qualquer consideração sobre as causas “inobserváveis” – como, por exemplo, as estruturas sociais. Dessa forma, o conhecimento seria alcançado por procedimentos intelectuais, em que a combinação indutiva e dedutiva deveria ser ultrapassada pela emergência criativa de ideias que sustentem uma afirmação geral (WALTZ, 1979). Assim, além dos elementos descritivos e das leis gerais obtidas dedutivamente, a teoria neorrealista é composta por noções não factuais<sup>28</sup>, quais sejam, os pressupostos teóricos<sup>29</sup>.

As assunções teóricas constituem invenções conceituais, cuja criação é limitada pelas informações e pelos dados empíricos associados. Tais noções não possuem um significado fixo, variando de sentido conforme as abordagens e a imaginação dos autores. A validade dessas construções, segundo Waltz, é calculada conforme sua utilidade em termos de poder explanatório e prescritivo, que, por sua vez, devem passar pelo crivo da comunidade científica. Ou seja, Waltz não confere julgamentos empíricos radicais aos pressupostos que sustentam sua produção teórica. O mesmo se aplica à avaliação da teoria como um todo<sup>30</sup>; sobre esse tema, Guzzini resume; “[According to Waltz] Theoretical analysis starts by checking the logic, coherence, and plausibility of a theory. Empirical checks are only necessary when this first theoretical check has passed” (GUZZINI, 1998, p. 130).

No mais, é válido notar que, nessa definição, as teorias, apesar de constituírem instrumentos mentais distintos da descrição estrita da realidade, não deixam de vincular-se a tal substrato objetivo: elas dizem respeito a alguma coisa no mundo real independente. Assim,

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Kenneth Waltz em 2003 ao programa “Conversations with History”, produzido por Harry Kreisler com apoio do Instituto de Relações Internacionais da UC-Berkeley.

<sup>28</sup> Como aponta Onuf, ao construir sua teoria Waltz assemelha-se à Milton Friedman, afinal ele: “*acknowledged the competing tendencies of rationalism and empiricism in Western philosophy by discriminating clearly between conceptual worlds and the real world*”. (ONUF, 2009, p.193)

<sup>29</sup> Dentre os pressupostos teóricos utilizados por Waltz no realismo estrutural, estão: a noção de interesse nacional pautada na premissa da sobrevivência; o pressuposto do Estado-nação como unidade de análise, ou mesmo o princípio da anarquia, como condição original, e particular, do ambiente internacional.

<sup>30</sup> Sobre as etapas, sublinha-se a ordem: exposição e isolamento das variáveis sob teste; inferência de hipóteses; submissão das mesmas a avaliações experimentais e observacionais; invenção e aplicação de testes distintos e necessários e apreciação final dos resultados, seguida de reparos, atualizações ou rejeições completas da teoria (WALTZ, 1979).

o julgamento é dado em termos de sua utilidade, porém sob a condição de que “if such a model departs too far from reality, it becomes useless” (WALTZ, 1979, p.7).

Portanto, abreviadamente, K. Waltz constrói o realismo estrutural visando edificar uma imagem simplificada de determinado domínio da realidade, utilizando, para tal, processos especulativos que criem noções teóricas com forte potencial explanatório. O desafio relaciona-se, então, com a articulação de conceitos teóricos a poucas variáveis, a fim de captar relações, ou explicações, das quais possa inferir hipóteses testáveis empiricamente (WALTZ, 1979, p.17).

Por meio dessas acepções, podemos compreender os caminhos que conduziram o autor até o conceito de estrutura internacional, identificando a função da abordagem estruturalista no estabelecimento de um domínio independente da PI, qual seria, para Waltz, o fator condicionante para uma possível teorização acerca desse objeto<sup>31</sup>. Ou seja, a noção teórica de estrutura justifica-se enquanto recurso operacional, ou metódico, quando posicionada no contexto das fundações epistemológicas do autor.

Afinal, apenas crendo na possibilidade de apreensão racional do mundo, e na qualidade simplificadora e explanatória da teoria, que Waltz pôde engajar-se na construção conceitual que reduziu as diversas relações da política internacional a princípios causais, quais foram, a qualidade anárquica e posicional do modelo estrutural. É de posse das definições supracitadas que compreendemos porque, quando questionado sobre os modos de conhecer o fenômeno internacional, Waltz responde: “not in the reductionist manner of the past” (RUGGIE, 1986, p.132).

### ***1.2.2 Como conhecer o Internacional? Sobre o método estruturalista***

Concernente aos apontamentos epistemológicos de Waltz, a força explicativa de uma teoria pode ser pensada em termos de sua habilidade em demonstrar como fenômenos aparentemente independentes são, na verdade, resultados de uma ontologia comum. Tal método aproxima-se do projeto de Adam Smith, que, por sua vez, apoiou-se nas realizações

---

<sup>31</sup> Para Waltz, sem tais ferramentas a PI permaneceria conforme pensavam os realistas clássicos, a exemplo de Hans Morgenthau e Raymond Aron: um ambiente multicausal, cujas variáveis (economia e política nacionais e internacionais) estariam inter-relacionadas e expostas na construção teórica. Embora descritivamente ricas, tais abordagens, na visão de Waltz, não formulam um corpo teórico suficientemente forte, em termos explanatórios.

de Newton no domínio da filosofia da natureza. Como esse último, que desvelou as conexões implícitas que uniriam os fenômenos naturais, Adam Smith buscou revelar os princípios que conectavam e ordenavam a vida social. Abordando o método newtoniano, esse autor declara: “Nos dá prazer ver os fenômenos que considerávamos os mais inexplicáveis todos deduzidos de algum princípio (normalmente um princípio bem conhecido) e todos unidos em uma cadeia” (SMITH, 1985, p.133-134).

Traduzindo para a linguagem da teoria social, tal questão revela-se na preocupação filosófica, prescrita desde Hobbes, quanto ao entendimento dos padrões regulares que emergem e persistem nas sociedades, para além das contingências da interação humana. O “problema da ordem”, como se denominou essa reflexão, é importado para as RI de modo que grande parte dos teóricos da área “at some point, confront the puzzle of how action is arranged to form the patterns and institutions of everyday life” (GODDARD and NEXON, 2005, p.12). Assim, na linha neorrealista, questiona-se como o mundo político internacional, mesmo preterido de uma autoridade comum, constituiria um fenômeno ordenado; ou, mais especificamente: como e por que os atores internacionais continuam balanceando seus comportamentos mesmo sob uma condição de anarquia?

Segundo Waltz, as respostas oferecidas ao problema hobbesiano têm configurado, em grande parte, discursos reducionistas. A terminologia reducionista corresponde à atitude metodológica de identificar as causas das regularidades sociais operando no nível individual e/ou nacional, e assim compreender o fenômeno coletivo pela análise das partes – seus atributos e interações.

Embora tais níveis sejam válidos para alguns estudos, Waltz não os consideram instrumentos de compreensão para o problema da ordem, uma vez que o nível da unidade não representa, em sua concepção, o *locus* das variáveis da política internacional, tomada como fenômeno autônomo e contínuo. Seguindo o raciocínio do autor, pressupõe-se que, se há similaridade de resultados mesmo frente a mudanças nas características particulares dos Estados, é porque devem existir forças estruturais estrangendo e interpondo-se aos atores unitários e suas ações.

Por conseguinte, na perspectiva waltziana, a redução do macro às propriedades do micro nega logicamente qualquer autonomia causal à estrutura, que se torna mero epifenômeno dos processos realizados no nível das unidades. Ademais, segundo o aparato metódico assinalado, a consideração das condições internas dos Estados, ou da síntese das políticas externas dos mesmos, como fontes de inferências da PI, inviabiliza a construção de

generalizações lógicas válidas, por constituírem processos com um número infinito de variáveis, as quais, não raro, assumem características subjetivas.

O realismo estrutural fundamenta-se na visão de que as teorias reducionistas são incapazes de lograr explicações suficientes sobre a ordem internacional. Para aquela abordagem, o princípio causal responsável pelas regularidades da política internacional deve ser buscado na própria estrutura social do objeto, como exposto na TIP – “the system should be treated as its own best explanation” (WALTZ, 1979, p.78). Ou seja, os mecanismos de socialização e competição providos pela condição anárquica do sistema constituem fonte de explicação para o equilíbrio de poder, tomado como regularidade comportamental dos atores internacionais.

A predileção pelo nível sistêmico exposto nas formulações de Waltz resulta de um processo gradativo, que se inicia com a investigação geral sobre os três níveis de organização metodológica e conceitual dos discursos sobre o internacional exposta em *Man, the State, and War* (1959). Tais estratificações, denominadas Imagens, foram definidas de acordo com o local onde se encontrava, segundo diferentes interpretações, o nexos de causas centrais da guerra, sendo elas: o Homem, o Estado, e o Sistema de Estados. Sobre esse trabalho, Waltz comenta:

In relating the first and second images to the third, I viewed the third image as "the framework of state action" and "as a theory of the conditioning effects of the state system itself." [...] What I then called "the state system," I later defined more precisely as the structure of the international political system. Strictly speaking, *Man, the State, and War* did not present a theory of international politics. It did, however, lay the foundation for one (WALTZ, [1959] 2001, ix prefácio).

Assim, a terceira imagem – como foi denominada a abordagem sistêmica de que se vale o neorrealismo – identifica os motivos dos conflitos bélicos na condição anárquica da estrutura internacional, isto é, na ausência mesma de uma estrutura social: constrangimentos institucionalizados capazes de alterar e ajustar os interesses particulares<sup>32</sup>. Ao passo que internamente dotados de uma estrutura política e organização militar, os Estados, quando no ambiente externo, experimentam a condição reversa. No entanto, de acordo com o neorrealismo, tal ausência de uma instituição surpanacional torna-se em si uma estrutura

---

<sup>32</sup> Como definiu Waltz “a ausência de uma autoridade acima dos Estados para prevenir e conciliar os conflitos que surgem necessariamente de vontades particulares significa que a guerra é inevitável” (WALTZ, 1959, p.225). Entretanto, ao desenvolver seu conceito de estrutura, Waltz elabora sobre os processos de socialização, os quais denotam um sentido social, mesmo que estreito, à força estruturante (ver página 43 e 44, do tópico 1.3.1, desse capítulo).

geral capaz de manter a sobrevivência das unidades, e também de incitar seus desastres (ONUF, 2009).

Nessa descrição há uma versão preliminar da conhecida arguição de Waltz sobre a qualidade estruturante da anarquia internacional, a qual é exposta claramente em 1979 com a publicação da TIP. Entrementes, podemos identificar noções prévias e paralelas também no ensaio *International Structure, National Force and the Balance of World Power* (1967). Nele, a estrutura revela-se na ausência de pressões institucionalizadas, mas produtoras de padrões espontâneos de regulação distributiva do poder internacional, ou seja, do mecanismo de equilíbrio de poder (ONUF, 2009). Ademais, naquele mesmo ano, é publicado *Foreign Policy and Democratic Politics*, cuja análise, embora focada na segunda imagem, compreende o comportamento dos atores a partir do tipo de estrutura política que os envolve.

Desse modo, conforme abordou Ashley (1984), há diversos aspectos em que a posição final de Waltz converge com o propósito estruturalista. Primeiramente, haveria uma aproximação ideológica entre as perspectivas, uma vez que o método estruturalista corrobora a postura neorrealista, contrária ao conhecimento fenomenológico e especulativo do pensamento clássico. Isso porque os recortes investigativos elaborados pelo olhar estrutural distanciam-se das práticas sociais em si, especificando seus objetos nas condições lógicas (ou sistêmicas) que sublinham as ações, sugerindo proposições explanatórias das mesmas.

Ademais, pela análise de Ashley, Waltz adere ao estruturalismo pautado no modelo contemporâneo de ação e realidade social, como encontrado na metodologia de Émile Durkheim. Por conseguinte, o autor adota a concepção da estrutura como fator determinante da evolução coletiva, ou seja, a noção de que o sistema social, após sua formação via associação individual, ganha status ontológico destacado de suas partes, apresentando características próprias capazes de constranger as ações das unidades<sup>33</sup>. Como explica Waltz:

A system is then defined as a set of interacting units. At one level, a system consists of a structure, and *the structure is the systems-level component that makes it possible to think of the units as forming a set as distinct from a mere collection*. At another level, the systems consist of interacting units (WALTZ, 1979, p. 40, *grifo nosso*).

No entanto, além do legado estruturalista deixado por Durkheim, podemos destacar como heranças teóricas de Waltz os estudos em antropologia social, pela via de S.F. Nadel e

---

<sup>33</sup> Sobre a sociabilidade humana, Durkheim diz: “(...) whenever certain elements combine and thereby produce, by the fact of their combination, new phenomena, it is plain that these new phenomena reside not in the original elements, but in the totality formed by their union” (Durkheim, 1964, p.103).

Meyer Fortes, especialmente no que concerne aos fundamentos da relação entre a estrutura social e suas unidades<sup>34</sup>:

On the one hand, Waltz's own intellectual history suggests that structural-functionalism plays a greater role than has commonly been recognized. Waltz (1986: 71–2) derives his understanding of social systems not only from Durkheim — himself a functionalist — but also from organizational theorists and anthropologists; among the latter, S.F. Nadel (1957) and Meyer Fortes (1949) play critical roles [...] (GODDARD and NEXON, 2005, p. 22).

De forma geral, o paralelo entre o neorrealismo e as reflexões daqueles antropólogos relaciona-se com a importação das qualidades projetadas nas sociedades primitivas africanas, (bastante compatíveis com o pensamento metafísico do realismo) para a definição teórica da estrutura anárquica da política internacional. Ademais, tal paralelismo confere-se na influência do modelo posicional proposto por Nadel, e da orientação funcionalista-estrutural de Meyer Fortes. Tais elementos serão apresentados ao longo do capítulo, quando abordamos as entidades e os processos que compõem ontologicamente o neorrealismo, e cuja análise se inicia na sequência.

### 1.3 Núcleo ontológico: o modelo posicional

Conforme abordado, a versão neorrealista de Waltz ergue-se sobre um substrato ontológico desenhado pelos fatores estruturais, os quais sugerem uma relevância causal desses elementos sobre as unidades interativas do sistema. Logo, sobre o quadro de entidades analisadas, identificamos uma marginalização do componente micro, qual seja a descrição interna dos Estados e suas formas de relacionamento.

Retomando os argumentos de Nadel, Waltz (1979) salienta a ambiguidade inerente ao termo “relação”, cujo significado pode referir-se tanto às formas de interação entre os Estados (nível das unidades), como à posição que eles ocupam vis a vis aos demais (nível do sistema). Dessa forma, o autor esclarece o fundamento ontológico de sua teoria por meio do uso restrito

---

<sup>34</sup> Sobre esse assunto, ler: GODDARD, S.; NEXON, D. *Paradigm Lost? Reassessing Theory of International Politics*. *European Journal of International Relations*, v.11, n. 1, 2005, 9-61; e SAMPSON, A.B. *Tropical anarchy: Waltz, Wendt, and the way we imagine international politics*. *Alternatives*, v. 27, n.4, 2002, 429-57.

daquele termo ao segundo sentido assinalado, do qual se deriva a característica organizacional do seu conceito de estrutura. Para aquele autor, a disposição das unidades – ao contrário de seus atributos e formas de interação – constitui a propriedade genuinamente sistêmica e, por isso, imagem central de sua explanação.

Pelas lentes de Durkheim a estrutura social traduz a organização e as leis associativas pelas quais as unidades são combinadas para formar a totalidade sistêmica. Nesse sentido, seria uma estrutura de posições relativas, em que cada posição não possui significado substantivo, senão uma definição relacional. De forma semelhante, Waltz define seu modelo de estrutura segundo um ponto de vista posicional. Tal vetor organizativo em conjunto com a variável de poder material representa o fator capaz de reduzir fenômenos internacionais aparentemente independentes. Por redução, referimo-nos àquele processo metódico utilizado por Smith, ou como explica Dessler:

It's a process achieved by showing how independent phenomena – symptoms and signs that could and do appear independently in other circumstances, such as cough, fever, muscular aches, and so on – are features of a given ontological process – the workings of a virus (DESSLER, 1989, p. 446).

Dessa forma, demarca-se o intuito neorrealista de compreender a posição de cada Estado na estrutura e o princípio dessa disposição como causas interpostas entre as ações dos agentes políticos e os resultados que produzem. Isso é, como nexos causais que ligam as diferentes existências condicionais dos eventos internacionais. Assim, percebemos a correspondência entre a escolha metodológica do autor pela perspectiva estruturalista (ao invés da reducionista) e a descrição ontológica desse mecanismo, pela disposição das unidades (ao invés da interação). Ademais, nesse modelo a estrutura é compreendida como um ordenamento das forças materiais, em que pesam a distribuição de capacidades e recursos de poder. Mediante tal foco, apresenta-se o aspecto materialista do conceito que abstrai as considerações ideacionais do ator estatal, estruturadas em forma de princípios, normas e instituições.

Ainda sobre o modelo posicional da teoria sistêmica neorrealista, voltemo-nos à sua origem: afinal, como é criada a estrutura? Para respondê-la, Waltz utiliza um raciocínio análogo ao da teoria microeconômica “who describes how an order is spontaneously formed from the self-interested acts and interactions of individual units” (WALTZ, 1979, p. 89). Ou seja, define-se a noção de ordenamento por correlação à aceitação de equilíbrio de mercado da teoria econômica neoclássica. Nessa, o equilíbrio das partes constitui resultado não

intencional da ação dos agentes econômicos maximizadores de utilidade. Ao contrário da teoria cibernética, em que o equilíbrio é fruto da ação da própria estrutura (como pré-requisito para a reprodução e adaptação do sistema), na teoria neoclássica lemos uma ordem de origem individualista, concebida pelo impulso do indivíduo nesse processo (GUZZINI, 1998).

Nesse sentido, o autor revela a intensa influência que a teoria microeconômica encerrou em suas formulações, aproximando-o do legado de Adam Smith, do qual importa premissas de um atomismo político, fundado na tese de que os agentes individuais são racionais e autointeressados. Dessa forma, Waltz entende que a emergência da estrutura consiste em um processo espontâneo, realizado por meio da interação dos Estados egoístas guiados pelo princípio utilitário da autoajuda.

Assim, embora individualista em sua origem, depois de formada a estrutura social adquiriria identidade própria, capaz de afetar e limitar o comportamento de seus criadores, no caso, os Estados nacionais. Como o autor descreve, “once formed, a market [that is, the system] becomes a force in itself, and a force that the constitutive units acting singly or in small numbers cannot control” (WALTZ, 1979, p.90). Tal concepção somada ao caráter posicional do conceito conduz ao que Waltz considera ser a validade do modelo, o qual produz explicações sobre a política internacional mesmo frente às variações de personalidade, comportamento e interação das partes.

Por fim, com relação aos processos que compõem a teoria de Waltz, lê-se que os elementos sincrônicos, frequentemente vinculados à estrutura, são destacados em detrimento das qualidades dinâmicas do sistema, geralmente interligadas às unidades. Portanto, a política internacional no neorealismo fundamenta-se em uma imagem uniformizada dos atores estatais, visto que focalizada nas questões unicamente relacionais dos mesmos. Sendo assim, passemos, na sequência, do modelo à teoria, ou melhor, à definição específica dessa estrutura internacional tomada como objeto de explicação substantiva.

### ***1.3.1 Estrutura política internacional: definições teóricas***

No tópico anterior compreendemos o que a estrutura na perspectiva neorrealista significa (uma força organizacional espontaneamente originada pela ação individual); porém, ainda nos faltam as definições de seu funcionamento e de como ela influi sobre suas partes.

Para esclarecer tais demandas, ou seja, para caracterizar a estrutura política internacional, Waltz parte de três parâmetros base, a saber: o princípio ordenador; a diferenciação formal entre as partes, e, por último, as capacidades relativas das unidades.

Com relação à ordenação do sistema, são postos dois modelos possíveis traduzidos pelo tipo de princípio que coordena a disposição das partes, quais sejam: anárquico ou hierárquico. No caso específico do ordenamento internacional, a anarquia configura-se como dispositivo central: “None is entitled to command, none is required to obey” (WALTZ 1979, p. 88). Como efeito decorrente da descentralização do sistema político internacional, a segunda variável torna-se inoperante. Isso porque, segundo Waltz, apenas em ambientes marcados pela hierarquização, como no interior dos Estados, em que predominam as relações de dominação e subordinação, seria possível pensar a diferenciação funcional entre os componentes.

A condição compartilhada de soberania torna uniformes os papéis desempenhados pelas unidades do sistema internacional, implicando relações de coordenação. Ao falar em soberania, Waltz remete-se à autonomia que cada unidade possui de enfrentar e solucionar seus problemas, internos e externos, da maneira que lhes convir. Dessa forma, estabelece-se a semelhança entre os Estados, pela isonomia de funções – os fins a que aspiram são similares – sem precisar considerar as desigualdades (tamanho, riqueza, poder, etc) existentes entre as partes do sistema.

Por conseguinte, a anarquia e a ausência de diferenciação funcional entre as partes são tomadas como parâmetros ao invés de variáveis. Apenas o terceiro critério referente às capacidades relativas das unidades aponta uma fonte de variação estrutural verdadeiramente efetiva. Assim, os sistemas se diferenciam conforme a distribuição dos recursos entre os Estados, ou seja, de acordo com o número de polos de poder (bipolar ou multipolar) que organizam o cenário internacional<sup>35</sup>. Sobre esse ponto, Waltz acrescenta o argumento sobre o concerto bipolar constituir o modelo organizacional capaz de gerar maior estabilidade entre seus participantes, devido, principalmente, “a clarity of relations that is ordinarily found only in war” (WALTZ, 1964, p. 901)<sup>36</sup>. Por conseguinte, o cenário multipolar operaria pelo

<sup>35</sup> Nesta questão vale ressalva quanto ao discernimento entre ‘capacidades’ e ‘relações’, capaz de evitar a confusão entre número de polos e existência de blocos. Para o realismo estrutural, um sistema bipolar, por exemplo, só pode ser inferido da preeminência de dois blocos, caso esses sejam *líderes*, ou seja, caso possuam as maiores *capacidades* materiais do sistema. Nas situações em que há o *relacionamento* entre dois blocos, mas estes constituem Estados sem potência, tal condição deixa de ser determinante para a qualificação da estrutura como bipolar.

<sup>36</sup> Influenciado pela dinâmica desenvolvida entre as duas superpotências contemporâneas, os EUA e a URSS, Waltz pontuou: “never before in modern history have the great powers depended so little on the outside world,

contraste àquele, representando um contexto de relações flexíveis e interdependentes, de modo que “there are too many powers to permit any of them to draw clear and fixed lines between allies and adversaries and too few to keep the effects of defection low” (Waltz, 1979, p.168).

Com isso, Waltz substitui o objetivo estatal clássico de maximização do poder, pela maximização da segurança, que seria alcançada por meio da manutenção, por parte dos Estados, de seu posicionamento no sistema – manter a distribuição de capacidades equilibrada. O autor trata do poder no sentido posicional, ou seja, opera com a distribuição do poder a qual, ao contrário do atributo particular da unidade, constitui uma variável estrutural. A posição do Estado é medida conforme suas características materiais relativas, essas que, na definição de Waltz, representam um conjunto de fatores – tamanho da população e território, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência – os quais, no cálculo geral das posições, devem conjugar uma única variável explicativa. Assim, preterem-se as considerações quanto à estrutura política específica das unidades, como o tipo de governo (democrático, autoritário, legítimos, ou revolucionários), e os interesses e preferências respectivos. O que resta, é uma imagem geral do sistema, da qual se depreendem expectativas a partir do tipo de composição que as grandes potências constituem – sejam dois, ou múltiplos polos de poder.

Ao definir a arquitetura internacional como esfera uniforme, onde não há diferenciação funcional entre as unidades, Waltz fortalece o papel da estrutura enquanto fomentadora de uma relação pré-institucional entre os Estados, uma espécie de ordem rudimentar, cuja força é capaz de constranger os padrões de comportamento das unidades. Tal estrutura age como mecanismo seletor, ao passo que gratifica alguns comportamentos e pune outros, limitando, portanto, o leque de ações dos atores, fazendo-os produzir resultados semelhantes mesmo quando seus esforços e objetivos variam.

Embora ativa, a estrutura internacional não funciona como um agente, mas influi de forma indireta sobre os resultados. Os efeitos que produz sobre o comportamento estatal são consequência de dois processos perversivos: a socialização e a competição entre os atores. Segundo Waltz, ambos os mecanismos são fundamentais a diversos tipos de sociedade, sejam elas domésticas ou internacionais.

---

and been so uninvolved in one another's economic affairs, as the United States and Soviet Union have been since war” (WALTZ, 1988, p. 624). Nesse sentido, Waltz acrescenta a função central da nova tecnologia militar, expressa pelas armas nucleares. Segundo sua tese, tais mecanismos de guerra auxiliaram na manutenção da estabilidade pacífica da relação entre as potências.

A lógica da socialização, tal qual definida por Waltz, parte da construção recíproca de uma relação de alteridade entre as unidades. Nesse sentido, aponta-se a circularidade das relações entre os Estados, pela qual os atores, além de influírem um sobre o outro, também são influenciados pela situação criada pela interação. Uma vez engajados na relação social, a ação e reação dos Estados compõem um ambiente que modela seus comportamentos. Assim, entende-se que para além de responderem uns aos outros, os atores respondem às tensões geradas pela interação.

Segundo o neorealismo, a estrutura política internacional, enquanto formação coletiva produz “estados de consciência” – modos de agir e reagir – exteriores às unidades, e, por isso, dotados de um poder de coerção em virtude do qual se lhes impõe. O processo de socialização cria normas comportamentais, as quais são consolidadas pela dinâmica circular que prevê a tendência dos atores a induzir comportamentos análogos àqueles de caráter integrador, ou vitoriosos, promovidos por alguma das unidades do sistema. E, assim, a estrutura social reduz a diversidade de ação e estimula a conformação:

Socialization brings members of a group into conformity with its norms. Some members of the group will find this repressive and incline toward deviant behavior. Ridicule may bring deviants into line or cause them to leave the group. Either way the group's homogeneity is preserved (WALTZ, 1979, p.75-76).

Conforme aponta David Dessler (1989), a descrição de Waltz correlaciona a noção de socialização com o processo pelo qual os comportamentos dos Estados são ajustados a um conjunto de regras determinadas. Para aquele autor – como será aprofundado no último capítulo – o modelo posicional da estrutura configura-se como um agregado de condições causais relativamente fixas, reproduzidas involuntariamente de maneira tal que, mediante o constrangimento e modelamento das ações, a estrutura permanece sem transformações.

Assim, a interação social dos Estados tende a produzir um padrão comportamental que preserve as qualidades da estrutura, no caso, a condição anárquica. Segundo Waltz, em sistemas pouco organizados ou segmentados, como o internacional, a socialização age nos segmentos, postulando, por exemplo, a busca pela sobrevivência enquanto princípio de ação externa das unidades. A competição, por sua vez, opera entre os elementos, levando-os a ajustarem seus comportamentos criando um tipo de regulação sistêmica. Ou seja, no ambiente anárquico, o processo competitivo constrange os atores a balancearem o poder dos demais, de modo a equilibrar a distribuição de capacidades e manter as sobrevivências respectivas: “the

structure is defined by the distribution of power; actors react in conformity with their position therein; their action inevitably tend to restore a balance of power” (GUZZINI, 1998, p.134).

Conclusivamente, a teoria de Waltz possui relações causais chave – a anarquia estrutural, no nível sistêmico, e a motivação pela sobrevivência, no nível do ator – das quais são inferidas hipóteses no plano da ação. Assinala-se, pois, uma teoria de dupla causalidade com expectativas delas derivadas, tanto coletivas quanto individuais. Como assinalado, na esfera dos resultados sistêmicos, Waltz edifica a hipótese de que, dados os constrangimentos da anarquia, os Estados tendem a estabelecer relações de equilíbrio de poder entre si. No nível da unidade, postulam-se padrões de ações relacionados à lógica do *self-help* – segundo a qual cada Estado deve prezar pela sua própria segurança.

Quanto a esse último nível, Waltz confere à característica anárquica da esfera internacional o papel de constranger o modo como cada unidade define os fins e meios de suas ações voltadas para o exterior. Nesse âmbito, as unidades funcionalmente semelhantes, porém diferentemente posicionadas, trabalham para manter sua parcela de independência. E, portanto, tendem a enfraquecer os laços de solidariedade entre si.

Nota-se, novamente, um suporte durkheimiano na argumentação de Waltz, que define o sistema internacional como um ambiente regido pelos padrões da solidariedade mecânica. Esse tipo de engrenagem social, nas palavras de Durkheim, caracteriza as sociedades onde a consciência coletiva é bastante extensa, havendo pouco espaço para o desenvolvimento das individualidades. Essa condição traduz um ambiente de divisão do trabalho simples, em oposição às sociedades profundamente especializadas. Nessas últimas, como exemplifica a estrutura interna dos Estados, os segmentos tendem à intensa interdependência entre si, dado as tarefas diferenciadas que realizam e os diferentes bens que produzem e trocam (WALTZ, 1979, p.104).

A interação consequente dos altos graus de especialização fortalece a unidade do organismo social doméstico, caracterizados pela solidariedade orgânica. Ao contrário, a estrutura internacional, na visão de Waltz, conta com pequenos índices de coesão social, uma vez que a solidariedade decorrente desse meio deve fundar-se nas similitudes compartilhadas pelas unidades independentes. O fraco atrelamento entre as partes tornam baixos os riscos de interrupção da relação, explicitando um ambiente de incerteza e pouco estímulo à cooperação.

Nos conceitos específicos de Waltz, as estruturas internas dos Estados condicionam uma vivência de interação interdependente entre as partes, enquanto a estrutura externa gera, no máximo, uma frouxa condição de relacionamento entre os membros. Tal situação é

sublinhada pela lógica da autoajuda, de forma que, no sistema anárquico – em que os atores prezam pelo ganho relativo devido à preocupação com a posição vis a vis aos demais –, os Estados se opõem a toda possibilidade de especialização que estimule a criação de desigualdades. Do mesmo modo, nessa concepção, as chances de intensificação do entrelaçamento social são evitadas por abrirem os canais de dependência entre os Estados.

Dessa forma, as condições pouco harmônicas do sistema seriam respostas espontâneas do tipo de princípio ordenador. Afinal, não obstante a estrutura waltiziana seja horizontal, porquanto anárquica, existe uma hierarquia consequente da distribuição de capacidades materiais entre os Estados. Tal diferenciação em termos de poder faria com que os Estados se engajassem no “dilema da segurança”<sup>37</sup>, o qual, por sua vez, aprofundaria as condições favoráveis à disputa e pouco prováveis à ação coordenada. Afinal, na concepção de Waltz, a busca estatal pela manutenção ou aprimoramento de suas posições relativas, acarreta na escolha tática por meios como a manobra, barganha ou conflito.

Todavia, segundo neorrealismo, a possibilidade constante do uso da força por parte dos Estados, ao invés de gerar o caos, atua no sentido de limitar as manipulações e incentivar a resolução dos litígios. Com isso, a disponibilidade do recurso de poder não significa a ocorrência constante de guerras, mas a condição de iminência do fenômeno, o que, por si, regula a força como mecanismo primeiro dos Estados, trazendo estabilidade ao sistema.

Conclui-se, pois, a condicionalidade do mecanismo do equilíbrio de poder às características de um ambiente composto por mais de dois Estados, dispostos pelo princípio da anarquia e pela lógica da autoajuda. Tal modelo descreve os efeitos dos constrangimentos emergentes da estrutura internacional sobre o comportamento coletivo. Ressalta-se, portanto, que a esse suporte explanatório não competiria a investigação das condutas particulares das unidades, mas, sim, das dinâmicas geradas pela totalidade social. Isso porque o mecanismo do equilíbrio de poder, na literatura neorrealista, intenta esclarecer a forma como a estrutura separa politicamente as ações individuais estatais dos resultados obtidos. Isso é, explica como condutas similares surgem quando os Estados ocupam posições sistêmicas semelhantes, mesmo que seus atributos sejam distintos.

---

<sup>37</sup> “Groups or individuals living in such a constellation [anarchic] must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst” (HERZ, 1950, p 157).

Conforme aponta Ashley, Waltz tentou manter teoricamente a autonomia da esfera política por meio do caráter essencialista e racional atribuído ao conceito de equilíbrio de poder. Nesse sentido, esse conceito passa a ser uma propriedade do sistema, uma lógica inerente, racional e calculada segundo os interesses do Estado pela segurança, e não pela maximização do poder. Logo, *balancing*, “not bandwagoning, is the behavior induced by the system”<sup>38</sup>(WALTZ, 1979, p.126).

Dessa forma, são esclarecidas as condições da ação (ou os vetores estruturais) que dinamizam a agência das unidades no sistema, quais sejam: a anarquia e a distribuição de capacidades. No entanto, como aponta Keohane, o canal de influência entre os âmbitos, agente e estrutura, não se realiza diretamente. Segundo esse autor, o vínculo entre a estrutura sistêmica e o comportamento dos atores no neorealismo é realizado pelo auxílio da importante noção de racionalidade, no sentido instrumental. Tal premissa funcionaria como garantia aos analistas de que os componentes de um sistema reagirão aos constrangimentos infligidos pelo ambiente coletivo.

Como já assinalado, Waltz busca investigar os fenômenos internacionais, de modo que deles possa inferir leis gerais que estabeleçam relações estáveis entre causas e efeitos. Para tal, a exemplo da teoria microeconômica, a preferência por parte dos atores e as ações constrangedoras da estrutura devem ser assumidas enquanto constantes:

At the market level, dynamics are the result of individual utilitarian value maximizing behaviour. Here, individual preferences must be assumed and held constant. At the individual level, the so-called invisible working of the market must be taken for granted theoretically and held constant, for explaining individual behavior (GUZZINI, 1998, p.129).

Dessa forma, apenas estabelecendo a semelhança entre os Estados, que visam igualmente, e primordialmente, à sobrevivência (objetivo básico e permanente) e que para tal possuam um conduta relacionada à cálculos racionais de custos e benefícios de suas ações (modelo do ator racional), é que Waltz consegue fazer com que os constrangimentos da

---

<sup>38</sup> Tomado enquanto comportamento universal, o balanceamento dinamiza-se segundo o número de polos existentes, sendo a configuração pautada em poucos polos mais tendente à estabilidade do que um desenho com múltiplas potências. Assim, para Waltz, a distribuição bipolar carrega as possibilidades de um resultado mais pacífico para as interações estatais. Isso porque evitam-se os riscos de cálculos errados no momento de formulação estratégica, evitando-se igualmente as incursões bélicas deles decorrentes. Como explica Hans Mouritzen: “Internal balancing (each superpower regulating its own balancing strength; for example, through rearmament) is easier to control than balancing through alliance formation. Systemic interdependence — which may provoke conflict — is especially low during bipolarity, as the two poles are likely to be quite self-sufficient” (MOURITZEN, 1997, p. 75).

anarquia sobre os atores sejam validados (GUZZINI, 1998). Ao presumir que os Estados são entidades sensíveis ao custo, isso é, racionais, o autor ativa a sobrevivência enquanto um princípio comportamental sistêmico, valendo-se dele para derivar toda uma cadeia de dinâmicas na anarquia.

### 1.3.2 *Unidades interativas: uma perspectiva estadocêntrica*

*International structure is defined in terms of their primary political units of an era, be they city states, empires or nations*<sup>39</sup>

Como assinalado, a noção de estrutura pressupõe padrões sociais que influem sobre o comportamento das unidades. Logo, estrutura e agente estão logicamente implicados, de modo que conceber uma das partes demanda, ao menos hipoteticamente, a existência da segunda. Para o neorrealismo, tais unidades interativas da estrutura internacional são determinadas segundo a força política que representam para a dinâmica externa.

Nesses termos, o mundo desde Vestfália assistiria a ascensão e a manutenção da entidade Estatal enquanto ator central da disciplina. Segundo Waltz, embora outros agentes (os movimentos transnacionais, as corporações multinacionais, ou os organismos internacionais) possuam existência internacional empírica, o mesmo não ocorre no sentido de sua relevância política, quando comparados aos Estados soberanos. Portanto, afirma-se a posição de que o conjunto interestatal permanece influenciando de forma preponderante os rumos da política internacional, e por isso representaria o coletivo da estrutura analisada.

Num olhar mais detido, podemos ainda captar um segundo recorte dedicando atenção aos Estados líderes do sistema, ou seja, àqueles com posição privilegiada na estrutura, proveniente de uma capacidade material superior aos demais. Tal enfoque apresenta-se como estratégia metodológica, uma vez que o sistema interestatal se caracteriza por um grande número de unidades. Optar pela lógica do *small-number* possuiria, ademais, conveniência ideológica, visto que o neorrealismo advoga pela preeminência das unidades hegemônicas, entendidas como as únicas potencialmente capazes de agir sobre o desenho distributivo da arena internacional.

---

<sup>39</sup> WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Nova York: Mac Graw Hill, 1979, p.91.

Porém, qual modelo acerca da natureza desses atores é adotado pelo neorrealismo? De modo geral, os modelos tradicionais sobre o conceito de Estado estabelecem-se pelas explicações Weberianas, Pluralistas ou Marxistas. Dos realistas clássicos aos autores neorrealistas, identificamos uma preferência pelo padrão exposto por Weber, no qual o Estado é tomado como ator organizacional e intencional, cujas funções assumem duas frentes (uma doméstica e outra internacional), sendo elas: a manutenção da ordem interna; e a promoção da integridade externa frente aos demais Estados. O sucesso dessas ações relaciona-se com as estruturas fortalecidas do Estado, então prescrito, internamente, pelo monopólio legítimo do uso da força e, externamente, pela soberania.

Como sabemos, o estudo das relações internacionais, conforme desenvolvido pelo neorrealismo, atém-se à face externa do Estado, cujas funções e características são tomadas enquanto apartadas do âmbito interno dos mesmos. Assim, o padrão posicional do realismo estrutural abstrai as motivações e intenções dos atores, ou melhor, considera-as constantes, delineando-as como presunções exogenamente determinadas. Com tais elementos invariáveis, abre-se espaço para os fatores de viés materialista, destacados na percepção neorrealista. E, deste modo, apenas a quantidade de Estados e suas capacidades relativas constituem variáveis explicativas importantes.

Não obstante, Waltz realiza suas conceituações a partir de presunções neste nível micro. Assim, a estrutura internacional é composta por um tipo de agente corporativo, o Estado, cujo status ontológico supera a ação dos indivíduos que o compõem. Para o neorrealismo, o Estado conta como um agente internacional, cujo comportamento assume atribuições antropomórficas. Ou seja, as ações políticas são motivadas por interesses e expectativas do ator que, dotado de capacidade cognitiva racional, relaciona ambos determinantes num plano eficaz de alcance dos fins estabelecidos.

As estruturas estatais são tidas como agente unitário e fenômeno real. Para Waltz, tal validade empírica justifica-se pelos padrões comportamentais que aquele gera ao longo do tempo. Já a unidade e coerência da agência corporativa, seria oferecida, segundo Wendt (1999), pela institucionalização temporal da ação coletiva, e o atrelamento das condutas individuais sob a identidade nacional geral. E assim, mesmo sob a negação do olhar reducionista, Waltz acaba adotando premissas implícitas, e imprescindíveis, sobre as unidades sociais da PI.

Nesse sentido, o interesse nacional do ator seria composto por uma base material, as capacidades, mas também por postulados ideacionais, vinculados à motivação dos agentes e

ao caráter do processo que os conecta. Com isso, Waltz (1979) estabelece: a preocupação central dos Estados é a segurança, uma vez que a perseguição de outros objetivos só faz sentido se a sobrevivência estiver assegurada. Embora Waltz defenda que tal característica constitua uma derivação sistêmica<sup>40</sup> e um resultado da lógica de socialização<sup>41</sup>, ao invés de uma descrição subjetivista, notamos que tal premissa é prescrita por postulados sobre natureza dos Estados:

By security-seeking waltz means something more: that states want to preserve what they already have rather than try to get more, for example by conquering other states or changing the rules of the system. This does not follow from wanting to survive. After all, what if one can survive and conquer others? Or what if one believes the only way to survive is by doing so? Schweller argues that by assuming that states are security-seeking Waltz is tacitly assuming they are satisfied or “status quo” powers (WENDT, 1999, p. 104).

Assim, mesmo com o intuito de substituir o tom psicológico dos enunciados teóricos do realismo clássico, o neorealismo de Waltz não conseguiu escapar à caracterização subjetiva do ator, por mínima que seja. E, portanto, a natureza agressiva e oportunista contida na visão de Morgenthau torna-se a conduta defensiva e prudente do Estado waltziano.

Ademais, cabe notar que o Estado representa uma figura egoísta, voltada a seu próprio interesse, seja esse expansionista, ou mantenedor do *status quo*. Por fim, a dinâmica externa seria o resultado da combinação entre natureza dos Estados, suas capacidades materiais e a anarquia da estrutura internacional. O ciclo derivado, e quase tautológico, gera o sistema de autoajuda em que o medo e a insegurança pressionam os atores às corridas armamentistas, podendo chegar a guerras de fato, embora essa não seja a norma recorrente do sistema, que tende, pelo cálculo geral, à estabilidade das condutas do equilíbrio de poder.

Como vimos, a determinação de causalidade aos agentes políticos reflete as premissas filosóficas que subscrevem tal formulação, podendo esclarecer toda uma cadeia de deduções lógicas desenvolvidas pela teoria. Conforme a base social ontológica sobre a qual se fundamentam os estudos da motivação estatal, originam-se categorias de racionalidade, as quais podem ser individual, coletiva, ou simultaneamente individual e coletiva. Nesse sentido, analisaremos a seguir a noção do Estado, a partir do modelo do ator racional. Afinal, estabelecida a natureza dos interesses (egoísta, voltado à segurança) e das expectativas

---

<sup>40</sup> “The survival motive is taken as the ground of action in a world where the security of states is not assured, rather than as a realistic description of the impulse the lies behind every act of the states” (WALTZ, 1979, p. 92).

<sup>41</sup> “Internationally, the environment of states action, or the structure system, is set by the fact that some states prefer survival over other ends obtainable in the short run and act with relative efficiency to achieve that end” (WALTZ, 1979, p. 93).

(insegurança sobre a ação dos demais) dos Estados, falta-nos compreender como tais vetores se relacionam. Para tanto, voltemo-nos ao entendimento da orientação instrumental.

#### 1.3.2.1 O modelo do ator racional

Na perspectiva racionalista, a compreensão da agência intencional resume-se pela equação: desejo mais crenças geram comportamento. Nesse quadro, o primeiro elemento relaciona-se com os interesses e as preferências do ator; já o segundo reflete o conjunto de ideias e expectativas desse mesmo agente sobre o ambiente. Para a abordagem racionalista, cada um desses determinantes constitui uma esfera independente, de forma que a formação dos interesses está desconectada da dimensão ideacional e social do ator, caracterizando-se por preocupações materiais e individualistas.

Dessa forma, a relação entre os desejos e as crenças realiza-se por meio de um raciocínio instrumental, de modo que tais elementos não exercem função constitutiva entre si. Assim, enquanto os interesses atuam como os motores ativos da ação, as ideias operam passivamente como meios para a realização dos desejos construídos exogenamente (WENDT, 1999). A racionalidade instrumental caracteriza, pois, o potencial cognitivo capaz de articular eficazmente os interesses particulares com as expectativas sobre o ambiente, de modo a maximizar as chances de ganho pessoal.

Tal descrição instrumental, quando confrontada ao conceito intersubjetivo compõe as antípodas de um dos debates mais importantes do campo da teoria social. Afinal, desde 1980 aos dias atuais, a problemática da racionalidade (se cognitivo-instrumental ou intersubjetiva) permanece como alvo de contestação e discussão no campo. Na área das RI, o discurso neorrealista, como grande parte das teorias tradicionais, apoiam-se naquele primeiro entendimento da razão: uma faculdade cognitiva voltada ao cálculo instrumental dos custos e benefícios envolvidos no processo decisório ou de formulação política. Acentua-se, pois, a opção do neorrealismo por uma fundamentação teórica racionalista e pelo método positivista, os quais se associam a esse entendimento singular do comportamento social.

Portanto, a busca pelo rigor científico implicou a teorização de um tipo particular de subjetividade (modo de ser e agir dos atores), geralmente definido pelo modelo do ator racional, tal qual descrito, originalmente, pela teoria econômica neoclássica. A importação da noção de racionalidade instrumental para o campo das ciências sociais realizou-se

majoritariamente por meio da teoria da escolha racional e representou a introdução nos estudos humanísticos de um modelo de abstração matemático e de um determinismo preditivo.

Os contornos centrais da chamada teoria da escolha racional foram demarcados por autores como Kenneth Arrow, Anthony Downs, William Riker, James Buchaman, Gordon Tullock e Mancur Olson. Influenciados pela teoria econômica e pela lógica definida aos consumidores, tais autores formularam um tipo de ação social sublinhada por postulados comportamentais específicos, cuja carga normativa se aproxima da atitude geral de maximização de interesses particulares. Essa vertente buscou edificar uma atitude racional perante as circunstâncias de decisão social, de modo que, numa situação de escolha, a única motriz da ação individual seriam os interesses e desejos pessoais do ator<sup>42</sup>.

Com isso, argumenta-se que a conduta política seria o produto da cognição individual e instrumental capaz de relacionar eficazmente recursos escassos com fins definidos autonomamente. A hipótese do interesse egoísta torna-se um suporte previsível e estável para edificar uma teoria objetiva da racionalidade sociopolítica. Isso porque o vetor solipsista catalisa a simplificação da ação social estabelecendo elementos comportamentais fixos, aumentando a possibilidade de antecipação das condutas observadas.

Nesse sentido, destacamos o modelo do ator racional enquanto produto de uma posição científica específica, bastante afim à postura metódica de Kenneth Waltz. O entendimento acerca de uma realidade positivada, da qual se utiliza apenas os parâmetros substantivos, compatibiliza-se com o engajamento metodológico de Waltz vinculado à depuração da realidade empírica. Nesse sentido, Waltz identifica no comportamento instrumental e racional, exposto pela teoria da escolha racional, os elementos considerados fundamentais para a explicação teórica elegante da conduta estatal.

Para compreender os traços do modelo racional, e o subsequente desenvolvimento pelo neorealismo, devemos ir além do reconhecido legado utilitarista. O movimento de constituição da noção da racionalidade instrumental, ou econômica, remete-se à filosofia política do pensamento liberal no século XVII, e incorpora as caracterizações subjetivas de autores como Hobbes e Adam Smith (CARVALHO, 2006). Para eles, o indivíduo, experimentando uma ânsia incontrolável de desejos num contexto de escassez (como, supostamente, caracterizar-se-ia o cenário internacional) passa a adotar uma postura de

---

<sup>42</sup> Autores como Olson, Coleman, Hechter, Elster e Reis desenvolvem a ideia cognitivo-instrumental da maximização dos interesses individuais como substrato único da ação social.

satisfação pessoal por meio do cálculo racional das consequências de cada ação para seu ganho particular.

Consoante ao apontado, o neorealismo compreende o Estado como uma máquina de maximização capaz de avaliar<sup>43</sup> os dados de oportunidades dispostos no processo de interação, e a partir daí optar pelos fins mais eficazes para atingir seus objetivos definidos de forma autônoma. A capacidade do ator racional de se autogovernar em relação aos interesses existentes no processo interativo expressa uma noção de liberdade, segundo a qual o indivíduo não sofre influência das dimensões fora de si para a elaboração de seus interesses, muito embora, segundo Waltz, no momento das escolhas, as pressões estruturais sublinhem as ações.

O comportamento racional lida com fins egoístas visando, de forma abreviada, à segurança e ao poder particular. Nessa perspectiva, os agentes definem o sentido de suas ações considerando apenas suas consequências correlatas, para si próprios. Assim, a definição do ator estatal enquanto uma entidade racional implica, resumidamente, em dois pontos chave: primeiro, o Estado é dotado de uma reflexão consciente, calculada e constante dos custos e benefícios das ações, demonstrando uma capacidade de controlar, e conhecer, os fatos e as regras do jogo envolvidos na interação; em segundo lugar, os agentes tendem a perceber o mundo, e os outros atores, enquanto mecanismos operacionais para a realização de seus interesses pessoais, refletindo, assim, seu caráter instrumental (CARVALHO, 2006).

Tais características espelham, ainda, uma condição anterior referente aos processos de individualização submetidos a uma teleologia social competitiva. A teoria da ação que se desdobra desse contexto funda-se na noção de competição como modo de interação essencial, traduzindo, filosoficamente, uma noção oportunista do homem, e uma percepção hobbesiana do mundo. Como veremos no último capítulo, Waltz faz uso da noção de ator racional estratégico, em oposição à formulação paramétrica<sup>44</sup>, conforme exposto pela teoria dos jogos. Para essa corrente teórica, nas relações competitivas a consideração do Outro fica restrita à consciência do atrelamento mútuo das ações racionais entre os jogadores, de modo que estes,

---

<sup>43</sup> Dentro do próprio campo da escolha racional, encontramos posição contrária à ideia de um cálculo racional preciso por parte dos atores. Esta postura defende a proposição de uma racionalidade limitada (*bounded rationality*) devido ao aparato de informação incompleta que os indivíduos possuem. J. March e H. Simon expõem essa perspectiva na obra “Teoria das Organizações” (1979).

<sup>44</sup> Basicamente, num sistema interativo, a ação pressupõe o envolvimento do ator num ambiente em que os objetivos e ações dos outros atores influem sobre suas condutas e decisões. Todavia o ambiente paramétrico representaria a situação contrária, i.e, àquela em que o ator poderia se despojar dessas variáveis, considerando os demais atores como constantes (ou como parâmetros). Assim, o sucesso de suas decisões dependeria apenas de seu controle sobre as informações, sem a consideração direta das decisões dos demais agentes.

nos termos da atitude solipsista, visariam balancear as expectativas de comportamento dos demais participantes (VON NEUMANN; MORGENSTERN, 2004).

Pelo olhar da teoria dos jogos, os agentes racionais estão envoltos por influências e restrições conjunturais, advindas da estrutura de resultados possíveis. As decisões de cada ator estão conectadas à dos demais, criando uma causalidade geral, da qual podem derivar equilíbrios distintos. No caso do realismo estrutural, seus atores estariam inseridos espontaneamente num ambiente competitivo, cuja natureza homogênea e estratégica impede um equilíbrio social otimizado. Ou seja, supõe-se que as unidades interativas compartilham um conhecimento comum de racionalidade, que, somado à proposição do alinhamento de crenças, produziria a expectativa negativa de uma conduta instrumental geral, reforçando a dificuldade de compatibilização das vontades e, por consequência, de cooperação. Em termos sociológicos, o neorealismo aponta um tipo de ação sistemicamente integrada, isto é, realizada de forma objetivada, em que os elementos da relação se entendem como meio para alcançar seus fins privados.

Cabe retomarmos, então, o uso de uma concepção pré-social da racionalidade, que abstrai a formação identitária realizada pela relação entre os componentes da comunidade internacional. Nesses termos, o fundamento das ações políticas internacionais edifica-se pela articulação entre a utilidade pessoal e o pensamento estratégico dos agentes (mesmo sendo eles coletividades). Assim, tais modelos não exploram, ou problematizam as preferências e interesses dos Estados, cujo processo de constituição apresenta-se estável, sendo gerados por uma carga normativa privada: o interesse na segurança.

Estabelece-se, portanto, um ciclo de reforço entre a estrutura anárquica e a ação instrumental. Captamos nesse atrelamento uma das propriedades normativas do realismo estrutural, voltada ao intuito de sistematizar uma autorregulação social para a política internacional. Nesse sentido, a construção neorrealista estabelece uma premissa fundamental (o interesse pela sobrevivência e a condição anárquica), integrada a um mecanismo geral de restabelecimento espontâneo do equilíbrio sistêmico (resultado do comportamento cognitivo-instrumental geral). E, portanto, nos desenvolvimentos de Waltz, o equilíbrio de poder passa a ser uma propriedade comportamental do sistema e uma lógica inerente e automática do sistema interestatal.

Por fim, percebemos como as categorias explanatórias fundamentais ao neorealismo – como a anarquia, a lógica da autoajuda, e o equilíbrio de poder – estão intrinsecamente associadas à definição do Estado como subjetividade transcendental, e individualista. Como

conclui Ashley, o neorealismo trairia, dessa forma, seu propósito de combater o atomismo lógico dos realistas clássicos, afinal, “from start to finish, Waltz’s is an atomist conception of the international system” (ASHLEY, 1986, p.288). Aponta-se, pois, a importância dessa análise acerca das premissas do ator estatal, as quais, embora geralmente pouco refletidas, geram efeitos sobre a esfera da socialização, e sobre a própria imagem da política internacional, conforme teorizado por Waltz. Voltaremos a esse tópico, no último capítulo, quando problematizamos esses postulados suprarreferidos com suporte do conteúdo ulterior.

#### **1.4 Conclusão: um epígono da ciência moderna**

Nesse capítulo apresentamos a teoria neorrealista elaborada por Kenneth Waltz, compreendida como uma tentativa de formalizar o discurso realista, opondo-se ao viés pluralista dos discursos clássicos que assumem a interdependência do ambiente internacional, implicada na inviabilidade de se isolar tal domínio das demais variáveis (como economia e política nacionais). Logo, ao contrário das versões precedentes, Waltz esclareceu seu intuito em desenvolver uma noção de estrutura política internacional, a qual possibilitasse pensar as RI como uma matéria “that could be studied in its own right” (WALTZ, informação verbal).

Nesse sentido, o autor teve de realizar algumas escolhas metodológicas que adequassem sua teoria a tal propósito, deparando-se, portanto, com os trabalhos de Adam Smith e seus seguidores. Esses que, influenciados pelo modelo newtoniano, e por princípios do jusnaturalismo e da filosofia estoica, formularam o projeto disciplinar das ciências econômicas. Projeto, esse, alcançado pela identificação intelectual da cadeia invisível que ligaria as ações humanas, conduzindo-as a uma sociedade economicamente harmônica.

De forma semelhante, Waltz enxergou nas estratégias explicativas das ciências naturais, (vinculadas à identificação de causas e à construção de explicações dedutivo-nomológicas) um caminho metódico eficaz para se isolar o domínio da PI, e, assim, torná-la um campo de estudo autônomo com relação às demais áreas das ciências sociais. Nesse sentido, a lógica metodológica prescrita no neorealismo sustentou a definição da estrutura internacional enquanto variável independente, cujo potencial explanatório adviria de sua capacidade em reduzir a diversidade dos condicionantes sociais numa lógica causal, capaz de desvelar os comportamentos e resultados sincrônicos do sistema. Como aquele autor aponta:

“in order to get beyond “the facts of observation”, as we wish irresistibly to do, we must grapple with the *problem of explanation*” (WALTZ, 1979, p.6 *grifo nosso*).

Todavia, o autor pouco disserta sobre em que consistiria esse exercício, “a explicação”. Não obstante, a partir do exposto nesse capítulo e em conformidade com outros analistas (NEUFELD, 1993; WENDT, 1999) podemos sugerir que para Waltz a explicação seria uma atividade debruçada sobre as causalidades, e não sobre a constituição dos elementos analisados. Em outras palavras, as estratégias explicativas buscariam responder aos porquês da dinâmica externa – por que determinados comportamentos são prováveis em dadas circunstâncias? – ao invés de compreender *como* foram construídas as condições sociais que tornaram tais práticas possíveis (DOTY, 1993).

De forma geral, os discursos explicativos raramente problematizam a natureza dos atores ou o ambiente de significados, responsáveis pelas ações internacionais. Como aponta Neufeld (1993), ao passo que Waltz não se detém em enunciar claramente o escopo de sua explicação, ao menos deixa explícito o que sua estratégia heurística não seria: um exercício interpretativo ou hermenêutico. Ou seja, o objetivo explanatório do neorrealismo não visa iluminar o motivo dos atores numa ação, muito embora termine por edificar-se sob as premissas vinculadas a essas questões. Como argumenta Keohane, o realismo estrutural de Waltz “lies less in his initiation of a new line of theoretical inquiry or speculation than in his attempt to systematize political realism into a rigorous, deductive theory of international politics” (KEOHANE, 1986, p.15).

Haveria nessa conduta metodológica traços da filosofia naturalista<sup>45</sup>. Isso é, a premissa de que haveria uma continuidade entre as investigações humanísticas e naturais, uma vez que tais campos não contariam com uma distinção nítida de modelos, por empreenderem uma mesma acepção de ciência, em que a epistemologia deveria, ao menos, ser informada pelos resultados de investigações empírico-científicas. Ademais, àquela influência naturalista de Waltz, somam-se componentes cartesianos. Isto é, a opção epistemológica prescrita no neorrealismo encarna o valor do mundo moderno: subscrito pela ação privilegiada da razão humana (aqui referida como faculdade cognitiva) sobre as intempéries da natureza. Assim, conforme as propostas do movimento filosófico iluminista, a acepção filosófica de Waltz

---

<sup>45</sup> De acordo com o postulado balconiano da *una scientia universalis*, a estrutura da ciência estaria voltada à identificação de uma lógica unívoca, capaz de ligar os primeiros princípios, aos enunciados observáveis. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 22). O grau de universalidade dessa lógica formal tornaria, então, as ciências equivalentes.

parece vincular-se à inserção de métodos racionais na apreensão intelectual dos problemas da vida social e do mundo natural (TOULMIN, 1992).

Logo, o neorrealismo engajou-se na produção científica como empreendimento formal, na qual a racionalidade técnica deveria despojar qualquer julgamento valorativo. Por essa perspectiva, “scientific discourse cannot critically examine the meaning structures at work in and accounting for scientists’ mutual recognition of the concepts they deploy. Scientific discourse can speak decisively only to the efficiency of means” (ASHLEY, 1986. p. 284).

Retrocedendo no tempo, esse processo de formalização do discurso científico inaugurou-se no campo da epistemologia pelos trabalhos de Descartes<sup>46</sup>, que promoveram o estilo *theory-centered* para os estudos humanísticos. Nesse sentido, os estilos do campo de estudo da ética, ou da história foram marginalizados por operarem com um tipo de racionalidade científica diversa. Assim, com a ciência moderna, as preocupações mantidas pela renascença humanista são abandonadas pela negação de quatro formas diferentes de conhecimento prático<sup>47</sup>: o conhecimento oral; o particular; o local e o transitório (TOULMIN, 1992).

Conjuntamente, tais mudanças expressaram uma transformação histórica no modelo de ciência, pela qual a filosofia prática (orientada a casos temporal e localmente situados) redireciona-se a fim de alcançar uma concepção teórica da filosofia (TOULMIN, 1992). Embora antigas, essas modificações estenderam-se a muitos dos modelos de pesquisa humanísticas, vigentes ainda hoje. Esses que, desde então, passaram a privilegiar o uso do raciocínio formalizado expresso nos métodos abstratos e permanentes (comum aos campos,

---

<sup>46</sup> Cf. DESCARTES, René. Discurso do Método. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 2006.

<sup>47</sup> Dessa forma, os valores científicos impulsionados com a modernidade, limitaram a noção de ‘racionalidade’ aos argumentos teóricos que atingissem uma certeza quase geométrica, privilegiando os modelos da física, comparativamente aos demais, preteridos de valorização cognitiva. Assim, com o advento das reflexões de Descartes, a retórica deixa de ser reconhecida como um campo legítimo da filosofia por fundar-se em argumentos apoiados na percepção humana. Afinal, a partir da tradição da filosofia moderna, o conhecimento “concentrated on formal analysis of chains of written statements, rather than on the circumstantial merits and defects of persuasive utterances. Within that tradition *formal logical was in, rhetoric was out*” (TOULMIN, 1992, p. 31). Ademais, o próprio referencial da filosofia transforma-se, deixando de pautar-se em reflexões sobre casos particulares da vida humana, para adotar o plano abstrato dos problemas gerais. Outra alteração similar relacionou-se ao caráter local dos estudos históricos, etnográficos ou geográficos do século XVI, isso porque “the demands of rationality impose on philosophy a need to seek out abstract, general ideas and principles, by which particulars can be connected together” (Idem, p.32). Assim, identificar os princípios universais torna-se atividade privilegiada frente ao estudo da diversidade das idiosincrasias locais. Portanto, paralelamente, o escopo temporal dos objetos de estudo passou a focalizar os elementos intemporais, opondo-se às descobertas de fatores transitórios, ou logo, da própria história como processo.

sejam eles naturais ou sociais, e às épocas, quais forem) com intuito de derivarem soluções gerais de problemas universais.

Concernentes a esse cenário, os pesquisadores das RI, e especialmente aqueles sob a tradição intelectual norte-americana, como Waltz, procuraram produzir reflexões segundo critérios metódicos pautados na busca de um saber explanatório, fundado em inferências lógicas generalizantes. Tais características relacionadas ao pressuposto de objetividade são problematizadas no último capítulo, quando abordamos as contradições que esses métodos oferecem às teorias humanistas, especialmente aos conceitos relacionados aos atores políticos do neorrealismo, que ao serem enquadrados na lógica de estabilidade (objetivação, abstração e categorização) das ciências naturais, tornam-se objetos epistêmicos, mas perdem seu predicado animado, visto que reificados.

Nesse sentido, a exposição da teoria neorrealista realizada neste capítulo justifica-se pelo auxílio na identificação e na compreensão desses valores científicos que subscrevem a produção dos conceitos de Waltz. Valores expressos tanto por preferências epistemológicas (racionalismo) como metodológicas (positivismo), e desdobrados num modo particular de apreender a PI. Assim, obtemos o entedimento necessário para as análises críticas posteriores, associado à noção de que a teoria neorrealista é construída segundo uma perspectiva específica de ciência, que, antes de ser uma acepção geral, inscreve-se num movimento histórico particular das ciências sociais moderna, com desenvolvimento especial na academia norte-americana.

Todavia, a difusão epistêmica do racionalismo, que sustenta a teoria neorrealista, alcançou extensão bastante ampla, a ponto de muitos creem-na universal, gerando riscos de um possível dogmatismo teórico e metodológico nas pesquisas sobre as RI. Por isso, após o objetivo interpretativo desse capítulo, ressaltamos uma segunda natureza propositiva da dissertação orientada para a desconstrução do caráter transcendental dos postulados neorrealistas, em especial daqueles referentes à substância do sujeito político internacional, enquanto uma subjetividade instrumental. Assim, após identificar os valores científicos, e as bases conceituais que amparam a produção de Waltz, estamos aptos a desfazer aquela confusão universalista, captando o enraizamento social e histórico implicado na teoria neorrealista, conforme se propõe o estudo do capítulo a seguir. Afinal, a reatualização e o impulso do legado racionalista moderno se efetivaram por meio de um cenário particular, e contemporâneo a Waltz, qual seja o ambiente social, cultural e político norte-americano. Segue-se, portanto, uma análise sociológica acerca desses fundamentos do neorrealismo.

## 2 SIGNOS EM DESMONTE: SOBRE OS FUNDAMENTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS DO REALISMO ESTRUTURAL

*Mas que coisa é homem,  
que há sob o nome:  
uma geografia?*<sup>48</sup>

### 2.1 Introdução

No empenho em compreendermos a imagem política desenvolvida pelo neorrealismo – ou, por uma visão desmembrada, os conceitos de sujeito político internacional e suas práticas – estabelecemos dois caminhos orientados a tal fim. O primeiro deles, a trilha metateórica, foi iniciada no primeiro capítulo, em que apreendemos o realismo estrutural de Kenneth Waltz, por meio das heranças epistemológicas e criações conceituais que o compõem. Com isso, visamos responder, afinal, “o que propõe a ferramenta analítica neorrealista?”.

Todavia, outra trilha igualmente importante e paralela deve ser seguida para o alcance daquele objetivo interpretativo, qual seria: a pesquisa sociológica – voltada a compreender o porquê das questões, dos modelos e das soluções abordadas. Isso é, analisar a qualidade normativa subjacente ao processo de seleção – inclusão ou exclusão – dos temas estudados, desvelando seus possíveis fundamentos políticos e culturais, emanados da sociedade. Afinal, questiona-se: a natureza materialista e conflituosa das problemáticas abordadas pelo neorrealismo, ou mesmo a descrição do Estado como ator racional e central aos estudos, seriam frutos de condicionantes puramente intelectuais? Para os estudiosos da sociologia do conhecimento, não.

Segundo os pesquisadores dessa área, além dos elementos cognitivos, as teorias possuem vínculos importantes com a posição social do autor, sem que isso implique a redução da atividade intelectual ao status de epifenômeno. Assim, o olhar sociológico produz uma reflexividade do saber, pela qual se enfatiza “o sujeito do conhecimento, tematizando-o como parte, como parte ativa, do ato de conhecer” (LAMO DE ESPINOSA et al., 1994, p.48). Sinteticamente, Goldman explica: “sociology of knowledge is the analysis of the sources

---

<sup>48</sup> Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. Especulações em torno da palavra homem. In: \_\_\_\_\_. **Antologia Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.182-185.

and meanings of forms of knowledge in relation to the experience, institutions, traditions, practices, and positions of social groups and the individuals within those groups” (1994, p. 266).

Seguindo essa linha, a análise que segue será sublinhada pela tese da práxis, sobre a qual estabelecemos o vínculo recíproco entre o realismo e o ambiente social norte-americano. Assume-se que o pensamento realista, desde sua versão clássica à revisão de Kenneth Waltz em 1979, influenciou a disciplina das RI e a política externa dos EUA; tão logo foi influenciado por essa prática governamental e pela tradição epistemológica das ciências sociais norte-americanas. Por isso, uma vez pontuada no primeiro capítulo a posição do neorealismo dentro do debate interno à escola, atentaremos-nos, por ora, à história externa do mesmo, isto é, à compreensão de sua evolução enquanto integrante do contexto das ciências sociais americanas e das contingências sócio-políticas do país. A desnaturalização dos conceitos tomados como estáveis, ou universais, é importante por expandir os horizontes analíticos, enriquecendo a reflexão crítica.

Desse modo, argumenta-se pela existência de razões sociais e contextuais para que Waltz estudasse o que estudou e da forma que estudou. Tais razões de conteúdo coletivo (crenças, valores, consensos), a partir dos trabalhos de Thomas Kuhn (2006), assumem relevância não apenas para os estudos da gênese social do conhecimento, mas também para os processos de validação dos mesmos, anteriormente sob atuação exclusiva da Filosofia das Ciências. Segundo Kuhn (2006), a produção do conhecimento não comporia um processo livre de concepções teóricas, ao revés, aquele seria construído por comunidades sociais que seguem normas, tradições e regras de leitura e interpretação acordadas coletivamente.

Nesse sentido, a partir 1970, a linha clássica da chamada ‘sociologia do conhecimento’<sup>49</sup>, cujas explanações restringiam-se à conexão da ciência com seu contexto social, reorientou-se e atualizou-se, legitimando tal conteúdo como fator importante para o reconhecimento cognitivo dos trabalhos. Além do impulso propiciado pelas reflexões de Kuhn, soma-se, à época, a crise geral do programa funcionalista estrutural e o auge das tradições fenomenológicas na teoria sociológica, os quais fortaleceram essa tentativa de combinar explicações sociais e cognitivas de uma forma não reducionista.

---

<sup>49</sup> Dentre seus principais expoentes, destaca-se Karl Mannheim, com a obra “Pensamento Conservador” (1927).

O Programa Forte, como ficou conhecida a corrente originada desse movimento, representada por nomes como David Bloor e Barry Barnes<sup>50</sup>, percebeu e sustentou a possibilidade de desenvolver críticas ao racionalismo e ao realismo epistemológico clássico. Baseados na filosofia de Wittgenstein, os componentes daquele programa definiam tais estruturas lógicas como regras de linguagem e, portanto, relacionadas ao meio social e preteridas de um caráter verossímil *per se*. Entrementes, outras correntes ganham fôlego, como a denominada ‘construtivismo social da ciência’, ancorada pelas reflexões de Berger e Luckmann e desenvolvida por estudiosos como Karin Knorr-Cetina, Bruno Latour e Steve Woolgar.

Embora haja uma diversidade de correntes, cada qual considerando graus distintos de implicação do ambiente social sobre a produção intelectual, os estudos desse campo compartilham a definição do pensar como atividade coletiva, uma vez que, nessa perspectiva, os meios disponíveis para que expressemos nossas experiências são limitados socialmente. Afinal, para se comunicar, quer sejam pensamentos ou falas, um indivíduo utiliza um vocabulário pré-existente, cujos significados determinam, em grande parte, os caminhos do discurso:

The individual confronts “preformed patterns of thought and of conduct” which represent “responses to certain typical situations” developed by men in certain groups. In short, not only is it true that the individual “speaks the language of his group”, he also “thinks in the manner in which his group thinks” (ASHCRAFT, 1981, p. 26).

Nesse sentido, a teoria política constituiria um discurso público, dotado de um quadro de significados partilhados. Logo, o corpo teórico comporia um sistema de relações sociais, em que a perspectiva intelectual interage com um sistema econômico e com estruturas de poder dos grupos sociais vigentes. Do contrário, a discussão política seria reduzida a um tipo de consciência universal, na qual o homem não representa uma entidade histórica e social, mas, antes, unidade divorciada do contexto da vida coletiva (ASHCRAFT, 1981).

---

<sup>50</sup> O debate lançado por esses autores parte da tese filosófica do externalismo que, há tempos, compõe o campo das ciências sociais. Tal orientação propõe o entendimento das produções científicas por meio da consideração, em maior ou menor grau, dos fatores normalmente considerados “exógenos” à própria ciência, i.e., externos à estrutura teórica, metodológica ou lógica do processo cognitivo. Esses fatores seriam de natureza psicológica ou sociológica – ambiente social, econômico, político, etc. Sendo que, esses últimos caracterizam as análises sugeridas pela sociologia da ciência que reconhecem o papel de tais elementos no desenvolvimento das teorias e mesmo no desenho dos programas de pesquisa. O ‘programa forte’, apresenta também algumas versões mais radicalizadas sobre esse debate, as quais declaram: “It [cultural ambience] determines not only their choices of problems to investigate, but their so called philosophical conception of nature of science and the criteria of warrantability that they use in evaluating beliefs” (GORDON, 1991, p. 621).

Ainda, segundo as análises de Mannheim (1980), o processo intelectual desenvolve-se de acordo com as mudanças gerais no relacionamento existencial do homem, e entre ele e as coisas. Conforme as reflexões daquele autor, o conhecimento refere-se a um tipo específico de vinculação entre o sujeito conhecedor e o objeto analisado. Por isso, o autor refere-se ao historicismo como uma ferramenta positiva de estudo, visto que provê “a home and a context of meaning for our methodological analyses” (MANNHEIM, 1980, p. 431).

Dessa forma, somado à história, o campo da sociologia contemporânea tem desenvolvido importantes estudos sobre as dinâmicas das ‘consciências’ coletivas, revelando o caráter improvável da suposição de que o indivíduo adquire conhecimento de forma isolada (ELIAS, 2008). Por essa perspectiva, a aquisição do conhecimento é realizada por meio de uma rede conceitual de longo prazo, em que o indivíduo parte de um conjunto já adquirido de saberes para, a partir de então, ampliá-los, revê-los, etc. Retrospectivamente, essa problemática da relação entre consciência e sociedade foi comumente associada à formulação teórica de Marx e Engels, da qual as abordagens da especialidade sociológica refletem resquícios, muito embora seus desenvolvimentos difiram, em graus distintos, do paradigma marxiano. Ora, não inusitadamente, alguns autores da área (como FEMIA, 1981) retomam os aportes marxistas, como elaborados por Gramsci, a fim de repensar, ou enriquecer, seus estudos. Afinal, o materialismo histórico de Gramsci rompe com as leituras reducionistas e, portanto, conecta as ideias às condições materiais, constituindo um ciclo de influência recíproca<sup>51</sup>.

De forma correlata, o presente trabalho opõe-se ao paradigma epistemológico clássico da polaridade estática entre sujeito e objeto, o qual admite a preponderância exclusiva de uma das antípodas, assumindo estados limítrofes de subjetividade, ou de objetividade (ELIAS, 2008). Nesse sentido, no campo específico das Relações Internacionais, adotamos as contribuições dos teóricos críticos<sup>52</sup> que também questionam os procedimentos de

---

<sup>51</sup> Por meio do conceito de ‘bloco histórico’, Gramsci rejeita toda relação mecanicista ou determinista da relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, ente forças materiais e ideologia. Ao contrário, o autor defende uma relação de reciprocidade essencial entre esses elementos, qual seria o processo dialético real. Entende-se, pois, que entre o mundo superestrutural das ideias e o mundo estrutural das relações materiais não há uma direção unilateral de causalidade, mas sim um movimento dinâmico de relações recíprocas mutáveis conforme seu desenvolvimento histórico. Para uma discussão aprofundada sobre o conceito gramsciano de bloco histórico, ver: PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>52</sup> Nesse sentido, o termo refere-se ao quadro amplo de teóricos que, especialmente após a década de 1980, passam a opor-se aos discursos positivistas/empiristas produzidos pela comunidade intelectual anglo-americana, problematizando-os como o arquétipo da interpretação científica do ocidente moderno, sinônimos da aplicação de um modelo universal de racionalidade. Tal será a crítica central da chamada “agenda dissidente” nas RI, que, dentre outras questões, aponta o caráter inadequado do modelo positivista para as ciências humanas, delineando, ao contrário, a necessidade de se fundamentar todo conhecimento sobre o mundo social nas relações históricas, culturais, ideacionais e de poder que os engloba.

objetivação, abstração e categorização, decorrentes dos modelos monolíticos. Dentre essa linha, ressaltamos a vertente derivada da Escola de Frankfurt, cujas reflexões confrontam a ortodoxia das ciências sociais por meio de uma perspectiva holística – influenciada por alguns elementos do Hegelianismo/Marxismo e impulsionados por uma noção sofisticada de dialética (GEORGE; CAMPBELL, 1990).

As análises da Teoria Crítica opõem-se às pretensões científicas da filosofia moderna, focando-se no esclarecimento da natureza social, histórica e linguística dos significados cognitivos, e sua vinculação às relações de poder. Ao fazê-lo, aqueles intelectuais buscam denunciar o potencial totalitário de uma forma particular de razão – a racionalidade instrumental – a qual teria, desde o Iluminismo, delineado o pensamento anglo-saxônico, expresso no conhecimento do tipo *problem-solving*<sup>53</sup>. Segundo Robert Cox, tal perspectiva comum às ciências sociais norte-americanas tem influenciado intensamente o pensamento realista desde a Guerra Fria, o qual se caracteriza pelo estabelecimento de uma ordem fixa e estável, atormentada por violências endêmicas e sistêmicas (GEORGE; CAMPBELL, 1990).

Dessa forma, o processo epistemológico e metodológico que originou o neorealismo, conforme exposto no primeiro capítulo, entrelaça-se ao movimento histórico de intervenção da razão nos meios pelos quais o conhecimento e seu objeto são constituídos. Tal processo, como aponta Horkheimer, não se localiza puramente no mundo intelectual, coincidindo, também, com as lutas sociais por determinados estilos de pensamento e de vida. Logo, o processo de teorização de Waltz, caracterizado pela racionalidade científica, teria sido perpassado por regras sociais, valores e significados linguísticos, que, conjuntamente, orientam a disciplina para uma perspectiva mais técnica centrada em estratégias de resolução de problemas.

A fim de desenvolver tais problemáticas, a Teoria Crítica enfatiza o princípio responsável por ligar teoria e prática, ou mais especificamente, por esclarecer a natureza história e política do conhecimento, qual seria: o conceito de práxis. Por meio dele, os

---

<sup>53</sup> Nas palavras de Cox, *problem-solving theory* seria um discurso que “takes the world as it finds it, with the prevailing social and power relationships and the institutions into which they are organized, as the given framework for action. The general aim of problem-solving is to make these relationships and institutions work smoothly by dealing effectively with particular sources of trouble. Since the general pattern of institutions and relationships is not called into question, particular problems can be considered in relation to the specialized areas of activity in which they arise. Problem-solving theories are thus fragmented among a multiplicity of spheres or aspects of action, each of which assumes a certain stability in the other spheres (which enables them in practice to be ignored) when confronting a problem arising within its own. The strength of the problem-solving approach lies in its ability to fix limits or parameters to a problem area and to reduce the statement of a particular problem to a limited number of variables which are amenable to relatively close and precise examination” (COX, 1981, p. 128-129).

teóricos críticos buscam reconectar o conhecimento teórico aos interesses político-sociais das sociedades que os contextualizam, destacando o debate acerca da construção da realidade. Com isso os autores ressaltam a relação dialética entre teoria e prática, de modo que tal discussão revela o papel ativo do formulador teórico enquanto construtor do mundo. Entrementes, insere-se a reflexão sobre a natureza social da atividade teórica, na medida em que o processo de organização intelectual da realidade influi ontologicamente sobre a mesma, e vice-versa. Deriva-se daí a ideia de que observador e observado estão conectados e, muitas vezes, exercem efeito constitutivo um sobre o outro.

Desse modo, “uma ontologia social, sob essa perspectiva da práxis, deve ser compreendida como um produto social dinâmico, historicamente concreto e contestável” (COSTA; SELIS; SOARES, 2009, p.212). Dessa forma, o processo de construção teórica e os compromissos epistemológicos e ontológicos associados ao neorealismo passam a ser atrelados a um contexto sociopolítico concreto. Parte-se, pois, de um conhecimento “relacional”, o qual declara ser a ciência da realidade uma função das relações recíprocas espaciais, temporais e causais entre o objeto e a consciência cognoscente.

Pois então, apoiados nessas acepções, contestamos o status de fato ou de dado das estruturas e instituições expostas no neorealismo, investigando suas origens e influências históricas e sociais. A partir desse estudo, como expõem Robert Cox (1981) e Richard Ashley (1981, 1986), a teoria neorrealista pode ser percebida como parte da teoria social moderna, a qual mantém as tensões do período, representadas pelas díades fato/valor, sujeito/objeto, internacional/doméstico, dentre outras. Assim, entre outros aspectos, a fundamentação teórica do realismo estrutural é lida, nesse tópico, como possível reflexo de um *modus operandi* dominante na produção do conhecimento (racionalidade científica), próprio de uma época, de uma sociedade e de instituições particulares que dele dependem e, por conseguinte, o promovem. Semelhante à perspectiva de Cox (1981), partimos da ideia de que a tendência metódica do neorealismo em objetivar a história pode ser associada ao seu contexto original da Guerra Fria, implicando um pensamento que constitui, basicamente, “a concern for the defence of American Power as a bulwark of the maintenance of order” (COX, 1981, p. 131).

Para o desenvolvimento desse estudo, utilizamos as variáveis explanatórias propostas pela sociologia da ciência, em específico das ciências sociais, cujos principais fatores de

investigação organizam-se em três níveis<sup>54</sup> centrais: 1) quadro biográfico de Kenneth Waltz, recortado em sua formação acadêmica e atividades profissionais; 2) estrutura social e política dos Estados Unidos da América; e, por fim, 3) estrutura institucional e tradições intelectuais das ciências sociais, e das RI em particular. Tais divisões estão presentes, com as devidas particularidades, em grande parte dos textos dedicados ao estudo sociológico ou historiográfico da área, os quais, embora ainda diminutos<sup>55</sup>, lançaram um importante debate, geralmente voltado à relação entre os condicionantes nacionais e o desenvolvimento da disciplina das RI (HOLSTI, 1985; ALKER e BIERSTEKER, 1984; HOFFMANN, 1977; WÆVER, 1998; SMITH, 2002).

O componente nacional como contexto macro básico para o estudo sociológico apresenta-se nas investigações citadas, compondo, igualmente, o conteúdo dessa proposta. Os estudos sociais do século XX, dentre os quais se incluem as reflexões sobre as relações internacionais, tem se desenvolvido congruente às transformações significativas da nação, sejam elas políticas, culturais ou institucionais. Por isso, destacamos, mesmo que brevemente, alguns aspectos da cultura norte-americana que poderiam predispor-la a determinadas tendências intelectuais; bem como aludimos às circunstâncias políticas desde o início do século XX, mas com particular atenção dedicada à segunda metade desse século, quando Waltz já se engaja profissionalmente com os mecanismos sociais e institucionais do país.

Nesse sentido, incluímos uma passagem pelas condições institucionais e ideológicas das ciências sociais, compreendendo os possíveis papéis exercidos na delimitação da área e na formação acadêmica do autor neorrealista, e de seus posteriores. Como ressaltou Gordon (1991), as características do desenvolvimento científico nos EUA reforçam a validade de um olhar sociológico sobre aquele:

The sociology of science is an important subject, especially in a world where science has become professionalized and so much scientific work is conducted within the administrative and policy framework of social institutions such as business firms and governmental agencies, and where university science must be financed by grants derived from public funds and foundations (GORDON, 1991, p. 623)

---

<sup>54</sup> A utilização de categorias certamente mostrou-se um desafio, dado a intercambialidade entre os níveis apontados. Esses que, embora apresentados em segmentos, devem ser compreendidos como partes de uma figura total, cuja causalidade é circular.

<sup>55</sup> “The relationship between IR and sociology of science is virtually nonexistent. Sociology of science has concentrated on the natural sciences, with most of the remaining attention reserved for medicine and law. Of the fraction left for social science and humanities, most of the attention goes to economics and sociology. A subdiscipline (IR) within one of the least studied disciplines (political science), therefore gets no attention from “professional” sociology of science”(WÆVER, 1998, p. 691).

Todavia, ao passo que tais variáveis representam um contexto social geral, relembremos a especialidade de nosso estudo no realismo estrutural, de modo que a interpretação macro será sublinhada pelo interesse recortado no quadro biográfico, e bibliográfico de Kenneth Waltz (de 1920 a 1980), ao qual nos dedicaremos a seguir.

## 2.2 Kenneth Neal Waltz: um recorte bi(bli)ográfico<sup>56</sup>

Durante sua formação e carreira, Kenneth Waltz interagiu com as estruturas macros da nação estadunidense, como instituições de ensino superior; aparatos governamentais e sociais, quadros políticos, culturais e históricos. Todavia, o processo de socialização é de natureza circular, de modo que, para analisá-lo, é preciso reconhecer, também, seu componente micro, isto é, as trajetórias, experiências e valores individuais daquele autor.

A história de Waltz inicia-se em 1924 na cidade de *Ann Arbor*, no estado de *Michigan* (EUA). O autor nasce, portanto, numa época de grande debate político interno no país, especialmente após a depressão econômica de 1929, cujos efeitos prolongados afetaram a vida de toda população americana. Já na adolescência, Waltz continua envolto por grandes acontecimentos, adentrando o ensino médio por volta de 1938, na iminência da Segunda Guerra Mundial. Todavia, durante sua educação secundária, o autor relata ter despertado pouco interesse pelas questões históricas ou políticas, assinalando, na época, grande empatia pelas áreas da matemática, física e drama.

Dessa forma, quando inicia seus estudos universitários no *Oberlin College*, Waltz opta pela graduação no campo das ciências exatas, em específico, na área da matemática. Além do foco nas especialidades desse curso, a graduação nessa área envolvia aulas sobre física, química e economia<sup>57</sup>. Logo, sugere-se que tal escolha rendeu à Waltz maior proximidade com o raciocínio lógico e abstrato, traduzidos na facilidade do autor em transitar entre os

---

<sup>56</sup> As informações transcritas nesse tópico foram em sua maioria obtidas pela entrevista concedida por Kenneth Waltz em 2003 ao programa “Conversations with History”, produzido por Harry Kreisler com apoio do Instituto de Relações Internacionais da UC-Berkeley. Por esse motivo, optamos por restringir as citações, sintetizando-as nessa nota geral, de caráter inclusivo. Ademais, as citações diretas referenciadas por “informação verbal” sem nota fazem menção a essa mesma entrevista, a qual está disponível, em versões audiovisuais, ou transcritas, no site: <http://conversations.berkeley.edu/>

<sup>57</sup> Informações retiradas do sítio eletrônico do departamento de Matemática da *Oberlin College*: <http://new.oberlin.edu/arts-and-sciences/departments/mathematics/>

raciocínios metodológicos das ciências naturais e sociais, conforme expresso na TIP. Nesse livro, quando disserta sobre a filosofia das ciências, Waltz utiliza um pensamento comparado, analisando os modelos e técnicas desenvolvidas por Aristóteles, Galileu, Newton, Albert Einstein, ou, ainda, Henri Poincaré e Werner Heisenberg – todos, nomes reconhecidos pelos trabalhos no campo da física e matemática<sup>58</sup>.

No entanto, Waltz não finaliza seu curso nessa especialidade. Este, embora já avançado, foi interrompido pela decisão do autor em transferir-se para o campo dos estudos econômicos. Paradoxalmente, tal decisão foi provocada pela insatisfação de Waltz com os caminhos profissionais oferecidos pela matemática, quais eram: a carreira docente, ou de pesquisador. A economia, ao contrário, parecia-lhe apresentar opções variadas, como possíveis cargos no governo, ou no setor privado.

Nesse período, Waltz estreita sua relação com a teoria microeconômica, cujo conteúdo influi em grande parte de seus trabalhos posteriores – “It [my work] really is built on a microeconomic theory, which I would say is the major influence” (informação verbal). Nesse sentido, Waltz ressalta a influência da microeconomia desenvolvida por Adam Smith e seus seguidores, a qual é avaliada como parte de sua orientação metodológica, ao invés de indicar um escopo ao qual se dedicou (WALTZ, 1979). Destarte, a construção da perspectiva neorrealista contou com a incursão de Waltz nos estudos econômicos sobre equilíbrio geral, condições de informação assimétrica, escolha sob incerteza e aplicações da teoria dos jogos. Como será assinalado na seção 2.3.2 desse capítulo, nos anos de 1950 tais temas experimentavam um período de forte debate, reforçado pelas demandas de um novo cenário, a Guerra Fria. Paralelamente, em 1948, Waltz finalizava sua graduação, mudando-se para Nova York, onde continuou sua formação superior na *Columbia University*.

Nesse ínterim, embora assumisse a importância da economia para seu desenvolvimento, Waltz não se sentiu instigado o suficiente a ponto de continuar seus estudos na área. Assim, na ocasião de sua pós-graduação, decide-se migrar para o campo da ciência política. Essa decisão, segundo Waltz, nasce do autorreconhecimento quanto a sua inclinação e apreço pela filosofia política. Sobre suas influências, acrescenta:

---

<sup>58</sup> Ademais, encontramos no modelo conceitual do realismo estrutural outras heranças do universo da física, como as aplicações da teoria cibernética, no debate que Waltz elabora sobre os processos de sociabilização/equilíbrio das unidades estatais sob o efeito da estrutura internacional. A reflexão teórica da cibernética foi formulada, dentre outros, por Nobeert Wiener, cujo livro, *Cybernetics: or Control and Communication in the Animal and Machine (1948)*, consta na bibliografia da TIP, em conjunto com *An introduction to cybernetics (1956)* de Ross W. Ashby.

The latter dates from my years at Oberlin College where John and Ewart Lewis led me to feel the fascination of theory and to understand its importance in the study of politics. Later, at Columbia University I was fortunate enough to be one of the students of the late Franz Neumann, whose brilliance and excellence as a teacher can never be forgotten by those who knew him (WALTZ, 1959, xv prefácio).

Dessa forma, migrado para o novo campo, Waltz desenvolve seus estudos dedicando-se principalmente à teoria política (*the major field*), não obstante as RI configurassem seu segundo foco de pesquisa (*the minor field*). De acordo com o autor, a escolha pela política internacional como segundo campo deveu-se a sua familiaridade com a economia internacional, crendo que assim assumiria disciplinas menos distantes de sua formação anterior.

Porém, quando inicia seus estudos na área das RI, Waltz ateu-se ao temas acerca do imperialismo e da história diplomática europeia demonstrando pouco interesse pelas demais disciplinas, como organizações ou direito internacional. Nesse período, Waltz é aconselhado por um de seus professores, William T. R. Fox<sup>59</sup>, a dedicar-se a todos domínios que compunham a área. Destarte, após aproximar-se mais efetivamente da literatura dos estudos internacionais, Waltz comenta sua dificuldade em traçar um corpo geral e coeso sobre o assunto, dado o número variado de teorias, com perspectivas e definições distintas. Empenhado em organizar tais ideias em sua mente e intrigado com o possível motivo dessa ambiguidade teórica, Waltz chega enfim a uma possível resposta: a razão desse pluralismo relacionar-se-ia ao fato dos autores utilizarem termos causais diferentes.

Tal *insight* deu origem ao livro, *Man, the State and War* (1959), publicado cinco anos depois de ser apresentado como sua tese de doutorado. Nesse trabalho, Waltz soluciona o desafio de gerenciar as ideias do campo por meio da criação de três imagens, cada qual expressando um lócus causal para o fenômeno da guerra, e, por conseguinte, uma categoria teórica. Por meio desse impulso intelectual de Waltz, podemos identificar um raciocínio derivado de uma concepção específica de ciência, geralmente vinculada às ciências naturais, para o qual as análises teóricas são percebidas como ferramentas explanatórias de uma realidade depurada em relacionamentos causais.

---

<sup>59</sup> Professor William T. R. Fox é reconhecido por ter sido um dos pioneiros no estabelecimento dos estudos sistemáticos sobre diplomacia e guerra como disciplina acadêmica. Dentre outros livros, escreveu *The Superpowers: The United States, Britain and the Soviet Union - Their Responsibility for Peace* em 1944, no qual cunhou o termo “superpotências”.

Durante a construção dessa proposta, que culminaria em sua tese, Waltz passou um período, entre 1951 e 1952, servindo o exército na Guerra da Coreia. De volta à Nova York, por volta do segundo semestre de 1952, Waltz conta novamente com ajuda do professor Fox, que lhe oferece a posição de pesquisador assistente no *Institute of War and Peace Studies*, ainda na *Columbia University*. Nessa função, Waltz lecionou um ano no curso sobre política internacional e, conforme declarou: “spend half of my time on the dissertation and half on the revision of a manuscript by the historian Alfred Vagts” (WALTZ, 2001[1959], viii prefácio).

Após receber a titulação de mestre e doutor em ciência política pela *Columbia University*, e de ter composto o corpo docente dessa instituição por um curto período (1953 e 1957), Waltz deixa Nova York guiado pela vontade de criar seus filhos no interior. Apenas quatro décadas depois, em 1997, Waltz retorna a *Columbia*, onde ainda ocupa a cadeira de pesquisador sênior, e professor adjunto do departamento de Ciência Política. Nesse ínterim, o autor neorrealista lecionou em diversas instituições, como *Swarthmore College*, *Brandeis University* e *University of California – Berkeley*. Além de visitas letivas pontuais em *Harvard*, na *London School of Economics*, na Academia das Forças Aéreas Americanas, dentre outros<sup>60</sup>.

Foi entre esses anos, ou mais precisamente, nos anos finais da década de 1960, que Waltz passa a questionar-se quanto à possibilidade de construir uma teoria sobre a política internacional, iniciando, a partir de então, um período de estudos focados na área da filosofia da ciência e antropologia. Neste campo, muitos autores compuseram um corpo importante de literaturas, como Durkheim, identificado dentre as principais influências sociológicas do autor.

Os esforços no campo da filosofia das ciências não foram menores. Segundo o próprio Waltz, obter o domínio dessa área constituiu condição *sine qua non* para que ele pudesse construir sua teoria e, por isso, representou grande parcela de suas leituras realizadas naquele período, que culmina na publicação, em 1979, do famoso livro *Theory of International Politics* (TIP). Como apontado no primeiro capítulo, a teoria exposta nessa obra é reconhecida como fundadora da corrente neorrealista das RI, e está dentre os textos mais lidos, e mais influentes do campo. Waltz também é autor de *Foreign Policy and Democratic Politics: The*

---

<sup>60</sup> Waltz também lecionou na Universidade Nacional Australiana, na Universidade de Pequim e na Universidade de Bologna, além de ter presidido a Associação Americana de Ciência Política (1987-88). Atualmente Kenneth Waltz é pesquisador sênior do Instituto de estudos de Guerra e Paz “Arnold A. Saltzman” na Universidade Columbia, onde também é ocupa a cadeira de professor adjunto do departamento de ciência política onde leciona o seminário *Problems of International Political Theory*.

*American and British Experience* (1967) e coautor, com Scott Sagan, do livro *The Spread of Nuclear Weapons: A debate* (1995); além de diversos artigos, como *Nuclear Myths and Political Realities*, premiado como *best article* pela *American Political Science Review*, em 1990.

Por fim, cremos que essas contribuições de Waltz perderiam graus significativos de inteligibilidade caso desconsiderássemos seu papel como expressão social de uma época e de um país; e, assim seria se fôssemos míopes à influência dos condicionantes sociais e institucionais que atuaram sobre a produção intelectual daquele autor, que esteve envolto por sistemas de regras e de tradições específicas. Passemos então, ao olhar detido a tais ambientes.

### 2.3 Estado e Sociedade: as condições do conhecimento

*Theory is not only the result of knowledge, whereby empirical findings are generalized; theory is also the very condition of knowledge*<sup>61</sup>

É a partir do reconhecimento da intercambialidade entre as evoluções históricas e lógicas das ciências, que direcionamos nossa leitura do realismo estrutural de Waltz nesse tópico. Como já pontuado, o neorealismo buscou apresentar-se como solução teórica para as falhas metódicas do pensamento clássico. Para tanto, fez-se uso de uma epistemologia racionalista, e dos critérios de cientificidade decorrentes, encarados como expressão de progresso intelectual. Todavia, esse processo fundamentou-se numa concepção específica de ciência, a qual, embora amplamente divulgada na comunidade norte-americana, não representa uma noção universal.

Dessa forma, compreende-se que a concepção de ciência que Kenneth Waltz julgou apropriada insere-se num contexto macro (cultural, social e historicamente localizado), qual seja, os EUA. Por isso, buscamos indicar as condições que teriam sustentado essa consciência ativa no processo de aquisição do conhecimento, e cujos sujeitos seriam “grupos de pessoas, longas linhagens de gerações de homens” (ELIAS, 2008, p.546). Assim, tanto a orientação epistemológica do realismo estrutural, como seu quadro ontológico são lidos por meio das

---

<sup>61</sup> GUZZINI, Stefano. **Realism in International Relations and International Political Economy: the continuing Story of a Death Foretold**. New York and London: Routledge, 1998, p. xi (prefácio).

circunstâncias políticas, sistemas econômicos e culturais de grupos específicos, delineados pela potencialidade enquanto fatores de impacto significativo no processo de elaboração teórica do autor.

As tradições intelectuais, segundo Shils (1970), são compostas por um componente cognitivo, e por uma extensão espacial. Portanto, o desenvolvimento dessas tradições não se restringe à dinâmica puramente intelectual, sendo igualmente sensível aos constrangimentos sociais, ao papel da institucionalização dos campos de pesquisa, e aos elementos culturais e ideológicos da nação em que se desenvolvem. Nesse sentido, os fatores externos, ou melhor, não cognitivos, atuam no impulso a certos temas e modelos de análises para os campos de pesquisa. Nesse horizonte, operamos com a identificação das demandas sociais e dos contextos político-econômicos da sociedade norte-americana e os possíveis vínculos desses com a emergência de um consenso particular sobre a epistemologia das ciências, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Como proporemos em análise ulterior, as dinâmicas institucionais americanas teriam delimitado caminhos favoráveis ao passeio racionalista. Todavia, entende-se que tal processo não deve ser preterido da existência de um arcabouço cultural nacional, atuante nos esboços intelectuais da nação. Pois eis que partimos desse âmbito, particular à comunidade epistêmica americana, para iniciarmos nossa reflexão.

### **2.3.1 “*The enlightenment applied*”: Aspectos culturais da sociedade norte-americana**

Embora as delineações sobre variáveis ideológicas assumam geralmente um caráter sugestivo, cremos na relevância do olhar orientado ao componente cultural, visto que ele poderá expressar uma possível disposição intelectual da sociedade americana. Esses elementos referentes às tradições culturais e intelectuais constituiriam a base sobre a qual atuam os demais determinantes, estimulando, ou silenciando, as vozes investigativas. Por essa perspectiva, as concepções sobre a ciência seriam subscritas por variáveis culturalmente específicas, afinal:

It recognizes that every nature human is the product of an enculturation process, and that cultures may differ from one another in their fundamental conceptions of the nature of the world [...] According to this view, what we call “scientific knowledge”

reflects the metaphysical beliefs of only a part of humankind, and perhaps indeed the smaller part. (GORDON, 1991, p. 606).

Nesse raciocínio, partimos da tese de Hoffmann (1977) que sugere uma confiança da sociedade americana no método científico<sup>62</sup>, ao qual é atribuída a função motriz do progresso social. Tal crença constituiria, portanto, o fundamento para as disposições intelectuais do país, que passa a consultar amplamente o modelo das ciências naturais<sup>63</sup> para o estudo das demais áreas do conhecimento. Segundo Ralf Dahrendorf (2006), os Estados Unidos da América representam *the enlightenment applied*, em que a sociedade, além de adotar a inserção dos métodos racionais no trato dos problemas da vida humana e social, absorveu outras características centrais da tradição liberal do iluminismo, como os princípios da igualdade, mobilidade, e comunidade.

Dessa forma, logo nas primeiras décadas do século XX, a sociedade norte-americana comunica uma tendência metódica pelos modelos das ciências exatas, ou naturais. Naquele período, marcados pela consolidação nacional e reconstrução econômica, os EUA aprofundam a crença depositada na capacidade da razão em propiciar soluções neutras e objetivas aos problemas da sociedade moderna. Assim, presume-se que as questões emergentes com a delimitação do Estado norte-americano teriam impulsionado os princípios cartesianos para a racionalidade investigativa interessada no alcance eficaz da previsibilidade. Com isso, ampliou-se o uso corrente das técnicas científicas, da engenharia social e da institucionalização de sistemas racionais de regulação e controle da sociedade.

Ademais, argumenta-se que a expansão dos postulados do século XVIII na ideologia nacional pôde desenvolver-se devido à vontade coletiva em evitar os traumas e incertezas das guerras civis e externas que continuamente impactavam o território americano desde sua independência. Com isso, guiou-se a ampliação do status das ciências exatas às ciências humanas direcionadas à aplicação da razão instrumental;

---

<sup>62</sup> Embora seja um termo polissêmico, essa referência ao “método científico” faz menção ao conjunto de práticas geralmente associadas ao modelo das ciências exatas caracterizado pela investigação empírica e *value-free*; pela formulação de hipóteses e pela aplicação de critérios de falsificação. De forma geral, Hoffmann (1977) argumenta por uma tendência intelectual americana aos desígnios da epistemologia cartesiana.

<sup>63</sup> Cabe notarmos que tal argumento não pretende supor uma ausência de correntes filosóficas contrárias ao modelo racionalista da ciência. A identificação de um determinado programa de pesquisa como predominante num certo período, ou num determinado ambiente nacional, não pressupõe sua hegemonia absoluta. Muito da discussão teórica travada nesse capítulo acerca das pesquisas americanas, especialmente após a Segunda Guerra, centra-se na ampla utilização dos discursos positivistas e racionalistas pelos cientistas políticos de forma geral, e pelos teóricos das RI, em particular. Todavia, modelos alternativos, como expressos pelas linhas metodológicas pós-positivistas (no sentido mais inclusivo do termo) também têm demarcado as pesquisas do país, muito embora, representem uma tendência menos expressiva, em termos relativos e quantitativos (ALKER; BIERSTEKER, 1984).

At the end of the war, a new dogma appeared. One of the social sciences, economics, was deemed to have met the expectations of the national ideology, and to have become a science on the model of the exact ones; it was celebrated for its contribution to the solution of the age-old problems of scarcity and inequality. This triumph goaded the other social sciences. Political science, the mother or stepmother of international relations, was particularly spurred. It was here that the temptation to emulate economics was greatest (HOFFMANN, 1977, p. 46).

Elaborando acerca dos estilos intelectuais segundo uma perspectiva macrocultural, Johan Galtung (1981) também escreve sobre a estrutura cultural saxônica, que englobaria, de maneira geral, as tradições cognitivas britânicas e norte-americanas. Sobre ela, o sociólogo defende um costume investigativo voltado à promoção e incentivo aos debates e discursos acadêmicos, além de uma acentuada predileção por estatísticas e estudos documentais.

Nessa tradição, em especial nos EUA, os dados e os fatos ganham status privilegiado por serem considerados instrumentos objetivos e neutros do discurso, ressaltando o espaço restrito oferecido por essa intelectualidade aos elementos subjetivos, como valores e crenças. De forma geral, tal compromisso com a secularização das metas sociais e científicas trouxe para a produção de conhecimento a corrente racionalista, enquanto fundamentação teórica, e o positivismo, como metodologia.

Nesse sentido, David Easton (1953), Harold Lasswell (1951), Herbet Simon (1965), dentre outros, guiaram o movimento behaviorista nas décadas de cinquenta e sessenta, o qual reformulou a epistemologia das ciências sociais combinando o pragmatismo instrumental, típico do pensamento americano, com o positivismo lógico emergente (AMADAE, 2003). Assim, conforme as ideias de Lasswell, as principais características da disciplina de ciência política, por volta de 1950, seriam a interdisciplinaridade, objetividade<sup>64</sup>, e certo grau de historicidade;

Lasswell's collaboration with Kaplan, who had been a student of Carnap's, was one obvious point of intersection. And they had stated in the introduction to their book (1950) that it reflected a new scientific outlook informed by "a thorough-going empiricist philosophy of the sciences" based on "logical positivism, operationalism, instrumentalism". Maybe their position was actually more justified than informed by this philosophy, but in the face of new philosophical challenges, political scientists attempted more self-consciously to ground and articulate their scientific faith. (GUNNELL, 1988, p. 83)

---

<sup>64</sup> Lasswell era sensível aos valores implícitos na política, e na ciência política, por extensão. Todavia, a aplicação desses fatores subjetivos dar-se-iam apenas no momento de escolha do projeto de estudo. Logo, a partir dessa decisão, o cientista político deveria manter uma conduta objetiva, ancorada em métodos válidos (WAGNER et al., 1991, p. 8).

Igualmente, conforme apontou Johan Galtung (1981), as ciências sociais americanas orientaram-se à pesquisa propositiva, expressando, geralmente, baixo grau de interesse pela investigação abstrata. Nesse sentido, em termos teóricos, o país destacou-se pelo amplo desenvolvimento das produções de viés matemático na área da Economia. Logo, a aplicação de técnicas racionais por esse campo, e o fortalecimento disciplinar conseguinte, instigou a mimese por parte das demais áreas. Tal disposição, ademais, teria facilitado a ligação entre o estilo saxônico com o modo industrial de produção intelectual e com as tecnologias do mundo moderno, o que, por sua vez, propiciou sua ampla aceitação social durante o século XX.

Desse modo, dentre as disciplinas das pesquisas humanísticas – antropologia, sociologia, economia – a ciência política tendeu à identificação com o conteúdo dos estudos econômicos dedicados a um objeto envolto por escassez, competição e poder, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. O intuito em compreender as dinâmicas do poder, e sua relação com os conflitos sociais aproximou os dois campos, abrindo caminho para os estudiosos do campo internacional, na segunda metade do século XX.

Nesse período, os teóricos das RI nos EUA buscaram consolidar sua base científica por meio do prestígio dos modelos econômicos, ou, em última instância, das ciências naturais. Destarte, o *mainstream* no país orientou-se para os discursos da escolha racional, em especial, referentes à teoria dos jogos. Tal inspiração, como aponta Wæver (1998), foi legada às RIs pelos debates das outras áreas da ciência política, como a política comparada e política americana, inseridas na aspiração por bases teóricas sólidas voltadas à aproximação do modelo positivista na década de 1950/1960.

Logo, os métodos de pesquisas que compuseram o ambiente letivo de Waltz, de forma direta ou por transmissão geracional, caracterizaram-se de modo geral pelo suporte racionalista – principalmente se comparados ao viés mais humanístico que a disciplina de Relações Internacionais assume em outros países, como a França e a Inglaterra. Todavia, esse olhar comparativo e específico à disciplina das RI será enunciado no tópico 2.4. Por ora, cabe identificarmos como a orientação aos problemas da sociedade e a epistemologia modernista (cartesiana), ganham força na cultura intelectual norte-americana, influenciando no programa predominante das ciências sociais durante o século XX, e atuando no movimento de profissionalização e legitimação do campo. Afinal, ao longo do século, e da histórica dos EUA, tais disposições, conforme combinadas com os quadros institucionais, políticos e acadêmicos, repercutem nos estudos políticos, ou mais especificamente, nas teorias de Relações Internacionais, aprofundando ou limitando temas e modelos, como veremos.

### *2.3.2 Entre a agenda política e intelectual: uma perspectiva histórica*

Do início de sua vida, em 1924, à formulação de sua vertente teórica neorrealista, Kenneth Waltz perpassa um período, em que a nação norte-americana experimentou fatos significativos de sua história. Dentre esses, destacam-se: a quebra da política internacional de isolamento após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão do país ao grupo de potências internacionais; emergência essa surpreendida pela depressão econômica de 1929; e pelo advento subsequente de dois novos conflitos bélicos, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.

Como apontam os estudos de Peter Wagner et al. (1991), há um paralelo entre a história das ciências sociais e tais desenvolvimentos do Estado nacional. Segundo essa tese, o tipo de organização estatal e as formas de ação sobre a sociedade influem sobre as demandas por conhecimento científico, de modo que os processos da política pública alteram as questões intelectuais, bem como são alteradas pelas respostas dos cientistas sociais a elas. Ou seja, “study of the historical contexts discloses that the relationship of the social sciences to the state varies with the form of state development and with the nature of the problems on the public agenda” (WAGNER et al, 1991, p. 6).

Por essa perspectiva, os modelos cognitivos dinamizam-se conforme os problemas contemporâneos que ecoam na sociedade, os quais dependem das estruturas institucionais que respondem pelo Estado, e do legado político, cultural e ideacional que animam aqueles que as compõem. Ou seja, tal análise refere-se a um ambiente complexo, constituído por elementos de natureza diversa. Todavia, nesse tópico, depositaremos atenção no determinante político-institucional da nação americana.

De forma pormenorizada, acrescentamos a sugestão de Ole Wæver (1998), que propõe uma ampliação da tipologia de Peter Wagner, inserindo a política externa do país ao componente estrutural dessa análise. Nesse sentido, os processos políticos, internos e externos, da nação estadunidense, especialmente à época delimitada entre os anos 1940s à 1980s, demarcam nosso estudo, também atento ao liberalismo político, compreendido como raiz ideológica central do pensamento norte-americano e dos desígnios estatais à academia.

Paralelamente à concepção gramsciana, essa pesquisa retoma a noção de que “conceptions of the world are responses to specific problems posed by reality” (GRAMSCI, 1971, p. 324, Q11§12). A força explanatória do historicismo estaria na concepção elástica dos

conceitos, os quais adquiririam precisão e sentido quando conectados à situação que intentam explicar. Desse modo, reveremos os contextos históricos que condicionaram o realismo estrutural, perpassando brevemente a origem das ciências sociais enquanto disciplina formalizada e central às instituições do Estado americano. Ademais, o vínculo entre as RI e a Ciência Política nos EUA<sup>65</sup> majora nossa justificativa para uma reflexão acerca dessa última área geral, especialmente nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, quando os contornos da primeira disciplina eram ainda incipientes.

### 2.3.2.1 Consolidação do Estado norte-americano no início do século XX: modernização das estruturas sociais e científicas

Como sabemos, durante a passagem para o século XX, os estudos sobre a sociedade se inseriram no processo de modernização das nações ocidentais. Entrementes, a consolidação das ciências sociais como atividade de pesquisa caracterizou-se por uma vocação investigativa nos termos daquela transformação societária engajada em questões atentas ao movimento de racionalização do mundo e ao desenvolvimento da economia nacional e das instituições representativas do Estado (WAGNER et al., 1991).

Naquele período, grande parte dos países experimentava importantes transformações institucionais, não raro, modificações no próprio cerne do Estado-nação – unificação nacional na Alemanha e na Itália, a modernização na França, e início da construção do Estado norte-americano (WÆVER, 1998). Nesse cenário, despontam os processos de expansão industrial e urbana, cuja amplitude incita problemáticas dispostas a forçar a porta dos gabinetes políticos e dos salões universitários, a fim de adentrarem a agenda pública e encontrarem soluções para condições de vida e trabalho que se alteravam substancialmente.

Cientes dessas demandas, grupos interessados no processo de modernização passam a aderir às reformas sociais e à defesa de um papel ativo do conhecimento (sistemático e empírico) na análise das questões e na formulação de soluções. Destarte, o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento social constituiu as bases motrizes das gerações de pesquisadores subsequentes, que avistaram nesse cenário – demarcado por demandas políticas ao acesso a informações empíricas, quantitativas e práticas – as condições necessárias ao fortalecimento das ciências sociais e de sua legitimidade.

---

<sup>65</sup> Nos EUA as RI constitui uma subárea da ciência política, de modo que grande parte de seus autores (como Waltz) integra o departamento desse campo.

Nessa fase, os EUA passavam por um período de reconstrução e crescimento econômico – posterior a guerra civil e delineada pelo empenho da sociedade na afirmação dos moldes capitalistas –, por meio do qual se estabelecem as bases político-econômicas para a emergência nacional enquanto futura potência global. Durante esse processo delegou-se à noção de progresso um valor evolutivo, traduzido pela visão de que o Estado moderno não era apenas diferente dos anteriores, mas normativamente melhor.

Dessa forma, os benefícios materiais – melhores condições de saúde, alimentação, moradia, dentre outros – ganharam destaque e impulsionaram um movimento de secularização do conhecimento, bem como dos valores sociais, que perdem a estrita vinculação religiosa dos períodos históricos anteriores. Consequentemente, verifica-se a presença da filosofia moral secular do século XIX, denominada utilitarismo, então derivada do epicurismo. Tal corrente destaca-se pela forte influência que encerra sobre as teorias da ação social estendendo-se à contemporaneidade, como exemplifica o realismo estrutural e as elaborações afins no campo das RI.

Igualmente, no âmbito externo, encontramos aquele mesmo substrato progressista. O período entre o fim da guerra de secessão e os anos iniciais do século XX representou o isolamento estadunidense ante as questões gerais do sistema internacional. Nesse período, a atenção do país voltou-se ao crescimento econômico interno e à consolidação regional<sup>66</sup>; constituindo, assim, uma política externa em que a potência emergente do norte travou disputas territoriais e políticas com Estados mais fracos e restritos ao continente americano.

A crença em seu papel excepcional e civilizatório marcará a consciência histórica da nação norte-americana por muitos séculos. Embutidas nessa ideologia, estariam, pois, as categorias de progresso, lei e razão, que surgem das ciências sociais naturalistas e atuam na justificativa e preservação daquela consciência nacional. Os mesmos conceitos, como vimos, acompanham o desenvolvimento político-econômico interno dos EUA, e resultam de um movimento paralelo, e proporcional, de crescente credibilidade do modelo proposto pelas ciências naturais.

---

<sup>66</sup> A administração estatal sob coordenação do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) substanciou essa linha de intervenção na região. O corolário Roosevelt, como se denominou a atuação expansionista, sustentou-se sob a autodeclaração norte-americana quanto à função de polícia continental e ao direito de ingerência nos demais países do continente. Assim, substituindo as nações europeias no papel de fiscalização, Roosevelt declara em 1904: “A insistência no erro, da parte de alguma nação americana, poderia exigir a intervenção de outra ‘nação civilizada’ fazendo com que a fidelidade dos Estados Unidos à Doutrina Monroe nos leve (...) a exercer um poder de política internacional” (ROOSEVELT, 1916, p.8).

Dessa maneira, à época, o ambiente intelectual do país caracterizou-se pela crença num “instrumento mais poderoso de conhecimento, a saber, o moderno pensamento científico” (HORKHEIMER, 2000, p.65). A tendência a hipostasiar a ciência virá a caracterizar as escolas denominadas positivistas, as quais, como assinalado no primeiro capítulo, veem o instrumento científico capaz de promover graus significativos de avanço social. Com isso, as ideias centradas na concepção do progresso (e suas possibilidades), bem como na noção correlata de perfeição social, passam a influenciar os discursos sociológicos, as reflexões tecnológicas e os empreendimentos práticos dos países em modernização<sup>67</sup>.

A vinculação desses fatores com a construção do saber social expõe-se no peso que esses encerram na formulação científica acerca dos fenômenos humanos no século XX. Isto é, dado o ambiente de secularização dos valores e do próprio conhecimento na fase de industrialização, os pesquisadores sociais passam a produzir reflexões segundo critérios científicos das ciências naturais pautados na busca de um saber empírico e falseável. A exemplo da reflexão platônica, muitos dos cientistas desse período limitaram a concepção de racionalidade aos argumentos teóricos que alcançassem uma certeza quase-geométrica (TOULMIN, 1992). Dessa forma, a física teórica surge como campo padrão para o estudo e debate racional nas demais áreas.

Outrossim, o fim da Primeira Guerra estimulou os padrões positivistas de pesquisa nos países vitoriosos. A rivalidade decorrente do conflito implicou no descrédito da cultura alemã pelos países oponentes, e, logo, na deslegitimidade dos métodos de pesquisa tradicionalmente vinculados às universidades germânicas. Com isso, cai em desuso a tradição metafísica, histórica, e holística nas ciências sociais (WÆVER, 1998). Como explica Wæver, durante o século XX as ciências sociais norte-americanas “had become empiricist, abstaining from studying underlying (allegedly ‘metaphysical’) causes and searching for prediction and control” (1998, p.712). Tais características resultam num novo perfil programático preocupado com o progresso social, o qual é majorado pelo contato acadêmico com órgãos públicos, como também pelo grande incentivo privado às pesquisas advindos de grupos capitalistas.

Tal aliança ascende no contexto posterior ao primeiro conflito mundial, em que a generalização do modelo democrático, como organização legítima dos Estado-nações do

---

<sup>67</sup> A percepção progressista da sociedade, como sugere Scott Gordon (1991), conectou-se a dois aspectos relevantes que compunham o cenário intelectual prévio à origem das ciências sociais. Esses seriam: primeiro, a conexão entre aquele conceito e a própria ascensão do conhecimento científico; e, segundo, a aceitação do progresso enquanto valor social, voltado ao incremento da vida material e à valorização da vida mundana.

ocidente, impulsiona a demanda governamental por uma nova força capaz de controlar e neutralizar o potencial caótico das políticas democráticas de massa. E assim foram vistas as ciências sociais no período: uma possível força imparcial e objetiva, cuja aliança com filantrópicos e agentes políticos impulsionaria seu papel enquanto ferramenta de controle sobre as decisões da sociedade (AMADAE, 2003).

Ora, gradualmente, esse processo de racionalização alcança as políticas públicas do governo norte-americano que conta com o auxílio dos pesquisadores sociais. Porém, tal será assunto da próxima seção, quando, na década de 1930, a franquia universal da cidadania expande-se de fato, constituindo o novo modelo de interação entre o Estado e a sociedade americana, e, por conseguinte, retroinfluindo nas produções científicas. De posse dessas reflexões, abordaremos, sobretudo, a noção de um reforço histórico nos anos seguintes à Segunda Guerra, em que, novamente, uma aliança entre as fundações filantrópicas, empresários, cientistas políticos e agentes do governo impulsiona, ainda mais intensamente, o desenvolvimento de análises racionais sobre as problemáticas políticas, internas e externas, compondo o modelo no qual se insere a teoria neorrealista de Waltz.

#### 2.3.2.2 O fortalecimento do Estado nacional e sua inserção nos estudos sociais (1930-1950)

Embora, por volta de 1920, as ciências sociais já usufríssem de incentivo privado e vínculos com a administração pública, é apenas a partir da década seguinte que tal processo revela-se particularmente intenso. Com a depressão econômica de 1929, novas demandas chegam à organização e à agenda públicas alterando o tipo de interação entre o Estado e a sociedade.

Em resposta ao quadro de crise econômica e social, o governo de Franklin Roosevelt implanta o plano de ação conhecido como *New Deal*, e aproxima, de maneira inédita, os pesquisadores e os centros de decisão política. Ambas as ações perduram e aprofundam-se nas três décadas seguintes. Nesse aspecto, há a importante expansão dos estudos políticos para além das salas acadêmicas, e em direção às organizações governamentais, impulsionada pela criação de agências federais<sup>68</sup> e aparatos de consultorias<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Dentre as agências decorrentes do *New Deal*, podemos citar: CCC (*Civilian Conservation Corps*), TVA (*Tennessee Valley Authority*), AAA (*Agricultural Adjustment Administration*), PWA (*Public Works Administration*), FDIC (*Federal Deposit Insurance Corporation*), SEC (*Securities and Exchange Commission*),

Conquanto o programa do presidente F. Roosevelt em resposta à crise dos anos 1930 não consistisse em um modelo coeso de reformas políticas, econômicas e sociais, ele acabou lançando as bases para o estado keynesiano, e para os procedimentos de intervenção estatal, com vistas ao bem-estar social. Tal processo contou também com o reestabelecimento das instituições políticas democráticas, as quais impulsionaram os princípios liberais como modelo ideal e, posteriormente, contraposto à organização estatal comunista.

Dentre esses valores, destacou-se a noção de cidadania, que foi então ampliada e vinculada à função nacional. Com isso, implicou-se a predominância cultural do liberalismo que, por sua vez, atuou no impulso da filosofia racionalista da ciência. Pela ideologia da época, os estudos científicos sob aquele signo preservavam o princípio da liberdade social, pois ao esclarecerem as alternativas racionais em curso estavam facilitando as chances de livre escolha e de controle sobre os fatos (WAGNER et al, 1991). Ademais, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por autores como Robert Merton e John Dewey que, dentre outros, promoveram a filiação entre investigação científica e governos democráticos, cujos *ethos* apontariam em direção convergente, ambos bastiões do universalismo e da neutralidade (AMADAE, 2003). E assim, plantou-se a ideia de que tal par constituía polo oposto tanto ao provincianismo cristão, como aos regimes nazi-fascistas. Desse modo, os valores que prescreviam a pesquisa nos EUA – busca da verdade, liberdade de investigação, debate e publicação – legitimavam-se por mostrarem-se consoantes aos mesmos princípios pelos quais Washington se posicionava no exterior (HOFFMANN, 1977).

Herdeira da ideologia oitocentista, a cultura norte-americana tendia a julgar a aplicação prática da razão humana como um meio eficaz de amenizar e evitar fracassos sociais. Nesse sentido, o período seguinte ao fim do conflito mais devastador da história, e contemporâneo da emergência comunista e da instabilidade econômica internacional, serviu propiciamente ao fortalecimento da confiança coletiva na resolução dos problemas pela aplicação do método científico. Abria-se, assim, um espaço importante de desenvolvimento para a pesquisa social, tanto no âmbito interno, pelo auxílio às entidades de assistência social, como na esfera internacional, devido às intempéries do pós-guerra.

É então nesse cenário que ocorre a ampla circulação do termo ciência política, em que autores como Lasswell, Yehezkel Dror e Alain Enthoven acessam o debate global da

---

CWA (*Civil Works Administration*), SSB (*Social Security Board*), WPA (*Works Progress Administration*), NLRB (*National Labor Relations Board*).

<sup>69</sup> Encarregados das políticas públicas, tais agências e consultorias buscaram associar ciência social e os processos políticos do Estado americano, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial.

disciplina argumentando pelo potencial das pesquisas como solução coletiva. Assim, já nos primeiros anos após a Segunda Guerra (finalizada em 1945), à ciência política confere-se o papel de estudo “of the fundamental problems of man in society” (LASSWELL, 1951, p. 8). Isso é, temas relevantes aos regimes democráticos vigentes na Guerra Fria, como os níveis de emprego, as condições de igualdade e de paz.

Por essa perspectiva, caberia aos pesquisadores uma preocupação com questões de escopo universal, que escapassem ao mero alinhamento técnico às demandas das burocracias estatais. Todavia, conforme explica Lasswell (1951), esse último componente não se ausentou dos objetivos centrais da disciplina nos EUA, que então se revezava entre o desenvolvimento científico autônomo sobre os processos em curso, e a provisão de informações e interpretações concretas aos atores políticos da nação<sup>70</sup>. Tal interação entre o campo teórico e prático atinge amplo reconhecimento e escopo alargado no pós-1945. De tal modo, o olhar, antes voltado ao âmbito interno da nação, passa a mirar a paisagem internacional, cada vez mais atrativa aos pesquisadores dos EUA pela posição inédita deste país no papel de superpotência.

Apesar de tardia, a inserção do Estado norte-americano no segundo conflito global representou um importante trampolim político e econômico para a nação. O papel decisivo na vitória da Tríplice Entente durante a Primeira Guerra, em que o país somou forças, e assumiu posição entre às potências internacionais da época, repetiu-se em 1941, quando as tropas americanas investiram intensamente na vitória dos Aliados. Assim, a escalada iniciada em 1917 certamente manteve-se ascendente durante os anos posteriores, muito embora a força dos EUA no plano político internacional após 1947, quando se inicia de fato a Guerra Fria, tenha assumido proporções maiores do que o país jamais experimentara. Afinal, durante o conflito bipolar, os EUA exerceram domínio quase isolado sobre a zona de influência capitalista.

Segundo a tese defendida por Stefano Guzzini (1998), o novo patamar político ocupado pelos EUA com início da Guerra Fria criou responsabilidades para as quais a diplomacia americana não estava preparada. A falta de profissionalismo da elite política do país tornou necessária a promoção de um curso intensivo: uma formação intelectual ancorada numa teoria científica que orientasse os tomadores de decisão. Tão logo surge a demanda, os pensadores realistas assumem o papel de lecionar e formular esse novo conhecimento,

---

<sup>70</sup> Ademais, a defesa do vínculo entre as esferas intelectuais e práticas do campo da ciência política não é inédita, visto que já apreciada pelas correntes do período entre-guerras, como a ‘filosofia pragmatista americana’ e a ‘escola de sociologia’ de Chicago (Wagner et al, 1991).

preservando, em suas variadas vertentes, aquele esforço em estabelecer uma base intelectual para a aplicação sistemática das produções acadêmicas da área às necessidades dos formuladores (e executores) políticos.

Visto dessa maneira, o realismo originou-se como uma tentativa de transformar as “máximas da diplomacia europeia do século XIX em uma teoria científica” (GUZZINI, 1998, p. ix prefácio). De modo que, durante o processo, pensamento realista, comunidade científica e política externa norte-americanas dinamizaram um movimento de influência recíproca e contínua. E assim, a partir de tal encadeamento nasceu uma corrente de pensamento disposta a traduzir e elaborar em termos conceituais um programa político específico orientado à uma superpotência envolta por um conflito bélico e ansiosa por estudos estratégicos.

Tais condicionantes representam importantes peças interpretativas do conteúdo intelectual do realismo, que reforça, e é reforçado, pelo contexto da Guerra Fria, como também pela própria identidade bélica da nação americana, marcada por muitas disputas desde sua independência<sup>71</sup>. Afinal, como todo fenômeno social, tais contenciosos impulsionaram leituras analíticas (qual foi o realismo durante a Guerra Fria) que então se incorporam ao substrato ideacional da sociedade, passando, por sua vez, a orientar os formuladores políticos em suas práticas.

De forma abreviada, a origem política desse pensamento coadunou-se com um grupo atuante em meados de 1940, cujas ideias, sob signo de axioma Riga<sup>72</sup>, advogavam por uma postura americana mais austera com relação a URSS, pautada na crítica ideológica às práticas soviéticas, julgadas expansionistas e antidemocráticas (GUZZINI, 1998). Impulsionada por nomes como George F. Kennan, Loy Henderson e Charles Bohlen, tal perspectiva fortalece-se a partir da administração de Truman, que a dota de suporte institucional, caracterizando a conhecida “política de contenção”<sup>73</sup>. Essa prática orientará grande parte das movimentações norte-americanas durante o contencioso, expressando a resposta de um país, cujos olhos vestiram-se de lentes realistas para a análise do conflito e das políticas do bloco inimigo, no caso, a União Soviética (GUZZINI, 1998).

<sup>71</sup> Dentre as quais, exemplificam: a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848); a Guerra Hispano-Americana (1898); a Guerra Civil Americana (1861-19865), dentre outras.

<sup>72</sup> O axioma Riga representa um conjunto de visões assim denominadas devido ao local onde estava instalado um grupo de especialistas no estudo do regime soviético, dentre os quais: George F. Kennan, Loy Henderson e Charles Bohlen. Após a revolução Bolchevique, Riga, na Letônia, passa a integrar a URSS (GUZZINI, 1998).

<sup>73</sup> A “Doutrina Truman” (março de 1947) e seu aprofundamento pelo “Plano Marshall” (junho de 1947) expressam as aplicações práticas desse programa de contenção do expansionismo soviético. Por outro lado, alguns anos depois, o conflito entre a nação americana e o Vietnã (1965-73) e os efeitos consequentes representaram o colapso daquela política de contenção e o início de um período de distensão (détente) das tensões entre EUA e URSS.

Desse modo, conduzidos por George Kennan, os servidores norte-americanos apreendem as ações da URSS como sendo partes de uma política de poder, pragmaticamente voltada ao estabelecimento de esferas de influência, e cuja ação desconsiderava predicados éticos ou legais, ao passo que se pautava em uma análise de interesse e correlação de forças (GUZZINI, 1998). Como consequência da edificação gradual dessa percepção de mundo separado por duas antípodas, as estratégias internacionais dos EUA passaram a adotar um olhar total, preocupado com o equilíbrio de poder mundial e, por conseguinte, com a contenção da influência comunista, sob uma lógica de soma zero.

Ademais, a extensão do conflito majora a relevância política do Departamento de Defesa americano, aumentando-se os recursos dedicados ao mesmo. Com isso, crescem as pesquisas financiadas por esse órgão, tornando a segurança nacional tanto um tema central da agenda pública, como reforçando sua posição de destaque dentre os objetos de estudo do campo das Relações Internacionais.

Portanto, embora o vínculo entre as elaborações realistas e as políticas governamentais não fosse integralmente convergente, podemos concluir, sem riscos de arbitrariedade, que a primeira onda daqueles intelectuais integrou as bases para o novo pensamento, e para a política externa americana na segunda metade do século XX. As perspectivas conceituais de personalidades como Hans Morgenthau, Arnold Wolfers, Henry Kissinger, George Kennan, Osgood, Walt Rostow e McGeorge Bundy serviram aos interesses da época, auxiliando em funções como:

Exorcise isolationism, and justify a permanent and global involvement in world affairs; rationalize the accumulation of power, the techniques of intervention, and the methods of containment apparently required by the cold war; explain to a public of idealists why international politics does not leave much leeway for pure good will, and indeed besmirches purity; appease the frustrations of the bellicose by showing why unlimited force or extremism on behalf of liberty was no virtue; and reassure a nation eager for ultimate accommodation, about the possibility of both avoiding war and achieving its ideals (HOFFMANN, 1977, p. 48).

Diante deste quadro, desenha-se a reciprocidade entre as contingências políticas dos EUA e o realismo clássico, cujas entrelinhas normativas teriam atuado sobre a consciência social americana até os anos finais de 1950. Em termos ontológicos, as tantas guerras travadas pelo EUA para sua independência e constituição, além das decepções com o sistema de segurança coletiva, conhecido como Liga das Nações, e a violenta experiência da II Guerra Mundial, seguida da ascensão de um conflito bipolar, legitimaram a política de poder como

base metafísica dos estudos lançados às relações internacionais naquele país. Assim, nesse período, o fortalecimento dos valores<sup>74</sup> realistas, e a presença de imigrantes europeus<sup>75</sup> dentre seu principais autores, trouxe para o campo teórico uma preocupação particular com a histórica e um interesse especial nas dinâmicas de poder.

De forma geral, tais transformações na área direcionaram-se, especialmente, às inovações ontológicas, sem que uma alteração epistemológica fosse necessariamente generalizada. Afinal, nessa fase original da disciplina, a tradição epistemológica da comunidade acadêmica norte-americana, ainda encontrava-se mesclada às tendências teóricas e filosóficas da migração alemã. Como explica Alker e Biersketer (1984), entre 1930 e 1940, escritores importantes como, Arnold Toynbee, E.H. Carr, Hans Morgenthau e Quincy Wright buscaram oferecer uma versão científica e moderna dos discursos históricos tradicionais, muito embora cada qual se apoiasse em uma concepção distinta sobre o que seria um modelo adequado de ciência. Assim,

For traditionalists, international practice has been seen as more of a practical art than a natural science. Indeed all traditionalists highly value the study of diplomatic history, but realists are more likely than communitarians to find in such history evidence for timeless descriptive and prescriptive laws linking power, survival and national interests (ALKER; BIERSTEKER, 1984, p. 124-125).

Conquanto os debates epistemológicos fossem difusos entre as correntes existentes, no âmbito ontológico a delimitação se fez mais intensa, sobretudo, quanto aos assuntos de uma suposta agenda da disciplina nos EUA. Essa, que destacou o fenômeno das guerras, e sua prevenção, como objeto de estudo geral, uma vez que seria a expressão histórica das movimentações sociais em torno do elemento de potência.

Conclusivamente, o realismo clássico surge da práxis política norte-americana assumindo um logo temático endereçado à nação. Tal qualidade é legada às produções de Waltz que mantém em suas principais publicações a linha temática associada à compreensão dos fenômenos bélicos do sistema de Estados, e a percepção metafísica de um mundo político externo dinamizado por estratégias de poder e recursos materiais. Nesse sentido, como apontou Ashley:

---

<sup>74</sup> “Traditionally, realists have valued prudence, respected the sovereignty of great powers and been concerned with maintaining world order for one or several of them, while their ‘communitarian’ opponents (to suggest a less pejorative label) have sought legal, religious, societal, historical or other communitarian bases for international government of some kind” (ALKER; BIERSTEKER, 1984, p. 124).

<sup>75</sup> Especialmente, na figura de Hans Morgenthau .

In neorealist eyes [...] classical realists were quite correct in their emphasis on power, national interest, and the historically effective political agency of the state. Unfortunately, when held up to modern scientific standards of theory, these classical realists scholars seemed to fall woefully short (ASHLEY, 1986, p. 260).

Sendo assim, a movimentação epistêmica – apontada no primeiro capítulo – que diferencia a proposta de Waltz de seus precedentes consolida-se no campo das ciências sociais americanas, principalmente, durante a década 1960, caracterizando o período em que as tendências racionalistas dos EUA ganham fluidez. Impulsionados pela relevância das pesquisas tecnológicas – crescente desde seu papel central na vitória dos Aliados, e imprescindível na disputa nuclear – e pelo relativo sucesso das pesquisas pragmáticas e empíricas, os discursos behavioristas<sup>76</sup> alcançam posição privilegiada durante a segunda metade do século XX, especialmente nos EUA (ALKER; BIERSTEKER, 1984).

### 2.3.2.3 Quando Descartes encontra Mcnamara (1960-1970): *the epistemic drift* e a racionalização do discurso político americano

Nessa fase, entre as décadas de 1960 e 1970, delinea-se o amadurecimento do Estado intervencionista e a centralidade do Departamento de Defesa Nacional. Paralelamente, emerge uma nova onda de pesquisadores realistas que inicia dois movimentos de especialização: um temático, ainda focado nos estudos estratégicos, mas preocupados com a nova dinâmica de uma guerra termonuclear; e outro metódico, sob forte influência dos modelos teóricos econômicos, como os suportes da teoria da escolha racional. Assim, *the epistemic drift*, como denominou Wagner (1991), delimitou-se especificamente entre os anos finais de 1950 ao início de 1970, e expressou uma fase de integração consensual entre cientistas sociais e atores políticos, em que ambos exerceram apoio mútuo às reformas respectivas.

O aprofundamento da Guerra Fria e os imperativos da nova função de polícia internacional estimularam nos EUA a criação de consultorias e entidades de pesquisas voltadas à promoção de controles sociais e avanços tecnológicos. Como apontou S. M. Amadae (2003), o aspecto racionalista dos estudos e das análises estadunidenses pode ser

---

<sup>76</sup> Os autores Alker e Biersteker (1984) referem-se ao modelo científico behaviorista por meio de uma concepção inclusiva. Nessa, são destacados os comprometimentos metódicos comuns aos adeptos de tal modelo, como: adesão filosófica à apreensão neutra e objetiva da realidade, representada pela estratégia metódica pautada na construção de hipóteses, empiricamente testáveis; ou, em outras palavras, uma admiração pelo rigor lógico-empírico das ciências naturais, comprometido com a identificação de leis objetivas, eternas e universais, e com uma capacidade gerenciamento social, pautado num *expertise* técnico. Em termos específicos, a tradição behaviorista seria representada pelas teorias neorealistas (exemplo, *Theory of International Politics*, K. Waltz) e liberal-internacionalista (ex., *Power and Interdependence*, R. Keohane).

compreendido por meio de uma práxis política do país, em especial nos assuntos de defesa e segurança. Para aquela autora, o desenvolvimento da teoria da escolha racional efetivou-se inicialmente no âmbito da segurança nacional, passando posteriormente à institucionalização acadêmica.

Assim, na área de interesse internacional, os pesquisadores conectados a Washington elaboraram redes de intercâmbio intelectual oficiais. Após 1960, os analistas foram postos de fato no centro de formulação política, ao contrário do caráter consultivo da relação nas duas décadas anteriores (HOFFMANN, 1977). Com a vitória eleitoral de John F. Kennedy em 1961, e a posse subsequente de Robert Mcnamara como Secretário de Defesa (1961-1968), inicia-se um movimento de reorganização do Pentágono, que ascende como um dos órgãos federais centrais, absorvendo 10% da verba do país, e 50% de cada dólar de imposto (AMADAE, 2003).

Tal cenário intensificou-se dado a ocorrência, em 1962, da conhecida crise dos mísseis de Cuba; um evento significativo pelo impacto que exerceu sobre o *status quo* da Guerra Fria. Em outras palavras, durante essa crise a competição entre as duas superpotências alcançou níveis mais diretos e conflituosos, o que, somado aos perigos de uma guerra nuclear, agravou o ambiente de reflexão estratégica. Por conseguinte, esse fenômeno acarretou transformações no cenário internacional, especialmente com relação a sua agenda que passa a atentar-se aos cálculos e planejamentos que administrassem as ameaças de um conflito nuclear, encontrando soluções eficazes.

Assim, sob nova administração, os processos decisórios do Pentágono foram gradativamente redefinidos, passando a atuar sob bases racionais e objetivas, advindas da influência dos *think tanks*, como a *RAND Corporation*. Criada na década de 1940, tal corporação caracterizou-se como primeiro órgão autônomo de pesquisa militar americana, a ponto de tornar-se, nas palavras de Amadae (2003), a instituição arquetípica da Guerra Fria. No final da década de 1950, as linhas de pesquisas da instituição dedicavam-se à estratégia, à logística e à guerra termonuclear, todas sob a rubrica das análises de sistema. Pautados numa metodologia interdisciplinar e quantitativa, os cientistas da RAND ambicionavam desenvolver uma ciência total da guerra, por meio da qual os problemas estratégicos, não importam quão complexos, poderiam ser solucionados por uma análise política racional, rigorosa e objetiva.

Sob administração de H. Rowan Gaither Jr., a corporação passa a receber auxílio financeiro da Fundação Ford, destacando-se dentre os centros de produção intelectual do país e expandindo sua influência sobre os quadros acadêmicos. Com intuito de oferecer conselhos

políticos ao governo, tal grupo representava o prestígio das instituições filantrópicas e civis que usufruíam de um papel privilegiado frente aos agentes federais. Isso porque, acreditava-se que, ao contrário desses últimos, os grupos intelectuais seriam suficientemente neutros para sustentar pesquisas objetivas e desprovidas das controvérsias partidárias (AMADAE, 2003).

Conforme defende Amadae (2003), a emergência da teoria da escolha racional esteve vinculada ao papel da *RAND Corporation*, e de instituições afins, na promoção dessas tecnologias de decisão racional e de análise sistêmicas, que posteriormente conferiram efeitos derrame sobre os padrões de escolha pública do governo federal, e dos currículos universitários.

Rational choice theory as a social scientific method and rational policy analysis as a decision technology share key theorists, core ideas, institutional venues, and source of funding. Any attempt to understand the phenomenal success of rational choice theory within the social sciences must acknowledge the interconnections between rational choice as a decision tool for government policy initiatives and as an explanatory device for predicting the outcomes of human action (AMADAE, 2003, p. 28).

O princípio ordenador desses mecanismos decisórios assentava-se na objetividade e no rigor científico orientados a uma administração racional da sociedade. Em termos normativos, a expansão dos programas da RAND divulgou uma postura favorável à liderança social de uma elite educada que não pertencesse à arena pública – que Amadae (2003) denomina de “elite tecnocrática” – cujo *expertise* “could guide the nation through challenging policy decisions” (AMADAE, 2003, p.36).

Entusiasta dessa ideia, Robert McNamara assume o Departamento de Defesa comprometido com a transposição das análises racionais para o aparato governamental. Ainda, antes de inserir-se no quadro burocrático do Estado, McNamara ocupava a presidência da companhia Ford Motor, que lhe rendeu uma experiência profissional particular com as técnicas de gestão racional da empresa (fordismo) levadas consigo para a administração pública. Assim, enquanto secretário, McNamara buscou sistematizar as burocracias federais e racionalizar o tradicional *modus operandi* dos militares<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Numa leitura pragmática, tal fidelidade aos desígnios da ciência ocupou função instrumental nas mãos de McNamara. Este que encontrou naqueles métodos um meio eficiente para estabelecer outro critério de autoridade, que não a experiência militar – ausente em sua formação pessoal. Assim, as técnicas de decisão racional, dotadas de credibilidade social *per se*, legitimariam a execução do sistema de defesa proposto, substituindo o poder dos oficiais militares pelo domínio exercido por McNamara, sustentado pela elite tecnocrata da RAND.

Por essa perspectiva, os processos decisórios seriam, pois, esvaziados da política *strito senso*, cedendo lugar ao argumento da neutralidade e objetividade da escolha racional e da autoridade científica. Acreditava-se que o método de resolução de problemas desenvolvido pela RAND produzia planos realísticos e racionais, sendo assim valorizados por expressarem resultados supostamente despersonalizados, desburocratizados, e, sobretudo, despolitizados. As chamadas técnicas de decisão racional expressavam um regime de produção de conhecimento, orientado a maximizar a capacidade militar em vista de alcançar os objetivos nacionais; além de promover tecnologias que aperfeiçoassem as escolhas estratégicas, como a racionalização da gestão por meio do programa de planejamento orçamentário (o “PPBS”).

A aplicação desse programa na organização militar permitiu o acesso da linguagem econômica (*inputs/outputs*) à área de estratégia e operações. A inserção da lógica “custo-benefício” nas atividades decisórias da segurança nacional operou o reconhecimento das análises políticas como método viável, que então transbordou para as demais agências federais, em especial, nos programas de assistência social do presidente Lyndon Johnson (1963 a 1969).

Desse ponto de vista doméstico, B. Wittrock, P. Wagner e H. Wollmann (1991) explicam as tendências racionalistas a partir do modelo de interação entre o Estado e a sociedade. Assim, o aprofundamento do Estado intervencionista nos EUA e das instituições de assistência social em meados de 1960 resultou em demandas paralelas por análises e orientações das ciências sociais que auxiliassem na barreira aos processos sociais deletérios, como pobreza, aglomerações urbanas e poluição ambiental. A sociedade capitalista-industrial norte-americana, sob os moldes keynesianos<sup>78</sup>, amplia a atuação estatal que ultrapassa o campo das políticas econômicas inserindo-se no quadro das questões sociais.

Entretantes, houve inchaço do setor público, cuja aspiração por planejamentos racionais demandou um contrato de reformulação mútua das instituições políticas e de pesquisa social. Os programas da reforma democrática da administração de Lyndon Johnson, como *The War on Poverty* e *Great Society Program*, exemplificam a demanda governamental por recursos analíticos e informações universitárias, cuja produção passava a assumir um viés mais empírico, e pragmático (WAGNER; WITTRUCK; WOLLMANN, 1991).

---

<sup>78</sup> Ressaltando os princípios cartesianos subscritos na consciência social americana, a ação de intervenção estatal é descrita, e legitimada, como um processo de racionalização do mercado de trabalho e da produção, mediante a aplicação de controles sociais. Isso é, ao invés de constituírem custos, legitimados por aparato moral, as políticas sociais representariam investimentos preventivos e racionais, em vista do desenvolvimento econômico da nação.

Tão logo transcorriam os anos de 1960, o congresso norte-americano também tornou obrigatório aos poderes, executivo e legislativo, a elaboração de uma pesquisa avaliativa a fim de supervisionar seus funcionamentos e produções (WAGNER; WITTRICK; WOLLMANN, 1991). Esse procedimento, por conseguinte, acarretou no aprimoramento das burocracias governamentais, em termos de suas capacidades analíticas, e o aprofundamento daqueles valores científicos. Segundo Wagner e Wittrock (1991), os atores federais contaram com o suporte da “coligação para reforma”, composta por pesquisadores, universidades e políticos, de cujos esforços emergiu, por exemplo, o *Office of Economic Opportunity*<sup>79</sup>.

Assim, a criação de novas instituições de pesquisa voltadas ao pragmatismo federal conduziu à validação de novos modelos cognitivos. Além de influírem nos objetos estudados, a institucionalização da área representou a “modernização” dos métodos de pesquisas sociais, que passam a operar com análises empíricas, neopositivistas e, sobretudo, quantitativas.

[Werner] Jann describes public-policy training in the United States as showing a preference for data rather than theoretical understanding, for microeconomics rather than political science, and for a professional rather than a disciplinary orientation (WAGNER et al., 1991, p. 14).

Dessa forma, a ampla validação dos modelos econômicos de racionalidade nos EUA seria credora de sua institucionalização anterior como prática social, que facilitou sua circulação, antes mesmo de um reconhecimento acadêmico. Na perspectiva de Amadae (2003), o modelo do ator racional estratégico inaugurado pela teoria dos jogos na década de 1940, antes de se tornar popular entre os economistas, já era utilizado para o estudo das duas superpotências integradas pelo conflito nuclear. Assim, a crescente relevância do Departamento de Defesa no país, seguida pela implantação ampliada dos planejamentos orçamentários e das análises de sistema sobre a máquina estatal norte-americana, geraram demandas por profissionais qualificados, de modo a avançar tal influência sobre os currículos universitários.

Conforme aponta a pesquisa de Amadae (2003), grande parte dos autores vinculados ao modelo metodológico racional da economia (que, como exposto no capítulo 1, influi nas bases metódicas de Waltz) esteve associada a esse mecanismo triplo, entre a sociedade, os pesquisadores e as agências federais. E assim, Kenneth Arrow, um dos grandes nomes ligados

---

<sup>79</sup> A agência *Office of Economic Opportunity* (OEO) foi criada em 1964 pelo presidente Lyndon Johnson, como parte da agenda legislativa para reforma nacional (*Great Society*). Àquele órgão foi delegada a função de coordenação dos programas sociais do governo, incluindo as ações do *War on Poverty*.

a escolha racional, formulou *Social Choice and Individual Values* no verão de 1948 enquanto compunha o quadro dos pesquisadores da *RAND Corporation*. Do mesmo modo, Anthony Downs, James Buchanan, e Mancur Olson, importantes autores do campo, integraram o corpo de consultores da RAND nos anos anteriores à formulação de seus textos.

Sob estímulo de Thomas Schelling, ex-pesquisador da RAND, a *Kennedy School of Government* abrigou esse movimento de reforma curricular. Ainda em Harvard, o então secretário de defesa, Robert McNamara, estimulou, durante todo seu mandato, colóquios que discutissem ideias integrantes da agenda política da época. Nesse sentido, relembramos que justamente na ocasião de um seminário sobre o controle de armas realizado em Harvard, em conjunto com *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), Kenneth Waltz lança a discussão sobre a estabilidade do mundo bipolar, exposta em seu artigo (*The Stability of a Bipolar World*) publicado em 1964.

Naquela ocasião, o autor mostra-se vanguarda no debate ainda incipiente acerca da qualidade bipolar da nova ordem<sup>80</sup>. Por outro lado, essa concepção de um sistema de antípodas dinamizado por uma estrutura orientada ao equilíbrio de poder já começava a ser estimulado pelo governo de Kennedy. Este, em confluência com os relatórios estatísticos federais, identificou certa vulnerabilidade na postura defensiva dos EUA (*the missele gap*), sobretudo após o lançamento do satélite soviético Sputnik I. Com isso, a política governamental passa a privilegiar o desenvolvimento armamentista, a fim de pacificar, militarizando-se. Ou seja, teve início a estratégia *second-strike counterforce*, pautada no desenvolvimento em massa de arsenal nuclear, suficiente para evitar uma ofensiva soviética, devido à insustentabilidade de uma possível retaliação americana.

Tal ideia ganha eco acadêmico no premiado artigo de Waltz, *The Spread of Nuclear Weapons*, publicado em 1981, no qual o autor formula uma explicação racional para a paz derivada do conflito nuclear. No entanto, cabe notarmos que o fundamento para essas noções já preenchia as reflexões de Waltz há alguns anos, como vemos no popular *Theory of International Politics*, ou *What will the spread of nuclear weapons do to the world?* *International Political Effects of the Spread of Nuclear Weapons*, ambos publicados em 1979.

O ambiente intelectual, e a estabilidade decorrente da corrida armamentista entre dois blocos, celebram a tendência de Waltz, já indicada em meados 1960, ao olhar sistêmico e

---

<sup>80</sup> Ao relembrar tal contexto, Kenneth Waltz (informação verbal) ressalta o aspecto controverso que a percepção de um mundo reorganizado em dois polos possuía nas conversas acadêmicas e políticas da época. Afinal, como declara o autor, durante o curso inicial da Guerra Fria as ideias sobre o papel da Europa, ou mesmo sobre os desígnios do bloco soviético ainda eram bastante nebulosas.

racional dedicado aos temas consoantes à segurança nacional. Se nos atentarmos à produção bibliográfica daquele autor, podemos notar uma progressão paralela às transformações temáticas e metódicas assinaladas pelos condicionantes político-sociais. Dessa forma, enquanto as publicações<sup>81</sup> de Waltz, entre 1959 e 1962, caracterizaram-se por debates filosóficos e teóricos, sobretudo sobre a temática das guerras, a partir de 1964 em diante, assumem tom pragmático, em que grande parte dos artigos e livros discorre sobre análises voltadas às políticas de segurança e defesa, em especial sobre a guerra nuclear, ou acerca das características e formas de gerenciamento da estrutura internacional<sup>82</sup>.

Ademais, e, por fim, sugerimos uma correlação entre as reflexões de Waltz e as orientações do núcleo metodológico das instituições governamentais norte-americanas, em específico do departamento de defesa nacional:

The theory of rational action had interlocking descriptive, normative, and prescriptive components, and was developed to inform action respecting nuclear strategy and complex questions of weapons procurement. This set of conditions inspiring the early development of the rational toolbox helps to explain why the theory typically carries the self-referential presumption of intentional rational calculation on the part of actors, which must resemble something analogous to the theory itself. It also explains how the academic world of rational choice theory in the U.S. social sciences seems only a breath away from the world of policy analysis: the two began in one motion, with one set of theoreticians defining, supporting, and championing the same basic idea set in two contexts (AMADAE, 2003, p. 77-78).

Como veremos, tal congruência permanece, ou mesmo se intensifica, durante os anos seguintes. O paralelismo entre as orientações intelectuais de Waltz e a lógica política americana explicita-se, especialmente, durante a década de 1970, quando o autor publica seu conhecido livro *Theory of International Politics*, e outros artigos que abordam as relações internacionais, sob uma perspectiva americana, racional e militarizada.

#### 2.3.2.4 Cristalizando o passado: a controversa ascensão neorrealista em meio ao desfecho bipolar

O modo pelo qual Waltz abordou a temática do conflito interestatal no final da década de 1970 foi geralmente considerado normativamente controverso aos temores da época. Esse adjetivo, oferecido pelo próprio autor – “realism is, to put it mildly, *controversial*” (WALTZ,

<sup>81</sup> Em 1959, Waltz publicou: *Political Philosophy and the Study of International Relations: Theoretical Aspects of International Relations; Man, the State, and War: A Theoretical Analysis e, Reason, Will, and Weapons*. Três anos depois, em junho de 1962, foi editado *Kant, Liberalism, and War*.

<sup>82</sup> Ver tabela na página 94 e 95

informação verbal, *grifo nosso*) – refere-se à aparente incompatibilidade entre as propostas de um pacifismo mediado por armas nucleares, e os acontecimentos políticos do período imediatamente anterior à publicação da TIP, conhecidos sob o signo da *détente*<sup>83</sup>, e os quais estimularam anseios pelo fim da disposição bipolar, e a amenização dos assuntos militares.

O afrouxamento das tensões internacionais com o bloco soviético, seguido da crise do petróleo, incentivou o surgimento de novas dinâmicas globais que impulsionaram publicações associadas aos estudos sobre a economia política internacional, sobre os atores transnacionais e os processos de interdependência e cooperação globais. Ou seja, os novos pesquisadores, de forma geral, mostravam-se dispostos a uma ruptura com o quadro militar, estadocêntrico e sistêmico<sup>84</sup> dos objetos de estudo do campo.

Conquanto distinta da perspectiva tradicional do realismo, a elaboração conceitual dessas vertentes – como expuseram os autores neoliberais<sup>85</sup> – foi legitimada pelos mesmos valores científicos que fundaram o neorealismo. Esses valores orientavam-se pela identificação dos condicionantes responsáveis pelas dinâmicas internacionais, a fim de controlar, ou evitar, as situações similares no futuro. Tal premissa servia à preocupação política de gerenciar a crise, administrando os riscos e otimizando a eficiência em solucionar as disputas (GUZZINI, 1991).

Assim, embora com focos analíticos divergentes, grande parte dos estudos da década de 1970 e início de 1980, como também os programas de pós-graduação em Relações Internacionais das principais universidades americanas, mantiveram a predileção pelo interesse técnico da ciência, investido em teorias orientadas por explicações causais, delegando uma posição secundária às construções metodologicamente direcionadas ao entendimento interpretativo, ou ao viés crítico (BIERSKETER, 2009). Logo, ao passo que tal

---

<sup>83</sup> *Détente* é um termo francês, referente a “relaxamento” ou “distensão”. Esse termo tem sido geralmente vinculado à política internacional em curso no final da década de 1960 até o início de 1980, quando, durante a Guerra Fria, há uma redução da tensão entre os EUA e a URSS. Para mais informações, ver: GARTHOFF, Raymond L. *Détente and confrontation: American-Soviet relations from Nixon to Reagan*, revised edition. Washington: The Brookings Institution Press, 1994.

<sup>84</sup> Dentre os pesquisadores que romperam com o estudo restrito ao terceiro nível de análise, destacamos Graham T. Allison, cuja formulação teórica, publicada em 1971, argumentou a favor da relevância das variáveis domésticas (burocracias, organizações, processos cognitivo, etc.) na compreensão dos processos decisórios da política externa dos Estados, utilizando, para tal, um estudo das decisões políticas envolvendo o caso específico dos mísseis em Cuba. No aspecto teórico, Allison propôs quatro modelos analíticos: 1. Modelo do ator racional (causalidade: estratégia internacional); 2. Modelo do processo organizacional (causalidade: burocracias); 3. Modelo da política governamental (causalidade: estratégias domésticas); 4. Modelo cognitivo (causalidade: psicologia) (ALLISON, 1971).

<sup>85</sup> Dentre esses autores, ver: KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. 1977.; KRASNER, S. (ed) **International Regimes**. New York: Cornell University Press, 1983.; HASS, E. **Beyond the Nations State**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

período tenha possibilitado a abertura do campo das RI à discussão, ele o fez principalmente em termos ontológicos, deixando as questões de natureza metodológicas à parte dos embates<sup>86</sup>.

Como avaliam as pesquisas sociológicas (GUZZINI, 1998; BIERSKETER, 2009), a manutenção dos modelos hipotético-nomológicos como preferência metodológica dos teóricos de RI nos EUA deveu-se a consonância desse estilo às contínuas demandas políticas de uma superpotência. Assim, tomados por anseios de “gerenciar”, seja o sistema de poder internacional e/ou a economia mundial, os políticos e intelectuais americanos recorreram às epistemologias racionalistas e positivistas;

To manage is to control, and the responsible “manager” that tries to lead the world needs to understand its dynamics in causal terms. Scholars become engaged in this larger project, not because they all necessarily want to “advise the Prince” (...), but because they tend to share the assumptions of the political leadership that the world needs to be managed, that we should conceptualize and address issues on a global scale, and that it is important to try to make the world a better place. Causal models and arguments serve this function, and the academy is actively engaged in their production. (BIERSKETER, 2009, p. 323).

Com isso, a tonalidade controversa da perspectiva de Waltz, refere-se antes a natureza polêmica de seus discursos mantenedores do raciocínio militar-estratégico, do que devido a uma ruptura profunda com os moldes científicos do mainstream norte-americano. Ademais, o período vigente e imediatamente posterior à publicação da TIP (a década de 1980, posterior à *detente*, e anterior ao fim do conflito bipolar) favoreceu sua ascensão no quadro ideacional da nação, dado a transformação dos fatos pelo endurecimento das tensões bélicas, que esfriaram os postulados interdependentistas inaugurados anteriormente.

Dessa forma, com olhos conclusivos, podemos captar na produção bibliográfica do autor tendências significativas aos apontamentos anteriores referentes à influência contextual da Guerra Fria, em termos de agenda ontológica e, sobretudo, metódica. Para essa avaliação, olhemos o quadro abaixo que tentou compilar as principais produções de Waltz, conforme o período de publicação e o estilo temático. Para tanto, seguimos a classificação que o autor

---

<sup>86</sup> A este momento, geralmente denota-se o termo “debate neo-neo” por envolver um período essencialmente centrado nas discussões teóricas entre as versões neorrealistas e neoliberais das teorias de RI. A princípio, as partes constituintes desse debate despontam como perspectivas distintas voltadas, cada qual, para o estudo de uma esfera particular do sistema – uma centrada nas questões de natureza essencialmente político-estratégicas, e a outra focada nas questões sobre a economia política internacional. Todavia, em termos epistemológicos, o debate torna-se mais um diálogo, uma vez que ambas as vertentes partem de uma percepção racionalista da ciência. Em suma, as características centrais do debate, responsáveis por diferenciar os polos, são de natureza essencialmente ontológica, derivadas das reflexões que cada vertente realiza sobre: a natureza e consequência da anarquia; os ganhos absolutos e ganhos relativos; a atuação das instituições e a possibilidade de cooperação; etc.

realiza no livro *Realism and International Politics* (2008), por meio da qual seus trabalhos, entre livros e artigos, são divididos em quatro categorias: Teoria, Política Internacional, Relações Militares e Política Externa<sup>87</sup>. Lembramos que, naquele livro, Waltz classifica 23 de seus principais artigos. Para essa análise, acrescentamos outras 24 publicações, a fim de obtermos uma visão mais ampla sobre a produção intelectual de Waltz entre 1950 e 2000.

### Quadro 1

Principais títulos de artigos e de livros de Kenneth Waltz, classificados conforme ano de publicação e categorias (Teoria, Política Internacional, Relações Militares e Política Externa).

<b>Fins de 1950</b>	
Teoria	1 - "Man, the State, and War: a theoretical analysis" (1959) 2 - "Political philosophy and the study of international relations" (1959)
Política Internacional	
Relações Militares	1 - "Reason, will, and weapons" (1959)*
Política Externa	
<b>Década de 1960</b>	
Teoria	1 - "Kant, liberalism and war" (1962)* 2 - "Realities, Assumptions and Simulations" (1968)
Política Internacional	1 - "The stability of a bipolar world" (1964)* 2 - "Contention and management in international relations" (1965)* 3 - "International structure, national force, and the balance of world power" (1967)*
Relações Militares	
Política Externa	1 - "The politics of peace" (1967)* 2 - "Foreign policy and democratic politics: the american and british experience" (1967) 3 - "The politics of british military policy" (1968)
<b>Década de 1970</b>	
Teoria	1 - "Conflict in world politics" (1971)* 2 - "Theory of International Relations" (1975) 3 - "Theory of International Relations" (1979)
Política Internacional	1 - The myth of national interdependence (1970)* 2 - "Interdependence in Theory and Practice" (1978)
Relações Militares	1 - "The use of force: military power and international politics" (1971) 2 - "What will the spread of nuclear weapons do to the world?" (1979)
Política Externa	1 - "America's European policy viewed in global perspective" (1974)* 2 - "Foreign Policy: An Anthology of Syllabi" (1970)

<sup>87</sup> Tais classes dizem respeito à natureza das questões discutidas, ou, ao menos, à sua perspectiva central. Explicitamos, contudo, a dificuldade de se traçar uma única especialidade a um texto, o qual normalmente mescla questões representadas por cada uma das categorias, sendo elas próprias bastante intercambiáveis. Porém, nosso propósito não é o de um estudo taxológico preciso dessas publicações, mas sim de uma compreensão das possíveis dinâmicas da consciência intelectual coletiva do autor. Nesse sentido, justificamos nossa opção por seguir a lógica de classificação realizada pelo próprio Waltz, a qual por si reflete uma autoimagem dos assuntos considerados mais pertinentes e centrais a sua produção.

### Quadro 1 (Continuação)

Principais títulos de artigos e de livros de Kenneth Waltz, classificados conforme ano de publicação e categorias (Teoria, Política Internacional, Relações Militares e Política Externa).

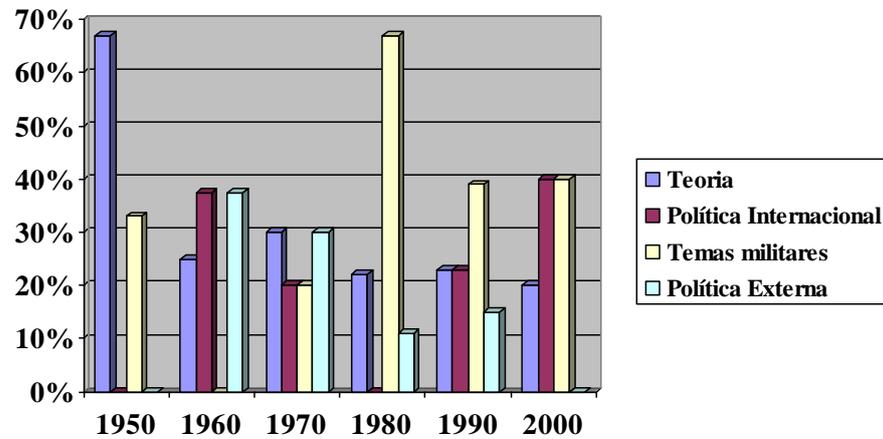
<b>Década de 1980</b>	
Teoria	1 - "Reflections on Theory of International Politics: a response to my critics" (1986)* 2 - "The origins of war in neorealist theory" (1988)*
Política Internacional	
Relações Militares	1 - "A Strategy for the rapid deployment force" (1981) 2 - "The spread of nuclear weapons" (1981) 3 - "The central balance and security in Northeast Asia" (1982) 4 - "Toward nuclear peace" (1983)* 5 - "Yes to minimal deterrence, No to abolition" (1988) 6 - "Strategic defenses and the problem of War" (1989)
Política Externa	1 - "Another gap?" (1981)*
<b>Década de 1990</b>	
Teoria	1 - "Realist thought and neorealist theory" (1990)* 2 - "Evaluating theories" (1997)* 3 - "International Politics is Not Foreign Policy" (1996)
Política Internacional	1 - "The emerging structure of international politics" (1993)* 2 - "The new world order" (1993) 3 - "Globalization and governance" (1999)*
Relações Militares	1 - "Nuclear myths and political realities" (1990)* 2 - "On the nature of states and their recourse to violence" (1990) 3 - "The spread of nuclear weapons: a debate" (1995) 4 - "A reply" (to critics of Sagan and Waltz) (1995)* 5 - "Thoughts about virtual nuclear arsenals" (1997)
Política Externa	1 - "America as a model for the world? A foreign policy perspective" (1991)* 2 - "East-West relations after the Cold War" (1997)
<b>Anos 2000</b>	
Teoria	1 - "Thoughts about assaying theories" (2003)*
Política Internacional	1 - "Structural realism after the Cold War" (2000)* 2 - "The continuity of international politics" (2002)*
Relações Militares	1 - "The spread of nuclear weapons: a debate Renewed" (2002) 2 - "NATO's expansion: a realist view" (2000)
Política Externa	

Fonte: elaborado pela autora.

Observação: os artigos marcados com o símbolo asterisco (\*) referem-se àqueles originalmente classificados por Kenneth Waltz, em: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008.

**Gráfico 1**

Porcentagem relativa das produções conforme categoria/ano.



A partir desse quadro, percebemos que, no final da década de 1950, quando Waltz titula-se doutor, as preferências pela teoria política prevalecem. Já na década de 1960, captamos a prevalência dos trabalhos analíticos (75%), os quais se dividiam, equilibradamente, entre “política internacional” e “política externa”. Desses, todos, com exceção de um, tratam de uma ordem gerida por políticas de poder associando-se, pois, a temas como a bipolaridade e políticas militares. Já nos anos de 1970, a categoria teórica ganha impulso pela publicação da TIP, embora as demais áreas continuem significativas. Nesse grupo, destaca-se a nova questão da interdependência, nos estudos sobre a política internacional, e o incremento da categoria militar renovada pelas reflexões sobre as estratégias nucleares.

No campo das teorias, vale ressalva quanto à convergência ontológica aos temas citados, geralmente preocupados com o gerenciamento das relações internacionais e a compreensão dos mecanismos causais em curso nas dinâmicas de poder. Como é sabido, durante as décadas supracitadas, enquanto a Guerra Fria atingia os picos, ora da *deterrence*, ora da *détente*, Waltz dedicou-se ao estudo dos efeitos estruturantes do sistema internacional no comportamento geral das unidades. Partindo do princípio sobre a natureza anárquica da ordem externa, o autor elabora sobre a fragilidade das relações pacíficas dentre seus elementos, os Estados, decorrentes da dificuldade de se administrar os riscos e equilibrar os interesses numa realidade tensionada. Dessa forma, Waltz conclui a relevância de questionar-se sobre as melhores condições de gerenciamento dos eventos e contextos instáveis do sistema: se numa estrutura bipolar, ou se multipolar.

Portanto, influenciado pelas preocupações normativas da época, Waltz ateu-se com especial atenção à dinâmica desenvolvida entre as duas superpotências contemporâneas, os EUA e a URSS. E ao analisar aquele contexto, o autor identificou uma possibilidade de relações pacíficas, vinculando-a como variável dependente dos imperativos de uma estrutura bipolar: “In a world in which two states united in their mutual antagonism far overshadow any other, the incentives to a calculated response stand out most clearly, and the sanctions against irresponsible behavior achieve their greatest force” (WALTZ, 1979, p.173). Nesse sentido, o autor acrescenta um importante fator, a saber: as armas nucleares. Para Waltz, essa tecnologia atua como mecanismo de reforço para a estabilidade do modelo bipolar – “a stability reinforced by second-strike nuclear weapons” (WALTZ, 1979, p. 195). Assim, ao tratar da ‘paz prolongada’ como decorrência de um mundo bipolar, Waltz a qualifica pelas condições beligerantes da Guerra Fria. Sobre o assunto, o autor lança sua controversa, e reconhecida, tese sobre a propagação positiva das tecnologias nucleares;

In a bipolar world, we expect competition to be keen, yet manageable. But to believe that bipolarity alone accounts for the “long peace” between the United States and Soviet Union is difficult. Given the depth and extent of the distrust felt by both parties, one may easily believe that one or another of the crises that they have experience would, in earlier times, have drawn them into war. For a fuller explanation of why that did not happen, we must look to that great force of peace: nuclear weapons (WALTZ, 1988, p. 624).

Ao analisar tais aplicações teóricas do neorrealismo sob uma perspectiva histórica ampla, Adam R. C. Humphreys sugere: “Waltz’s account of bipolarity does not explain the Cold War: it reflects the Cold War” (2006, p. 152). Com isso, Humphreys pretende apontar as falhas do autor neorrealista que, à luz de uma avaliação racionalista, equivocou-se ao fazer uso reverso dos materiais históricos: ao invés de testar a teoria, os elementos empíricos da Guerra Fria foram utilizados para gerá-la<sup>88</sup>. Porém, à parte da crítica metateórica quanto à lógica metodológica do neorrealismo, ressaltamos os argumentos de Humphreys pelas análises que apresenta acerca dos vínculos entre a construção neorrealista e as condições históricas, políticas e culturais da nação americana na segunda metade do século XX;

---

<sup>88</sup> Isso porque contesta-se a real natureza do mecanismo nuclear, se um ‘reforço’, ou se uma ‘causa’. Ou seja, em condições preenchidas pela presença nuclear, a estabilidade relacionar-se-ia à organização bipolar da estrutura, ou à existência *per se* das armas de destruição em massa? Seguindo esse raciocínio, e sob o julgo positivista, tal inferência acerca da qualidade estável da bipolaridade parece fugir aos propósitos do neorrealismo (centrado na explicação dos efeitos da estrutura sobre as dinâmicas de *balanceamento* entre os Estados), refletindo muito possivelmente a influência da realidade da Guerra Fria sobre os raciocínios do autor, ao invés de uma derivação lógica de seus pressupostos teóricos (HUMPHREYS, 2006).

Although Waltz seeks to show how multipolar and bipolar systems differ, thus demonstrating the importance of system structure, his theory explains only that states pursuing survival in an anarchic system will balance and that more balancing options are available in multipolar systems. His general account of the nature of bipolar systems draws heavily on the particular history of the Cold War (HUMPHREYS, 2006, p. 156).

Por isso, na visão de Humphreys, a conclusão de Waltz acerca das características das relações bipolares, não constituiria uma inferência estrutural genuína, mas, pelo contrário, uma resposta às condições específicas das tensões entre a URSS e os EUA. Ou seja, ao apontar uma transformação do nível das unidades (obtenção de tecnologia nuclear) capaz de influir num efeito estrutural (a guerra) – “hot wars originate in the structure of international politics. So does the Cold War, with its temperature kept low by the *presence of nuclear weapons*” (WALTZ, 1988 p. 628 *grifo nosso*) – Waltz exemplifica seu papel como sujeito histórico, inserido num grupo social com interesses específicos. Nesse horizonte, “the vision of the Cold War that Waltz reproduces is distinctly realist: Waltz largely ignores factors not directly related to the dynamics of power politics”(HUMPHREYS, 2006, p. 168).

Por fim, tais reflexões analíticas sobre o trabalho teórico de Waltz serão retomadas no próximo capítulo. Por ora, apoiado nos apontamentos desse tópico, nosso olhar orienta-se a conclusão, segundo a qual a teoria neorrealista inaugurada na TIP resultaria de uma soma entre passado e presente, no qual os princípios da *realpolitik* do realismo clássico (política de poder) são reunidos aos elementos epistemológicos e metódicos de um debate nacional que lhe era contemporâneo (década de 1960 e 1970). Ademais, a proposta do realismo estrutural acrescentou as preocupações com o novo fenômeno nuclear, e a prudência estratégica (realismo defensivo) de um período em que cada movimento deveria ser calculado no quadro de equilíbrios possíveis. Com isso, a teoria neorrealista absorveu sua posição social inserida nos quadros de uma superpotência, expressando um ‘mundo social’ centrado na agenda política dos EUA, para a qual os demais países e eventos externos àquela constituiriam fator marginal. Ou seja, contesta-se a validade universal dos pressupostos dessa teoria, por meio do esclarecimento de seus fundamentos sociais e vínculos históricos.

A seguir, passemos a terceira face da co-constituição circular realizada entre a teoria de Waltz, os contextos sócio-políticos, e, por fim, as ciências sociais americanas. Afinal, tal conceito de interação implica numa outra causalidade, a saber: o universo acadêmico. Ou seja, o modo como o objeto de estudo estabelecido pelo neorrealismo foi apreendido – i.e, sua concepção científica – reflete valores da sociedade americana, condicionados não só pelos

contextos sócio-históricos, como também pelas dinâmicas particulares ao universo acadêmico das ciências sociais. Por meio desse âmbito dispomos de predicados que auxiliam, fundamentalmente, na interpretação das escolhas metodológicas aplicadas no realismo estrutural.

#### **2.4 Ensino e pesquisa das RI nos EUA: um breve exame**

Durante seu desenvolvimento, a disciplina das RI associou-se a modelos de pesquisa variados, mas geralmente vinculados à ciência política, sobretudo, no caso da academia norte-americana. Em sua trajetória particular, o realismo estrutural de Waltz apresentou-se como um texto ancorado em bases “científicas”, muito embora este adjetivo constitua um vocábulo polissêmico, ou seja, passível de expressar concepções distintas, conforme seus intérpretes. No entanto, no caso do movimento neorrealista, tal acepção normalmente faz menção aos entendimentos racionalistas, associados aos anseios da sociedade americana.

Modelando as predisposições intelectuais da sociedade americana, destacamos dois componentes institucionais. Conforme abordado no tópico anterior, o primeiro deles aludiu aos processos históricos de modernização e consolidação das estruturas políticas e culturais do país. O segundo, ao qual nos dedicamos nesse tópico, refere-se às instituições acadêmicas. Essas que, durante o período citado, reformaram-se de modo a constituírem entidades orientadas para a pesquisa e para a profissionalização das disciplinas.

A ação dos indivíduos, sejam eles pesquisadores ou não, ajuda-nos a compreender as mudanças no conhecimento humano e sua relação com o ambiente social. Organizados coletivamente, tais agentes reúnem-se em instituições educacionais, criando e alterando linhas de pensamento e práticas que, quando compartilhadas, voltam a influir sobre seus participantes. Existiriam, pois, padrões de estudo que atuam como sistemas seletivos das inovações disciplinares propostas socialmente (WAGNER; WITTROCK; WOLLMANN, 1991). Assim, as instituições influem na direção do movimento espacial das ideias, funcionando como mecanismos de elaboração, promoção, ou retenção dos processos intelectuais.

Portanto, atentamo-nos brevemente ao desenvolvimento da estrutura de pesquisa e sua evolução conjunta aos modelos intelectuais, captando sua atuação sobre as bases

condicionantes do neorrealismo. Afinal, seja como discente, ou na posição de professor, Waltz compôs, e foi composto, por aquelas estruturas de ideias, valores e interesses acadêmicos, que já vinham sendo edificados antes de sua contemporaneidade. Por isso, compreendemos que a produção daquele autor não pode ser abstraída de sua posição social e histórica inserida num movimento ideacional coletivo, e num quadro particular das instituições de pesquisa norte-americanas.

#### **2.4.1 A constituição das RI como disciplina: oportunidades institucionais**

Nos anos de viragem entre os séculos XIX e XX a natureza associativa das organizações de pesquisa – como *American Social Science Association* – converte-se em grupos especializados, como *American Economic Association* (1885); *American Political Science Association* (1903); e *American Sociological Society* (1905). Tal fase representou o processo de profissionalização das ‘humanidades’ que passaram então a se constituírem por identidades programáticas distintas, e processos de reorientação cognitiva:

In the late nineteenth century when the separate organizations split out from the American Social Science Association, they shared "a commitment to an empirical, often and increasingly quantitative, methodology and to some conception of the usefulness of scientific knowledge for the allegedly neutral solution of social problems (WAGNER et al., 1991, p. 347).

A emergência de universidades modernas dotadas de um sistema educacional liberal orientado a pesquisas aplicadas marcou o período em que se estabelecem as ciências sociais nos EUA, bem como os novos trabalhos empíricos e as agendas progressistas. A estrutura acadêmica norte-americana, embora originalmente pautada no modelo universitário alemão, logo adquire particularidades, expandindo sua capacidade de ensino e pesquisa em um ritmo acelerado perto dos passos intermitentes dos países europeus. Por este olhar comparativo, percebemos no contexto nacional estadunidense um quadro de experiências distintas e capazes de criar universidades que, nas palavras de Wæver, "were more adaptive, less dependent on the state, and had strong presidential leadership instead" (1988, p. 712).

A natureza autônoma das instituições de pesquisa é moldada logo nas primeiras décadas do século XX. A partir de 1920, uma combinação de fatores gerou prosperidade: as ciências sociais norte-americanas estabilizaram-se pelo suporte público e privado, e acresceram credibilidade por meio de uma base metodológica validada socialmente. Destaca-

se, à época, a escola de Chicago que atuou como vanguarda do movimento em prol de um conhecimento metódico e congruente às problemáticas urbano-industriais do período (WAGNER; WITTROCK; WOLLMANN, 1991).

Desse modo, além dos esforços internos da academia, revelou-se o importante apoio da iniciativa privada. Fundações como o grupo Rockefeller e Carnegie representaram suportes significativos no processo inicial de criação de institutos de pesquisa. Tais fundações também apoiaram projetos governamentais, como na administração de Herbet Hoover (1929-1933) com o programa *President's Research Committee on Social Trends*<sup>89</sup>.

Do lado estatal, alguns presidentes também destacaram-se pelo amplo investimento direcionado à pesquisa, e pela criação do sistema *in-and-out*, pelo qual os intelectuais americanos eram postos em contato direto com os departamentos do governo, compondo uma equipe, entre servidores e acadêmicos, para os processos de tomadas de decisões (HOFFMANN, 1977). Na origem desses intercâmbios, destaca-se Franklin Roosevelt (1933-45) que proveu um contato de intensidade inédita entre os pesquisadores e os espaços de formulação política (WAGNER; WITTROCK; WOLLMANN, 1991).

Dessa experiência formaram-se os estudiosos que posteriormente impulsionaram um campo de trabalho próprio e autônomo às pesquisas de orientação especificamente política, qual ocorreu nos anos em curso, e posteriores, à Segunda Guerra Mundial. Entre as décadas de 1940 e 1950, o vínculo entre as estruturas, acadêmica e política, possuía caráter consultivo, pelo qual um grupo, composto por servidores públicos, empresários e advogados, voltava-se às universidades em busca de informações, dados empíricos e ideias. Ademais, nesse período de reconstrução econômica do pós-guerra, as pesquisas mais favorecidas foram aquelas ligadas aos departamentos com maiores recursos, no caso, o departamento de Defesa – ascendente, dado o clima de *deterrence* nuclear (HOFFMANN, 1977).

---

<sup>89</sup> *President's Committee on Social Trends* foi criado em 1929 pelo presidente Herbert Hoover. Para ele, as ciências sociais eram capazes de obter conclusões para o progresso social a partir da acumulação e estudos de dados estatísticos. Assim, tal comitê constituía um grupo composto por cientistas sociais e oficiais das fundações dedicados na coleta de informações sobre as principais instituições sociais e seus comportamentos. Wesley Mitchell, economista da Columbia University, foi o presidente de tal instituição, compartilhando com o presidente Hoover, a perspectiva de uma ciência quantitativa. No cargo de diretores e assistentes de pesquisas, havia dois outros docentes da Columbia, quais foram William Ogburn e Howard Odum. O relatório final do comitê, *Recent Social Trends*, finalizou-se em 1932, incluindo temas diversificados, como questões agrícolas, tributação e finanças públicas. Todavia, embora bem elaborado, o documento sofreu críticas quanto à sua utilidade devido às deficiências do método empírico. Essas falhas resultaram da confiança na obviedade e neutralidade dos dados, que implicou um relatório sem qualquer tipo de comentário que interpretasse as estatísticas, ou fizesse sugestões de políticas públicas, visto que tais análises eram considerados desvios subjetivos. Ver: Karl, Barry D. *Presidential Planning and Social Research: Mr. Hoover's Experts*. In: **Perspectives in American History**, p. 347-409, 1969.

No entanto, a década de 1960 marca o ponto de viragem dessa relação, que atinge níveis mais profundos e profissionais. Assim, o tom consultivo é substituído pela reunião, de fato, entre elementos acadêmicos e os membros tradicionais das agências federais, em que os primeiros passam a atuar como uma espécie de “procônsules” (HOFFMANN, 1977, p.49). Logo, desenvolvem-se importantes redes de intercâmbio profissional entre pesquisadores, fundações filantrópicas, e as demandas do governo – como exemplificado na seção 2.3.2.3 pela relação entre think-tanks (*RAND Corporation*), financiamento privado (Fundação Ford), universidades (pesquisadores *Havard*, MIT) e governo (Departamento de Defesa).

Outra variável explicativa para fluidez do processo de institucionalização das ciências sociais nos EUA seria a natureza ‘jovem’ de seus departamentos, que, ao revés da experiência europeia, não possuíam interesses enraizados capazes de opor-se e, logo, retardar, os procedimentos. A quase independência financeira e a rara regulação pública proviam as universidades com autonomia, além de gerar a diversidade, dada a ausência de tradições feudais ou rotinas intelectuais (HOFFMANN, 1977). Somando-se a tal aspecto, a comunidade científica norte-americana apresentava-se horizontal e individualista, contudo, pouco polarizada. Com isso, facilitou-se a expansão dos debates participativos, em que os membros usufruíam de isonomia, ao invés da relação hierárquica comum à tradição alemã (GALTUNG, 1981). Estimulavam-se, dessa forma, a competição e a especialização, e, por conseguinte, o desenvolvimento geral das pesquisas. Portanto, a ampla divulgação e expansão da educação superior nos EUA possibilitaram a multiplicação dos departamentos de ciência política que, por sua vez, puderam servir de matriz teórica ao campo das Relações Internacionais.

Ora, finalmente, aproximações com a agenda pública, auxílio financeiro de fundações filantrópicas e flexibilidade resumem as características institucionais particulares das ciências sociais norte-americanas, as quais, segundo Hoffmann (1977), constituem parte das células responsáveis pelas oportunidades e características que o campo das humanidades no geral – e da ciência política, ou das RI, em particular – tiveram nos EUA. Sobre esse ponto, antes de continuarmos, julgamos necessária a ponderação sobre a tendência, especialmente sobre as reflexões de Hoffmann, em associar a origem da disciplina das Relações Internacionais com o período de hegemonia estadunidense após a Segunda Guerra Mundial. Certamente, adotamos a relevância de tal período e seus desdobramentos para o desenvolvimento nacional da disciplina, porém o fazemos visando sua qualidade metódica enquanto recorte temporal, ou melhor, por constituir o quadro contextual das produções de Waltz.

Todavia, como aponta Thomas J. Biersteker (2009) cabe compreendermos os riscos de determinadas taxonomias do campo, apreendendo as linhas normativas implícitas em determinadas delimitações. Logo, dotados de um olhar menos americanizado, podemos expandi-lo e perceber que os estudos globais sobre o Internacional não são credores restritos do “século Americano”, ou mesmo, não estão limitados aos métodos da ciência social dessa nação;

Important works of twentieth-century International Relations scholarship – from Norman Angell’s *The Great Illusion* to V. I. Lenin’s *Imperialism* and E.H. Carr’s classic *The Twenty Year’s Crisis* – were published and widely discussed long before the application of American social science methods to international relations (BIERSTEKER, 2009, p. 308).

Por outro lado, relembremos nosso intuito em operar com um trabalho teórico segundo a posição social e a autoimagem de seu autor, Kenneth Waltz, por meio do qual justificamos nosso desvelamento do campo pela ótica dos pesquisadores norte-americanos. Por isso, voltando para a reflexão quanto ao saldo da transição de um modelo associativo para uma ciência social profissionalizada e especializada podemos, igualmente, enxergá-lo por meio de lentes distintas. Na visão de Shils (1970), a criação de um padrão analítico estável e durável para os estudos sociais, representou um avanço intelectual significativo; ao passo que, pela perspectivas mais críticas (HORKHEIMER, 2000; ASHLEY, 1984), aquela mesma transformação iniciou o movimento pelo qual os pesquisadores norte-americanos demarcaram seu espaço no campo, definindo os fundamentos da ciência social moderna por meio de vocábulos positivistas e a-históricos, os quais orientam a conhecida postura tecnocrata das investigações dos cientistas políticos do país.

Tais características alcançam o campo de Relações Internacionais nos EUA, especialmente por aquela erguer-se sobre as fundações da ciência política. Naquele país, os estudos de RI constituem uma subárea do campo maior da ciência política – ao contrário dos currículos de outros países, como no Brasil, onde as RI destacaram-se do departamento de ciência política, constituindo um curso autônomo, embora ainda interconectados. Vejamos, então, as características intelectuais daquela subárea, conforme lecionada pela comunidade estadunidense.

### 2.4.2 O estudo das RI nos EUA: tradições teóricas

Como apontávamos na seção 2.3, a sociedade norte-americana nas décadas de 1950 à 1970 legitimou os estudos orientados pelo racionalismo epistemológico. Em decorrência, uma pesquisa realizada por Alker e Biersteker (1984)<sup>90</sup>, sobre a literatura aplicada nos programas de RI das principais universidades dos EUA nos anos 1980, demonstrou uma concentração de 70% das produções lidas no método behaviorista/científico<sup>91</sup>. Dentre esses textos, 72% delimitavam-se ontologicamente como teorias neorealistas, de modo que, à época, tais autores concluíram: “the questions asked, the values assumed, the issues addressed, and the debates considered [...] have been nearly all addressed from within the narrow confines of a single epistemological tradition”(ALKER, BIERSTEKER, 1984, p. 128)<sup>92</sup>.

Em um estudo mais recente, Biersteker (2009) reforçou tal caráter dos currículos acadêmicos em Relações Internacionais nos EUA. Segundo o autor, os principais departamentos das universidades<sup>93</sup> americanas, que oferecem doutorado no campo das RI, possuem orientação teórica racionalista e positivista, com destaque especial a *UC-Berkeley*<sup>94</sup> que apresentou 70% do programa curricular concentrado em literaturas epistemologicamente voltadas à escolha racional aplicada<sup>95</sup>.

Tal desenvolvimento expressa um acúmulo histórico favorecido, também, por questões editoriais, de modo que os veículos de comunicação da área – jornais e revistas –

<sup>90</sup> Nesse estudo, os autores analisaram 17 currículos das principais cursos de RI nos EUA, durante a década de 1980. A partir deles, classificaram a literatura da área em três categorias metódicas, tradicionalistas (representado pelas teorias realistas e idealistas); behavioristas (neorealismo e liberal-internacionalismo) e dialéticos (marxismo e radicais). Dos textos analisados, a primeira categoria englobava 20% da literatura aplicada nas universidades; a segunda categoria, 70%, e a terceira expressando 10%. Dentre os trabalhos da primeira categoria, 82% caracterizavam-se como teorias realistas, enquanto da segunda, 72% aproximavam-se do neorealismo. Com isso, deduziram não só uma tendência metódica dos textos, como também ontológica.

<sup>91</sup> Ver nota 76.

<sup>92</sup> Nesse estudo, os autores chamam atenção para a marginalização dos trabalhos inseridos na tradição dialética, quais seriam os estudos marxistas sobre o imperialismo, a dependência ou o sistema mundial do capitalismo, na área de RI nos EUA. Como Alker e Biersketer apontam: “It is probably true that more attention is paid to dialectical scholarship in international political economy courses, and therefore in the curriculum as a whole. However, even in those courses it has been our frequent discovery that most of the attention is focused on debates within the behavioral traditions (on regimes or between interdependence and neo-mercantilism) rather than on theoretical developments within neo-Marxist scholarship or ongoing debates between dialectical and behavioral writers” (1984, p.140).

<sup>93</sup> As universidades analisadas por Biersketer foram: Yale, Harvard, Princeton, Stanford, Berkeley, Chicago, Michigan, Columbia, UCSD e MIT (BIERSTEKER, 2009)

<sup>94</sup> Kenneth Waltz aposentou-se da função docente na UC Berkeley em 1994, tendo lecionado por grande parte de sua vida no departamento de ciência política dessa instituição.

<sup>95</sup> “Applied rational choice (ARC), which contains non-formalized rationalism, or what Wæver termed ‘soft rational choice’, and includes most neorealist [included Waltz’s theory], and most neoliberal institutionalism” (BIERSTEKER, 2009, p. 315).

representam, ademais, uma estrutura nacionalista, monolíngue e masculinizada (BIERSTEKER, 2009). Esse ‘fechamento’ da comunidade acadêmica, voltada à literatura de autores autóctones, ou daqueles cuja formação deu-se nos EUA, intensifica, por conseguinte, a conexão entre essas teorias e a agenda da política externa nacional. Assim, como sugere Biersketer (2009), tal provincianismo por parte dos quadros intelectuais inseridos no contexto acadêmico norte-americano impulsiona a valorização do eco, em contraposição ao cosmopolitismo de ideias.

O olhar espelhado, focado nas elaborações internas, implicaria, pois, a tendência comum às formulações positivistas em atribuir um tom universalista às suas explicações, embora permaneçam inseridas numa agenda espacialmente e temporalmente localizada. Como pontuou Biersteker: “the issues that motivate our research, the concepts we employ, the global scope of the problems we address, and even the terminology we use (...) mirror many of the concerns of U.S policy-makers and the problems they confront on a global scale” (2009, p. 321).

Logo, a pouca abertura às produções exteriores reforçou-se por meio dos corpos editoriais dos principais jornais e revistas do campo, que atuaram no fortalecimento da tendência à reprodução intelectual entre os pesquisadores nos EUA, especialmente com relação à orientação epistemológica. A análise de Wæver<sup>96</sup> (1998) acerca das orientações metateóricas dos meios de publicação científica do campo contribui para essa reflexão. O olhar transversal dessa pesquisa nos permite captar de modo mais nítido a intersecção entre as tradições ideológicas nacionais e as linhas de investigação respectivas, pela qual se conclui o contraste entre um interesse teórico europeu pelo construtivismo e pós-modernismo, e a preferência americana pelos discursos da escolha racional. Assim, se comparados à Inglaterra, os intelectuais estadunidenses particularizam-se pela valorização da sofisticação metódica e empírica nas pesquisas, ao passo que, noutro país, destaca-se a inclinação intelectual ao tom

---

<sup>96</sup> De forma geral, o autor analisa os quatro principais veículos de publicação acadêmica sobre RI entre 1970-95, dos quais, dois são americanos (*International Studies Quarterly* e *International Organization*) e os outros dois, europeus (*European Journal of International Relations* e *Review of International Studies*). Em termos taxômicos, Wæver (1998) cria 5 categorias (“1-formalized rational choice, game theory, and modeling; 2- quantitative studies; 3- nonformalized rationalism; 4- non-postmodern constructivism; and 5- the radicals”) em torno do eixo epistemológico, racionalistas-reflexistas. Com isso, identifica-se que as três filiações racionalistas somavam 77.9% dos textos publicados na *International Studies Quarterly*, e 63.9% daqueles promovidos pela I.O.; enquanto que, as duas formas de “reflexivismo”, representavam, nesses mesmos jornais, apenas 7.8% e 25% das publicações respectivas. Na contramão das comunicações americanas, as mídias europeias apresentaram na pesquisa de Wæver uma média de 42.3% (*European Journal*) e 17.4% (*Review of International Studies*) de textos racionalistas, ao passo que as metodologias pós-positivistas configuraram um geral de 40.4% e 40.6% das produções de tais revistas (WÆVER, 1998, p. 702).

filosófico e moral nos estudos (WAGNER et al., 1991). Sobre esse assunto, Steve Smith corrobora:

At present the U.S IR community adheres to one dominant theory, rationalism, which is engaged in debate with a form of constructivism. Other, reflectivist approaches receive little attention in U.S. journals, text books or syllabi. That picture is not found in the rest of the world, where IR is a far more pluralist subject, with no one theoretical approach dominant (SMITH, 2002, p.81).

Dentre as razões para essa disposição da disciplina das Relações Internacionais nos EUA, Wæver explica:

In the post-behavioral period, economic methodology has increasingly replaced behaviorism as the method that organizes the discipline. This development occurred for three reasons: (1) for IR to become more scientific, scholars have generally used economics as the most relevant model to emulate; (2) scholars needed methodology to replace the state as the conceptual core of the discipline, and (3) scholars thereby established correspondence with the political level, where, as argued by Lowi, economics has replaced law as the language of the state (WÆVER, 1998, p. 714-715).

Como assinalado no primeiro capítulo, os fundamentos da teoria da escolha racional demarcaram as principais produções do campo das RI na década de 1970 e 1980, quais foram os reconhecidos, *Theory of International Politics* de Kenneth Waltz (1979) e *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, de Robert. O. Keohane (1984). Conforma apontou os tópicos anteriores, esse modelo teórico (escolha racional) amplamente difundido na segunda metade do século XX aproxima-se de uma epistemologia modernista na medida em que, consoante ao projeto iluminista, constitui suporte à democracia liberal por meio da defesa de valores, como: liberdade de pesquisa, universalismo e autonomia individual (AMADAE, 2003).

Nesse sentido, além dos valores oitocentistas, a perspectiva neorrealista de Waltz – assim como a própria sociedade americana – projeta uma forte influência da tradição filosófica liberal. Por liberalismo, compreendemos seu sentido enquanto ontologia política (uma teoria da ação social, centrada no individualismo e no cálculo racional dos interesses), ao invés do vocativo à corrente teórica específica do campo das RI. Daí, a origem remota do estado de anarquia, ou melhor, da problemática da ordem – ponto de partida do realismo estrutural – que surge já com os pensadores liberais do século dezessete, a exemplo de John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes.

Como esclareceu Gerson Moura (1990), as incertezas e temores de um momento em que os EUA, pela primeira vez, passavam a desempenhar um papel de superpotência no plano político-internacional criaram na sociedade aversões aos fatores conflituosos e contingentes, ao passo que se intensificaram as demandas por explicações que apontassem os elementos de continuidade da experiência nacional, sob o anseio em delinear um “caráter especificamente americano” (MOURA, 1990, p.11). Com isso, a segunda metade do século XX assistiu a emergência do interesse da intelectualidade pela história das ideias e pelos estudos empenhados na retomada da identidade nacional. Dessa forma, como aponta aquele autor, o período do pós-guerra catalisou a revivescência das ideias de Toqueville (reeditado seis vezes no período entre 1945-1982) que sublinhavam o caráter particular da história americana, como nação liberal e democrática. Por conseguinte, revigorou-se a noção de que o espectro político americano havia sido, desde os primórdios, fortemente tomado pelos princípios do liberalismo burguês, corporificados na herança intelectual de John Locke (MOURA, 1990).

Segundo essa perspectiva, as certezas epistemológicas – ou seja, a utilização de modelos teóricos que desenhasssem um comportamento humano permanente – apresentaram-se como uma espécie de solução ao pluralismo radical (ou o relativismo moral) do período (MOURA, 1990). E assim, dentre os demais condicionantes, a abordagem de uma sociedade atomística e racional, típica ao liberalismo, é importada para as bases metódicas e para a natureza política do sistema conceitual neorrealista, em especial de Waltz, por meio dos legados de Adam Smith. Portanto, em termos epistemológicos, a tradição intelectual liberal renova-se nas RI pelas análises racionais, em que a ontologia individualista é transferida do “indivíduo” em si, para outras “unidades primitivas”, sejam elas Estados ou firmas, capazes de efetuar o cálculo instrumental (WÆVER, 1998).

A fase de ascensão da produção neorrealista representou, simultaneamente, um período de descenso da influência europeia na disciplina das RI nos EUA, e de ascensão das vertentes liberais. Ou seja, iniciou-se um movimento na contramão da década de 1940, quando a presença de europeus no cenário intelectual americano – como Morgenthau, Carr e Aron – facilitou a inserção da tradição continental na área, mesclando a investigação pragmatista do país, com questões de viés mais teórico, histórico e filosófico. Distintamente, a geração da segunda metade do século XX, na qual Waltz se insere, buscou reconstruir o campo sob premissas metodológicas mais rígidas, possivelmente acompanhando os passos das demais ciências sociais americanas, e das demandas institucionais da nação:

Although the Realpolitik tradition was the main import from Europe, this is not simply the story of "the fall of realism": Waltz's realism is (in this sense) liberal realism and very much an Americanized form of theory. Neorealism's microeconomic reformulation of realism is probably the clearest example of de-Europeanization. Liberalism has become the shared premise of American mainstream rationalism (WÆVER, 1998, p. 722)

Tais parâmetros não são particulares ao neorealismo formulado por Waltz; mas, ao contrário, expressam tendências do *mainstream* da disciplina das RI nos EUA. Por fim, como conclui Steve Smith, “in the U.S. the central feature is the dominance of rationalism, with an emerging consensus around rational choice theory as a method, and this has the powerful effect of defining what counts as acceptable scholarship” (2002, p.81). Assim, ao revés do que buscamos identificar nesse capítulo, a tendência racionalista predominante na disciplina americana conduziu seus autores a prescindirem a autorreflexão acerca dos vínculos históricos entre suas teorias e o contexto político, social e cultural que os englobam. Em substituição, naquele modelo, os teóricos frequentemente entendem sua atividade como um exercício debruçado sobre “um mundo exterior” ao qual é possível aplicar os imperativos da razão científica, constituindo um padrão seletivo e valorativo para as demais investigações.

Com isso, o neorealismo se abstém da perspectiva de renovação gerada pela prática reflexiva permanente, e pela consciência da relação dialética entre teoria e prática. Dessa forma, como aborda o terceiro capítulo (a seguir), as vias contestatórias daquela teoria são ocultadas, uma vez que os postulados propostos são entendidos como parte de um conhecimento, que capta o mundo “como ele é”. Muito embora, conforme analisamos, e procuramos expor nesse capítulo, tal potencial transcendental seja questionado pela relação circular entre as relações de poder sociais e as estruturas lógicas prevalentes.

## **2.5 Conclusão: O neorealismo como narrativa política**

Nesse capítulo, buscamos identificar os fundamentos sociais e históricos do realismo estrutural elaborado por Kenneth Waltz. Desse modo, captamos um paralelo entre o “mundo social” estudado pelo neorealismo (suas entidades e processos ontológicos) e a agenda político-social da nação americana na segunda metade do século XX. Em conjunto, concluímos a aproximação entre a base teórica do neorealismo, pautada no critério

pragmático de utilidade instrumental, e os valores emanados da sociedade americana, e de seus correlatos acadêmicos durante aquele período.

Destarte, a produção de Waltz origina-se num período em que a sociedade americana experimentava mais intensamente a transferência de um modelo característico da economia de mercado, para a organização pública. Nesse sentido, os desenvolvimentos da dimensão econômica passam a ter um papel mais abrangente, “incorporando esferas anteriormente pensadas como portadoras de características soberanas” (CARVALHO, 2006, p.15-16). A aceção de um raciocínio instrumental, envolto num substrato social competitivo comum à tendência individualista da economia de mercado e ao pensamento liberal, é reportada ao modelo teórico neorrealista que então participa de um debate amplo no interior do liberalismo, a respeito da possibilidade de uma sociedade [no caso, do sistema internacional] autorregulada (CARVALHO, 2006).

Assim, enquanto a teoria neorrealista de Waltz argumenta sobre a natureza objetiva de suas proposições, sua *narrativa* possui imperativos normativos expressos na descrição do que seria a realidade internacional, bem como dispõe prescrições políticas aos atores, ao estabelecer os comportamentos prováveis relacionados à racionalidade instrumental e à política de poder explicados no primeiro capítulo. Tais características associadas às escolhas metódicas do neorrealismo voltam a ser alvo de investigação no capítulo seguinte, o qual se apoia nos enunciados dessa seção que tentou revelar, por meio de uma sociologia do conhecimento, o caráter existencial originário dos conceitos chave do neorrealismo. Afinal, tal revelação expõe os limites políticos da teoria neorrealista, visto que auxilia na subversão da proposição sobre leis generalizantes. Como defendem alguns teóricos críticos (COX, 1981; ASHLEY, 1981, 1984; RUGGIE, 1983), a noção de estrutura política internacional, que o neorrealismo descreve como sendo o padrão universal, ou permanente, constituiria, pelo contrário, a consequência de condições históricas específicas (a Guerra Fria).

Nesse sentido, como argumenta Walker (1987), ao invés de representar uma posição teórica *per se*, o realismo político é compreendido como um dos lados de um debate delineado por disputas metafísicas: “claims to realism in international political theory carry meanings and implications from a much broader discourse about politics and philosophy” (WALKER, 1987, p.67). Por isso, as dificuldades do neorrealismo em captar as transformações e as práticas das relações internacionais contemporâneas não se devem apenas às aspirações universalistas sobre o estudo da política internacional, mas também, e talvez fundamentalmente, em termos do desafio que o historicismo representava para o pensamento

filosófico iluminista (WALKER, 1987). Esse, que influenciou amplamente no modo de ser e pensar da sociedade americana, de modo que a análise dos aportes neorrealistas torna-se um exercício indissociável do olhar sobre a ciência moderna.

De forma imbricada, destacam-se os riscos de se encarar os estandartes expostos no realismo estrutural como sendo trans-históricos e transculturais, visto que objetificam uma determinada concepção de sociedade, de ciência e de política. Em outras palavras, a problemática lançada refere-se ao momento em que as concepções sobre as RI dos EUA tornam-se hegemônicas (dado a força política do país, o escopo de sua comunidade acadêmica, e a predominância editorial de seus jornais e revistas) a ponto de pressionarem uma extensão espacial desses pressupostos às demais comunidades acadêmicas do globo.

Problematizam-se, pois, os efeitos decorrentes da ampliação irrefletida dos pressupostos ontológicos, metodológicos e epistemológicos presentes nos aportes do realismo estrutural (SMITH, 2002). Afinal, se tais parâmetros expressam uma realidade social, e acadêmica particular, a expansão daqueles para os demais países constituiria, não raro, um ato político. Isso porque a prevalência de uma visão específica sobre como edificar o conhecimento, acaba por contribuir com a construção de uma realidade também específica; de modo que o *mainstream* da disciplina nos EUA tende a dispor certas questões, as quais nem sempre convergem com a agenda política de outras comunidades;

Thus gender inequalities are either domestic politics or private or both, and questions of migration, the environment, human rights and cultural clashes either are seen as falling outside the core of the discipline or are features to be studied according to the canon of the social science enterprise, which thereby reconstitutes them as atomistic and external. Similarly, the massive economic inequalities in the world are seen as having to do with the discipline of economics, or as falling into the field of domestic politics or development (SMITH, 2002, p. 82).

Nesse ponto, cabe o reconhecimento quanto à própria localização histórica e social de nossa pesquisa, a qual é fruto de um curso “jovem”, disposto num país em desenvolvimento, com perspectivas e experiências particulares. Faz-se esta declaração sociológica como autoconsciência necessária entre a produção intelectual, os contextos e as identidades de nosso ambiente. E o fazemos sem associação a uma falha metódica no trabalho, qual seria, se a atividade científica fosse compreendida enquanto reflexo puro e passivo de um conteúdo externo. Contudo, adotamos definição distinta: crê-se numa posição teórica, que é também histórica e social, visto que reconhece sua validade enquanto provedora de sentidos vinculados a uma dimensão cultural que os circunscreve.

Ademais, a importância dessa reflexão é majorada pelo quadro ainda não consolidado de estudos brasileiros que versem sobre as teorias de Relações Internacionais, sob uma perspectiva localizada. Nesse sentido, a presente proposta reafirma sua composição sincera – embora incipiente – ao movimento de estudo comprometido com uma leitura contemporânea dos modelos conceituais preponderantes, como expressos no neorrealismo, realizada por meio de lentes historicamente marginalizadas, como as do Brasil e dos demais países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos.

Por fim, crê-se que os dois capítulos apresentados lançaram suportes interpretativos importantes para a construção do debate posterior, por meio do qual se possa balancear a aplicabilidade da teoria neorrealista aos fenômenos contemporâneos, bem como pensar os efeitos de sua adoção por países com identidades distintas daquelas que deram origem aos conceitos de Waltz. A perspectiva sociológica exposta nesse capítulo expõe a importância dos atores e intelectuais externos ao contexto norte-americano “reflect upon just how much of what are assumed by U.S. scholars to be global, timeless patterns, experiences, or universalizing tendencies are in fact the product of a particular American concern and perspective at a given point in time (BIERSTEKER, 2009, p. 321). Ou seja, a necessidade de repensarmos o conteúdo de nossa agenda de estudos.

Em parte, são essas as questões que permeiam o pano de fundo do capítulo seguinte que, a partir dessa perspectiva da teoria como construto social – e não mais uma expressão verossímil *per se* – pode, então, empreender sua análise metateórica, que visa problematizar o neorrealismo avaliando sua influência sobre nossos aparatos cognitivos e, por conseguinte, sobre nossos ‘horizontes de expectativas’ vinculados a ação social. Afinal, como se intentou analisar, a interpretação do realismo está associada a um modo de pensar desenvolvido nos EUA e na Europa, o qual é informado por acepções filosóficas e políticas específicas. Nesse sentido, analisaremos a imagem da política internacional proposta por essa teoria, a partir de seu conceito sobre o sujeito político e suas potencialidades de agência. Com isso, almeja-se identificar as possíveis consequências políticas e, não raro, éticas, da predominância metodológica e filosófica do modelo neorrealista sobre o campo geral das RI.

### 3 ENTRE AS MARGENS DA PALAVRA: SOBRE O SUJEITO POLÍTICO INTERNACIONAL

*Margem da palavra  
Entre as escuras duas  
Margens da palavra  
Clareira, luz madura  
Rosa da palavra<sup>97</sup>*

#### 3.1 Introdução

Conforme exposto no capítulo anterior, é possível considerar a produção humana de conhecimento como uma atividade partícipe do mundo social, em que se estabelece uma relação de co-construção entre a teoria e a prática. Desse modo, semelhante aos estímulos que o neorrealismo recebeu durante a Guerra Fria, o período contemporâneo à presente dissertação oferece um novo leque de acontecimentos, os quais têm expandido o debate teórico do campo das RI.

Esse ambiente, estruturado após o conflito bipolar, proporcionou novos processos políticos, econômicos e sociais, os quais evidenciam questões que escapam ao escopo estritamente político-militar e racionalista das teorias tradicionais sobre as relações internacionais. Nas palavras de Bertrand Badie (2008), o contexto global contemporâneo incita mutações pedagógicas, científicas e intelectuais, as quais demandam explicações desvinculadas das noções clássicas da *realpolitik* – abordadas no primeiro capítulo.

Assim, de forma abreviada, a sociedade pós-industrial, e o sistema político internacional posterior à Guerra Fria, experimentam um novo ciclo de transformações, o qual implicou a redefinição das estruturas políticas, e das práticas sociais pela emergência de novos atores, pela transformação da agência do próprio Estado, e também das agendas públicas, ampliadas em objetivos e motivações. Logo, esse cenário tem impulsionado, igualmente, a reflexão acerca dos pressupostos epistemológicos convencionais utilizados para apreender o cenário prévio, pondo à prova muitos dos valores científicos fundados no período moderno, e prevalentes, ainda hoje, na produção das RI, especialmente nas norte-americanas com alcance global.

---

<sup>97</sup> Cf. VELOSO, Caetano; NASCIMENTO, Milton [Compositores]. A Terceira Margem do Rio. Intérprete: VELOSO, Caetano. In: VELOSO, Caetano. **Circuladô Vivo**. São Paulo: Polygram, 1992. 1 CD (ca. 1h. 5 min.). Faixa 10 (4 min. 32 s).

Conforme apontado no segundo capítulo, os princípios cartesianos de racionalidade presentes no neorrealismo puderam desenvolver-se eficazmente, em parte, devido à base material oferecida pela sociedade norte-americana. Essa, que absorveu normativamente o projeto Iluminista do século XVII, então vinculado à emergência do secularismo e do individualismo como valores sociais. Assim, os princípios iluministas, pautados na busca pela previsibilidade, foram reatualizados no século XX pela institucionalização de sistemas racionais de regulação e controle da sociedade, apoiados na linguagem técnica dos modelos das ciências naturais, ou, ainda, das pesquisas econômicas.

Nesse sentido, inserido no “consenso ortodoxo” do pensamento moderno, as reflexões sistemáticas de Waltz sobre o Internacional passam a compor o grupo de assunções alvos daquela espécie de crise fundacional referente a um suposto descompasso intelectual entre os aparatos científicos modernos e os fenômenos atuais. Nessa linha, destacam-se os debates que problematizam a visão positivista acerca da unificação das ciências, pelos quais se questiona a validade do conhecimento social produzido sob critérios metódicos originalmente criados para as ciências naturais.

Essas posições compõem o mosaico de interpretações que perpassam a reflexão filosófica acerca de uma lógica metodológica própria às ciências humanas. Embora plurais, essas perspectivas podem ser examinadas pela forma sumária do denominado “discurso pós-positivista”: aqui entendido como um movimento intelectual crítico, questionador das bases epistemológicas e filosóficas fundadoras das disciplinas humanísticas, o qual propõe uma reflexão acerca da metanarrativa hegemônica no ocidente, bem como da operacionalidade da razão moderna. Tais correntes partem, pois, da ideia de que a dinâmica da fenomenologia mundial, principalmente após a década de 1980, teria iniciado um processo de esgotamento da filosofia moderna no campo dos discursos teóricos.

De acordo com certas perspectivas analíticas, como a abordagem sobre a Dialética do Esclarecimento realizada pela Escola de Frankfurt, o legado científico iluminista produziu resultados paradoxais. Para essa corrente, os saldos do processo histórico da modernidade são incompatíveis com o projeto que se pode inferir das pretensões de seus fundadores. Esses que, como Descartes, estabeleciam inicialmente a vinculação entre empreendimento teórico e suas aplicações práticas.

Na perspectiva crítica da Escola de Frankfurt, a ideia de autonomia da razão vinculada à conquista da liberdade mostrou-se contraditória com o desenvolvimento da ciência e da técnica. Isso porque, a fim de dotar o conhecimento de um caráter sistemático, operou-se a

ideia de "unidade da razão", a qual pressupunha diferenciação entre fundamento sensível e fundamento intelectual, sendo, este último, aquele capaz de concretizar as pretensões de objetividade. Como consequência dessa integridade da razão, segue-se a unidade do método e do objeto. E, dessa forma, dentro do processo de teorização, a ideia de controle expressou-se na necessidade de subordinar todo conhecimento a um modelo formal específico de racionalidade.

Todavia, tal subordinação, quando aplicada às ciências humanas, implicou uma autodestruição do Esclarecimento, uma vez que os procedimentos de objetivação, abstração e categorização, decorrentes daquele modelo, estendem ao sujeito a lógica de estabilidade tautológica, pensada para os fenômenos naturais. E assim, produz-se a passividade deste, enquanto alvo de conhecimento. Seria, portanto, nessas representações reificadas do sujeito que se encontraria a aporia elucidada por Adorno e Horkheimer, visto que, por meio delas, a emancipação converte-se em submissão, e o progresso em regressão.

Nesse trabalho, partimos da ideia de que esse processo, decorrente de um enquadramento metodológico, possui repercussões relevantes dentro da esfera de produção teórica das RI, já que o emprego do suporte epistemológico racionalista perpassa as principais correntes teóricas deste campo de estudo. Como assinalado nos capítulos anteriores, a grande repercussão das teorias da escolha racional e teorias dos jogos pode ser entendida como reflexo contemporâneo dessa adequação ao método cientificista<sup>98</sup>. Nesse sentido, a própria sistematização da teoria neorrealista nos EUA realizou-se no contexto vinculado a essa preocupação dos pesquisadores com o ajustamento teórico a um tipo de rigor científico e de objetividade conceitual específicos. E assim, o realismo estrutural de Waltz “sought to place realist thought on a firmer social scientific footing” (WALT, 2002, p.20).

Portanto, depreende-se que o neorrealismo de Waltz buscou posicionar-se como solução teórica para as falhas do pensamento clássico, de modo que a adoção de uma perspectiva epistemológica cartesiana somada à lógica metodológica da microeconomia foi compreendida dentro da esfera cognitiva das RI enquanto expressões de um progresso científico. Progresso esse que, contudo, potencializa um processo dialético, nos termos

---

<sup>98</sup> Da mesma forma, percebe-se na categorização entre Racionalistas e Reflexivistas - realizada por Keohane na *International Studies Association*, ISA, em 1988 - a corroboração dos critérios de objetividade científica como condição de validação teórica na disciplina. Afinal, como aponta James Der Derian, as críticas de Keohane possuem uma insinuação implícita de que um 'programa de pesquisa genuíno' está pautado nos ditames iluminados da reflexão racionalista, em contraposição à produção pós-positivista (DER DERIAN, 1990)

frankfurtianos, por meio do qual as intenções originárias de Waltz sofrem inversões durante seu desenvolvimento.

Por este raciocínio, sugere-se que as consequências do pressuposto de objetividade e racionalidade instrumental criaram contradições potenciais na produção teórica neorrealista, semelhantes àsquelas presentes no desenvolvimento da razão iluminista, tal como expressa a díade autonomia e dominação. Ou seja, propõe-se que ao substituir “o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 21), a corrente realista de Waltz problematiza seu intuito de revigorar os postulados do realismo político, especialmente aqueles relacionados ao sujeito político estatal. Afinal, ao orientar sua construção teórica pela identificação de uma lógica causal unidirecional, selecionada pelo grau de universalidade, Waltz reduz a multiplicidade de condutas à ordem, a história ao fato, e o heterogêneo ao comparável. E, com isso, a política é projetada teoricamente como um exercício puramente técnico do cálculo instrumental, perdendo, pois, a base prática vinculada ao empreendimento criativo, ou reflexivo, por meio do qual os atores repensam seus objetivos e elaboram coletivamente novos projetos.

Pois, são esses os apontamentos centrais do debate travado nessa terceira parte, quando, de posse das explicações dos capítulos anteriores, edificamos uma reflexão acerca dos desdobramentos conceituais do neorrealismo, segundo uma perspectiva voltada aos efeitos daquele processo teórico de adequação da realidade a um modelo específico de objetividade. Tal recorte auxilia na edificação de questões relevantes para um equacionamento crítico do problema da razão instrumental, em que focamos na atuação dos agentes políticos:

Quando a relação cognitiva se estabelece de sujeito a sujeitos a objetividade neutra opera necessariamente de forma reducionista, pois supõe a identificação entre prática histórica e objeto natural. Ora, tal identificação pode ser tratada em dois níveis: como equívoco metodológico, no plano da epistemologia; e como procedimento de reificação, no plano da ética (LEOPOLDO e SILVA, 1997, p. 18).

Ou seja, ao analisar os fundamentos da vertente neorrealista, intenta-se elaborar uma compreensão naqueles dois planos: acerca dos limites interpretativos que tal teoria apresenta no campo epistemológico, conjuntamente a uma crítica ao *ethos* dessa instrumentalidade racional. Por isso, nesse capítulo, propomos uma reflexão relacionada ao conceito do sujeito político internacional, o qual, embora considerado marginal pelo olhar sistêmico de Waltz, oferece as bases sobre as quais esse autor consegue desenvolver sua teoria. Como apontou

Ashley (1986), a influência que a microeconomia encerrou na teoria de Waltz, resultou numa dependência fulcral desta para com os conceitos elaborados na esfera do ator unitário (os Estados); sem os quais a definição da estrutura como força independente não seria possível.

Sendo assim, desenvolvemos nosso estudo entre aquelas margens, ou seja, sobre as entrelinhas dos conceitos que envolvem os agentes políticos, partindo da ideia de que a teoria neorrealista formula uma concepção de autonomia das unidades, que nega a heteronomia como componente da relação entre elas, ao passo que, dialeticamente, a radicaliza na mediação entre o agente e a estrutura. Em ambos os casos, o produto seria um processo de desativação do ator político, enquanto unidade crítica e criativa. Mais especificamente, propomos que os conceitos neorrealistas operam sob a alienação<sup>99</sup> da história como práxis social, culminando na prescrição da política como uma espécie de “egoísmo generalizado” associado à automatização das ações sociais pela subordinação da liberdade às pressões estruturais.

Abreviadamente, esse último comentário crítico sugere mais claramente a análise aludida na ideia dos silêncios da teoria neorrealista expressa na hipótese desse trabalho que relaciona-se à marginalização da história como prática<sup>100</sup>, ou do sujeito como ser que age. Propõe-se, então, uma investigação da relação agente-estrutura, e dos mecanismos que promovem um ator político (o Estado) que, no extremo, mostrar-se-ia diluído numa ‘heteronomia radicalizada’<sup>101</sup> associada à coerção estrutural despojada de uma resposta constitutiva dos níveis das unidades e dos processos. Num segundo momento, nossa alegação

---

<sup>99</sup> Conforme apresentado no “Dicionário do pensamento Marxista” (1988), a alienação, no sentido que lhe é dado por Marx, seria a “ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma) e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e também a si mesmos (às suas possibilidades humanas construídas historicamente)” (BOTTOMORE, 1988, p.5). Assim, a alienação ou auto-alienação adviria da desativação do sujeito histórico, que ocorre quando sua configuração é tomada como única e verdadeira, logo, invariável; ou quando o mundo sobre o qual atua já está dado a ponto de não poder agir de forma prática e crítica (no sentido revolucionário). Enquanto fato objetivo, a alienação resumiria uma categoria sociológica que expressa a transformação objetiva da atividade do homem, ou da sociedade, numa força independente que lhe domina e lhe é contrária, conduzindo o sujeito ativo à objeto no processo social. (BOTTOMORE, 1988).

<sup>100</sup> Essa ideia faz referência à formulação de Ashley (1981), segundo a qual o estruturalismo neorrealista nega a dimensão histórica de quatro formas: como progresso, como prática, como poder e como política. Naquele segundo sentido, a negação se faz sobre o ator político destituído de suas qualidades de sujeito consciente e potencialmente transformador da realidade, o qual se encontra, pois, silenciado.

<sup>101</sup> A expressão adverbial “radicalizada” faz-se necessária por compor a causa central da subordinação do sujeito à estrutura. Isso porque cremos que a heteronomia, como define Onuf (1989), constitui condição implicada a toda interação social. Portanto, o questionamento não recai sobre a estrutura gerar influência em seus componentes, qual seria condição *sine qua non* da relação, mas sim sobre a radicalidade dessa heteronomia que, sem contrapartida constitutiva por parte dos elementos, acaba exercendo o domínio, ao invés da co-constituição sobre aqueles. Ou seja, a heteronomia, embora antinomia da autonomia, não seria sua negação, mas sim uma relação dialética. Já, por “heteronomia radicalizada”, lemos uma relação de ‘dominação’, essa sim pressupondo relações de subordinação.

refere-se ao relacionamento entre os agentes, focalizado na atribuição subjetiva que Waltz formula para os Estados. Entendemos que a aceção de tal categoria como transcendental ao mundo intersubjetivo, e sua limitação à substância instrumental, abstrai os pressupostos teóricos de uma ação política participativa, e da política como consenso.

Nessa primeira esfera relacional (agente-estrutura) discutimos, especificamente, a concessão de objetividade à ‘totalidade’ estrutural que culmina em um reducionismo arriscado, por tornar o sistema social algo alheio, independente, e, não raro, sobreposto às condutas estatais. Isso é, uma estrutura cujos processos podem gerar condutas conformistas. Por conseguinte, e num segundo nível, avalia-se em que medida a expressão do ator pelo modelo do *homo economicus* pode desdobrar-se num conceito de política empobrecido.

Conjuntamente, tais reflexões projetam a hipótese inicial de que o neorrealismo, embora refinado cientificamente, pode gerar um processo dialético pelo qual o propósito do sujeito epistêmico autônomo, assim como a soberania atribuída aos atores sociais, converte-se numa imagem final de dominação: intérprete e agente social desativados de suas potencialidades avaliativas e reflexivas, devido a uma teoria tendente a graus de conservadorismo. Logo, nesse tópico, o processo será compreendido em dois momentos distintos, embora relacionados, e vinculados a uma mesma conduta de Waltz, a saber: o uso da racionalidade instrumental como método, e como ontologia.

Por fim, além da argumentação crítica, empreenderemos breves arguições acerca dos modelos alternativos ao exposto por Waltz. Nesse sentido, ressaltamos a concepção mais inclusiva de estrutura social, em que se estabelece uma relação dialógica entre as unidades, e entre essas e a estrutura. Tal mediação refere-se, especialmente, às propostas distintas de racionalidade e de autonomia dos atores sociais, decorrente de uma visão epistemológica também diferente do neorrealismo. Nesse sentido, projeta-se o olhar sociológico das vertentes pós-positivistas como mecanismo capaz de inserir a ação política social numa perspectiva sistêmica sem que essa recaia num objetivismo mecanicista, ou no extremo oposto, o subjetivismo.

### **3.2 A dialética da anarquia: sobre a ficção do Estado livre**

Como exposto no primeiro capítulo, a proposta teórica de Waltz centra-se na concepção da ordem internacional enquanto cenário regido pelas forças inobserváveis de uma

estrutura social inscrita às práticas políticas. Tal estrutura dinamiza seus componentes pelo princípio chave da anarquia, segundo o qual a independência entre as partes, dotadas de autonomia, cria espontaneamente um ambiente competitivo, gerador de um equilíbrio entre as partes.

Tal caracterização assume a relevância da ontologia do liberalismo, e da normatividade econômica na qualificação da ordem internacional. Assim, seguindo essas tradições, Waltz define a ordem internacional como um agregado de agentes autointeressados, livres, e tendentes ao cálculo utilitário para a determinação de suas ações. Este segundo estatuto, que postula a liberdade dos indivíduos num ambiente coletivo, merece atenção especial por representar condição essencial para a emergência estrutural, nos termos do neorealismo. Afinal, a definição de uma sociabilidade competitiva funda-se num campo sociopolítico composto pela justaposição de entidades estatais igualmente livres: “the presumption of anarchy need not be stripped of additional assumptions and practices, for it is the bare-bones account of society as ‘a lot of free individuals’” (ONUF, 1989, p.166).

Nessa concepção, a harmonização dos comportamentos resulta da autorregulação provida espontaneamente por Estados que estão em condições de isonomia política a ponto de efetivar escolhas autônomas. Tal autonomia realiza-se na medida em que cada qual detém o controle sobre o curso de suas ações e capacidades, de modo que “State develop their own strategies, chart their own courses, make their own decisions about how to meet whatever needs they experience and whatever desires they develop” (WALTZ, 1979, p. 96).

Logo, a liberdade assim delimitada representa o contexto propício aos esforços autônomos orientados à satisfação dos próprios interesses. Isso ocorre devido à leitura estreita que Waltz realiza da noção de diferenciação entre as partes, que reduzida ao setor político (capacidade de governar, ou seja, soberania), torna as entidades semelhantes e independentes, sobrando-lhes apenas fracos laços sociais associados à distinção material, dada em termos de poder. Nesse sentido, Waltz acrescenta: “sovereignty of states has never entailed their insulation from the effects of other states’ action. To be sovereign and to be dependent are not contradictory conditions” (WALTZ, 1979, p. 96).

No entanto, é importante ressaltarmos que a relação de dependência referida trata-se da consideração restrita ao atrelamento mútuo das ações racionais entre os competidores num cenário de disputa estratégica - “it is no more contradictory to say that sovereign states are always constrained and often tightly so than it is to say that free individuals often make decisions under heavy pressure of events” (WALTZ, 1979, p.96). Isso é, trata-se de um

reconhecimento dos condicionantes do jogo estratégico, os quais, porquanto possam influir nas ações (meios), não o fazem sobre a orientação subjetiva dos atores, que adviria de uma dimensão privada, sendo cada agente o gerador autônomo de seu próprio fim.

A capacidade do ator se autogovernar<sup>102</sup> com relação aos interesses existentes no processo interativo revela sua parcela de liberdade assumida enquanto característica compartilhada entre as unidades. Sendo assim, para o neorealismo, sob influência da microeconômica, “it is impossible to describe international structures without first fashioning a concept of the state-as-actor” (ASHLEY, 1986, p.271). Nesse sentido, a validade das pressões da estrutura internacional enquanto força independente é retirada dessa premissa do Estado como ator isolado (apto a deter e controlar sua personalidade e capacidades); ou seja, enquanto projeção solipsista que o Estado faz de si mesmo.

Porém, quando confrontada com a vivência prática dialógica dos indivíduos entre si e com a sociedade, essa condição de uma autonomia como “ser para si”, torna-se problemática uma vez que despojada de predicados de co-constituição socializantes. Nesse sentido, no âmbito metódico, a assunção dessa acepção de liberdade só pode ser efetivada se restrita ao plano formal. Ou seja, se objetivada pela postulação de um mundo social estanque, onde as particularidades do domínio humano são mecanizadas pela confluência com o mundo natural, de modo que as diferenças entre os atores é reduzida “to the standardized expression of their abstract individuality, namely, the pursuit of self-interest” (MARCUSE, 1988, p.150).

Nesse cenário, o sujeito exerce sua autonomia em função de uma relação objetivada com os demais elementos, e os resultados coletivos compõem uma realidade externa, espontânea, e independente das esferas intersubjetivas. Todavia, sob tais condições, excluídas de contingências, o sujeito é despojado de suas potencialidades de transformação, submetendo-se aos imperativos da determinação. Com isso, revela-se o possível processo dialético da ciência social naturalista: os sujeitos, desprovidos de prática, tornam-se “vítimas” da própria lei transcendental que autonomamente criaram. Ou seja, a própria autonomia,

---

<sup>102</sup> Voltando-se às reflexões filosóficas precedentes, tal concepção de autonomia, vinculada à ideia de subjetivação livre dos imperativos sociais, remete-nos às categorias criadas por Immanuel Kant quando discute a questão da moralidade. Nos termos desse intelectual, a autonomia esta vinculada à capacidade da razão humana em criar normas e fins éticos, independentemente de experiências exteriores. Dessa forma, propõe-se que as regras às quais os homens se submetem derivam de uma lei moral que reside em si próprios; com isso, o homem, inserido no mundo social ou dos costumes – *per se* um espaço indeterminado –, é capaz de se autodeterminar, seguindo apenas sua vontade autônoma. Em oposição, a heteronomia representa o enfraquecimento daquela ‘razão pura’ pelo exercício prevalente da faculdade dos desejos. Ou seja, nesse caso, a definição da ação realiza-se condicionalmente aos elementos contingentes da situação, que dominam as determinações estratégicas. Tais conceitos são dotados de sentido transcendental, de modo que a heteronomia despojada dos atributos de liberdade estaria vinculada ao mundo natural e às leis que a regem, sendo, por isso, um contexto da determinação, desprovido de caminhos para a ativação do indivíduo, qual seria a máxima da autonomia.

quando inserida no domínio das forças naturais, revela-se dominação, afinal, “como a realidade subjetiva e a realidade social são ‘naturalizadas’ de modo a ocultar sua origem humana, os valores e códigos de conduta permanecem praticamente impermeáveis à revisão crítica” (INGRAM, 1994, p. 44-45).

Eis que, comparativamente, sugerimos a aporia de Waltz: sua explanação sobre a anarquia internacional pressupõe a autonomia das partes, a qual só pode ser efetivada se associada à uma aceção de subjetividade normativa transcendente ao mundo social. Com isso, Waltz assumiu a racionalidade instrumental e utilitária, omitindo a heteronomia das relações humanas na constituição das identidades e admitindo a autonomia e racionalidade “enquanto possibilidade de se tomar decisões a partir de critérios estritamente pessoais” (AVRITZER, 1996, p.90). Logo, criou-se um ambiente de interação objetivado, em que a impossibilidade de se exercer influência sobre os demais, torna a lógica estrutural da autoajuda um dever, que, antes de tudo, reproduz a ordem dada, criando uma teoria porta-voz da adaptabilidade como conduta política.

Paralelamente aos comentários feitos à moralidade kantiana, que começa com a liberdade “mas termina com a sujeição do sujeito ao imperativo do dever, o dever de subordinação da própria vontade à vontade da lei universal” (FREITAG, 1989, p.14), o postulado de autonomia das unidades culminaria na subordinação da mesma às pressões do sistema de autoajuda. Assim, o modelo formulado por Waltz elaboraria sujeitos políticos dialeticamente alienados de suas práticas e integrados à conduta de assimilação de leis regulares e da normatividade da estrutura.

A fim de compreender esse processo dialético, comecemos pelo que julgamos sua causa: a escolha metodológica de Waltz. Como assinalado, a concepção neorrealista sobre a estrutura política advém de um quadro científico pautado na racionalização das políticas internacionais. Segundo Horkheimer (2000), a instrumentalização da razão científica limita a funcionalidade dos conceitos à sumarização técnica e auxiliar dos dados factuais. Assim, com intuito de organizar e esclarecer a base objetiva, a teoria dissocia os fenômenos sociais estudados de suas potencialidades contingentes, criando conceitos fundados na continuidade, da qual retiram seu valor como instrumentos úteis ao controle intelectual dos acontecimentos.

Nesse sentido, o substrato positivista do realismo estrutural deixou de reconhecer a separação entre o mundo social (espaço da contingência) e o mundo natural (espaço da necessidade), identificando, portanto, as leis sociais com as leis físicas. Para tal, Waltz precisou eliminar as variáveis responsáveis pela indeterminação do mundo social, quais

seriam aquelas relacionadas ao nível dos processos – da interação entre as partes, para além da relação organizacional reconhecida. Entrementes, a noção multicausal da ação social, em que o ator modela sua conduta a partir da interação com sistemas social, cultural e individual, é substituída pelo modelo posicional da estrutura, no qual os agentes relacionam-se considerando apenas suas dimensões materiais.

Em outras palavras, no modelo posicional da estrutura, as preferências e as formas de ação relacionam-se à posição dos atores (independente dos demais atributos do Estado que a ocupe), i.e., referem-se aos condicionantes materiais da unidade, e não a um processo de troca intersubjetiva entre as dimensões coletivas e particulares do ator estatal. Assim, para o neorrealismo, a agência política torna-se um conceito estreito, limitado às premissas diádicas sobre assimetrias de poder e de autoridade.

Ademais, embora negue a validade da segunda variável (diferenciação formal entre as partes), Waltz o faz segundo critérios funcionais internos dos subsistemas (o Estado e sua soberania), obscurecendo o papel desses enquanto componentes de uma segunda sociedade: a estrutura internacional. Nesse sentido, lemos nas posições do neorrealismo (relacionadas à distribuição de poder material) a noção implícita dos papéis sociais, conforme delinea o funcionalismo estrutural. Por essa perspectiva, cada posição contribui especificamente na manutenção da ordem total (equilíbrio de poder), projetando, cada qual, expectativas comportamentais fixas. Como anunciou Waltz, a mudança de posicionamento afeta diretamente a conduta dos Estados, que a cada posição “had to adjust to a different kind of world that made a different kind of policy and different kinds of action, appropriate or inappropriate” (WALTZ, informação verbal)<sup>103</sup>.

Nesse sentido, a herança do funcionalismo estrutural sobre a teoria neorrealista projeta-se na conexão entre posição e racionalidade, de modo que a orientação das condutas políticas restringe-se à execução eficaz dos papéis em prol da preservação do equilíbrio de poder geral, e da manutenção do poder pessoal. Assim, o sentido das ações é restrito aos termos operacionais, sem referência à intencionalidade do agente, ou mesmo a outra atividade que atribuisse significado às práticas. Dessa forma, ressaltado seu aspecto operacional, a racionalidade dos atores sociais passa a ser avaliada apenas segundo seu papel na efetivação dos interesses particulares, ou melhor, de acordo com os graus de eficiência alcançados na

---

<sup>103</sup> Entrevista concedida por Kenneth Waltz em 2003 ao programa “Conversations with History”, produzido por Harry Kreisler com apoio do Instituto de Relações Internacionais da UC-Berkeley.

realização de dado objetivo. Insere-se, pois, a lógica da consequência como único filtro social das condutas – “Behaviors are selected for their consequences” (WALTZ, 1979, p.76).

Ao ser dissociado de uma relação intencional com a realidade (objetiva, social e subjetiva), o ator passa por uma abstração moral, visto que sua “ação perde qualquer conteúdo cognitivo, normativo e expressivo e não mais pode ser avaliada criticamente” (INGRAM, 1994, p.50). No realismo, a formalização da razão (instrumentalizada) desautoriza os agentes a avaliarem os objetivos conforme categorias como justiça, igualdade, e tolerância. A correção ou não de um ato é avaliada apenas pela adequação de seus resultados para com um objetivo pré-estipulado pela estrutura. Por conseguinte, o ator político é delimitado enquanto entidade com preocupações unicamente possessivas, e orientadas à otimização da política de poder. Segue-se, daí, que toda ação deve servir a algum propósito, de modo que as práticas desviadas da noção de utilidade, ou que não busquem salvaguardar as condições de sobrevivência, são destituídas de sentido. Nesse horizonte, significado e efeito são sinônimos, e, por isso, uma conduta dotada de sentido seria aquela associada ao ‘efeito’ do equilíbrio de poder, mantenedor da estrutura social.

Como apresentado no primeiro capítulo, tal processo é catalisado pelos mecanismos de manutenção da ordem: competição e socialização, afinal, “because roles are necessary to the functioning of the system, structural functionalists expect that units detrimental to the system will be selected out — rather than the role impacting the functioning of the system, these roles fall by the wayside” (GODDARD; NEXON, 2005 p.20). Portanto, os mecanismos seletivos da estrutura internacional criam limites às experiências, e, assim, os comportamentos desviantes são marginalizados e preteridos de benefícios sociais. Ou seja, toda conduta não mimética dos comportamentos bem sucedidos é julgada uma imprudência capaz de implicar o afastamento automático desse agente desviante pela coletividade – “Ridicule may bring deviants into line or cause them to leave the group” (WALTZ, 1979, p. 76).

Neste ponto, insere-se uma reflexão importante acerca das implicações da restrição subjetiva do ator aos atributos materiais. Como sabemos, a distribuição desigual das capacidades geram uma hierarquia entre as posições, capaz de desfazer a ilusão de uma competição justa, de modo que a ordem internacional “it’s one which the major actors, those of greater capability, set the scene in which the others must act” (WALTZ, informação verbal)<sup>104</sup>. Logo, a ficção dos estados livres é expressa concretamente na noção de que

---

<sup>104</sup> Idem nota 103.

“competitive systems are regulated, so to speak, by the ‘rationality’ of the more successful competitors” (WALTZ, 1979, p. 76).

Dessa forma, a isonomia de condições proporcionada por uma suposta autonomia decisória dos atores é contraposta pela heteronomia implícita na restrição que o ambiente impõe sobre os Estados nas posições ‘menores’. Nesse sentido, o mecanismo de socialização cumpre papel pedagógico distinto a cada unidade, de modo que aos atores localizados em uma posição inferior cabe o aprendizado das condutas conforme os padrões dispostos pela estrutura (ou seja, pelas superpotências);

Once socialized, an individual acts as expected in a role, not necessarily for any conscious reason, but because she has internalized the particular behavior associated with the position. Acting in such a way, therefore, becomes an individual preference — although a product of the social system, the individual perceives the role’s mandate as a personal need (GODDARD; NEXON, 2005 p. 20).

Logo, a socialização significa o ajustamento dos comportamentos com as regras normativas da estrutura, mesmo que essas sejam implícitas: “Socialization brings members of a group into conformity with its norms” (WALTZ, 1979, p. 76). Conforme apresenta a concepção de Onuf (1994), as interações sociais são comumente mediadas por regras, que vinculam os agentes entre si, e eles com a sociedade. Nesse mesmo sentido, Dessler (1989) argumenta que “all social action depends on the preexistence of rules, implying that even under anarchy, rules are an essential prerequisite for action” (p. 458).

Por essa perspectiva normalizada, o ator torna-se sujeito consciente e ativo, quando existem regras que o facultem à participação social. Em outras palavras, seu comportamento dependerá do modo em que a ‘ação’ e a ‘norma’ são relacionadas, ou mediadas. Como assinalado, no neorrealismo tal mediação é realizada pela noção de racionalidade instrumental (capacidade que unidades têm de calcular os custos e escolher a melhor conduta dentre as demais) que surge como solução metodológica aos propósitos positivista da ciência, a fim de homogeneizar as condutas dos atores, mediando uniformemente a ação das unidades e as normas comportamentais da estrutura.

Nesse sentido, a concepção em termos instrumentais postula-se como mera regulação entre meios e fins pessoais, distanciando o sujeito da condição de questionador das normas, e, portanto, dos próprios canais de ativação sobre a estrutura. Segundo Weber, além da lógica instrumental, a ação social presumiria outros três tipos de orientações possíveis: a racionalidade por valores; por afetividade e pela tradição. Portanto, a delimitação monológica

dentro das fronteiras instrumentais caracterizaria a individualização da ação social, visto que apartada das dimensões sociais e culturais do processo de subjetivação, e de todo atributo móbil, não relacionado à identidade pré-estruturada. Nessa concepção, o sujeito é desposado daquilo que Weber denota como “racionalidade substantiva”, ou que Habermas define como “razão prática” – ambas relacionadas à capacidade do ator conferir julgamentos aos fins e aos meios.

Da mesma forma, Horkheimer (2000) disserta sobre essa orientação cognitivo-instrumental como sendo uma faculdade intelectual de coordenação, cuja eficiência é majorada pela desconsideração de quaisquer fatores não intelectuais, como as emoções. No entanto, como ressalta Horkheimer, nessa definição a razão enquanto faculdade de pensar renuncia à tarefa de julgar as ações e o modo de vida vigente. Nesse sentido, a neutralização da razão (despojada de qualquer relação com o conteúdo objetivo e de seu poder de julgá-lo) acaba por reduzir a si própria, atribuindo-se o papel de executora, mais preocupada com os meios do que com os fins. Neutralizada, a razão torna-se impotente, e tendente ao ‘senso comum’.

Por conseguinte, o ator social descrito nesses termos, quando inserido num coletivo com regulamentos estipulados, tenderia à postura de adequação comportamental. Dessa forma, a questão pedagógica da socialização é reduzida à assimilação e à obediência das regras, em que os ‘educandos’, embora se achem autônomos, estariam assimilando uma norma disposta heteronimamente. É neste aspecto que a racionalidade estatal, conforme definida por Waltz, perderia sua espontaneidade e produtividade criativa, ou seja, perderia sua própria subjetividade.

Voltando-se para a esfera da interação entre os agentes, percebemos que a conduta adaptativa prescrita pela teoria neorrealista recai, especialmente, sobre os Estados mais fracos que, restringidos a sua condição material, e individual, não encontram meios para escapar à hegemonia dos mais fortes. A imparcialidade da anarquia opera por meio de um processo de alienação das partes que seguem condutas dispostas pelos Estados mais fortes, dado as assimetrias derivadas da distribuição de capacidades. Assim, ao passo que a ‘política de poder’ pressupõe um ator com potência capaz de atuar como sujeito, aos demais Estados, a anarquia torna-se antes um domínio da restrição, do que um ambiente provedor de possibilidade de ações.

Nesse cenário, a história como prática é substituída por uma espécie de escapismo moral e de conduta apolítica, pelos quais a única responsabilidade a que os Estados menores

se submetem seria a responsabilidade sobre “pensar” ou “raciocinar” corretamente – isto é, conforme os termos da escolha racional e as preocupações desposadas em cada posição. Assim, ao contrário dos modelos construtivistas em que a norma assume uma natureza essencialmente co-constitutiva (servem como meios para que os atores construam, em mútua relação, suas identidades e motivações), as normas no neorealismo são de natureza regulatória envolvendo baixo grau de co-construção, visto que apenas dispõe sobre o modo como as unidades devem se comportar. Ou seja, constituem “a public claims, backed by sanctions, that prescribe, proscribe, or permit specified behavior for designated actors in defined circumstances. Such rules take the form, ‘actor A should do X’” (DESSLER, 1989, p. 457).

Por esse quadro, os atores mais fracos ajustam seu comportamento ao modelo disposto pelas posições hegemônicas esperando, assim, receber os benefícios da segurança, e não sofrerem os efeitos deletérios da conduta desviante. A tendência ao simulacro especular do comportamento das superpotências mostra-se, pois, uma decorrência da racionalidade instrumental, conforme disposta pelo neorealismo. Ademais, as normas internalizadas pelo medo das sanções atuam como restrição das condutas em prol da preservação da estrutura social. Por isso, os comportamentos prescritos pela estrutura neorrealista projetam uma relação mimética entre os atores, de modo que ser racional assemelha-se a não ser refratário, conduzindo ao conformismo com a realidade tal como ela é disposta.

À solidariedade mecânica corresponde uma percepção heterônoma da lei, que se impõe com autoridade implacável ao indivíduo, que sofre punições não para repor o dano causado em caso de transgressão da norma, mas para reafirmar diante do coletivo a validade da norma violada. A punição do infrator constitui lição de moral para os demais membros do grupo, por isso geralmente é pública, tem efeito demonstrativo e sua função é reafirmar a solidariedade (mecânica = automatizada) do grupo (FREITAG, 1989, p. 15).

Por conseguinte, como comentou Habermas, um processo de socialização nesses termos aborda um sujeito social como sendo repositório de hábitos, papéis e competências miméticas, que limitam a liberdade ao invés de fortalecê-la (INGRAM, 1994). Nos conceitos de Durkheim, o aprendizado das normas sociais possui um efeito duplo: ao passo que oferece similitude, também assegura a diversidade, permitindo as especializações, responsáveis pela cooperação e coesão sociais. Todavia, num ambiente sem essa diferenciação entre as partes (como postulou Waltz ao desativar a variável relacionada a tal distinção) o processo

pedagógico fica restrito à perpetuação e ao reforço das semelhanças comportamentais essenciais à vida coletiva.

Assim, à medida que se demonstram independentes entre si, as unidades tornam-se, proporcionalmente, mais submetidas à estrutura e sem canais para retroinformá-la, afinal,

A articulação do interesse último do Estado como sendo um chamamento mandatório, portanto a ele exógeno, o transforma em coisa da anarquia, o reifica e desloca a responsabilidade pela perpetuação da violência em uma dimensão que não pode ser atingida porque tentá-lo seria não entender a lógica da pressão estrutural sistêmica, que é transnacional e desligada do eventual contexto histórico (COSTA; SELIS; SOARES, 2009, p. 216).

Ora, despojados dos potenciais intersubjetivos, a socialização perde o valor pedagógico enquanto diálogo. Limitados aos atributos posicionais, os atores são preteridos das chances de formulação contínua e coletiva de seus interesses e expectativas. Por conseguinte, o potencial de escolha e definições de meios e fins é substituído pela adequação permanente à lógica da autoajuda. Dessa forma, a evolução social implícita no neorrealismo envolveria apenas o plano da capacidade de aprendizado inserida nos limites de variação permitida pelo princípio organizador, posto que exclui o segundo plano de institucionalização progressiva de novos potenciais de aprendizado, realizado nas dimensões ideacionais, culturais e morais do ator, que condicionariam os aprendizados cognitivos instrumentais que, por sua vez, condicionariam mudanças no sistema.

Para alguns analistas, tal ausência de um elemento progressivo aponta uma incoerência de Waltz com seu suporte sociológico durkheimiano. Conforme apontou Buzan e Albert (2010), Waltz opera com uma diferenciação segmentada para referir-se ao ambiente internacional. Nessa perspectiva, “differentiation is where every social subsystem is the equal of, and functionally similar to, every other social subsystem [...] In IR it points to anarchic systems of states as ‘like units’” (BUZAN; ALBERT, 2010, p. 318). Assim, estabeleceu-se uma equivalência entre a ordem internacional, e a solidariedade mecânica de Durkheim. Todavia, essa postura refletiria uma interpretação problemática das propostas desse sociólogo, afinal, segundo Ruggie, Waltz abstraiu a fator da “densidade dinâmica”, que, nos termos de Durkheim, seria o elemento capaz de alterar os fatos sociais, e que englobaria “the quantity, velocity, and diversity of transactions that go on within society” (RUGGIE, 1986, p. 148) .

Esse ‘equivoco’ teria excluído da teoria neorrealista o componente responsável pela consciência da transformação, a saber: os processos interativos. Esse componente seria aquele

capaz de conferir um senso histórico à estrutura, uma vez que seu reconhecimento ampliaria o conceito de estrutura, inserindo outras variáveis que impulsionariam a transferência da coletividade de uma organização segmentada (sistema), para uma forma mais complexa de diferenciação (sociedade). Assim dentre as forças motivacionais da evolução social, a ideia de Durkheim sobre a densidade dinâmica representa o vetor material capaz de levar a ordem internacional até uma forma de sociedade diferenciada funcionalmente, e gerida pela coesão orgânica (BUZAN; ALBERT, 2010).

Dessa forma, ao objetivar os atributos sociais do espaço público internacional pela racionalidade econômica, e ao reduzir a sensibilidade histórica dos conceitos, “structuralists adopt a posture that denies the role of practice in the making and possible transformation of social order” (ASHLEY, 1986, p. 267). Ao fim, a autonomia potencial das unidades, como forma social espontânea, é contraposta à roupagem final da unidade reduzida a engrenagem da estrutura internacional. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que o postulado da anarquia pressupõe um interesse estatal livre dos imperativos sociais, a continuidade desse princípio organizador, ou a validade do equilíbrio de poder enquanto ferramenta teórica demanda uma subjetividade restrita ao raciocínio instrumental. Com isso, a ordem internacional prescreve uma racionalidade disciplinada (e não livre) às pressões de uma sociabilidade competitiva.

Assim, encerra-se um ciclo tautológico entre agente instrumental e estrutura anárquica, tendo em vista que Waltz atinge a independência das pressões da estrutura sobre as partes enquanto função de um ator isolado e tendente à duplicação das condutas. Ou seja, a perpetuação dos efeitos estruturais sobre as unidades realizou-se sob a condenação dessas últimas à esfera da consciência auto-objetivante, que possibilitou as condições da anarquia, enquanto consciência coletiva rudimentar sobreposta ao desenvolvimento das individualidades. Nessa teoria, os agentes da ação projetam-se como objetos epistemológicos, mas se silenciam enquanto sujeitos atuantes na ordem vigente.

Dessa questão, retiram-se os traços mais preocupantes do reducionismo sociológico de Waltz, que estabelece a preservação da sociedade sobre a atuação das partes, culminando numa teoria sistêmica que “contains only a reproductive logic, but no transformational logic” (RUGGIE, 1986, p. 152). Como atentou Ruggie (1986), a aplicação do modelo posicional (que marginaliza os níveis das unidades e processos), e a restrição dos atores à lógica utilitária conduziram o neorrealismo a um equívoco metodológico, em que a continuidade dos efeitos da estrutura constitui antes o produto de premissas, do que uma hipótese comprovada. Ou

ainda, “the tendency towards equilibrium is a necessary result of the analytical assumptions of the theory itself, not a by-product of feedback mechanisms that can be traced empirically” (GODDARD; NEXON, 2005, p.33).

Nas palavras de Dessler, “Rationality is thus not merely an assumption about the *manner* in which nations calculate and act; it is also an assumption about the *means* through which those actions are carried out” (DESSLER, 1989, p. 459). Nessa sentença, o autor expõe como a aplicação da racionalidade do tipo instrumental, orientada por valores utilitários, constitui uma escolha metodologicamente viável à perpetuação de um ambiente competitivo não conflituoso. Por meio dela, as ações (ou os meios) consoantes ao interesse em si refletem a interiorização das regras comportamentais prescrita pela estrutura, uma vez que só ganham sentido se assimiladas num contexto competitivo, no qual, então, tal seria a conduta bem sucedida. Nesse sentido;

There is a latent normative element which derives from the assumption of neo-realist theory: security within the postulate inter-state system depends upon each of the major actors understanding this system in the same way, that is to say, upon each of them adopting neo-realist rationality as a guide to action. Neo-realist theory derives from its foundations the prediction that actors, from their experiences within the system, will tend to think in this way, but the theory also performs a proselytizing function as the advocate of this form of rationality (COX, 1981, p. 132).

Por conseguinte, a ontologia neorrealista prescrita na normatividade estrutural é elevada à ideal por meio de uma descrição específica de racionalidade. A consideração monológica da orientação instrumental criou um conceito de estrutura demasiadamente estreito, e por isso capaz de assegurar sua prevalência sobre entidades desativadas dos potenciais transformadores. Isso é, criou-se um conceito de estrutura, que se refere à ordem internacional como sendo uma ordem natural, sobre a qual as contingências históricas são negadas, ou tornadas triviais. Com isso, o neorrealismo naturaliza a ordem vigente, dispondo limites ao movimento do sistema internacional: “the texture of international politics remains highly constant, patterns recur, and events repeat themselves endlessly” (WALTZ, 1979, p. 66). Nesse conceito, a anarquia culmina em condições de ações que viciam a criatividade, a sociabilidade e a racionalidade do Estado, que se dispõe normativamente à conservação do *status quo*.

A fixação de categorias comportamentais, que postula uma imobilidade do tempo e espaço, projetaria, pois, as tendências conservadoras do discurso neorrealista. Dessas questões

metódicas, resulta uma reflexão prática significativa, qual seria: a problemática da elevação de uma definição de realidade, isso é, de uma perspectiva imersa numa dimensão cultural particular, ao *status* de ideal. Perspectiva essa que, dado os condicionantes assinalados no segundo capítulo, aproximar-se-ia do imaginário político norte-americano. Nesse mesmo sentido, problematiza-se a possível função ideológica desdobrada dos postulados metodológicos que prescrevem a subordinação dos atores à normatividade da estrutura anárquica. Afinal, a proposta de Waltz absorve um comprometimento com a formulação de um campo sociopolítico associado à normatividade prescrita pela lógica política competitiva, sintomática das lentes das superpotências, como os EUA. Nesse cenário, os efeitos práticos da desativação conceitual dos atores políticos frente à anarquia revelam-se especialmente problemáticos, uma vez que denunciam as consequências políticas da adoção, por parte dos países menores, de uma perspectiva fundada numa ‘teoria da ação social’ que prescreve o automatismo e a adaptação como linhas normativas centrais da prática internacional.

Nesse sentido, a objetivação da ordem internacional pelo estabelecimento do movimento perpétuo do mecanismo do equilíbrio de poder representaria uma legislação em defesa da cristalização de uma configuração política histórica, e, por isso, em parte oposta à autonomia dos indivíduos em repensarem coletivamente as estruturas da sociedade e de transformá-la. A autorreprodução do modelo de Vestfália, anunciada pelos mecanismos reguladores da estrutura anárquica, opõe-se à natureza contingente do mundo social – como argumentou Ruggie acerca da omissão neorrealista dos modelos prévios (medieval) e posteriores (pós-moderno) ao sistema de Estado-nação. Seria, portanto, nesse aspecto que a produção teórica de Waltz se adequaria à concepção de Cox (1981) acerca do estilo *problem-solving*:

Moreover, the assumption of fixity is not merely a convenience of method, but also an ideological bias. Problem-solving theories can be represented in the broader perspective of critical theory, as serving a particular national, sectional, or class interest, which are comfortable within the given order (COX, 1981, p. 129).

Tal revelação, antes de apontar uma crítica metódica, demonstra a limitação política daquele discurso. Ou seja, não se questiona essencialmente a existência de um posicionamento normativo, uma vez que, a nosso ver, toda teoria política pressupõe graus de natureza prescritiva. O que de fato problematizamos é a pretensão científica do neorrealismo em omitir tal propriedade, mantendo os imperativos realistas, sob o bastião da ciência objetiva, que qualificaria seu discurso como neutro, e, logo, ‘real’. Dessa forma, os intérpretes

seriam alienados da inscrição da simbologia neorrealista num movimento e num debate historicamente localizado.

Esse enunciado, contudo, não pretende negar a elegância e o poder que a ferramenta neorrealista apresenta do ponto de vista explanatório, e para determinados fenômenos. Por outro lado, reflete-se sobre como o fôlego simplificador de seus conceitos efetivou-se à custa da ‘respiração’ das entidades sociais, que perdem o qualitativo animado e crítico para se postularem como unidades homogêneas, igualmente esvaziadas de atributos culturais ou ideacionais, substituídos por raciocínios rotinizados.

Como assinalado no começo dessa seção, Waltz define a objetivação da arena política como geradora da igualdade, e da liberdade, entre as unidades. Dessa forma, apoiado na ‘impessoalidade’ ou ‘indiferença’ da interação sistêmica, aquele autor consegue provar a capacidade da estrutura (assim como o mercado é descrito pela microeconomia) em exercer suas próprias condições de normatividade. Todavia, cria-se uma esfera pública com fins impassíveis de avaliação crítica, visto que se estabelece atores desprovidos das potencialidades morais, afetivas, e de memória histórica. Entrementes, o postulado do individualismo mostrou-se consistente com a teoria estrutural neorrealista, ambos inscritos num movimento tendente à dominação burocrática da imaginação política.

Tal efeito será analisado no tópico seguinte, no qual questionamos as lacunas práticas deixadas pela incompatibilidade entre as exigências sociais de uma sociedade composta por relações dialógicas, e a imagem neorrealista desenhada pela justaposição estática das unidades, governadas por leis externas.

### **3.3 A individualização da racionalidade política e a banalização da ética.**

Na seção anterior, refletimos sobre a ordem internacional anárquica enquanto prescritora da adoção conceitual de um ator individual, cujas ações projetam-se numa trilha autointeressada. Dessa análise, concluímos um ciclo de objetivação que favorece a sobreposição da estrutura a um agente que, inicialmente postulado pela liberdade subjetiva, finaliza-se como um ego cativo do presente. A adoção da racionalidade instrumental e individualizada torna-se amnésico das funções subjetivas (e intersubjetivas) que capacitariam o ator a transcender as normas comportamentais dispostas pela estrutura, criando-se, então,

uma ontologia social capaz de submeter seus componentes a uma teleologia social competitiva.

Logo, ao invés de representar mera ferramenta metódica, essa acepção do ator apresenta-se como uma premissa relevante aos desenvolvimentos da teoria política inscrita no neorrealismo. Por isso, embora constitua uma categoria analítica, e não descritiva, a noção do ator político à forma do *economic man* atua sobre nosso entendimento do mundo político, uma vez que é responsável por um conjunto de desdobramentos normativos significativos à imagem teórica neorrealista.

E por que é importante interpretar esses desdobramentos? Porque dentro do quadro teórico do campo, a teoria neorrealista de Waltz representa uma forma hegemônica de realização de um imaginário sociopolítico particular. Como explicitamos no segundo capítulo, o neorrealismo apoia-se, e desenvolve-se a partir da institucionalização do mundo moderno, e interpreta o mundo social sob a perspectiva de uma superpotência, cuja política interna, e externa, internalizou a secularização, a eficiência e racionalização como valores práticos de conduta.

Nesse sentido, conforme apontado por Avritzer (1996), a questão da racionalidade e da liberdade enquanto satisfação dos interesses individuais, cuja ação correlata abrevia-se pela maximização dos caminhos orientados a tal fim, reflete os pressupostos societários que fundam a economia capitalista e a sociedade moderna, sendo, portanto, uma perspectiva inscrita num movimento espacial e temporalmente localizado. Até o final do século XVIII não existia uma sociedade orientada pela economia de mercado, dessa forma, o "indivíduo racional" apresentar-se-ia como produto do desenvolvimento desse modelo e não o contrário. Paralelamente, como apontou Ruggie (1986), a sociedade configurada pelo sistema de Estados-nação também é inédita aos tempos modernos, nesse sentido o postulado de sociabilidade dessas entidades funda-se numa concepção particular, que serve à tentativa intelectual de provar a possibilidade de se reconstruir a sociedade a partir dos interesses privados. Assim, a definição do Estado neorrealista engloba uma consciência coletiva contemporânea adéqua à concepção da harmonização de interesses pela regulação espontânea das expectativas particulares, dado que postulado de vontades concorrentes, racionalmente irreduzíveis, justificaria a orquestração da estrutura.

Conforma já assinalado, a expansão dessa racionalidade econômica para o âmbito das esferas sociais realizou-se com o advento das instituições modernas, acompanhadas de um enquadramento epistemológico paralelo das ciências sociais norte-americanas adaptadas ao

paradigma econômico. O vínculo do neorealismo com uma explicação técnica da política, em que as forças sociais dinamizam-se à parte das considerações intersubjetivistas dos atores, implicou a adoção de uma ação social associada estritamente a valores estratégicos e possessivos, sintomáticos da tendência individualista da economia de mercado: “International politics is structurally similar to a market economy insofar as the self-help principle is allowed to operate in the latter”(WALTZ, 1979, p. 91).

Com o objetivo de alcançar a maestria técnica, o neorealismo abandonou qualquer fonte de inspiração moral, ou preferência normativa. Seguindo o propósito de Thomas Hobbes, Waltz procurou efetivar a transformação da política em ciência, reduzindo a primeira a uma atividade limitada à prescrição de soluções técnicas aos problemas da sociedade. Consistente com o *habitus* do departamento de defesa norte-americano durante grande parte da Guerra Fria, a ciência neorrealista dedicou-se a oferecer suporte para a avaliação dos objetivos e dos meios mais eficazes para alcançá-los – de modo que, por outro lado, ela não nos assiste a refletir sobre quais objetivos seriam meritórios, ou mesmo moralmente discutíveis.

Dessa forma, a metodologia das ciências exatas (importada para as RI) abstrai-se da função de esclarecer questões éticas relativas, por exemplo, à justiça social, à normatização do ambiente internacional, ou à autoridade política. Nesse sentido, insere-se o processo de autonomia da ciência moderna que associamos à abstração de Descartes sobre os modelos da ética, da história e da poesia, de forma que o neorealismo partiu da mesma dissociação, da qual se opôs moralidade e política. Desse modo, influenciado pelas concepções da ciência moderna, o neorealismo focou-se na competência técnica, desconsiderando os demais aspectos de análise e interpretação, como os componentes prático-morais e prático-estéticos. Logo, enquanto força produtiva, tal saber atuaria no reforço daquela tecnocracia disposta pelos aparatos sociais, reduzindo as questões práticas ao fim do progresso técnico-científico. Este que, então, transporia a fundamentação do conhecimento para atingir as esferas de proposições normativas que coordenam a sociedade, de modo que a noção de reificação se estenderia aos domínios da subjetividade e intersubjetividade da vida prática.

Esse processo de racionalização do discurso foi bastante analisado pelos autores da Escola de Frankfurt, os quais viram na emergência do capitalismo, e da sociedade moderna, a sedimentação do fundamento social necessário para a articulação metodológica de um interesse investido na dominação. Dentre eles, Habermas destacou-se pelas análises perpassadas por um propósito moral, orientado à retomada do aspecto simbólico da esfera de

reprodução social, que entendemos como um processo de ativação solidária dos sujeitos. Sob esse intuito, Habermas confronta as garantias positivistas relacionadas à certeza epistemológica, a partir da noção de intersubjetividade da vida social, que rompe com a filosofia do sujeito, substituindo-a por uma teoria social. Nesse sentido, o autor sugere uma perspectiva dual da sociedade, postulada entre o ‘mundo vivo’ e o ‘sistema’, que correspondem a diferentes domínios da interação social, inseridos na recuperação intelectual da teoria da ação. Logo, em cada esfera predomina um tipo específico de conduta social: ação comunicativa e ação estratégica, respectivamente.

Por outro lado, como assinalado na seção anterior, a concepção neorrealista assume uma consideração estreita da lógica constitutiva da ordem internacional, a qual se refere unicamente à satisfação sistêmico-racional das necessidades da sociedade. Logo, a explicação da socialização neorrealista realizou-se pela omissão dos elementos teóricos da ação, o que teria garantido um estudo fora das questões da “personality/subjectivity, intentionality and normative theory” (WEBER, 2005, p.206). Apoiado numa esfera à parte dos mecanismos de entendimento mútuo, o neorrealismo adota uma perspectiva monolítica da racionalidade estendendo para todo domínio da socialização dos Estados um tipo de relação objetivada e orientada em termos estratégicos.

Tal atitude, possibilitou a pesquisa empírica e a sofisticação teórica, em que “the objectified world of ‘autopoetic’ social systems guarantees the routinised execution of tasks associated with social reproduction” (WEBER, 2005, p.203). Contudo, o escopo dessa estrutura “make their public organisation by will and communal decision impossible and implausible” (WEBER, 2005, p.203). Assim, conforme explica Ingram,

A superimposição da ordem social a um quadro de referência teleológica leva à redução das normas ao status de simples meio. Sem ter fundamento na comunicação, a interação social não passa de um empenho estratégico, que depende de decisão não-livre, no sentido kantiano (*Willkür*), dos atores envolvidos – inexplicável e de moralidade irrestrita (INGRAM, 1994, p.183).

Revelam-se, pois, os efeitos deletérios da racionalidade instrumental, reatualizada sob a forma das tensões geradas pelas coordenações sociais “medializadas” pelo poder. Essas que, ao estenderem-se aos domínios do mundo da vida, ameaçam esvaziá-lo de seu propósito participativo. Segundo aborda Avritzer (1996), o equívoco das teorias que restringem o plano da ação política ao cálculo racional estratégico estaria justamente no não reconhecimento da expressão dual da sociabilidade – que absorveria tanto o nível do raciocínio cognitivo-

instrumental, como da reflexão intersubjetiva. Isso porque, ao negarem essa segunda concepção, acabam abstraindo também o fundamento consensual da política moderna, haja vista que o conceito de intersubjetividade sustenta-se na ideia de reconhecimento do ‘outro’; diferentemente do princípio do individualismo metodológico, a partir do qual o conceito de racionalidade instrumental é formulado.

Segundo esse cientista político, tal reconciliação entre os modos de sociabilidade é importante por negar a a esfera egoísta da ação social como sendo a única dimensão de sociabilidade moderna. Afinal, para Avritzer (1996), a introdução da variável técnica nos estudos políticos dá margem apenas para reflexões acerca de um espaço social dotado de uma complexificação administrativa e, por isso, incapaz de oferecer um ambiente gerador de participação social. A impossibilidade de ações consensuais na arena política internacional corroboraria a heteronomia estrutural implícita na díade “racionalidade e reificação” da produção moderna, em oposição a uma noção de autonomia ligada à “racionalidade e participação”.

Acordado com essa reflexão, esse tópico contesta a extensão absoluta daqueles pressupostos às esferas da vida política internacional onde historicamente coexistem outras formas de ação, para além da lógica monolítica da racionalidade econômica. Propomos que tal postura revela a tensão gerada na contradição entre as condições normativas de reprodução social, que geram expectativas de participação coletiva, e os requisitos da política de poder, que exige a manutenção da posição estrutural pela apropriação privada do status de potência

Como fez Habermas sobre a esfera da vida sistêmica, problematizamos o *ethos* da estrutura neorrealista enquanto dissolvidor das formas orgânicas de vida, e gerador de ações políticas empobrecidas. Afinal, propõe-se que a elevação da orientação instrumental (arquiteta da esfera econômica e da sociabilidade competitiva) como sendo único substrato da ação social implicou uma teoria erigida sob pilares de uma ordem anárquica burocratizada. Ressaltamos, ademais, e sob o suporte das seções anteriores, que tais efeitos seriam antes uma consequência de escolhas metodológicas e teóricas fundadas socialmente, do que de uma representação propositiva sobre uma ontologia social naturalmente apolítica. Ou seja, a partir da aplicação de ferramentas tidas como cientificamente rigorosas, o neorrealismo buscou a objetividade ausente nos estudos precedentes, não obstante, tenha possivelmente recaído em um segundo tipo de fetichismo: a própria ciência.

A adoção do modelo do *homo economicus* insere-se nesse processo. Consoante com as pretensões metódicas de Waltz, tal categoria implicou a padronização analítica da conduta

política e a construção dedutiva de proposições generalizantes pela identificação de mecanismos e relações causais entre atores. No entanto, porquanto possua vantagens metodológicas do ponto de vista positivista, a redução da ação social à função estrutural e ao raciocínio instrumental, não se efetivou sem algumas perdas. Afinal, para tal, o neorealismo deixou de problematizar, sobretudo, acerca dos postulados orientados à cultura, normas, interesses, e preferências que encerram o ambiente político interestatal. A abstração do contexto sociocultural que fundamenta as ações políticas internacionais criou uma imagem estatal uniforme ao longo do tempo, e por isso trans-histórica.

No tópico anterior, vimos que tal abstração implicou uma relação agente-estrutura do tipo regulatória, por meio do qual as unidades precisam conformar suas condutas à normatividade da estrutura. E quanto à relação entre os agentes, qual teoria da ação desdobra-se da racionalidade instrumental? Embora Waltz não se detenha sobre essa esfera, sua teoria constrói-se essencialmente sobre ela, sendo o equilíbrio de poder um mecanismo fundado num tipo específico de interação, qual seria a conduta estratégica.

Para Habermas (1988), a metodologia e os conceitos básicos de ação social se acompanham mutuamente. Sendo assim, nessa perspectiva, as modalidades de ação social estão intimamente ligadas a um tipo específico de orientação epistemológica. Na ação comunicativa encontra-se uma relação intersubjetiva, na qual os indivíduos se reconhecem e interagem. Essa ação definida em termos de “sujeito-sujeito é, entretanto, substituída pela relação “sujeito-objeto” quando se trata da ação estratégica.

Este último caso espelha a definição de Waltz e apresenta uma interação realizada de forma objetivada, em que os elementos da relação se entendem como meio para alcançar seus fins privados. Ressalta-se neste aspecto uma concepção pré-social da racionalidade, que abstrai a formação identitária realizada pela interação dos componentes da comunidade internacional. Ou seja, evidencia-se o uso técnico desse vocábulo, a racionalidade, direcionada à eficácia e não ao consenso social da realidade, visto que situada fora da esfera do universo da relação dos sujeitos, e por isso distante da ideia de ação social dialógica (SILVA, 2001). Assim, de acordo com a ação política estratégica definida pelo neorealismo, os atores são tidos como egoístas e racionais e o sistema dinamizado pelas suas atitudes e coerções calculadas. A função dessa conduta seria influenciar seu opositor, cuja orientação central foca-se no êxito.

A anarquia neorrealista representaria, pois, uma coletividade que, na transição para o sistema estatal moderno, teria perdido todo sentido de *Gemeinschaft*<sup>105</sup>. Todavia, essa concepção de Waltz omite a noção crucial relacionada ao sentido de *associação* que, a par de qualquer processo de diferenciação, expressa um vínculo entre seus componentes.

The obvious difficulty with it is that the segmentary/mechanical form is lifted from a sociological context in which Durkheim understood it as a type of society integrated by a shared identity (Larkins, 1994: 252), and moved to an IR one in which it is understood as a mere system, operating mechanically as an anarchic struggle for power/survival without any integrating social content [...] Durkheim's mechanical/segmentary logic presupposes a social context, whereas Waltz's anarchic system one precisely does not (BUZAN; ALBERT, 2010, p. 324).

Assim, a desativação das potencialidades participativas do ator é alcançada no neorrealismo por meio da “racionalização” (ou ‘colonização’, nos termos de Habermas) da dimensão social da interação, a qual já foi aqui referida como o “mundo da vida” de Habermas, ou mesmo a “comunidade societária” de Parsons, ou, por fim, para aproximarmos do legado de Waltz, a noção de “consciência coletiva” de Durkheim. Destarte, a interação social e a socialização passam a associar-se à cognição objetiva e à projeção interior, ao invés de representarem funções, por mínimas que sejam, da compreensão consensual (INGRAM, 1994).

Como elucidam as leituras sociológicas (RUGGIE, 1986; BUZAN E ALBERT, 2010), o estabelecimento da interação objetivada como único substrato da ordem internacional reforçou-se, portanto, por meio de uma interpretação estrita de Waltz acerca do conceito de “diferenciação”:

Because Waltz has narrowed the meaning of functional differentiation down into the purely political (functions of government, sovereignty), his reading of Durkheim can only go from segmentary to stratificatory. Being purely political, Waltz's ‘functional differentiation’ is not, and cannot be, functional differentiation in the sociological meaning because only one sector — politics — is in play. It can only be stratificatory differentiation, a point underlined by Waltz's focus on great powers and polarity (BUZAN; ALBERT, 2010, p. 324).

<sup>105</sup> Buzan (1993) aponta para a sistematização do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, que distinguiu as formas de organização social entre dois tipos: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. O primeiro termo refere-se às “comunidades” impulsionadas pela vontade essencial (força orgânica e instintiva), em que os laços são construídos com base em sentimentos, experiências e identidade comuns. *Gesellschaft*, por sua vez, denotaria as “associações” impessoais, baseadas no raciocínio instrumental de defesa do autointeresse, e caracterizadas pelo contrato devido à heterogeneidade dos sistemas de crenças. Nesta última, predominam as ações utilitariamente calculadas, em que pesam as considerações de eficiência política e econômica, enquanto nas sociedades do tipo *gemeinschaft* prevaleceriam os laços sentimentais e tradicionais entre os indivíduos.

Dessa forma, o foco nas características políticas e materialistas teria eximido Waltz de construir uma teoria social sobre a PI. A remoção do elemento social exclui os setores de atividade não envolvidos com a dimensão política nos termos de Vestfália. Logo, a noção de territorialidade nacional é inscrita como o limite entre os subsistemas reconhecidos. Instituições e atores que atuem fora desse modelo são silenciados. Por sua vez, o mecanismo impessoal do poder (no seu sentido material) é tomado como único mediador da coordenação social na arena política internacional.

O aparato administrativo do poder enquanto mecanismo diretivo das ações internacionais gera um processo paralelo de abstração da esfera pública, cada vez mais tecnicizada, e compreendida como mera realização funcional dos interesses privados. Na concepção estratégica, a linguagem é entendida como meramente instrumental, ou seja, enquanto elemento dissociado das práticas e instituições servindo apenas como racionalização do interesse. Isto é, as normas sociais são secundarizadas, e passam a ser compreendidas como ferramentas de manipulação em prol de interesses utilitários no jogo social e político. A construção compartilhada de valores e normas representa a imposição de um bem coletivo sobre as vontades individuais, e, por isso, é avaliada como contrária à lógica da ação racional orientada à maximização dos interesses particulares.

A escolha epistemológica pelo individualismo, e a definição do sistema enquanto um agregado de elementos extrinsecamente relacionados acarretariam uma espécie de moralização da “razão de Estado”, enquanto interesse privado, construindo uma perspectiva política que é, ao mesmo tempo, apolítica. Isso porque quando a política é entendida como exercício intersubjetivo, esta passa a estar imersa na esfera subjetiva do ator, porém não se vincula estritamente à dimensão dos interesses do mesmo. As condições de isonomia, características de uma vida pública autêntica, adviriam de um despojamento dos interesses particulares puros da função política, uma vez que se elabora a importante distinção entre as dimensões da subjetividade (vinculada à autonomia) e da particularidade (relacionada aos interesses) dos sujeitos. Nesse sentido, a política decorreria dos laços que unem os agentes no espaço público não constituindo, pois, uma qualidade privada das unidades, mas sim uma atividade alocada nesse “entre” (espaço comum), que comunga as esferas autônomas e heterônomas, e define-se como lócus da política. Afinal, é nesse cenário que a subjetividade dos indivíduos pode atuar coletivamente, sem abandonar-se a si mesma.

Ora, a partir dessa concepção, entendemos a apoliticidade do conceito de ordem internacional definida pela teoria neorrealista, que abstrai justamente esse cenário de

reconhecimento mútuo, substituído pelo desenho estritamente posicional da estrutura. No nível da ação, isso se deve à lógica utilitarista que não efetiva a separação entre as dimensões particulares e subjetivas, que, ao se confundirem, resultam numa ação estatal postulada como atividade regida pelos padrões do individualismo possessivo, e num conceito de Anarquia projetada como sistema pautado nos parâmetros funcionais da razão instrumental.

Dessa forma, a objetivação da relação entre os Estados oferece à ação política internacional um tipo de juízo fundado num critério de eficácia técnica – um juízo determinante em oposição a um juízo reflexionante, como define Kant<sup>106</sup>. Ou seja, o neorrealismo abstrai o agir reflexivo, cujo princípio chave seria justamente a liberdade do agente em poder construir coletivamente a norma e não apenas segui-la. Isso é, silencia-se o ato de julgar enquanto capacidade humana circunscrita na instância subjetiva, mas com escopo coletivo. Assim, como apontamos na seção anterior, o neorrealismo de Waltz renunciaria à força dos sujeitos (sejam indivíduos ou sociedades) em avaliarem as singularidades concretas, então substituída por um ato mecânico de adequação a um sistema objetivamente dado. Com isso, oculta-se o pensar comunitário culminando numa abstração da dimensão política dos sujeitos, onde ocorreria esse tipo de juízo associado à interconexão de subjetividade e alteridade.

Ademais, ao definir uma *raison d'État* rígida, cria-se um fundamento privado de legitimação moral que, por sua vez, transforma os compromissos assumidos individualmente pelo Estado em valores sociais e políticos. A associação entre moral e interesses particulares gera efeitos sobre o significado da ética. Essa que, compreendida como uma prática histórica, apresenta-se numa forma peculiar (e geralmente implícita) nos postulados neorrealistas:

Like positivist science, technical realism conceives of itself as value neutral and tries not at all to establish an objective basis for values, ethics, and ends. In so doing, though, it implicitly sanctions a particular kind of ethics: a decisionistic ethics based only on the individual actor's personal commitment, belief, or faith (ASHLEY, 1981, p. 233).

<sup>106</sup> Sobre as faculdades do juízo, Kant estabelece duas categorias: juízo determinante e o juízo reflexivo. Com relação ao primeiro, delimitam-se as situações em que o agente, para avaliar determinado caso, utiliza o raciocínio técnico, pautado na aplicação de regras, leis ou princípios pré-estabelecidos a casos particulares, a fim de, então, julgar sua qualidade. Em outras palavras, a faculdade do julgar determinante seria “a capacidade de subsumir a regras, isto é, de discernir se algo se encontra subordinado a dada regra, ou não” (KANT, 1989, p. 177-178). Por outro lado, nas situações em que não haja tais critérios *a priori*, ou seja, quando tratar-se de um caso novo, sem precedentes, o ator deve aplicar o juízo reflexionante. Este consiste, pois, no processo de reflexão em que só o particular é dado, de modo que a classificação deve ser feita a partir da *ipseidade* do julgado. Por meio desse último raciocínio, evita-se a prática tecnicizada, uma vez que não se toma como parâmetro uma norma ditada anteriormente, mas sim a existência concreta da situação, que, então, liberaria a razão para o raciocínio espontâneo.

Dessa forma, o exercício da política representaria uma relação negativa entre essa atividade e a ética comunitária. Afinal, a aplicação do julgamento moral é indissociável da condição de liberdade no processo de escolha, de modo que nas condições extremas, onde domina a lei da causalidade, ou a lei da razão pura, tal esfera de julgamento seria supérflua, visto que já se configura sob os imperativos do mundo sensível, ou inteligível. Nesses casos de ausência dialógica, o sentido de liberdade associa-se à esfera privada, e, com isso, o sentido autônomo do interesse público global é submetido ao plano secundário, visto que sua realidade passa a estar meramente vinculada à articulação racional dos interesses estatais, definidos em termos de poder. Como afirma Enrique Dussel, o utilitarismo tende a simplificar ao máximo a ordem ética e política para, com isso, poder controlar racionalmente a estratégia militar, o *business* econômico e político (2000, p. 109). Nesse sentido, a racionalização da estrutura internacional implicaria na perda de sentido “sintomática da fragmentação da sociedade em egos isolados, movidos pelo autointeresse, desprovidos de fibra moral, do sentido compartilhado de valor e de propósito necessário para distinguir a personalidade e o caráter” (INGRAM, 1994, p. 91).

Dessa forma, a agência política dos atores é preterida das chances de transformação de suas relações através da comunicação e dos valores e regras das instituições, bem como limitada em sua capacidade de edificar modelos alternativos de organização política. Afinal, os tipos de interesses envolvidos no jogo estratégico seriam unicamente individuais, não havendo uma distinção entre a vontade pública e privada. A preponderância conceitual da anarquia como um espaço destituído do componente social e organizado por interesses egoístas favorece, então, o processo de desagregação coletiva. Tal condição resultou teoricamente na abstração de estados permanentes de cooperação e ações consensuais, de forma geral.

Ora, a admissão pelo realismo da ideia cognitivo-instrumental da maximização dos interesses estatais como substrato único da ação social geraria, por fim, implicações políticas, na medida em que reduz o fundamento normativo deste campo à capacidade individual de autopreservação. Comum aos discursos teóricos dessa escola, as tentativas de se criar "éticas da política" refletem, pois, a busca de codificação das ações e comportamentos dentro da pretensão objetiva de controle. Entretanto, tal atitude, dialeticamente, demonstra um processo de "naturalização" das relações sociais e a reificação da conduta política.

Em suma, o processo de despolitização do espaço público internacional resume-se pelos postulados neorrealistas que subvertem a tradição do debate e do combate político, esvaziando-os do componente plural e dinâmico. Com isso, Waltz, como grande parte dos neorrealistas, deslocou a questão da moralidade para a esfera da vida no interior dos Estados, para onde, paralelamente, também foi circunscrita a política enquanto atividade vinculada àquelas preocupações. A ordem externa, por sua vez, define-se negativamente às considerações domésticas. Como aponta Walker (1993), as relações internacionais foram perpassadas pela diferenciação espacial, cuja separação geopolítica delimita comunidades territoriais particulares, seguidas pela separação normativa dos cenários:

Spatially, the principle of state sovereignty fixes a clear demarcation between life inside and outside a centred political community. Within states, universalists aspirations to the good, the true and the beautiful may be realizable, but only within a spatially delimited territory (WALKER, 1993, p. 62).

Ademais, nosso intuito com a ênfase nessa questão da moralização da política internacional não procura manter uma díade, substituindo o polo da particularidade pela universalidade, mas sim propõe o questionamento da noção de política, e da própria ciência que dela emerge, afinal, como apontado por Ashley, a metodologia que limita a ciência a uma atividade técnica, reduz também a prática política à lógica econômica, e neutraliza as faculdades críticas daquela. Ou ainda, nas palavras de Walker, “between states, however, the lack of community can be taken to imply the impossibility of history as a progressive teleology, and thus the possibility merely of recurrence and repetition” (WALKER, 1993, p. 63).

Retoma-se, então, o possível aspecto neutralizador da teoria que, por meio da definição da ação estatal enquanto essencialmente estratégica, isenta de responsabilidades éticas, e de ações interativas permanentes entre os atores, negaria por extensão as potencialidades de transformações sociais da ordem posta. O sujeito político, por sua vez, passa por uma reificação categorial que, no extremo, pode nos levar ao questionamento da própria autenticidade criativa dessa ação estatal. Assim, a coerção da estrutura internacional, em termos waltzianos, unida ao raciocínio utilitário de um ator atomista, supõe um espaço político diminuto e estático.

A construção de um conceito tecnicista e utilitário de política realizada por Waltz pode, então, ser identificada com o aspecto formalista da razão subjetiva na atividade científica, como declarou Horkheimer. Nesse sentido, insere-se a reflexão acerca do discurso

normativo associado às escolhas epistemológicas e metódicas do neorealismo. Tal aparato adentrou a teoria analisada por meio da superestrutura cultural de Waltz, sendo assim, como vimos, tal inserção não foi computada pela base teórica explicativa da teoria fundada na ideia da neutralidade axiológica. Por isso, como apontou Ashley, o realismo estrutural não provê uma base objetiva para acessar “their historical dependence, ideological distortions, and/or truth content. Whether or not one agrees or disagrees with these norms, ethics, and mores remains purely a matter of personal choice” (ASHLEY, 1981, 233).

Dessa forma, ressalta-se a tensão criada pela metodologia implicada no neorealismo. Afinal, as propostas teóricas de Waltz partem de imperativos intersubjetivos que conferem significado aos seus postulados, embora sua filiação positivista/racionalista procure abstrair tal decodificação. Logo, para escapar desse ‘subjativismo’, a ciência neorrealista limitou as pretensões práticas/hermenêuticas da mesma estabelecendo os predicados da “política do poder” como sendo a “tradição verdadeira” (ou o “mundo como ele é”).

Ao delimitar sua ontologia ao ‘mundo da determinação’ (em oposição a um mundo do ‘dever ser’), o neorealismo impôs limites às considerações práticas alternativas, compreendendo as tendências opostas (movimentos transnacionais, empenhos à ética cosmopolitas, etc) como externalidades transgressoras. Os programas ou práticas que promovam algum tipo de consenso coletivo, e ultrapassem os limites da “política de poder”, são esvaziados de sentido, restando-lhes apenas o tratamento instrumental, por meio do qual são abstraídos e julgados irracionais aos objetivos políticos.

Desse modo, pautado na reconstrução técnico-científica da corrente realista clássica, o neorealismo de Waltz conseguiu manter a “política de poder” como uma característica endêmica das relações internacionais. Por isso, nas ocasiões em que surgem ações que procurem romper os limites impostos por aquela tradição, ou mesmo sugerir outras formas de condução prática, revela-se a comumente, e contundente, resposta neorrealista: “não sejam irracionais”. Afinal, o mundo à parte da lógica operativa da razão científica é compreendido como compêndio idealista, capaz de arruinar a ordem posta.

Assim, aponta-se a confluência entre as escolhas metodológicas e epistemológicas do neorealismo, e o mundo da ação social que ele informa. Ou, em outras palavras, como sugeriu Ashley, é importante captarmos a compatibilidade entre a racionalidade científica e a manutenção da “política de poder”, afinal, “reducing reason to purposive rationality, gauging action solely in terms of the efficiency of means, and one-sidedly concentrating on the ‘is’ realists are ‘scientific men’” (ASHLEY, 1981, p. 235). Ademais, como refletiu Cox,

The assumption of fixity is not merely a convenience of method, but also an ideological bias [...] Indeed, the purpose served by problem-solving theory is conservative, since it aims to solve the problems arising in various parts of a complex whole in order to smooth the functioning of the whole. This aim rather belies the frequent claim of problem-solving theory to be value-free. It is methodologically value-free insofar as it treats the variables it considers as objects (as the chemist treats molecules or the physicist forces and motion); but it is value-bound by virtue of the fact that it implicitly accepts the prevailing order as its own framework (COX, 1981, p. 129-130).

Por conseguinte, reforça-se a consistência entre a proposta teórica neorrealista e a imaginação política de uma superpotência. Afinal, por se propor a orientar o exercício eficiente do controle sobre o desenho anárquico vigente e ao negar a possibilidade dos atores ordenarem o mundo de outra forma que não a disposta por tal estrutura, a teoria neorrealista torna-se bastante atrativa à audiência dos Estados centrais e privilegiados pelo *status-quo*. Deste modo, a base técnica oferecida pela teoria neorrealista poderá manter-se prevalente, mesmo com os desenvolvimentos práticos contemporâneos, na medida em que aqueles que podem exercer controle sobre a PI continuem encontrando nela uma orientação consistente com suas preocupações. Como advertiu Ashley,

As long as at least some powers find guidance in the theory, grasp objective forces identified in it, and, wielding these forces, bend others to the system within which their own success is assured, the technical theoretical base of realism proves itself in its own terms (ASHLEY, 1981, p.225).

Dessa forma, os ecos prescritivos da teoria lançam questões sobre as relações de poder que impulsionam a legitimação, e manutenção, do aporte teórico neorrealista como discurso central para a formulação da imaginação política sobre as relações internacionais, em especial nas academias da América continental, onde ainda haveria um tipo de colonialismo intelectual. Essa problemática majora-se por referir-se ainda à manutenção de uma concepção de política, muitas vezes em descompasso com as demandas contemporâneas dos países menos desenvolvidos. Afinal, embora confluyente com o período da Guerra Fria, esse discurso parece perder fôlego analítico frente a um quadro político diverso, e cada vez mais necessitado de uma retomada humanista;

A consideração do problema ético ao longo de muitos séculos o tomou como matéria de estrito foro íntimo. A ética tradicional tornou-se o padrão do indivíduo isolado, autônomo, responsável, autor de seus próprios princípios, sem referir-se a autoridade exterior. A responsabilidade particular da pessoa, contudo, na fase inaugurada nos anos 1990, parece ser estendida também agora às "pessoas morais",

ou seja, às instituições e aos indivíduos que, por força de investidura política, estão delas incumbidos (MARTINS, 2001, p.15).

Como reclama Walker (1993), nas condições atuais, em que experimentamos reincidências à violência, somadas às novas formas de inclusão e exclusão advindas das tecnologias de produção, das quais segue também a fragilidade do meio ambiente, torna-se inquestionável a urgência do debate sobre tais aspectos práticos em escala global. Para tanto, faz-se necessário um aparato teórico capaz de interpretar (e, para isso, reconhecer) tais dinâmicas – geralmente atribuídas às agendas públicas dos países menos desenvolvidos – bem como absorver a natureza ético-político dessa discussão. Todavia, a base intelectual provida pelo neorrealismo, se não questionada, soa-nos insuficiente para sustentar a reconexão entre política e moralidade, ou mesmo para um repensar ontológico sobre os *outros* sujeitos. Nesse sentido, torna-se cada vez mais relevante a emergência das novas correntes que admitam a “potencialidade em um sistema sociopolítico não instrumental, criado por uma socialização reflexiva sobre crenças ou normas diversificadas” (CARVALHO, 2006, p.235), como serão apontadas no tópico a seguir.

### 3.4 Asas da palavra: além das margens e do silêncio

*Asa da palavra  
Asa parada agora  
Casa da palavra  
Onde o silêncio mora  
Brasa da palavra<sup>107</sup>*

Nos tópicos anteriores, captamos as formas pelas quais a construção da ciência neorrealista demonstra-se, ao menos parcialmente, um processo de abstração de tradições intelectuais e culturais, e também de opções sociais e políticas alternativas àquelas absorvidas no quadro teórico assinalado. Tais silêncios tornaram impronunciáveis as necessidades e práticas de sujeitos coletivos, cujas dinâmicas escapam ao modelo do ator racional e suas fronteiras. A forma com que essas entidades percebem o mundo, e nele engajam-se, foi abstraída sob a égide dos valores universais autorizados pela ‘razão’, não obstante, conforme

<sup>107</sup> Cf. VELOSO, Caetano; NASCIMENTO, Milton [Compositores]. A Terceira Margem do Rio. Intérprete: VELOSO, Caetano. In: VELOSO, Caetano. **Circuladô Vivo**. São Paulo: Polygram, 1992. 1 CD (ca. 1h. 5 min.). Faixa 10 (4 min. 32 s).

expusemos, tais valores representem geralmente a cristalização de uma perspectiva particular sobre as formas de conduta prática.

Nas palavras do sociólogo Boaventura de Souza Santos, “o silêncio é, pois, uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida” (2002, p.30). Nesse sentido, as enunciações da última seção revelaram as implicações políticas de uma teoria que considera o Outro (no caso, os Estados sem potência) um objeto, ou seja, estabelece-se a não existência desse enquanto sujeito coletivo, potencialmente contestador da ordem e com características particulares.

Dentre as formas de se produzir a ‘não existência’, destacamos duas que cremos consistente com a teoria neorrealista: a lógica da monocultura e da classificação social, as quais são responsáveis pela naturalização das diferenças. Assim, ao estender a racionalidade econômica a todos os atores, como critério de sobrevivência e igualdade sistêmica, o autor, além de prescrever uma conduta não refratária desses frente às regras da estrutura, também abstrai as diferenças, obstruindo os canais pelos quais os atores poderiam manifestar-se – esferas de interação comunicativa /intersubjetiva –, desconsiderando, por decorrência, outros tipos de agência que, por sua vez, poderiam revelar outros tipos de entidades ontológicas.

A ideia de racionalidade comum prescrita nos postulados neorrealistas “reinforces the non-historical mode of thinking. Other modes of thought are to be castigated as inapt, and incomprehensible in their own terms” (COX, 1981, p.132). Nesse ponto, conforme desenvolveu a reflexão da seção 3.3 desse capítulo, a ausência de diversidade implica a falta de solidariedade; daí, a necessidade de ampliação simbólica das formas de conhecimento, de práticas e de agentes, cuja multiplicidade deve ser credibilizada frente aos padrões hegemônicos (SANTOS, 2002).

Sendo assim, e visando a necessidade de reformular o vínculo entre a epistemologia, a ontologia e a ética política, algumas correntes teóricas da década de 1990 passaram a problematizar o foco exclusivo nas prerrogativas da organização estrutural do sistema anárquico como diretivos da ação dos Estados, uma vez que tal atenção acaba por abstrair a pluralidade de agências do cenário internacional, e por banalizar as problemáticas de natureza humanística. É, pois, com vistas nesse horizonte, que empreendemos breves arguições acerca dos modelos alternativos ao exposto por Waltz. Nossa preocupação é construir uma reflexão abrangente e inclusiva, que lance (sem a pretensão de esgotar) as principais noções teóricas propostas para esse debate sobre os limites epistêmicos e conceituais da abordagem

neorrealista, focados na busca por aberturas emancipatórias da ação dos sujeitos, sejam eles indivíduos ou coletividades.

Nesse sentido, ressaltamos a crença na singularidade das ciências sociais, e na demanda subsequente por métodos específicos a elas, como ponto chave das novas propostas teóricas do chamado terceiro debate, as quais serão privilegiadas nessa breve exposição. Afinal, presume-se que a renovação epistêmica e metódica concebe perspectivas interpretativas bastante inovadoras, tanto nos empreendimentos de compreensão como nas propostas de retomada ontológicas.

Dentre as vantagens dos discursos vinculados metodologicamente ao pluralismo, ao historicismo e à normatividade, revela-se o desenvolvimento de um quadro teórico capaz de ler o mundo político internacional por meio de lentes que captam um ambiente intersubjetivo, em que as unidades se relacionam socialmente. A adoção de um foco histórico possibilita o exame das variadas formas de interação entre os sistemas e as sociedades internacionais desde a era pré-moderna, perpassando ao sistema de Vestfália, até a ordem global contemporânea, presumindo que o cenário a partir de 1990 catalisou vias para tais desenvolvimentos.

Desse modo, os elementos presentes na realidade internacional, da qual se destacam, exponencialmente, questões culturais, responsabilidades éticas, bens-comuns globais, dentre outros, revelam as complexidades da sociabilidade entre os membros desse meio. Com isso, são demandadas, paralelamente, estruturas cognitivas capazes de interpretar o entrelaçamento das atividades desenvolvidas no ambiente social internacional. Nesse sentido, perspectivas reducionistas, como a de Waltz, perdem em fôlego analítico, em comparação com os ferramentais teóricos comprometidos com visões sociológicas e históricas, das quais se aproxima, por exemplo, a Escola Inglesa, as teorias feministas, os teóricos neomarxistas, construtivistas, pós-estruturalistas, e pós-coloniais.

Essas vertentes críticas impulsionadas pela onda pós-positivista orientaram-se para a renovação do escopo teórico do campo naqueles termos, advogando por uma crítica epistemológica que retomasse as preocupações centradas nas consequências das teorias sobre o mundo. Segundo a crítica pós-moderna, a razão e a verdade foram hegemonicamente identificadas com o *modus operandi* da metodologia naturalista, em que a suposição de uma realidade *apriorística*, possibilitaria o desvelamento de ‘verdades científicas’. No entanto, para aquela corrente, tal empreendimento universalizante vincula-se “a um processo de centralização de perspectivas, implicando necessariamente na marginalização de ‘outras

verdades'. Dessa forma, a consolidação e coerência da ciência são conseguidas pela produção e reprodução de alteridades oprimidas” (COSTA; SELIS; SOARES, 2009, p.212).

Como questionam as teorias feministas<sup>108</sup>, as teorias tradicionais, das quais desponta o neorealismo de Waltz, espelham um viés homocêntrico no qual o feminino é associado às questões irracionais, privadas e, por isso, são frequentemente marginalizadas dos discursos das RI. Do mesmo modo, outros temas, como a questão ecológica, os direitos humanos, a pobreza, e a fome, seriam igualmente inferiorizados e descritos negativamente aos predicados do mundo político. Ao estabelecer a centralidade da perspectiva materialista, o realismo estrutural abstraiu de sua agenda o debate sobre as questões que não se esgotam nas preocupações político-militares suprimindo, outrossim, as vias de “humanização” do Estado, que pressupõe descrições para além da “caixa preta” realista.

Para tais linhas, a adoção monolítica do discurso cientificista pelo neorealismo gerou certas anomalias conceituais, produzidas pela inadequação dos métodos que negam a intersubjetividade do mundo social. Nesse raciocínio, intelectuais, como Roger Epp (1998), argumentam sobre a vulnerabilidade da orientação neorrealista em relação aos processos surgidos com o fim do conflito bipolar, e aos subsequentes desafios interpretativistas colocados ao positivismo. Simultaneamente, destaca-se a retomada de fôlego das correntes antes marginalizadas, cujos conceitos têm expandido a disciplina das RI em termos espaciais, culturais e cronológicos.

Compartilhando percepção igualmente otimista, Richard Falk exemplifica que a concepção da sociedade de Estados, geralmente vinculada à Escola Inglesa, torna-se interessante enquanto ferramenta analítica contemporânea por ser capaz de capturar os paradoxos da vida internacional (BELLAMY, 2005). Ou seja, reconhece o caráter particularista dos Estados que compõem a realidade global – tendo em vista sua orientação em prol do autointeresse – sem desconsiderar, entretanto, a possibilidades destes atores criarem e compartilharem valores e interesses comuns, ressaltando a ação do aprendizado enquanto elemento interativo dessas unidades<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> Cf. TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v.41, n.4, p. 611-632, 1997.; \_\_\_\_\_. What Is Your Research Program? Some Feminism Answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, v.49, p.1-21, 2005. Ou ainda: SYLVESTER, Christine. The Contributions of Feminist Theory to International Relations. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Orgs). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, p 254-278, 1996.

<sup>109</sup> Da mesma forma, Alex Bellamy (2005) considera a concepção de Sociedade Internacional uma contribuição conceitual importante, por operar simultaneamente com elementos de tensão – cooperação e conflito – do mundo político, capaz de identificar as fontes de mudanças e as forças causais desta realidade. Em suas palavras: Most

A questão da normatividade dos trabalhos da Escola Inglesa<sup>110</sup> levanta questões relacionadas à percepção dos agentes políticos, de seus princípios e circunstâncias, entendidos como vetores na formação e manutenção da rede internacional. A abertura das mediações para elementos além do poder material traz para o centro da discussão fatores como o entendimento e a linguagem, falada ou não. Ou seja, um conjunto de ideias, conceitos e categorias que são produzidas, reproduzidas, e transformadas em um quadro particular de práticas por meio das quais se confere significado à realidade social e física (BEREJIKIAN; DRYZEK, 2000, p. 207).

Nesse sentido, destacam-se as reflexões que leem a sociedade internacional como algo semelhante a “experiência dialógica” em torno de bases normativas de coexistência. Nessa linha, Andrew Linklater<sup>111</sup>, ou os conhecidos construtivistas, Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwill, dentre outros, declaram a importância do interesse prático-hermenêutico na análise da ordem internacional. Tais autores acentuam o papel da racionalidade normativa que implica efeito constitutivo sobre as identidades. Ou seja, assumem os agentes enquanto entidades conectadas ao ambiente social e ao sistema coletivo de significados compartilhados – sejam esses, normas (expectativa coletiva sobre um comportamento adequado para uma dada identidade), ou o próprio conhecimento sobre as relações sociais.

---

significantly, the School's approach combines a concept of international society that captures elements of conflict and cooperation in world politics and the tension between the pursuit of order and the promotion of justice with a form of methodological pluralism that promises to generate significant empirical insight on the subject (BELLAMY, 2005, p. 3).

<sup>110</sup>Tais elementos normativos característicos dessa Escola derivam, em grande parte, da obra de Hedley Bull, *The Anarchical Society* (2002), na qual o autor expõe sete proposições centrais que, de forma geral, constroem um guia normativo, voltado à defesa da vida, verdade e propriedade – definidas como os três objetivos elementares e universais da vida social. Essas premissas são traduzidas na esfera internacional pela limitação da violência entre Estados, pela observância dos acordos internacionais, e, por fim, pela segurança das propriedades pertencentes à jurisdição de cada soberania estatal. Dentre os sete pontos, ressalta-se, também, a busca por ordem e justiça, motivadas pela ação das regras e instituições que compõem a sociedade internacional moderna; concluindo com a crença progressista na eficácia desta estrutura (SUGANAMI, 2005). Sendo assim, Bull tratou o cenário internacional sob a perspectiva do sistema de Estados nacionais, porém, diferentemente dos realistas, postulou que tais unidades, embora soberanas, poderiam submeter suas ações às instituições de regulação comum, edificando uma comunidade. A estabilidade da ordem adviria, então, dessa base comum relacionada aos interesses, valores, normas e instituições que compõem a sociedade internacional.

<sup>111</sup> Linklater compõe a nova geração da conhecida Escola Inglesa, agora voltada aos desafios apontados pela configuração contemporânea das relações internacionais. Dentre os nomes ligados à esse novo grupo, temos: Nicholas Wheeler, Samuel Makinda, Tonny Knudsen, Tim Dunne, Jennifer M. Welsh, Roger Epp, Iver B. Newmann, Andrew Hurrell e Kai Alderson. Os componentes dessa corrente tendem a aproximar-se do debate pós-positivista, particularizado pelo comprometimento com a construção de uma agenda ética cosmopolita, facilitada pelos potenciais normativos dos textos clássicos. Com base nas formulações de Habermas, Linklater procura resgatar a dimensão ética das questões suscitadas pelas relações internacionais, em específico pela dualidade cidadão/estrangeiro. Dessa forma, aquele autor questiona as práticas de exclusão providas pela divisão do mundo em coletividades nacionais, por meio de uma *ética do discurso*, a qual crê ser capaz de acessar uma racionalidade prático-moral, responsável pela criação de normas, instituições e ações associadas aos interesses da humanidade como um todo, e não apenas entre os cidadãos de um mesmo país.

Essa perspectiva, direcionada a uma compreensão interpretativa das relações internacionais, favorece o entendimento da contingência dos processos de tomada de decisão; das diferentes percepções que os atores podem ter de um mesmo evento, e também da forma como os valores culturais interferem na prática diplomática e na política internacional (DUNNE, 1998). Com tal suporte, a ‘razão pura’ nos termos de Kant, ou a razão instrumental dos modelos econômicos transformam-se num conceito dialógico, que pressupõe o ator social enquanto componente de esferas autônomas, e coletivas.

Ademais, a lógica da ação inscrita na perspectiva normativa sugere comportamentos que, para além da adequação à regra, podem também questioná-la. A contestação da norma geralmente insere-se nos momentos de escolha entre as regras que são plurais, e, não raro, conflitantes. Tal situação<sup>112</sup> circunscreve as condutas argumentativas, em que os elementos sociais dispõem-se numa disputa por estabelecer uma tradição ideacional. Entra em cena, portanto, a racionalidade discursiva. Nesse aspecto, ressalta-se a inserção das proposições de Habermas nos estudos sobre as dinâmicas interestatais, as quais delinearão uma mudança de paradigma, expresso na teoria da ação comunicativa.

De posse dessa teleologia dialógica, as análises sob suporte epistemológico construtivista informam um conceito mais robusto de agência. Nele, encontramos um olhar mais antropológico orientado aos agentes – compreendidos como entidades motivados por interesses, valores e representações simbólicas. Traduz-se, dessa forma, a inserção dos fatores socioculturais, ideacionais e identitários que envolvem e influem as formulações da política internacional<sup>113</sup>. Porém, ao contrário dos estudos cognitivos, orientados às bases psicológicas do ator no nível individual, os construtivistas do campo das RI geralmente apreendem a questões ideacionais a partir de uma perspectiva mais holista, em que o contexto linguístico e social compõem a estrutura que participa da modelagem da política internacional. Essa abordagem faz uso de uma ontologia intermediária, situada entre a postura do individualismo

---

<sup>112</sup> De acordo com Risse (2000) o construtivismo engloba tanto a lógica da adequação, como o que ele chama de “lógica argumentativa”. Esta última atua nos momentos em que os atores sociais desafiam os critérios de validação inerentes às afirmações causais (discursos teóricos) ou normativas (discursos práticos) e assim buscam um consenso comunicativo sobre seus entendimentos das situações e justificativas para seus princípios. Pressupõe-se, pois, que no ambiente discursivo as preferências e interesses dos atores não são fixas, mas, pelo contrário, estão sujeitas a contestações.

<sup>113</sup> De modo geral, os debates contemporâneos em política externa vêm reconhecendo cada vez mais o impacto dos fatores ideacionais sobre os conteúdos e rumos dos processos decisórios e seus desdobramentos. Nas palavras de Hudson (2007), tal iluminação cria um ponto de intersecção entre os determinantes materiais e ideacionais do comportamento político. Assim, os construtivistas têm sugerido um modelo teórico mais dinâmico e criativo aos estudos tradicionais das RI, uma vez que põe em cheque a noção de uma realidade objetiva, chamando atenção para a construção social da mesma.

e do estruturalismo e pautada na noção de uma relação de co-constituição entre os agentes humanos e seu ambiente social – um sistema coletivo de significados compartilhados.

Assim, as vertentes apoiadas na teoria social e na filosofia alemã, em específico nas produções de Jürgen Habermas, entendem a racionalidade comunicativa, disposta nas instituições e práticas político-sociais, como ferramenta de contenção, mesmo que parcial, das distorções das relações guiadas pela dimensão material e atomista da razão instrumental. Nesse sentido, as ideias e o sistema de crenças são transformadas em práticas por meio do processo comunicativo, que envolve a persuasão, argumentação e deliberação. Insere-se, pois, uma terceira lógica de variação comportamental no debate entre o construtivismo social e a escolha racional. Tal controvérsia, previamente estabelecida pela distinção entre a “lógica da consequência” (descrita nos discursos da escolha racional) e a “lógica da adequação” (abordada pelo institucionalismo sociológico), adquire outra fonte de explicação, a saber: a “lógica da argumentação” (RISSE, 2000). A essa nova variável caberia função de interpretar o engajamento dos atores em processos de busca pela verdade com o objetivo de alcançarem um mútuo entendimento, por meio de consenso comunicativo<sup>114</sup>.

Dessa forma, seguindo Habermas a subjetividade dos agentes advém de um ambiente de escolha onde os atores não possuem identidade e preferências pré-determinadas. Assume-se, por exemplo, que em situações de deliberação os agentes desafiam os critérios de validação inerentes às suas afirmações causais ou normativas e buscam, por meio da comunicação coletiva, um entendimento comum acerca das relações de causa e efeito do mundo e um consenso que dê sustentação aos seus princípios. O aspecto intersubjetivo dessa relação expõe um tipo de interação na qual os indivíduos se reconhecem e interagem. Assim, a dimensão egoísta e estática do objetivo estratégico é substituída por uma subjetividade social, em que os atores iniciam uma negociação, ou tomam uma decisão, dispostos a construir suas preferências durante o processo interativo. Sugere-se uma subjetividade articulada a um espaço político que amplia as possibilidades de ação por se vincularem aos instrumentos de escolha e discussão deliberativa num processo político democrático.

---

<sup>114</sup> Todavia, cabe ressaltarmos a consciência quanto à característica complexa dos fenômenos humanos, que, não raro, admitem condicionantes múltiplos e distintos para um único objeto. Dessa maneira, como aponta Risse (2000), as análises devem partir de uma perspectiva dialética do comportamento dos atores internacionais, alocando-o dentro de um *continuum*, pelo qual se desenvolvem ações alternadas e mescladas entre os três *tipos ideais* (racionalidade instrumental, o raciocínio normativo, ou a lógica comunicativa). Portanto, durante a atividade analítica, reconhece-se não só a coexistência entre os tipos de racionalidade, mas também seu atrelamento recíproco que origina um movimento contínuo de construção, em que cada lógica pode assumir graus distintos de intensidade conforme espaço e tempo. Com isso, o sistema internacional perderia seu aspecto estático prescrito pelas teorias neorealistas, passando a assumir vetores de transformação e de intersecção entre os agentes e a estrutura.

Nesse sentido, a inserção dos mecanismos de convencimento nos conduz a um tipo de relação em que os fatores materiais, como o poder, são preteridos por outras formas de influência. Tal dedução torna-se importante para a análise de situações em que os Estados pequenos, ou os atores não estatais, são empoderados de forma a impactar a discussão e influir na decisão dos demais, sem que haja menção estrita ao seu status militar ou econômico. Dessa forma, ao contrário do que prescrevem os realistas, no processo interativo os atores sem potência podem se destacar pelo uso de um modelo alternativo de conduta: a argumentação.

A admissão de uma lógica de ação e interação social distinta do modelo da escolha racional desfaz a inexorabilidade da caixa-preta estatal, criando outras racionalidades e objetivos para os atores da arena externa. De acordo com Harald Müller, a concepção habermasiana de racionalidade, capacita os estudiosos das RI a analisarem fenômenos que as teorias utilitárias não conseguem explicar, ou que o fazem por suposições *ad hoc*. Questões como a formação do conceito de justiça ou de confiança entre os atores, e a própria ideia de aprendizado mediante negociações, ganham uma perspectiva holista e interpretativa pelo construtivismo<sup>115</sup>.

Conclusivamente, a lógica argumentativa revigora a noção de “sujeitos”, uma vez que se destaca a capacidade dos atores sociais em produzir e reproduzir a estrutura intersubjetiva de significados. Por outro lado, o papel constitutivo das ideias renovaria igualmente os mecanismos de aprendizado e socialização sociais responsáveis por conectar os níveis de análise e demonstrar a mútua relação entre agente político e estrutura internacional. Assim, essa concepção alargada dos sujeitos gera efeito sobre os estudos sistêmicos. Nesse caso, a proposta construtivista formulada por Alexander Wendt (1999) exemplifica uma vertente que assumiu proximidade com a construção sistêmica de Waltz, embora trabalhe com um conceito de estrutura ampliado, contrário à concepção materialista<sup>116</sup> e racionalista, que vincula a

---

<sup>115</sup> Segundo Risse (2000), o tipo de agência estudada pelo construtivismo constitui um ferramental útil para as análises voltadas ao entendimento do espaço público internacional. Nesse último âmbito, a variável intersubjetiva permite que aprofundemos nosso entendimento sobre como os atores acordam sobre as regras básicas da negociação, e alcançam níveis ‘ótimos’ de cooperação. Ademais, a concepção de que “as ideias importam”, pois modelam os interesses dos atores, amplia o quadro analítico da área inserindo o papel dos agentes transnacionais na proposição de novas questões e novas soluções para a agenda internacional (RISSE, 2000). Na esfera pública, os atores materialmente fracos ganham poder, por ser um âmbito mais aberto, em termos do acesso ao discurso, além de tender à prevalência dos argumentos morais e legitimados, sobre aqueles orientados pela lógica privada. Assim, ao analisar os processos de formação de interesses nessa esfera, os construtivistas inserem não só novos atores, como também novos temas, como a ética internacional, até então marginalizada pelos estudos tradicionais.

<sup>116</sup> Opondo-se ao aspecto estático da “lógica causal” realista, Wendt questionou a validade, e autenticidade do modelo estrutural materialista, pautado na distribuição das capacidades como fator causal primário, uma vez que esse seria inconsistente por desconsiderar a noção implícita em si, qual seria: a distribuição de interesses entre os

estrutura estritamente às forças materiais e aos efeitos da anarquia. Isso é, porquanto aceite a condição anárquica do sistema, a capacidade ofensiva dos Estados e sua busca racional pela sobrevivência, a formulação construtivista de Wendt amplia e redireciona os vetores de influência da estrutura, devido ao novo aspecto sociológico dos mesmos. Por conseguinte, a natureza da política internacional é redefinida pela inclusão de novos atributos subjetivos do Estado, em que os interesses, as identidades e até mesmo o significado do poder (recursos materiais) seriam constituídos por ideias, resultantes do processo de interação entre aqueles.

Nessa perspectiva, a cultura, o conhecimento e as expectativas compartilhados, são entendidos como consequências das ações práticas dos agentes, de modo que a lógica causal do sistema constitui-se dialeticamente. A partir da noção de reciprocidade, Wendt procura desfazer a visão unidirecional da influência na relação estrutura-agente: o processo de interação dos atores age sobre a estrutura social, ao mesmo tempo em que esta gera efeitos na identidade e nos interesses dos primeiros. Assim, o modelo da autoajuda deixa de ser o padrão comportamental da estrutural, o qual poderá tender ao conflito ou a cooperação, conforme as variadas formas de internalização das normas por parte dos atores durante o processo socializante, e ao longo do tempo.

Pela concepção ampliada de estrutura, Wendt buscou manter a proposta sistêmica do neorealismo incluindo elementos que solucionassem o impasse da lógica reprodutiva daquele. Com isso, sua corrente construtivista alargou a "terceira imagem" do estudo internacional incluindo nela variáveis antes exógenas e funcionalmente inativas, e a possibilidade de transformação no sistema, reativada pela relação de co-constituição entre agente e estrutura. Constituindo-se como uma análise explicativa de como estruturas sociais aparentemente naturais são, na verdade, efeitos da prática, Wendt substitui o determinismo dos realistas por um relativismo social, pelo qual a dimensão intersubjetiva do conhecimento (normas, valores, etc) varia seus níveis de constrangimento conforme o grau de internalização e compartilhamento das ideias.

Nessa linha, outros críticos ao sistema filosófico idealista, ou ao sociológico positivista, propuseram modelos de construção subjetiva fundamentado no materialismo histórico-dialético e na ontologia dialógica. Nesse sentido, a autonomia como "ser para si" parte de uma relação de alteridade, constituindo um processo contínuo de criação e transformação, em que ambos os lados, sociedade e sujeito, refletem um papel constituinte (e

---

Estados. Nesse sentido, as alterações posicionais do sistema dar-se-iam, apenas, quando também alterados os interesses dos estados - expansionistas ou mantenedores do *status quo*.

constituível) na formação do pensamento e das práticas. Pressupõe-se, assim, uma concepção inclusiva de estrutura, por meio da qual seria possível conceituar uma relação sócio-pedagógica em que os elementos ultrapassam a lógica regulatória. Afinal, por essa perspectiva as motivações não são dadas a priori, seja pelo indivíduo isolado, ou pela sociedade reguladora, mas, pelo contrário, constitui uma faculdade individual em síntese com aspectos ‘socializantes’ e ‘comunicativos’. Ou seja, por meio dessa concepção, insere-se conceitualmente a prática com intencionalidade de mudança, em que a construção provida pela intersubjetividade torna-se práxis emancipadora dos Estados descobertos da caixa preta dos modelos tradicionais.

Apoiado nessas premissas comunitárias refletidas no conceito de sociedade internacional, Watson (1992) centrou sua produção intelectual na tentativa de escapar ao perigo da reificação dos elementos da realidade internacional, ressaltando os riscos de se interpretar os eventos dessa como se a sociedade internacional fosse seu único elemento ou mesmo, o dominante. Portanto, tal autor enfatizou a noção de coexistência entre estruturas políticas diversas – sistema e sociedade internacionais –, destacando a proposta de uma investigação bem mais complexa e menos simplificadora da esfera social. Para tal, Watson (1992) alocou a dinâmica internacional dentro de um *continuum*, pelo qual se desenvolvem as relações, alternadas entre dois estágios extremos, a saber: as múltiplas independências (ou pura anarquia), orientado pelo desejo de autonomia das unidades; e, do outro lado, o império caracterizado pela relação hierárquica. Com isso, criou-se a metáfora do pêndulo, que traduz o mecanismo por meio do qual se realizam as transformações de sociabilidade internacional, deslocadas entre as antípodas, porém num movimento tendente aos estágios intermediários entre a hegemonia e o domínio.

Assim, os estudos desse autor contribuem para o fortalecimento da perspectiva histórica, uma vez que inserem dinamicidade à arena internacional. Ademais, admitir um ambiente internacional híbrido, composto por entidades com diferentes tipos de estruturação, também tem sido um empreendimento relevante das produções do ‘Sul global’. Afinal, essa perspectiva favorece os estudos orientados a objetos com tal assimetria, como as análises que se dedicam aos sistemas coletivos que envolvem os países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, sob uma perspectiva diversa daquela da comunidade europeia. Presumem-se outras estruturas de poder regionais, nas quais diferentes tipos de sociedades, e de atores internacionais podem existir sob o mesmo sistema internacional.

Nesse sentido, inserem-se os pensadores latino-americanos que, segundo Raúl Bernal-Meza, têm composto uma comunidade epistêmica fundada essencialmente no enfoque sistêmico e no estudo sobre o “desenvolvimento”. Segundo Bernal-Meza, a questão do desenvolvimento configura o ponto chave “del pensamiento y la praxis sobre las relaciones internacionales de América Latina” (MEZA, 2005, p.29), particularizando essa região, com relação a agenda dos países desenvolvidos, geralmente centrada nas questões de conflito e de segurança. Tal grupo, constituído principalmente por estudiosos do Brasil e da Argentina, compõe, nas palavras do autor, a “escola latino-americana”. Essa aproximação não ambiciona a sistematização de um corpo conceitual uniforme, dado a multiplicidade de abordagens e enfoques que representam essa região. Por outro lado, a existência de similaridades metodológicas, comumente associadas à lógica histórico-estruturalista, seria responsável pela decantação das correntes latino-americanas num mesmo signo paradigmático.

A “escola latino-americana” representaria, pois, um grupo amplo, cujas contribuições comungam do método histórico, e também do objeto de estudo, geralmente associado aos desafios da região nos processos de inserção internacional, projetados na ênfase nas questões do desenvolvimento econômico, político e social desses países e sua relação com a política externa dos mesmos. Ademais, essa categorização refere-se, em especial, aos pensadores latino-americanos que, conquanto se dediquem à questão do subdesenvolvimento, não se enquadram na linha estruturalista da CEPAL<sup>117</sup> – impulsionada Celso Furtado e Raúl Prebisch – a partir da qual se desenvolveu a conhecida Teoria da Dependência<sup>118</sup>.

Os autores dependentistas inauguraram as abordagens voltadas para a economia política, dando origem a uma filosofia, ou teoria da história, que fundamentou as narrativas vindas da periferia. Por sua vez, os pesquisadores do eixo Brasil-Argentina elucidado por

<sup>117</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é uma das cinco comissões regionais criadas pelas Nações Unidas (ONU) a fim de monitorar as políticas de desenvolvimento econômico nos países dessa região.

<sup>118</sup> Nessa linha, autores vinculados aos estudos sobre o Desenvolvimento, como Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Arghiri Emmanuel, Samir Amin, Ruy Mauro Marini, Immanuel Wallerstein, dentre outros, admitiram o caráter heterogêneo das unidades que compõem o cenário internacional, cuja face política estaria indissociável das dinâmicas produtivas globais. Logo, essa assertiva propõe que o subdesenvolvimento, ou melhor, a condição de dependência dos países periféricos seria o produto do desenvolvimento das economias capitalistas dos Estados centrais, que confere diferentes papéis aos atores dispostos nessas posições. O enfoque dessas análises recai sobre os mecanismos de exploração dos países pobres, sendo, pois, um recorte economicista. De fato, essas análises inovam pela perspectiva, embora mantenham a concepção funcional do Estado, delineada pelo modelo da racionalidade instrumental, cujos limites para a teorização das relações internacionais abordamos nos tópicos anteriores. Para uma aproximação com o debate, ver: FRANK, A. G. *The Development of Underdevelopment*. *Monthly Review*. v. 18, n.4, p. 17-31, set/1966.; MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes/ Buenos Aires: Clacso, 2000.; WALLERSTEIN, Immanuel. *A reestruturação capitalista e o sistema-mundo*. In: GENTILI, Pablo (Org.), **Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 223-251.

Meza dedicam-se, principalmente, ao estudo da região do Prata, buscando superar as análises monocausais e reducionistas, além de repensar o dilema do desenvolvimento sob a perspectiva de um mundo globalizado. Dentre seus expoentes, estão: Mario Rapoport, Raúl Bernal-Meza, Luciano Tomassini e Aldo Ferrer, orientados ao debate sobre a globalização e os modelos de desenvolvimento; Amado Luiz Cervo<sup>119</sup> e José Paradiso dedicados ao estudo dos modelos de inserção internacional dos países do sul; e Edmundo A. Heredia que analisa a América do Sul por uma perspectiva “geocultural”, e “étnico-cultural”.

De forma geral, esses autores representam a retomada do “olhar” localizado, e do método histórico, que percebe a complexidade do mundo social, cujos elementos variam ao longo do tempo, assim como os sistemas políticos que se associam a ela. Com isso, a estrutura social internacional perde seu aspecto estático, prescrito pela teoria neorrealista, passando a assumir vetores de transformação<sup>120</sup>. Nesse sentido, um autor importante, e relacionado ao resgate do neomarxismo para as RI, seria Robert Cox que, como frequentemente referido nessa dissertação, oferece suporte à arguição quanto à essencialidade normativa, e histórica das teorias. Sua elaboração conceitual assenta na historicidade das ordens mundiais, que conforme se desenvolveram e se transformaram (como a transição da *Pax Britannica* para a *Pax Americana*) destacaram distintas formas de agentes<sup>121</sup>, os quais, geralmente, impulsionaram comportamentos diferenciados no cenário internacional.

Ao contrário do caráter mecanicista da estrutura social formulada pelo neorrealismo, a concepção de Cox pretende-se complexa e abrangente, integrando as dimensões materiais, ideacionais e institucionais que, combinadas, constroem as ações dos atores, numa relação de mútua determinação, variável conforme os períodos históricos. Essa definição apresenta um dos ecos centrais de Gramsci nas RI; afinal, por meio da concepção gramsciana sobre

---

<sup>119</sup> Ao lado de outros pesquisadores brasileiros, o prof. Dr. Amado Luiz Cervo compõe o grupo de estudiosos das relações internacionais da Universidade de Brasília, recentemente denominado Escola de Brasília por Bernal-Meza (2005), e que tem se destacado dentre as fontes intelectuais do país, na área das RI.

<sup>120</sup> Como exposto, algumas dessas acepções apontam a possibilidade de uma sociedade internacional com atrelamento social do tipo *Gemeinschaft*. Todavia, Little (2005) relembra, pertinentemente, que nesta discussão não se pode sugerir que há uma tendência evolucionária operando nas relações internacionais, de forma a mover-nos de um sistema internacional para uma sociedade internacional, ou de uma sociedade internacional *Gesellschaft* para uma *Gemeinschaft*. Tais configurações têm coexistido desde as origens das estruturas internacionais, e assim o fazem até hoje, constituindo um cenário plural e dinâmico.

<sup>121</sup> As unidades de análise referenciadas por Cox configuram complexos contituídos pelo Estado e pela sociedade civil. Logo, ao passo que o Estado permanece sendo um ator central, ele é entendido no seu sentido “ampliado”, i.e, incluindo sua base social. Retomando os desdobramentos da noção de hegemonia de Gramsci, Cox disserta: “when the administrative, executive and coercive apparatus of government was in effect constrained by the hegemony of the leading class of a whole social formations, it became meaningless to limit the definition of the state to those elements of government. To be meaningful, the notion of the state would also have to include the underpinnings of the political structure in civil society” (COX, 1983, p.164).

*hegemonia*<sup>122</sup>, Cox resgata o fator normativo da esfera política, destacando-se das vertentes economicistas do marxismo ortodoxo. A aplicação daquele conceito possibilitou a Cox ultrapassar a consideração unívoca do poder material, reconhecendo o papel das ideias compartilhadas intersubjetivamente e das instituições na construção das ordens políticas mundiais, sem, contudo, recair no idealismo.

Admitir a diversidade de ações entre os atores – os quais, dentre suas funções, são capazes de estabelecer relações sociais além do fim utilitário, ou seja, baseada numa consciência de comunidade – desfaz a característica atomista oferecida pelos neorrealistas às unidades, assim como, contesta-se a estrutura como mecanismo prescritor de ações conformistas, ampliando-se teoricamente o espaço político, uma vez que a estrutura anárquica deixa de se associar a uma só forma de sociabilidade possível. Expandem-se, pois, as proposições acerca de moldes alternativos de organização política, inserindo a variável normativa do dever-ser.

Ademais, o mundo pós-Guerra Fria também emerge como ambiente profícuo aos debates que extrapolam o quadro analítico do sistema de Estados – como exemplificam as reflexões acerca de redes sociais subnacionais, ordens regionais, ou mesmo, movimentos sociais transnacionais. Logo, outros discursos inserem-se como instrumentos úteis ao “alargamento” ontológico demandado pelos desafios pós-vestfalianos colocados às perspectivas estadocentradas. Nesse âmbito, fazemos referência especial às autoras feministas<sup>123</sup>, e aos pensadores pós-coloniais<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Segundo Cox (1983), o conceito de hegemonia de Gramsci, quando aplicado às RI, não expressaria a dominação estrita de um Estado sobre outro, ou mesmo uma espécie de eufemismo para o fenômeno do imperialismo. A hegemonia, naquela perspectiva, descreve uma ordem mundial universal em concepção, ou seja, não se trata de uma exploração direta entre dois Estados, mas sim de uma ordem na qual a maioria dos atores (estatais ou não) identifica compatibilidade com seus interesses. De forma geral, Cox explica: “Hegemony at the international level is thus not merely an order among states. It is an order within a world economy with a dominant mode of production which penetrates into all countries and links into other subordinate modes of production. It is also a complex of international social relationships which connect the social classes of the different countries. World hegemony is describable as a social structure, an economic structure, and a political structure; and it cannot be simply one of these things but must be all three. World hegemony, furthermore, is expressed in universal norms, institutions and mechanisms which lay down general rules of behavior for states and for those forces of civil society that act across national boundaries – rules which support the dominant mode of production” (COX, 1983, p.171-172).

<sup>123</sup> Para essas correntes, o conhecimento refletiria o interesse de grupos sociais particulares, detentores da hegemonia ideacional (e, geralmente, material) na sociedade. Por isso, de forma geral tendem a destacar em suas pesquisas a questão da exclusão e marginalização ontológica e epistemológica realizada pela via intelectual, que, não raro, serviria à disputa social visto que projetariam as relações de poder endêmicas desse ambiente. Dessa forma, o processo de legitimação científica da teoria neorrealista é avaliado pela ótica dos interesses que possibilitaram tal ascensão, ao passo esse processo silenciou a relevância de outros grupos sociais, como o feminino, e as comunidades descolonizadas.

<sup>124</sup> Desde a formulação da teoria da dependência, os estudos pós-coloniais vêm destacando-se como contribuição central dos pesquisadores de origem distinta do eixo EUA-Europa ocidental. Essa corrente é ampla e

Por meio dessas perspectivas destaca-se a relevância do reconhecimento da diversidade no espaço público internacional<sup>125</sup>, onde outros movimentos questionam a retórica hegemônica demonstrando formas de pensar distintas do raciocínio unicamente instrumental, e contribuindo para retomada da faculdade reflexiva capaz de reelaborar o conteúdo da estrutura vigente. Como também apontam os críticos ao modelo do ator racional, as vias de ação prática são plurais, até mesmo nos contextos convencionalmente aludidos pela natureza competitiva e utilitária:

A racionalidade também é baseada em processos de deliberação e justificação que são fundados na vida social ordinária, frequentemente articulados com a tradição e com os contextos normativos dos quais os agentes participam. Isso não quer dizer, porém, que exista uma ação livre de imperativos estruturais, mas somente que entre a esfera da agência individual e da estrutura social se interpõe – até mesmo no ambiente competitivo de compartimentalização da racionalidade – uma abertura reflexiva que potencializa questionamentos criativos das condições presentes. Na medida em que o simbólico participa da razão, não se trata de alcançar uma racionalidade absoluta uma consciência pura ou uma ética do discurso que procura algum tipo de cooperação universal, mas sim indicar a relação e o movimento interdependente que a capacidade reflexiva dos homens possui (CARVALHO, 2006, p. 247).

A dinâmica internacional após a Guerra Fria lança luz sobre a emergência de novos atores, a diversidade de atuação do próprio Estado, seguidas da ampliação dos espaços de participação e da agenda política, ambos inseridos num leque complexo de modos de interação e de instituições nas quais a ação acontece. Porém, o reconhecimento dessas novas dinâmicas demanda a inovação dos nossos aparatos cognitivos, capazes de reelaborá-las. Nesse sentido, ressaltam-se as correntes que inovaram a crítica epistêmica ao *mainstream* das RI por meio de um olhar voltado à contestação da delimitação instrumental e utilitarista da ciência, projetada em seus conceitos, como, no caso, sobre a ação política internacional.

---

diversificada, tendo como ponto de convergência o interesse investido no estudo das fronteiras, que, contudo, podem ser fronteiras epistêmicas, éticas, nacionais, etc. A contestação daquilo que inclui e exclui conduz essa vertente à crítica dos discursos tradicionais como formas de privar outros atores de terem narrativas próprias. Para uma aproximação com esse debate, sugerimos: GROVOGUI, Siba N. **Beyond Eurocentrism and anarchy: memories of international order and institutions**. New York: Mcmillan, 2006.; DARBY, Philip (ed). **At the edge of international relations: postcolonialism, gender and dependency**. London: Pinter, 1997.; BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. **International Relations and the Problem of Difference**. New York and London: Routledge, 2004.

<sup>125</sup> Sobre esse assunto, Ashley (1986) argumenta que o postulado do estado como ator representa um comprometimento metafísico do realismo, antes mesmo de constituir um suporte de natureza científica. Nessa perspectiva, a defesa do caráter pragmático da ciência – “the motivation of the actors is assumed rather than realistically described” (WALTZ, 1979, p.91) – serviria como barreira às críticas quanto à premissa estatista. Afinal, tal conduta ocultaria o fato de que, “the historically testable hypothesis that the state-as-actor construct might be not a first-order given of international political life but part of a historical justificatory framework by which dominant coalitions legitimize and secure consent for their precarious conditions of rule” (ASHLEY, 1986, p.270).

Por meio dessas abordagens, propomos que a política retomaria o elemento da imaginação, enquanto faculdade dos atores capazes de formular imagens que reelaborem criativamente a vida presente, sem que isso represente uma expressão necessária do “real”, sendo, em grande parte, o contrário: uma dimensão do indeterminado e da liberdade. Assim, antes de decodificar um espaço do combate entre iguais, ou uma pluralidade que procede previamente de exclusões, o espaço público internacional pressuporia a diferença das visões teleológicas, assumindo “a dignidade das alternativas que seguem, as quais não podem ser definidas a partir de simples dicotomias entre dimensões objetivas e ilusórias, lógicas e ilógicas, racionais e irracionais” (CARVALHO, 2006, p.248).

Nesse quadro, o desafio sugerido às teorias racionalistas expõe-se no reconhecimento da natureza plural da racionalidade, igualmente associada “a uma reflexividade aberta à configuração de novos projetos sociais. Uma forma concreta de discorrer, e não um domínio transcendente voltado apenas para a manipulação de bens materiais ou dos homens” (CARVALHO, 2006, P.248). Nesse sentido, segundo Boaventura de Souza Santos (2002), o fim dos silêncios que objetivam os sujeitos sociais, individuais ou coletivos, efetiva-se pela aceitação do multiculturalismo e da diferença, de modo que se engaja na valorização dos modos de perceber o mundo, e de atuação no mesmo.

Ademais, esse tipo de saber seria também um conhecimento normativo, muito embora ressalte-se uma normatividade despojada de referenciais associados a universalismos abstratos. Nessa perspectiva, argumenta-se por uma “normatividade construída a partir do chão das lutas sociais, de modo participativo e multicultural” (SANTOS, 2002, p.37). Para aquele sociólogo, a resposta àqueles dilemas se assenta na inserção de uma ‘teoria da tradução’ como parte integrante da teoria crítica:

É por via da tradução e do que eu designo por hermenêutica dialópica que uma necessidade, uma aspiração, uma prática numa dada cultura pode ser tornada compreensível e inteligível para outra cultura. O conhecimento-emancipação não aspira a uma grande teoria, aspira sim a uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias, todas elas finitas e incompletas e, por isso, apenas sustentáveis quando ligadas em rede (SANTOS, 2002, p.31).

Essa proposta compõe um movimento mais amplo das ciências sociais que propõe repensar o conhecimento sob novas perspectivas. De acordo, cremos que a construção do pensamento político e social constitui um quadro verbal conjugado no gerúndio, de modo que a consciência de sua incompletude essencial potencializa a atividade reflexiva como parte ativa da transformação social, cujos atores permanecem construindo coletivamente suas ideias,

perpassadas pelos condicionantes objetivos da história. Por isso, o saber crítico e propositivo sobre esse conjunto de teorias estabelecidas intersubjetivamente torna-se um dos elementos centrais da disputa política contemporânea, especialmente para as vozes vindas da ‘margem’.

Tal reflexão metateórica tem avançado bastante no campo das RI desde o final do século XX, embora ainda centre-se nas elaborações advindas de pensadores inseridos entre o eixo norte-americano e europeu. Certamente, esses aportes teóricos acrescentaram contribuições intelectuais significativas ao debate, como apresentado em nossa arguição, e as quais devem ser apreciadas, contando com a prudência intelectual nesse exercício de importação conceitual. Por outro lado, assinalamos nosso entendimento sobre a necessidade da ampliação das reflexões próprias aos países externos àquele eixo, especialmente no Brasil, cujas produções permanecem tímidas, e projetadas a poucas áreas do amplo campo de estudo das RI.

### 3.5 Conclusão: um balanço teórico sobre o neorrealismo

*De modo algum é a dubiedade da antropologia naturalista que torna o positivismo uma filosofia pobre; é antes a ausência de auto-reflexão, sua incapacidade de compreender suas próprias implicações filosóficas tanto na ética quanto na epistemologia*<sup>126</sup>

Como expresso nessa epígrafe, o capítulo apresentado não visa desmerecer a validade explicativa da teoria neorrealista, mas, sim, contestar suas implicações, e limites filosóficos, tanto na esfera da ética política, como na epistemologia, que se expressam conceitualmente na supressão de vias de emancipação social, especialmente para os intérpretes que compõem o “outro” dessa teorização. Por esse motivo, nossa conclusão não se orienta a uma resposta monolítica sobre a validade, ou não, das produções de Waltz: i.e, não cremos na classificação do neorrealismo como um aporte que promoveu, em termos absolutos, o progresso ou o regresso à área de produção de conhecimento das RI. Como apontou Toulmin, “there is no way of cutting ourselves free of our conceptual inheritance: all we are required to do is use our experience critically and discriminatingly, *refining and improving* our inherited ideas, and determining more exactly the limits to their scope” (1990, p. 179).

Portanto, a opção pelo via média naquela classificação é vista por essa pesquisa como uma atitude que visa levar o debate por vias mais produtivas. Assim, cremos que um balanço

<sup>126</sup> HORKHEIMER, **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro Editora, 2000, p. 90.

da contribuição de Waltz para o campo de estudo da política internacional deve também reconhecer sua qualidade enquanto ferramenta pertinente às análises orientadas ao seu espaço e tempo originais. Ou ainda, como explicou Cox, o neorealismo, por constituir uma teoria de solução de problemas, compõe um instrumento útil para a explicação dos sistemas estáveis, como julgou-se ser o sistema internacional durante o conflito bipolar<sup>127</sup>. Ademais, acrescentamos a relevância das proposições neorealistas para o desenvolvimento do debate contemporâneo, cujas correntes têm sido geralmente impulsionadas em oposição, ou a favor, daquela teoria. Com isso, não negamos nossa análise sobre os limites do neorealismo, mas buscamos a crítica como *construção*.

Nessa concepção, cremos que uma postura crítica frente às análises conceituais realizadas nesse capítulo implica, ao menos, três efeitos, a saber: a retomada da ontologia; a atenção redirecionada à normatividade constitutiva; e, em decorrência, às implicações políticas do conhecimento (NUNES, 2008). Neste presente saldo, destacamos, pois, as preocupações analíticas centradas nas possíveis consequências que o conhecimento produz no mundo, em substituição aos debates exclusivos sobre as questões de validação e produção do conhecimento. Nessa atitude revela-se a procura pela renovação da relação entre a epistemologia, a ontologia e a discussão prático-ética.

Assim, a retomada do olhar reflexivo sobre a aplicação das premissas filosóficas modernas pelo neorealismo expressa a necessidade de repensarmos o próprio sentido da ciência que dispomos. Como exposto, os conceitos desdobrados da tentativa de uma apreensão objetiva do mundo político geraram efeitos que instigam a análise não só sobre a atividade, e os conceitos elaborados, mas sobre o significado da ciência neorrealista; essa que, como nos diz Baudelaire, quando tomada pelo império da razão instrumental, pragmática e funcionalista, corre o risco de desumanizar o pensamento e as práticas correlatas.

Conforme apontaram as reflexões de Horkheimer e Adorno (1985), a partir da segunda metade do século XX assistimos ao questionamento não só da atividade, mas do sentido da ciência. Como Weber, tais autores percebem o surgimento da racionalidade científica moderna, como a supressão da racionalidade objetiva<sup>128</sup>, sobreposta pela confluência entre

---

<sup>127</sup> Vale ressaltar que, para alguns autores a convenção sobre a estabilidade do período da Guerra fria é contestável. Para esse debate, ver: BIGO, Didier. Novos olhares sobre os conflitos?. In: SMOUTS, Marie-Claude (org). **As novas relações internacionais**. Brasília: Editora Unb, 2004.

<sup>128</sup> Esta concepção fundou os sistemas filosóficos tais como de Platão, de Aristóteles, dos escolásticos e do idealismo alemão, segundo os quais a racionalidade é um princípio inerente da realidade, não focalizados na “coordenação de comportamentos e objetivos, mas sim nos conceitos tais como a ideia do bem supremo, o problema do destino humano e o modo de realização dos fins últimos” (HORKHEIMER, 2000, p. 15). De acordo com Horkheimer, essa concepção afirma “a existência da razão não só como uma força da mente

razão formal, instrumental e subjetiva<sup>129</sup> (INGRAM, 1987). Desse modo, os discursos há muito viriam perdendo o contato com as preocupações práticas da vida humana, em favor de uma construção teórica abstrata e, não raro, descontextualizada.

Nesse sentido, segundo Hegel, os tempos modernos caracterizaram-se pelo princípio da autorrelação, isso é, da ‘subjetividade’<sup>130</sup>. Essa premissa, orientada à liberdade subjetiva dos indivíduos, agiu também sobre a ciência, que posta ao desencantamento da natureza, libertou o sujeito cognoscente. Assim, atuando sobre os fundamentos do conhecimento, a atividade intelectual teria abstraído as faculdades da razão prática e do discernimento moral, implicando no distanciamento progressivo entre o sujeito conhecedor e o objeto conhecido. Com isso, “as múltiplas afinidades entre os entes são recalcadas pela única relação entre o sujeito doador de sentido e o objeto sem sentido, entre o significado racional e o portador ocasional do significado” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 25).

Paralelamente, demonstramos como Waltz fundamentou sua atividade cognitiva no relacionamento entre um sujeito epistêmico isolado e seu objeto, a qual, nos termos filosóficos de Descartes, justifica-se pela capacidade “da mente em representar adequadamente ideias claras com uma referência objetiva” (INGRAM, 1987, p.100). No entanto, essa postura de Waltz não empreende uma autorreflexão sobre “a relação pragmática entre autopreservação, conhecimento causal e intervenção instrumental” (INGRAM, 1987, p.100), que, ao fim, se torna a base epistemológica desse estudo.

Dessa forma, no contexto dessas acepções, associamos a tentativa de religar aquela tríade (epistemologia, ontologia e ética), com o caminho trilhado pelo conhecimento enquanto exercício engajado no *reconhecimento*, uma vez que se questionam as teorias pautadas na

---

individual, mas também do mundo objetivo: nas relações entre os seres humanos e entre classes sociais, nas instituições sociais, e na natureza e suas manifestações”, afinal, nessa acepção, “a estrutura objetiva e não apenas o homem e seus propósitos, era o que determinava a avaliação dos pensamentos e das ações individuais. Esse conceito de razão jamais exclui a razão subjetiva, mas simplesmente considerou-a a expressão parcial e limitada de uma racionalidade universal” (HORKHEIMER, 2000, p. 14).

<sup>129</sup> Esse tipo de razão foi vinculado por Horkheimer (2000) às faculdades de classificação, inferência e dedução, ou seja, ao funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento. Nesse sentido, a razão seria uma faculdade da mente individual, em que apenas os sujeitos poderiam verdadeiramente possuí-la. Nas palavras daquele autor “em última instância, a razão subjetiva se revela como capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado” (HORKHEIMER, 2000, p. 15). Lembrando-se que esse fim é tomado como racional no sentido subjetivo, isso é, de que servem ao interesse do sujeito quanto à autopreservação.

<sup>130</sup> De acordo com Habermas, a expressão ‘subjetividade’ expressa na obra de Hegel comporta quatro conotações, a saber: “(a) *individualismo*: no mundo moderno, a singularidade infinitamente particular pode fazer valer suas pretensões; (b) *direito de crítica*: o princípio do mundo moderno exige que aquilo que deve ser reconhecido por todos se mostre a cada um como algo legítimo; (c) *autonomia da ação*: é próprio dos tempos modernos que queiramos responder pelo que fazemos; (d) por fim, a própria *filosofia idealista*: Hegel considera como obra dos tempos modernos que a filosofia apreenda a ideia que se sabe de si mesma” (HABERMAS, 2000, p. 25-26).

caracterização do Outro como objeto, visando à transposição desse da condição objetivada, para a posição de sujeito. Portanto, nesse capítulo investigamos a adoção da racionalidade técnica na produção científica, uma vez que tal comprometimento de Waltz projeta-se sobre a construção dos microfundamentos do neorrealismo, vinculados ao modelo da escolha racional<sup>131</sup>, e responsáveis por esse Outro silenciado.

Como resultado, avaliamos a noção de estrutura internacional apresentada pelo neorrealismo, focando-nos na teorização relativa aos sujeitos políticos e direcionada à prescrição de práticas conservadoras. Embora Waltz argumente contra a centralidade das questões relacionadas ao nível das unidades para sua proposta, contestamos tal afirmação dado a imprescindibilidade que essa esfera representa para a sustentação da revisão estrutural que ele realiza. Nesse sentido, e visto que geralmente irrefletidas, majoramos a relevância dos estudos que se atentam à definição subjetiva dos atores políticos (no caso, os Estados), uma vez que ela incide diretamente sobre a representação que os agentes fazem de si, influenciando no horizonte de possibilidades relacionado à prática política, definida intersubjetivamente.

Como questionou Toynbee, “no mundo da ação, sabemos como é desastroso tratar animais ou seres humanos como se eles fossem paus e pedras. Por que devíamos supor que esse tratamento fosse menos equivocado no mundo das ideias? (TOYNBEE, 1947, *apud* HORKHEIMER, 2000, p. 30). Nessa frase, o autor contesta as consequências do movimento de instrumentalização da linguagem, geralmente desdobrado numa conceituação equivocada sobre o mundo social. Paralelamente, questionamos tal movimento no campo das RI, concluindo a tendência da teoria neorrealista à formalização das forças políticas, que estabelecem objetivos e fins, embora percam a capacidade intelectual autorizada a avaliá-los e a ligá-los a uma realidade histórica e social. Ou seja, refletimos sobre a abstração crítica e moral dos agentes, decorrente de um tipo de racionalidade técnica aplicada aos Estados, que se mostra problemática dado os riscos da normatização burocrática da ordem política internacional.

Sobre essas questões, destacamos as limitações práticas de uma teoria que prescreve uma conduta, por parte dos Estados materialmente fracos, incapaz de contestar da ordem, e de elaborar, coletivamente, novas vias de atuação. Assim, sob o quadro fixo de escolhas comportamentais da anarquia, os Estados são despojados do julgamento de suas ações, e da

---

<sup>131</sup> Esse aporte teórico, segundo W. Carlsnaes, “is essentially a meta-theoretical standpoint in the study of social phenomena, and hence is foundational to political analysis rather than being a specific analytical or ‘theoretical’ approach within IR” (2001, p. 339).

elaboração de uma agenda cuja pauta insira questões desvinculadas de um interesse estritamente utilitário e particular.

Nessa linha, pergunta-se: como, em um cenário em que a fome, a pobreza, as ameaças ao meio ambiente e os desafios da saúde ascendem de forma preocupante, a agenda política internacional pode permanecer centrada em questões como o terrorismo internacional, ou ameaças nucleares? Entendemos que a delimitação da discussão internacional nas pautas políticas das superpotências reflete o silêncio contido nas teorias tradicionais sobre os atores da margem, sejam eles Estados, ou não, cujos problemas permanecem, então, impronunciáveis pela ciência racionalista, e pela ontologia neorrealista.

Nesse sentido, se analisado internamente, isso é, em relação à tradição que lhe precede, e à qual se propõe seguimento, o neorrealismo representou a pretensão de racionalização da PI. Porém, nesse processo, a autonomia do estudo deu lugar à certa dominação intelectual, vinculada à fixação da imaginação política dentre as fronteiras dos aportes interpretáveis de sua ontologia. Por isso, e com o suporte das análises do segundo capítulo, sustentamos a revisão crítica desses aportes como parte de um movimento de emancipação política, visto que também intelectual e cultural. A via cognitiva, quando investida desse propósito, pode servir às falas suprimidas, sem que isso represente uma alegação à desorganização lógico-argumentativa.

Sobre isso, finalizamos com a relevância das reflexões assinaladas na seção 3.4 desse capítulo, as quais se dispõem a pensar a PI de formas diversas, reinsertindo a valor da razão prática como integrante da atividade intelectual, capaz de suscitar novas e variadas maneiras de relacionamento objetivo com as relações internacionais. Com isso, emergem novas abordagens teóricas, que ampliam a memória literária das sociedades, renovando o “horizonte de expectativas” dos atores, e, logo, as interpretações, e ações, desses sobre o mundo internacional. Mundo esse que, cada vez mais, torna-se, também, um ambiente das relações intersociais, interculturais, intereconômicas, dentre outras vozes que, entre palavras e anti-falas, fazem-se audíveis.

## CONCLUSÃO FINAL

O estudo elaborado nessas páginas parte da periferia, embora ainda utilize a linguagem do centro, como não deixaria de ser – e daí sua dificuldade – a ruptura que precisa emergir de dentro. Afinal, presumimos nossa imersão na hegemonia cultural e intelectual dos atores do núcleo político e econômico do globo, embora caracterizemo-nos distintamente daqueles. Por conseguinte, estaríamos também imersos na ontologia daquela tradição, que situa suas instituições “como entes interpretáveis, como ideias conhecidas, como mediações ou possibilidades internas ao horizonte da compreensão do ser” (DUSSEL, 1977, p.9). Ontologicamente, isso significa que certos atores seriam sutilmente ocultados, como, no caso dos complexos estatais da margem, que aparecem no neorrealismo como objetos epistêmicos, mas estão omitidos enquanto sujeitos empíricos potencialmente distintos.

Seria, pois, a partir desse processo de centralização de perspectivas, que as teorias tradicionais, como o neorrealismo, constituem a periferia, a qual precisa, então, pensar a si mesma perante essa “exterioridade”, e encontrar um futuro de libertação, que os coloque em movimento. Logo, propomos nessa dissertação uma análise aos “silenciados”, mas que também é dirigida aos pensamentos hegemônicos, como proposta de um diálogo crítico que precisa ser total, embora dispense a uniformidade. Ou seja, procuramos empreender uma reflexão crítica que não visa ser uma exposição completa, ou universal, mas antes uma expressão particular de rompimento com uma das formas de condicionamento, associados à linguagem e à história, por meio da qual os atores das relações internacionais se veem, e, não raro, quando interiorizadas, se autoemudecem. Partimos, então, da necessidade anterior de se repensar a metafísica teórica que justifica o conservadorismo prático-político dos atores subvertidos, mas que podem anelar outras vias de ação; isso é, contestou-se a introjeção irrefletida da concepção neorrealista, que pode desdobrar-se em uma autocompreensão limitada sobre a liberdade prática na conduta dos sujeitos políticos.

Assim, justificamos o estudo realizado nos três capítulos pela noção de que, ao analisar nossos fundamentos impensados, colocamos tal senso comum em movimento, abrindo novos horizontes antes ocultos pela delimitação do dito absoluto ou intransponível. Dessa forma, essa dissertação comprometeu-se, mesmo que de modo incipiente, com um processo de rompimento com os relativos abstratos, naturalizados e universalizados, e por isso procurou inserir-se na prática pedagógica que visa romper com a legalidade transcendental do

racionalismo, reconhecendo que o sujeito do pensar, ou sujeito cognoscente, não é absoluto, mas sim um ser finito, articulado a um núcleo histórico, social, e cultural, com práticas fundantes.

Assim, deste estudo crítico sobre a natureza absoluta do conhecimento, decorreu a noção de que toda teoria possui um fim prático, também denominado de “interesse”. De acordo com Habermas, essa percepção, fundada nos interesses que orientam a produção de conhecimento, poderia ser analiticamente concebida em três categorias<sup>132</sup>, as quais, brevemente, seriam: 1) interesse prático-cognitivo; 2) interesse técnico-cognitivo; e, 3) interesse cognitivo emancipatório. Como foi assinalado durante essa dissertação, o realismo estrutural conservou-se próximo à tradição científica americana, cujos estudos sociais direcionaram-se por aquela segunda tipologia dos interesses constitutivos da formulação teórica. Nesse sentido, “all realists are technical realists, at least in part, but it is in the so-called "modern realism" of Kenneth Waltz that technical realism finds its starkest approval” (ASHLEY, 1981, p.215).

O interesse técnico orientou a produção de Waltz à descoberta de particularidades causais dantes desconhecidas, a fim de melhor prover a sociedade com instrumentos de controle frente aos desafios políticos. Logo, antes de focar-se em reflexões interpretativas (hermenêuticas), o neorrealismo privilegiou a promoção de respostas explanatórias que fossem úteis às demandas cognitivas do período, sintomáticas da premissa filosófica instrumental acerca da função, e do valor, da ciência:

Technical realism is oriented by a technical cognitive interest. It sees the aim of knowledge as the development of information – regarding universal laws and their operation – that can expand powers of technical control over an objectified environment. Its approach to inquiry and grounding is reminiscent of positivistic reconstructions of natural science (ASHLEY, 1981, p.210)

---

<sup>132</sup> Seguindo a lógica habermasiana, Ashley resume: “1) **The practical cognitive interest:** This is an interest in knowledge as a basis for furthering mutual, intersubjective understanding. It guides knowledge toward the development of "interpretations that make possible the orientations of action within common traditions." The practical cognitive interest is the knowledge constitutive interest of the historical and cultural sciences. 2) **The technical cognitive interest:** This is an interest in knowledge as a basis for extending control over objects in the subject's environment (possibly including strategic dominance over other human beings). It guides knowledge to obtain "information that expands powers of technical control." The technical cognitive interest is the knowledge-constitutive interest of the empirical analytic sciences. 3) **The emancipatory cognitive interest:** This is an interest in securing freedom from "hypostatized forces" and conditions of distorted communication (e.g., ideology). It is rooted in the human capacities for the communicative exercise of reflective reason in light of needs, knowledge, and rules; it guides knowledge to achieve human autonomy and self-understanding by bringing to consciousness previously unapprehended determinants of the human species' "self-formative process." The emancipatory interest is the knowledge-guiding interest of all critically oriented sciences” (1981, p. 298).

Portanto, dentre os legados da normatividade moderna, destacamos a confiança do neorealismo na possibilidade de dominar os fenômenos sociais, à qual geralmente se relaciona a crença em uma ciência que supusesse os pensamentos como esferas autônomas frente aos objetos. Desse modo, o primeiro capítulo interpreta o compromisso explanatório de Waltz como parte do propósito geral relacionado ao controle dos fenômenos internacionais pela via intelectual, uma vez que conhecer suas causas permitiria apreender os meios de governá-los, indo além da mera previsão, conferida pela observação empírica (WALTZ, 1979). Nesses termos, a teoria neorrealista guiou-se pelo interesse investido na previsão, prescrição e controle das ações futuras, dispensando a função de mecanismo crítico de transformação social.

Por aquele raciocínio, a liberdade dos indivíduos é compreendida como consequência da aniquilação do desconhecido, alcançada pela identificação da ‘realidade repetida’, que abre o caminho para se escapar dos desígnios contingentes da vida humana. E assim, por meio da aplicação da racionalidade instrumental como lógica científica, os analistas criam trabalhar no domínio do que “é” e não na esfera normativa do que “deveria ser”, sendo aquele um princípio metodológico que dispensaria justificativa, e dotaria a ciência de objetividade (ASHLEY, 1986).

Com isso, as deduções e hipóteses que fundamentam a explicação estrutural do neorealista (princípios da semelhança entre os estados, todos, soberanos e orientados à sobrevivência; da condição anárquica do sistema internacional; e da distribuição de capacidades, implicada na tendência geral do equilíbrio de poder) seriam úteis, na medida em que decodificariam a lei probabilística dos fenômenos internacionais, oferecendo aos agentes a liberdade advinda da possibilidade de compreender tal cenário, dotado com graus de imutabilidade. Entretanto, tais acepções da epistemologia racionalista sobre a neutralidade do fenômeno da subjetividade humana, e sobre o tratamento objetivo dos fatos para a construção cognitiva, são problematizadas, visto que tal conduta, não raro, constitui uma certa ingenuidade metafísica e gnosiológica da teoria.

Do ponto de vista da orientação técnico-cognitiva, a confiança na neutralidade e objetividade dos conceitos demonstrou-se viável a Waltz, na medida em que os fundamentos intersubjetivos que subscrevem sua construção teórica permanecem como alvos inquestionáveis<sup>133</sup>. Todavia, a desautorização interpretativa e crítica dos processos

---

<sup>133</sup> “The subjective process of theory construction, rendered mysterious, is bracketed and set beyond the scope of rational inquiry and criticism. There is no allowance for questioning the background intersubjective

intersubjetivos não os tornam ausentes dos textos neorrealistas, como expresso no segundo capítulo dessa dissertação. Por outro lado, a negação desses apontamentos por parte da metodologia aplicada pelo neorrealismo permitiu que Waltz se postulasse cartesianamente enquanto sujeito cognoscente capaz de apreender os ‘fatos’ de forma neutra. E, assim, tudo que lhe escapasse como valores ou percepções foi reduzido a relações reificadas<sup>134</sup>, no sentido epistemológico. Segundo os teóricos críticos, esse tipo de conduta “determina o trajeto da desmitologização e do esclarecimento, que identifica o animado ao inanimado, assim como o mito identifica o inanimado ao animado” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.29). Tornadas objetos, as relações humanas são preteridas dos predicados subjetivos podendo então ser depuradas num conhecimento sintetizador, capaz de delinear uma direção na relação de causalidade.

Embora tal conduta projete vantagens analíticas em determinados estudos, a lógica epistemológica pautada na dicotomia entre o sujeito conhecedor e o objeto estudado, quando aplicada ao domínio da política internacional, gera efeitos deletérios associados a um duplo automatismo discutido no último capítulo desse trabalho. Tal consequência dual consiste na mecanização tanto do mundo social (objetivado), como do sujeito cognoscente, que se veria debruçado sobre uma estrutura social fixa na qual não pode exercer influência, a não ser torná-la inteligível. A delimitação do objeto enquanto repetição, ou postulados de leis generalizantes, reforçaria, pois, a teoria como instrumento conservador do *status quo*, e a criação de conceitos que descreve o agente social como entidade conformista. Isso porque a tendência em identificar graus de imutabilidade nas sequências causais apreendidas pela teoria pressupõe uma naturalidade na ordem posta, que então dispõe o neorrealismo a prover a adaptação de seus objetos ao que a teoria entende por realidade. Em decorrência, por essa perspectiva, a noção inicial de liberdade e controle mostra-se deturpada, de modo que “os meios teóricos de transcender a realidade se tornam um disparate metafísico”, e a realidade é destituída de “todo caráter objetivo que pudesse, pela lógica interna, dar razão a uma realidade melhor” (HORKHEIMER, 2000, p. 88).

---

understandings that permit the theorist to arrive at just this "brilliant intuition," the background language of experience through which his "creative idea" is communicable to others, or the background intersubjective understandings that permit the theorist and others to agree on the facts in need of explaining. Nor is there allowance for questioning the dependence of these background under – standings on evolving historical conditions that might be beyond the frame of consciousness” (ASHLEY, 1981, p. 216-217).

<sup>134</sup> Nesse sentido, a reificação refere-se à transformação das propriedades, relações ou ações humanas em ‘coisas’, cujo caráter social aparece como uma característica objetiva conduzida conforme as leis do mundo natural.

Sobre esse ponto, o trabalho investigou o conceito de política associado ao desenvolvimento técnico do conhecimento. Avaliou-se, pois, os limites daquela acepção confinada em condutas individualistas pré-estabelecidas, e, portanto, despojada dos mecanismos que promovessem a participação coletiva. Propomos que, embora sob os intuitos objetivos do interesse técnico, o conhecimento neorrealista absorveu um valor normativo desdobrado das escolhas metódicas, o qual prescreve o exercício da política internacional como sendo uma atividade despojada da liberdade na escolha comportamental, e nesse sentido, sem fins contestatórios sobre a ordem vigente. Por isso, a agenda política do espaço internacional torna-se, outrossim, restrita à ontologia realista, incapaz de comprometer-se com temas sob uma perspectiva pós-nacional, como os direitos humanos, a ecologia, ou aqueles externos às preocupações de uma superpotência, como: a pobreza, a fome, a exploração econômica, dentre outros.

Nesse sentido, acrescentou-se a noção de que “um discurso metódico, teórico, científico pode ser ideológico, não por seu intrínseco desenvolvimento, mas por sua pretensão, por seu ponto de partida, por seu projeto, pelo fato de servir de mediação a um contexto que o explica e que marca seu sentido” (DUSSEL, 1977, p.170-171). Dessa forma, esse trabalho compreendeu a assimilação do modelo estruturalista por Waltz como produto de sua tentativa de alcançar ‘o terceiro mundo do conhecimento objetivo’, nos termos de Popper, compatível ao marco dos valores científicos da sociedade americana catalisados especialmente por meio da linguagem econômica e tecnocrata prevalente nas instituições políticas e sociais do país durante a Guerra Fria. Dessa forma, embora situado no âmbito metodológico, o princípio da racionalidade instrumental partiu de uma acepção particular de ciência, e desenvolveu uma perspectiva específica de organização social.

Muitos autores do campo (Walker, 1987; Cox, 1981; Ashley, 1986; Ruggie, 1986) expressam essa postura, discutindo as aderências estruturalistas na área das RI, especialmente durante a década de 1980, quando o “giro estruturalista” teria demarcado grande parte das teorias americanas, tanto daquela área, como do campo da política comparada, como exemplificam os expoentes, “Kenneth Waltz, Robert Keohane, Stephen Krasner, Robert Gilpin, Robert Tucker, George Modelski, e Charles Kindleberger” (Ashley, 1986, p. 256-257). Para aqueles autores, o intuito de Waltz em produzir inferências lógicas generalizantes o conduziu a uma apreensão parcial da ordem internacional, pela qual se desconsiderou os elementos que confeririam o vetor de contingência à estrutura, ou seja, aqueles responsáveis pela reconstrução permanente das projeções do real.

Entrementes, despontam os comentários acerca das implicações ontológicas advindas da qualidade a-histórica do conceito sobre a ‘estrutura política internacional’ neorrealista, o qual é descontextualizado em favor da elaboração de causas e efeitos gerais e de prescrições teóricas. Daí, a relevância do estudo sobre as condições originárias do realismo estrutural, por meio do qual contestamos o caráter transcendental de seus postulados, acentuando sua qualidade histórica, e atendo-se a sua normatividade constitutiva, relacionada ao vocabulário das instituições modernas, incrementadas pela emergência das economias de mercado, e pela política externa na Guerra Fria. Logo, pôde-se avaliar no terceiro capítulo o possível vínculo entre o modelo de racionalidade instrumental e um projeto de transformação comportamental que implicou consequências para o entendimento da esfera social e política.

Após desenvolver a hipótese inicial dessa dissertação sobre as particularidades da imaginação política exposta no neorrealismo, a qual torna-se diminuta, ou empobrecida, pelas concepções científicas do autor, concluímos com a necessidade de repensarmos o sentido da formalização da razão científica, a fim de avaliarmos o distanciamento que tal conduta criou entre o neorrealismo e a particularidade ético-política da pesquisa social. Em outras palavras, somos chamados a refletir sobre o papel do conhecimento acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas (SANTOS, 2002, p. 60). Ou seja, questionarmos o sentido das teorias decorrentes do modelo científico tradicional (o positivismo), e suas implicações para os estudos, e para as práticas das relações internacionais.

Por isso, nosso argumento sintetiza-se na noção de que a reformulação do imaginário político neorrealista em acepções capazes de prover mecanismos de emancipação (e ação) social aos atores constitui um processo indissociável da leitura crítica daqueles aportes científicos, seguida da proposição de metodologias mais compatíveis com o campo das humanidades<sup>135</sup>. Ou seja, as respostas aos dilemas identificados na teoria neorrealista, passam pela revisão de métodos passíveis de retomar o vínculo entre preocupações prático-éticas,

---

<sup>135</sup> As dificuldades do enquadramento objetivo pelas pesquisas humanísticas derivam de seu objeto de estudo particular, qual seja, o homem. O fator da intencionalidade, adicionado à conectividade entre as múltiplas variáveis através do tempo, conferem ao mundo social o vetor de contingência, expresso na reconstrução permanente das projeções do real. Sendo assim, os fenômenos do mundo social possuiriam um aspecto temporal determinado e singular, o que dificultaria a elaboração de leis gerais e de vaticínios teóricos. Ainda sobre a multicausalidade dos fenômenos, acresce-se a dificuldade que esta traz para a fragmentação dos mesmos em variáveis independentes e dependentes ou, ao menos, ao estabelecimento de uma única direção na relação de causalidade. Outro aspecto inerente desse tipo particular de estudo, seria a negação da prioridade ontológica atribuída ao objeto. Ou seja, observador e observado estão conectados e, muitas vezes, exercem efeito constitutivo um sobre o outro. Nesse sentido, a concepção de um conhecimento axiologicamente neutro é questionada pela compreensão de que as dimensões subjetivas do pesquisador, inequivocamente, influenciam tanto as interpretações que este fará de seu objeto, quanto as suas escolhas metódicas para o desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, a consciência dessas particularidades, auxiliaria na tentativa de se evitar as trilhas da reificação, e dos objetos abstratos, sem, contudo, desconsiderar a organização lógica do argumento.

ontológicas e epistemológicas, como se apresentam as correntes do debate pós-positivista, ascendentes no campo das RI a partir da década de 1990.

Presumimos que tais opções metódicas renovam os objetos teorizados por meio da retomada conceitual das esferas dialógicas próprias da relação heterônoma, mas não estritamente dominadora, das entidades humanas. Afinal, a relação entre as esferas individuais e coletivas disponibiliza a diversidade e mutabilidade à estrutura social, e a liberdade aos sujeitos, desligados das formulações teóricas sobre subjetividades conservadoras da ordem. Ademais, nessas acepções os atores retomam sua esfera moral, ou seja, a possibilidade de julgamento implicado em escolhas, antes supérflua pela condição de um ser isolado. Entre os extremos da lei da causalidade, ou da lei da razão absoluta, está a noção do ser como entidade simultaneamente afetada pelas esferas sensíveis e inteligíveis, sendo essa natureza dual a condição necessária para se falar em liberdade, num sentido ampliado (e não restrito a arbitrariedade), visto que associado à heteronomia que inclui a *alteridade* (e a responsabilidade) na fonte da moralidade.

Ademais, essa dissertação sugere a relevância dessa reflexão por parte dos agentes, cujas forças criativas foram minimizadas idealmente pela concepção neorrealista. Isso é, pelos atores que compõem os Estados da margem do sistema, ou por aqueles sem identificação estatal. Como anunciado na Introdução desse trabalho, o reconhecimento intelectual das subjetividades políticas como essencialmente móveis, criadoras, e produtoras de diversidade revela-se especialmente importante pelo papel que a teoria desempenha na orientação da vida social e política, sob a qual influi e é influenciada. Nesse contexto, a o reconhecimento do Outro enquanto sujeito ativo funcionaria como mecanismo de combate contra a descrição teórica redutora, que promove estratégias de exclusão e uniformidade.

Nesse sentido, percebemos a esfera de estudo sobre as RI como um espaço potencialmente aberto – visto que relativamente jovem – para os empreendimentos de ruptura com percepções excludentes e totalizantes. Por isso, as discussões travadas nessas páginas visaram acompanhar a demanda pelo redirecionamento dos debates intelectuais reorientados para uma discussão acerca da aplicabilidade das interpretações de um mundo que, antes de possibilitar uma compreensão total, é balizado por assimetrias culturais, econômicas, políticas e sociais que conferem um rol de experiências, vinculadas a visões plurais que expandem os horizontes da área.

As tonalidades sócio-culturais do processo de escolhas epistemológica e ontológica, que sustentam o neorrealismo, iluminam as possibilidades de novas formulações cujas

perspectivas podem ser reconhecidas, sem recaírem no descrédito da avaliação universalista. Com o aprofundamento dos debates sobre metodologia nas ciências sociais a noção cartesiana de que há um sistema de compreensão teórico capaz de oferecer certeza e coerência inteligíveis universalmente, demonstra-se cada vez mais ilusória para aquele campo. Presume-se que, conforme os processos culturais, e os diferentes estágios históricos em que as sociedades se encontram, existam diferentes formas de se perceber, interpretar e compor as relações sociais, ou mesmo, temporais e espaciais.

Tal afirmação parece se intensificar no contexto atual, em que a ordem social apresenta-se cada vez mais global, interdependente, multicultural, e com movimentos dinâmicos de transformação histórica. Logo, antes de preservar a *estabilidade* e a *uniformidade* das ciências, advoga-se pela proteção da *diversidade* e da *adaptabilidade* do conhecimento (TOULMIN, 1990). Afinal, a manutenção daqueles primeiros valores não se efetivaria sem o risco de se reproduzir ideias (e instituições) incapazes de acompanhar as demandas continuamente criadas pelas novas situações, ou mesmo de centralizar “verdades”, em detrimentos de outras.

De acordo com o historiador Reinhart Koselleck, o cenário intelectual contemporâneo à Guerra Fria apoiou-se na pretensão de uma consciência filosófica que englobasse toda a humanidade, projetando, por conseguinte, o anseio por um modelo político compartilhado em iguais dimensões (PEREIRA, 2004). Tal ambição, legada pela filosofia moderna, representou, por outro lado, a própria negação, ou o encobrimento, do político. Por isso, segundo aquele autor, o estudo do século XX implica o reexame crítico do pensamento iluminista. Ademais, Kosellek acreditava que a investigação sobre os textos legados pelo passado deve ultrapassar o âmbito intelectual, engajando-se na pesquisa de suas influências ontológicas, i.e, sobre o mundo, sendo este mundo o horizonte, em que os atores buscam orientação para suas condutas (PEREIRA, 2004).

Essa afirmação não visa desmerecer os avanços vinculados ao legado de pesadores como Descartes e Newton, os quais são inquestionáveis; por outro lado, chama-se a atenção para a urgência por pesquisas que se apresentem sensíveis à ação prática da teoria, constituindo uma consciência a ser somada (e não substituída) à primeira herança. O processo de “humanização” das RI, demanda, pois, outras vias que complementem o racionalismo, alterando seu formalismo absoluto. Nesse sentido, ascendem os princípios fundados na horizontalidade e na tolerância, como vias intelectuais de reconhecimento dos “outros” enquanto sujeitos.

Nesse cenário, assistiríamos ao retorno da ontologia que ascende como produto da crítica à centralidade epistêmica, e vem preencher uma prevalência secular da epistemologia como único critério de adequação intelectual. Assim, já no campo das ciências naturais, biológicas e dos avanços tecnológicos, presenciamos a redução do espaço que separa os aspectos técnicos das questões éticas, de modo que o conhecimento torna-se alvo de contestação, conforme seu impacto na vida prática (TOULMIN, 1990). Com isso, lança-se luz sobre a normatividade das teorias no campo das ciências sociais, visto que se reconhece, no impacto político desses aportes sobre o mundo, um componente elementar do exercício cognitivo.

Dessa forma, vemos a reinserção de assuntos práticos, locais, e transitórios, na agenda de pesquisa das RI, cujo critério de avaliação aos poucos abandona os supostos graus de abstração e universalidade dos objetos. Com isso, retoma-se o oral, o particular e o local, projetados em metodologias preocupadas com a interpretação dos contextos retóricos da fala e do pensamento, com os aspectos culturais e idiossincráticos dos objetos, ou mesmo com a particularidade da opção ética dos estudos sociais. Ou seja, inicia-se um movimento centrípeto das demais disciplinas como história, antropologia, e suas linhas metódicas, como a hermenêutica, que passam a influenciar mais intensamente os estudos das RI, afinal, “the intellectual tasks for a science in which all the branches are accepted as equally serious call for more subdisciplinary, transdisciplinary, and multidisciplinary reasoning” (TOULMIN, 1990, p.193).

Ademais, esse movimento acelera a abertura do campo para grupos que não possuíam canais de expressão nos mecanismos formais da ciência. Desde Hobbes, as produções que versam sobre teoria política ‘falaram’ nos termos dos sistemas nacionais, e, com isso,

Our reflections on the order of society, as well as nature, are still dominated by the Newtonian image of massive power, exerted by sovereign agency through the operation of central force, and have lost our feeling for all the respects in which social and political achievements depend on *influence*, more than on *force*. For the moment, the varied political relations and interactions between transnational, subnational and multinational entities, and the functions they can effectively serve, still remain to be analyzed, by an ‘ecology of institutions’ that has, as yet, scarcely come into existence (TOULMIN, 1990, p. 208-209).

Os desafios impostos pela ordem atual nos levam a repensar a política para além dos modelos desenvolvidos pelas correntes tradicionais, em que a capacidade material e o raciocínio utilitário constituíam as forças motivacionais do sistema. No contexto contemporâneo, as comunidades locais, ou os movimentos sociais transnacionais auxiliam na

transformação do imaginário político internacional<sup>136</sup>. Assim, reconhece-se as transformações que ressaltam distintos atores, os quais participam ou estão diretamente envolvidos na formulação das políticas na esfera pública internacional. A ação da sociedade civil, dos movimentos sociais transnacionais e, até mesmo, de alguns organismos (para)governamentais alteram em parte a natureza dos processos causais do sistema de Estados. Racionalidades vistas como improváveis ao dito instinto hobessiano dos Estados nacionais, ou ao utilitarismo dos mercados, tornam-se aplicáveis às dinâmicas dos atores sociais; e questões desterritorializadas, de base cultural, ou interesses de escopo planetário, ganham força. Dessa forma, abre-se espaço para preocupações relacionadas ao bem-estar do indivíduo, sua relação com o meio-ambiente e com as demais coletividades.

Essas transformações retornam para o campo do conhecimento que passa a repensar a dinâmica internacional, admitindo configurações que alteram os modelos de sociabilidade e de espacialidade tradicionais do sistema. Com isso, é preciso que haja estruturas teóricas capazes de absorver cognitivamente a ação renovada dos Estados, que em conjunto com os demais atores sociais de alcance transnacional, cria novos territórios de ação política e coletiva, e um novo imaginário social. Essas inovações perceptivas e cognitivas possibilitam, pois, reconstruções espaciais (ligando esferas locais, regionais e globais), sociais (“desterritorilizando” os direitos, que passam a incluir o conjunto da humanidade) e políticas (criando novas estratégias de ação e luta). No âmbito internacional, tais ressignificações são importantes uma vez que inserem novos temas de debate e ação prática, e alteram as relações causais entre as esferas (sistêmicas e internas), além de proporem um guia alternativo aos cálculos utilitários ou realistas, dos quais se destacam ações políticas coordenadas preocupadas com a transparência e a opinião pública, constituindo fontes criativas permanentes de novos problemas, novas soluções e novos projetos políticos. Ou seja, criam brechas de atuação e emancipação dos agentes, sob uma atividade política ampliada.

---

<sup>136</sup> Sobre isso, Toulmin disserta: “When antinuclear demonstrators march with candles through the streets of Leipzig, when prisoners of conscience bring General Pinochet's tortures into public scorn, when women's organizations speak for their fellow-women in fundamentalist states, they question the nightmare side of the modern inheritance, and challenge the moral authority of absolute, centralized nation-states. In this resistance, the candles, voices, and other tools of powerless may seem of little help. Even the intellectual model of ecology, with its decentralized concern for each distinct habitat, gives us little foundation for building institutions that are more just. But, in the long run, we have seen power and force run up against their limits. In the third phase of Modernity, the name of the game will be influence, not force” (TOULMIN, 1990, p.208).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências foram dipostas de modo que, primeiramente, seguem as publicações de Kenneth Waltz, e, posteriormente, as demais fontes bibliográficas consultadas.

### I. KENNETH WALTZ

- **Livros**

WALTZ, Kenneth N. [1959] **Man, the state and war: A theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

\_\_\_\_\_. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008.

- **Artigos**

WALTZ, Kenneth N. The stability of a bipolar world. **Daedalus**, v. 9, n.3, p.881-909, 1964.

\_\_\_\_\_. Contention and management in international relations. **World Politics**, v. 17, n.4, p.20-44, 1965.

\_\_\_\_\_. The origins of war in neorealist theory. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 18, n.4, p.615-628, 1988.

\_\_\_\_\_. Realist thought and neorealist theory. **Journal of International Affairs**, v. 44, n.1, p.21-37, 1990.

\_\_\_\_\_. Nuclear myths and political realities. **The American Political Science Review**, v. 84, n.3, p.731-745, 1990.

\_\_\_\_\_. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, vol. 18, n. 2, p.44-79, 1993.

\_\_\_\_\_. Evaluating theories. **The American Political Science Review**, v. 91, n.4, p.913-917, 1997.

\_\_\_\_\_. Globalization and governance. **Political Science and Politics**, v. 32, n.4, p.693-700, 1999.

\_\_\_\_\_. Structural realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n.1, p.5-41, 2000.

## II. DEMAIS FONTES

- **Livros e Capítulos**

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALLISON, Graham T. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. Boston: Little Brown, 1971.

AMADAE, S.M. **Rationalizing capitalist democracy: the Cold War origins of rational choice liberalism**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

ARON, Ramond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Editora UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ASHLEY, Richard K. The Poverty of Neorealism. In: KEOHANE, Robert O. (Ed). **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p. 255-300.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia: ensaios sobre teoria habermasiana e teoria democrática**. Perspectiva/UFMG, 1996

BADIE, Bertrand. **Le diplomate et l' intrus. L'entrée des sociétés dans l'arène internationale**. Paris: Fayard, L'espace du politique, 2008.

BELLAMY, Alex J. International Society and the English School. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **International Society and its Critics**. New York: Oxford UP, 2005. p.1-26.

BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina en el Mundo – El pensamiento latinoamericano y la teoría de Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BIERSTEKER, Thomas. J. The parochialism of hegemony: challenges for “American” International Relations. In: TICKNER, Arlene B.; WÆVER, Ole. (Eds). **International Relations Scholarship Around The World**. London and New York: Routledge, 2009. p. 308-327.

BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Ed). **International relations theory today**. Pennsylvania: Penn State Press, 1995.

BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. (Ed.) **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BOTTOMORE, T. (Eds). **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

BULL, Hedley; WATSON, Adam (Org.). **The expansion of international society**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

CARLSNAES, Walter. Foreign Policy. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. **Handbook of International Relation**. London: Sage Publications, 2001. p. 331-349.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A. De Afrodite à Melíade? O Feminismo nos Estudos de Segurança. In: MATHIAS, Suzeley K. (Org). **Sob o Signo de Atena: Gênero na Diplomacia e nas Forças Armadas**, São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 205-228.

DUNNE, Tim. **Inventing International society: a history of the English school**. London: Macmillan, 1998.

\_\_\_\_\_. The New Agenda. In: BELLAMY, Alex J (ed.) **International Society and its Critics**. New York: Oxford UP, 2005. p.65-79.

DURKHEIM, Émile. **The Rules of Sociological Method**. Trad. Sarah A. Solovay e John M. Mueller. New York: Free Press, 1964.

DUSEEL, Enrique. **Filosofia da Libertação**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola/UNIMEP, 1977.

DUSSEL, Enrique. **A ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 89-158.

EASTON, D. **The Political System: An Inquiry into the State of Political Science**. New York: A. A. Knopf, 1953.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks**. Trad. Q. Hoare e G. Nowell-Smith. London and New York: Lawrence & Wishart International Publishers, 1971.

GRIFFITHS, Martin. **Realism, Idealism and International Politics: A Reinterpretation**. London and New York: Routledge, 1992.

GUZZINI, Stefano. **Realism in International Relations and International Political Economy: the continuing Story of a Death Foretold**. New York and London: Routledge, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus. Tomo I, 1988.

\_\_\_\_\_. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

\_\_\_\_\_. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

HUDSON, V. **Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory**. Laham; Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

- INGRAM, David. **Habermas e a dialética da Razão**. 2º Ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- KANT, Immanuel. Introdução à Analítica dos Princípios. In: \_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuel Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 2 ed. Lisboa: Gulbenkian, 1989.
- KEOHANE, Robert O. Realism, Neorealism and the Study of World Politics. In: \_\_\_\_\_. (Ed) **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p.1-26.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, PUC-Rio, 2006.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LAMO DE ESPINOSA, Emilio; GARCÍA, José; ALBERO, Cristóbal. **La Sociología del Conocimiento y de la Ciencia**. Madrid: Alianza, 1994.
- LINKLATER, A. **The transformation of political community: ethical foundations of the Post-Westphalian Era**. Columbia: University of South Carolina Press, 1998.
- LITTLE, Richard. The English School and World History. In: BELLAMY, Alex J (ed.) **International Society and its Critics**. New York: Oxford UP, 2005. p.45-64.
- MARCUSE, Herbert. Some Social Implications of Modern Technology. In: Andrew Arato (ed.) **The Essential Frankfurt School Reader**. New York: The Continuum Publishing Company, 1988.
- MARTINS, Estevão. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria Botelho da (Org.). **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002, p. 11-26.
- MILL, John Stuart. **A system of logic ratiocinative and inductive: Being a Connected View of the principles of Evidence and The Methods of Scientific Investigation**. Canadá: University of Toronto Press, 1974.
- MORGENTHAU, Hans Joachim. **Scientific Man Versus Power Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1946.
- \_\_\_\_\_. **Política entre as Nações**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- MOURITZEN, Hans. Kenneth Waltz: a critical rationalist between international politics and foreign policy. In: NEUMANN, Iver; WÆVER, Ole. (Eds). **The future of International Relations**. London and New York: Routledge, 1997. p. 71-95.
- ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- POPPER, Karl. R. **Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico**. Trad. Sérgio Bath. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

ROCHA, Antônio J. Ramalho da. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: Funag, 2002.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo Cia. das Letras, 1987.

RUGGIE, John Gerard. Continuity and Transformation in the World Polity: Toward a Neorealist Synthesis. In: KEOHANE, R. O. (Ed.) **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

RUPERT, Mark. Alienação, Capitalismo e o Sistema Interestados: rumo a uma crítica marxista/gramsciana. In: GILL, Stephen. (Org.) **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2002. v.1.

SMITH, Adam. **Lectures on rhetoric and belles lettres**. Ed. J. C. Bryce. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.

SMITH, Steve. The Self-Images of a Discipline: A genealogy of international relations theory. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Ed). **International Relations Theory Today**. Pennsylvania: Penn State Press, 1995. p. 3-37.

\_\_\_\_\_. Positivism and Beyond. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. (Ed) **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

SIMON, Herbert A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

SODUPE, Kepa. **La teoría de las Relaciones Internacionales a comienzos del siglo XXI**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2003.

SUGANAMI, Hidemi. The English School and International Theory. In: BELLAMY, Alex J (Ed.) **International Society and its Critics**. New York: Oxford UP, 2005. p.29-44.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. Nova York. Columbia University Press, 1992.

TOULMIN, Stephen. **Cosmopolis: the hidden agenda of modernity**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

VASQUEZ, John. The role of paradigms in scientific inquiry: a conceptual framework and a set of principles for paradigm evaluation. In: \_\_\_\_\_. **The Power of Power Politics: from Classical Realism to Neotraditionalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.19-31.

VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. **Theory of Games and Economic Behavior**. Princeton: Princeton: University Press, 2004.

WÆVER, Ole. The Rise and Fall of the Inter-paradigm Debate. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. (Ed.) **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WAGNER, Peter; WEISS, Carol; WITTROCK, Björn; WOLLMANN, Hellmut. The policy orientation: legacy and promise. In: \_\_\_\_\_. (Eds). **Social Sciences and Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads**. Cambridge University Press, 1991. p. 2-28.

WAGNER, Peter; WITTROCK, Björn; WOLLMANN, Hellmut. Social Science and the modern state: policy knowledge and political institutions in Western Europe and the United States. In: WAGNER, Peter; WEISS, Carol; WITTROCK, Björn; WOLLMANN, Hellmut. (eds). **Social Sciences and Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads**. Cambridge University Press, 1991. p. 28-85.

WALKER, Robert B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALT, Stephen M. The enduring relevance of the realist tradition. In: KATZNELSON, Ira; MILNER, Helen (Eds.). **Political science: The state of the discipline**. New York: W.W. Norton, 2002. p. 197-230.

WATSON, Adam. **The evolution of international society: a comparative historical analysis**. London and New York: Routledge, 1992.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1987

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WHITEHEAD, Alfred North. **A Função da Razão**. Brasília: Editoria da Universidade de Brasília, 1985.

WIGHT, Colin. **Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

- **Artigos**

ALBERT, Mathias; BUZAN, Barry. Differentiation: A sociological approach to international relations theory. **European Journal of International Relations**, v.16, n.3, p. 315-337, 2010.

ALKER, Hayward; BIERSTEKER, Thomas. The Dialectics of World Order: Notes for an Archeologist of International Savoir Faire. **International Studies Quarterly**, v. 28, n. 2, p.121-142, 1984.

ASHCRAFT, Richard. Political Theory and Political Action in Karl Mannheim's Thought: Reflections upon Ideology and Utopia and Its Critics. **Comparative Studies in Society and History**, vol.23, n.1, p. 23-50, 1981.

ASHLEY, Richard. Political Realism and Human Interest. **International Studies Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 204-236, Jun.1981.

ASHLEY, D. Marx and the excess of signifier: domination as production and as simulation. **Sociological Perspectives**, v.33, n.1, Critical Theory 1990, p. 129-146.

BAERT, Patrick. Algumas Limitações das Explicações da Escolha Racional na Ciência Política e na Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.12, n.35, fev.1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>. Acessado em 09 de mar.2009.

BARKDULL, J. Waltz, Durkheim, and International Relations: The International System as an Abnormal Form. **The American Political Science Review**, v. 89, n.3, p. 669-680, 1995.

BEREJIKIAN, Jeffrey; DRYZEK, John. S. **Reflexive Action in International Politics**. British Journal of Political Science, v. 30, n. 2, p. 193-216, abr.2000.

BLOOR, David. A Philosophical Approach to Science. **Social Studies of Science**, vol. 5, n. 4, p.507-517, 1975.

\_\_\_\_\_. Idealism and the Sociology of Knowledge. **Social Studies of Science**, vol. 26, n 4, p. 839-856, 1996.

\_\_\_\_\_. Remember the Strong Program? **Science, Technology, & Human Values**, vol. 22, n. 3, p. 373-385, 1997.

BUZAN, Barry. From International System to International Society: Structural Realism and Regime Theory Meet the English School. **International Organization**, v. 47, n.3, p. 327–352, 1993.

CAMPBELL, David; GEORGE, Jim. Patterns of dissent and celebration of difference: critical social theory and international relations. **International Studies Quarterly**, v. 34, 269-293, 1990.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e o surgimento do Discurso Econômico. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p. 422-441, 2002.

CHIAPPIN, José R. N; LEISTER, Ana Carolina. A concepção pragmatista/utilitarista e sua importância na relação entre epistemologia e ciência na emergência da ciência contemporânea. **Cognitio-Estudos**, v. 5, n.2. p. 114-118, jul/dez.2008.

COLIGNON, Richard. A. Reification: The "Holistic" and "Individualistic" Views of Organizations. **Theory and Society**, v. 18, n. 1, p. 83-123, 1989.

COX, Robert. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, vol. 10, p.126-155, jun.1981.

\_\_\_\_\_. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium: Journal of International Studies**, vol. 12, n.2, p.162-175, 1983.

DAHRENDORF, R. Enlightenment Applied, Enlightenment Betrayed: a story of liberty under pressure. **CHI Bulletin**, n. 39, p. 15-22, 2006.

DER DERIAN, J. The (S)pace of International relations: simulation, surveillance and speed. **International Studies Quartely**, vol.34, n° 3. Special issue: Speaking the language of exile: dissidence in international studies, 1990.

DESSLER, D. What's at Stake in the Agent-Structure Debate? **International Organization**, v. 43, n.3, p. 441-473, 1989.

DOTY, R. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines. **International Studies Quartely**, v. 37, n. 3, p. 297- 320, 1993.

ELIAS, Norbert. Sociologia Do Conhecimento: Novas Perspectivas. **Sociedade e Estado**, v.23, n.3, p.515-554, 2008.

EPP, Roger. The English school on the frontiers of international society: a hermeneutic recollection. **Review of International Studies**, v. 24, n.5, 1998, pp 47-64.

FEMIA, J. V. An historicist critique of “revisionist” methods for studying the history of ideas. **History and Theory**, v. 20, n. 2, p. 113-134, 1981.

FOUCAULT, M. **What is Enlightenment?** In: Rabinow (P.), ed. *The Foucault Reader*, New York, Pantheon Books, 1984, pp. 32-50.

FREITAG, Barbara. A questão da moralidade da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. *Tempo Social*, v.1, n.2, p.7-44, 1989.

GALTUNG, Johan. Structure, culture, and intellectual style: an essay comparing saxonic, teutonic, gallic and nipponic approaches. **Social Science Information**, v. 20, n. 6, p.817-856, 1981.

GODDARD, Stacie E.; NEXON, Daniel H. Paradigm Lost? Reassessing Theory of International Politics. **European Journal of International Relations**, v.11, n.1, p. 9-61, 2005.

GOLDMAN, Alvin. Epistemologia naturalista e confiabilismo. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. (CLE, UNICAMP), série 3, v.8, n.2, p.109-45, jul./dez.1998.

GOLDMAN, Harvey. From Social Theory to Sociology of Knowledge and Back: Karl Mannheim and the Sociology of Intellectual Knowledge Production. **Sociological Theory**, v.12, n. 3, p. 266-278, 1994.

GORDON, Scott. **The history and philosophy of social science**. London: Routledge, 1991.

GUNNELL, John. American Political Science, Liberalism and the Invention of Political Theory. **The American Political Science Review**, v. 82, n. 1, p. 71-87, 1988.

GUZZINI, Stephano. Structural Power: The Limits of Neorealist Power Analysis. **International Organization**, v.47, n.3, p. 443-478, 1993.

HAACKE, Jürgen. The Frankfurt School and International Relations: on the centrality of recognition. **Review of International Studies**, 31, p. 181-194, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **La ética del discurso y la cuestión de la verdad**. Escuela de Filosofía Universidad ARCIS - Edición electrónica, 2003. Disponível em <[www.philosophia.cl](http://www.philosophia.cl)> Acessado em 21 de jun. 2009.

HEMPEL, Carl G.; OPPENHEIM, Paul. Studies in the Logic of Explanation. **Philosophy of Science**, v. 15, n. 2. p. 135-175, 1948.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**, v.106, n. 3, p. 41-60, 1977.

KEOHANE, Robert O. International Institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, v.32, p.379-396, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p.134-146, 1992.

LAPID, Yosef. The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v.33, n.3, 1989.

LASSWELL, Harold. The policy orientation. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold (eds.) **The Policy Sciences**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951. p. 3-15.

LEOPOLDO e SILVA, Franklin. **Conhecimento e razão instrumental**. São Paulo: Psicologia USP, v.8, n.1, p. 11-39, 1997.

LINKLATER, Andrew. The problem of harm in world politics: implications for the sociology of states-systems. **International Affairs**, vol. 78, n. 2, p. 319-338, 2002.

MANNHEIM, Karl. On the Sociological Determination of Methodology. **The Canadian Journal of Sociology**, v. 5, n. 4, p. 413-432, 1980.

MARTINS, Estevão. Ética e relações Internacionais: elementos de uma agenda político-cultural. Brasília: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.44, n.2, p. 5-25, 2001.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 5-10, mar. 2008.

MIGNOLO, Walter. Citizenship, Knowledge and the Limits of Humanity. **American Literary History**, v.18, n.2, p. 312-331, 2006.

\_\_\_\_\_. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. **The South Atlantic Quarterly**, v.101, n.1, p.57-96, 2002.

MOURA, Gerson. Distância e Diálogo: História e ciências sociais nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, v. 3, n.5, p. 3-28, 1990.

NEUFELD, M. 'Interpretation and the "science" of international relations', **Review of International Studies**, 19, 1, p.39-61, Jan. 1993.

NUNES, João A. O resgate da epistemologia. **Revista Crítica de Ciência Sociais**, v.80, p. 45-70, mar. 2008.

ONUF, Nicholas. Structure? What Structure? **International Relations**, v. 23, n. 2, p.183-199, 2009.

\_\_\_\_\_. The constitution of international society. **European Journal of International Law**, v. 5, n 1, p. 1-19, 1994.

PELS, Dick. Karl Mannheim and the Sociology of Scientific Knowledge: Toward a New Agenda. **Sociological Theory**, v. 14, n. 1, p. 30-48, 1996.

RISSE, Thomas. Let's Argue! Communicative Action in World Politics. **International Organization**, v. 54, p.1-39, 2000.

RODRIGUES, Léo Jr. Karl mannheim e os problemas epistemológicos da sociologia do conhecimento: é possível uma solução construtivista? **Episteme**, n. 14, p.115-138, jan/jul. 2002.

ROOSEVELT, T. **Fear God and take your own part**. New York: George H. Doran Company, 1916.

RUGGIE, John Gerard. Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations. **International Organization**, v.47, n.1, p. 146, 1993.

SCHOCHET, Gordon. Quentin Skinner's Method. **Political Theory**, v. 2, n. 3, p. 261-276, 1974.

SHILS, Edward. Tradition, Ecology and Institution in the History of Sociology. **Daedalus**, vol. 99, p. 760-825. 1970.

\_\_\_\_\_. "Ideology and Utopia" by Karl Mannheim. **Daedalus**, v.103, n 1, p. 83-89, 1974.

SILVA, S. P. Razão instrumental e razão comunicativa: um ensaio sobre duas sociologias da racionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.18, 2001.

SKINNER, Quentin. Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action. **Political Theory**, v. 2, n. 3, p. 277-303, 1974.

SMITH, Steve. The United States and the Discipline of International Relations: Hegemonic country, hegemonic discipline. **International Studies Review**, v.4, n.2, p. 67-85, 2002.

VASQUEZ, John. A. The Realist Paradigm and Degenerative versus Progressive Research Programs: An Appraisal of Neotraditional Research on Waltz's Balancing Proposition. **The American Political Science Review**, v. 91, n. 4, p. 899-912, 1997.

WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 687-727, 1998.

WALKER, Robert B. J. State Sovereignty and the Articulation of Political Space/Time. **Millennium: Journal of International Studies**, vol.20, n3, pp. 445-461, 1991.

\_\_\_\_\_. Realism, Change, and International Political Theory. **International Studies Quarterly**, vol. 31, n. 1, p. 65-86, 1987.

WATSON, Adam. Hedley Bull, States Systems and International Societies. **Review of International Studies**, 13(2), 1987, pp. 147-53.

WEBER, Martin. The critical social theory of Frankfurt School, and the 'social turn' in IR. **Review of International Studies**, 31, 2005, pp. 195-209.

WENDT, Alexander. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organizations**, vol. 41, n. 3, 1987, p. 335-370.

WIGHT, Martin. Why Is There No International Theory?. In: Butterfield H, e Wight, M. (Orgs.). **Diplomatic Negotiations**. Londres: George Allen & Unwin, 1966, pp. 17-34.

- **Teses de Doutorado/ Dissertações**

CARVALHO, Bruno Sciberras de. **A Escolha Racional como Teoria Social e Política: uma Interpretação Crítica**. 2006. 258f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2006.

HUMPHREYS, Adam. **Kenneth Waltz and the limits of explanatory theory in International Relations**. 2006. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Department of Politics and International Relations, University of Oxford, UK, 2006.

JULIÃO, Taís S. **O Brasil No Mundo e o Mundo no Brasil? A formação de quadros, a produção de conhecimento e a construção da área de Relações Internacionais**. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2009.

PEREIRA, L. **A História e “O Diálogo que Somos”: A Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer**. 2004. Dissertação [Mestrado em História Social da Cultura] Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

- **Entrevista**

WALTZ, Kenneth N. **Conversations with History**. (10 de fevereiro, 2003). Berkeley: Institute of International Studies at the University of California, Berkeley. Entrevista concedida a Harry Kreisler. Disponível em <<http://conversations.berkeley.edu/>>. Acessada em 30 de mar. 2009.